



CADERNOS
PROARQ 34

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PROARQ

N.34 | julho 2020

Reitora Denise Pires de Carvalho

Vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha

Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa Denise Maria Guimarães Freire

Decano do Centro de Letras e Artes Cristina Grafanassi Tranjan

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

FACULTY OF ARCHITECTURE AND URBANISM

Diretora

Dean

Andrea Queiroz Rego

Vice Diretor

Vice Dean

Guilherme Lassance

Coordenação Geral do PROARQ

General Coordination PROARQ

Coordenadora Ethel Pinheiro Santana

Vice-coordenador Marcos Martinez Silvano

Coordenação Adjunta

Adjoint Coordinators

Editoria Vera Regina Tângari

Ensino Giselle Arteiro N. Azevedo

Extensão Marcos Martinez Silvano

Pesquisa Aline Pires Vérol

Câmara de Editoria

Board of Editors

Ethel Pinheiro Santana

Aline Calazans Marques

Rubens de Andrade

Conselho Editorial

Editorial Council

Ceça Guimaraens, UFRJ

Cristiane Rose Duarte, UFRJ

Evelyn Furquim Werneck Lima, UNIRIO

Gabriela Celani, Unicamp

Jean-Paul Thibaud, ENSAG

José Manuel Pinto Duarte, PennState University

Julio Arroyo, Universidad Nacional del Litoral

Leopoldo Bastos, UFRJ

Marta Adriana Bustos Romero, UnB

Raquel Rolnik, USP

Comissão Editorial

Editorial Committee

Ethel Pinheiro Santana

Aline Calazans Marques

Maria Júlia de Oliveira Santos

Equipe Executiva

Executive Team

Bárbara Thomaz (coordenação executiva)

Leonardo Muniz (secretaria executiva)

Carolina Ferreira de Carvalho (apoio executivo)

Luiza Farias de Melo (apoio executivo)

Revisão

Revision

Ethel Pinheiro Santana

Maria Júlia de Oliveira Santos

Bárbara Thomaz

Leonardo Muniz

Carolina Ferreira de Carvalho

Luiza Farias de Melo

Tradução

Translation

Ethel Pinheiro Santana

Bárbara Thomaz

Luiza Farias de Melo

Editoração / Projeto Gráfico

Desktop publishing / Graphic Design

Ethel Pinheiro Santana

Aline Calazans Marques

Bárbara Thomaz

Design Original: Plano B [plano-b.com.br]

Capa

Cover

Detalhe - Bienal de Veneza, 22 de agosto de 2019

Foto Mariana Frota Agum

Detail - Venice Biennale, Aug. 28th, 2019

Photograph by Mariana Frota Agum



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA



Copyright@2020 dos autores

Author's Copyright@2020

Cadernos PROARQ

Av. Pedro Calmon, 550 - Prédio da FAU/ Reitoria, sl.433

Cidade Universitária, Ilha do Fundão

CEP 21941-901 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Tel.: + 55 (21) 3938-0288

Website: <http://www.proarq.fau.ufrj.br/revista>

E-mail: cadernos.proarq@gmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

Cadernos do PROARQ Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – No.1 (setembro 1997) -versão impressa / No. 18 (julho 2012) - versão eletrônica
N.34 (julho, 2020)
ISSN: 1679-7604 (impresso)
ISSN: 2675-0392 (online)
1-Arquitetura - Periódicos. 2-Urbanismo - Periódicos.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Arquitetura. 2019.

CDD 720

Comitê Científico

Scientific Committee

Alina Santiago, UFSC
Alice Theresinha Cybis Pereira, UFSC
Andrey Rosenthal Schlee, UNB
Angélica Tannus Benatti Alvim, Mackenzie SP
Antonio Carlos Carpintero, UNB
Antonio Tarcísio Reis, UFRGS
Beatriz Oliveira, UFRJ
Benamy Turkienicz, UFRGS
Carlos Eduardo Dias Comas, UFRGS
Circe M. Gama Monteiro, UFPE
Cristiane Rose Duarte, UFRJ
Claudia Barroso-Krause, UFRJ
Cláudia Piantá Cabral, UFRGS
Denise de Alcântara, UFRJ
Denise Mônico dos Santos, UFV
Douglas Vieira de Aguiar, UFRGS
Edson Mahfuz, UFRGS
Eduardo Grala da Cunha, UFPel
Eloísa Petti Pinheiro, UFBA
Emílio Haddad, USP
Fernando Diniz Moreira, UFPE
Fernando Freitas Fuão, UFRGS
Fernando Oscar Ruttkay Pereira, UFSC
Frederico Holanda, UNB
Gabriela Celani, Unicamp
Gilberto Yunes, UFSC
Giselle Arteiro Azevedo, UFRJ
Gleice Azambuja Elali, UFRN
Guilherme Lassance, UFRJ
Italo Caixeiro Stephan, UFV
Jardel Pereira Gonçalves, UFBA
Jean-Paul Thibaud, ENSA Grenoble
Jonathas Magalhães, PUC Campinas
José Merlin, PUC Campinas
Laura Novo Azevedo, Universidade de Oxford
Leandro Medrano, Unicamp
Leonardo Salazar Bittencourt, UFAL
Leopoldo Eurico Gonçalves Bastos, UFRJ
Lucia Costa, EBA UFRJ
Luciana Andrade, UFRJ
Luiz Eirado Amorim, UFPE
Maise Veloso, UFRN
Márcio Fabricio, USP
Marcos Martinez Silvano, UFRJ/Coppe
Maria Angela Dias, UFRJ
Maria Angela Faggin Leite, IEB/USP
Maria C. Guimaraens, UFRJ
Maria da Silva Schicchi, PUC Campinas
Maria Lucia Malard, UFMG
Maria Luisa Trindade Bestetti, USP
Maria Maia Porto, UFRJ
Marta Adriana Bustos Romero, UNB
Monica Bahia Schlee, Pref RJ
Monica Salgado, UFRJ
Osvaldo Silva, UFRJ
Paola Berenstein Jacques, UFBA
Paulo Afonso Rheingantz, UFRJ
Paula Uglione, IP UFRJ
Renato Tibiriçá de Saboya, UFSC
Ricardo Cabús, UFAL
Roberto Righi, Mackenzie SP
Rodrigo Gonçalves dos Santos, UFSC
Romulo Krafta, UFRGS
Rosina Trevisan Ribeiro, UFRJ
Ruth Verde Zein, Mackenzie SP
Sergio Leusin, UFF
Sheila Walbe Ornstein, USP
Silvia Tavares, James Cook University – Australia
Silvio Soares Macedo, USP
Sylvia Rola, UFRJ/Coppe
Sonia Hilf Schulz, UFRJ
Vera Bins Ely, UFSC
Vera Tangari, UFRJ
Vinicius Netto, UFF
Wilson Florio, Unicamp
Yvonne Maggie, UFRJ

Avaliadores - Revista 34

Evaluators - Edition 34

Alice Horizonte Brasileiro, UFRJ
Alina Gonçalves Santiago, UFSC
Claudia Barroso-Krause, UFRJ
Denise Mônaco dos Santos, UFV
Edson Mahfuz, URGs
Ethel Pinheiro, UFRJ
Gleice Elali, UFRN
Guilherme Lassance, UFRJ
Ítalo Itamar Caixeiro Stephan, UFV
José Merlin, PUC Campinas
Jonathas Magalhães Pereira da Silva, PUC Campinas
Leandro Medrano, FAU USP
Maise Veloso, UFRN
Maria Angela Faggin Leite, IEB/USP
Maria Luisa Trindade Bestetti, USP
Maria da Silva Schicchi, PUC Campinas
Mônica Salgado, UFRJ
Paula Uglione, IP UFRJ
Paulo Afonso Rheingantz, UFRJ
Rodrigo Gonçalves dos Santos, UFSC
Rosina Trevisan Ribeiro, UFRJ
Ruth Verde Zein, Mackenzie SP
Sonia Hilf Schulz, UFRJ

Palavra do Proarq

Uma nova dimensão socioespacial aponta em todas as cidades através do isolamento a que estamos submetidos pela Pandemia mundial, e tal dimensão é crucial para nosso entendimento enquanto educadores, pesquisadores e profissionais. Nesse mesmo momento, complexo e instigante, assumo a coordenação de um dos mais antigos Programas de Pós-graduação em Arquitetura no Brasil, o PROARQ/UFRJ, o mesmo que me tornou mestre e doutora e, por isso, me sinto honrada e socialmente responsável.

Como parte do longo escopo de atividades do PROARQ, o CADERNOS PROARQ tem sido um espaço de disseminação da produção intelectual de excelência dentro e fora do Brasil, desde 1997, do qual também me orgulho de atuar como editora-chefe há mais de seis anos. Na empreitada científica, que a editoração de um periódico no coloca, muitos parceiros tem entrado e saído dessa ação comigo. Neste momento, no entanto, o CADERNOS PROARQ se alegra por receber mais uma editora-chefe, Aline Calazans Marques, e mais duas mestrandas como apoio executivo da revista, Carolina Ferreira e Luiza Melo. Atuando em parceria constante, e de forma proximal diante dos novos desafios que a coordenação do PROARQ me propõe, apresentamos, junto de toda a grande equipe, a revista 34.

Os textos aprovados para o número 34 do CADERNOS PROARQ compõem um leque de dez contribuições científicas para o 'fazer' urbano e patrimonial, trazendo à tona questões prementes no campo da arquitetura e do urbanismo, com forte acento para a necessidade de compreensão da dimensão sensível do urbano e a coerência teórica e jurídica no campo do patrimônio, além de ensaio sobre ensino e sobre o diálogo entre a arquitetura e as artes.

Esses trabalhos referendam o campo de pesquisas do PROARQ – teoria e crítica arquitetônica, paisagem urbana, conforto ambiental, tecnologia, percepção ambiental, arte e arquitetura – e também nos impelem a pensar as 'novas' cidades, que precisarão se reinventar, por meio de nosso maior instrumento de mudança: o conhecimento. Boa leitura!

Ethel Pinheiro Santana

Coordenadora PROARQ/UFRJ

A word from Proarq

A new socio-spatial dimension points in all cities through the isolation to which we are subjected by the worldwide Pandemic, and this dimension is crucial for our understanding as educators, researchers and professionals. At the same complex and thought-provoking time, I assume the coordination of one of the oldest Graduate Programs in Architecture in Brazil, PROARQ / UFRJ, the same that made me a MSc. and Dr. and, therefore, I feel honored and socially responsible.

As part of PROARQ's long scope of activities, CADERNOS PROARQ has been a space for the dissemination of excellent intellectual production inside and outside Brazil since 1997, of which I am also proud to have been serving as chief editor for more than six years. In the scientific endeavor that publishing a journal puts on, many partners have come and gone, but at this moment CADERNOS PROARQ is happy to receive another chief editor, Aline Calazans Marques, and two more executive supporters for the Journal: Carolina Ferreira and Luiza Melo.. Acting in constant partnership and tightfistedness, in the face of the new challenges that the PROARQ coordination proposes to me, we present Edition 34.

The texts approved for the Edition 34 of CADERNOS PROARQ comprise a range of ten scientific contributions to urban and heritage 'making', bringing to a list of questions in the field of architecture and urbanism, with a strong emphasis on the use of sensibility in urban spaces and theoretical / legal coherence in the field of heritage, in addition to an essay on teaching and on the dialogue between architecture and the arts.

These papers outline the research field of PROARQ such as the the theory of architecture, historical criticism, urban landscape, environmental comfort, technology, environmental perception, art and architecture – and also impel us to think about the 'new' cities, which will need to reinvent, through our greatest instrument of change: the knowledge. Have a good reading!

Ethel Pinheiro Santana

Coordinator PROARQ/UFRJ

A vivência espacial sensível e os cenários patrimoniais: registros da arquitetura urbana antes da Pandemia

A revista 34 do CADERNOS PROARQ apresenta questões de ordem urbana e patrimonial oriundas de trabalhos submetidos e aprovados no ano de 2019, majoritariamente. Tal fato ganha importância no momento em que a revista vem a público, em meio a uma modificação do uso e da compreensão de urbanidade, assim como do valor de patrimônio, causados pelo processo de isolamento imposto pela Pandemia provocada pela COVID-19. Cremos que esse tema é de essencial balizamento nos periódicos dedicados à Arquitetura e Urbanismo atualmente, mas que uma necessária maturação ainda deve acontecer por parte de nossa área, diante da profusão de bibliografia referente ao assunto.

Deste modo, ainda acenando para um mundo onde “encontros são possíveis” em muitos aspectos, a revista 34 aponta a inter-relação espacial e a vivência no espaço urbano público, conteúdos fundamentais para o debate contemporâneo sobre arquitetura e cidade. Os cinco primeiros artigos se dedicam à escalas urbanas e abordagens sócio-espaciais na escala do bairro e da praça. Na sequência, os três textos seguintes debatem sobre os desafios inerentes à preservação do patrimônio e à vivência na estrutura urbana consolidada. Por fim, os dois últimos artigos exploram diferentes relações espaciais do indivíduo com o meio urbano, contribuindo para o campo de ensino de arquitetura e das artes.

Fernanda Alves Bonon e José Roberto Merlin abrem assim, essa revista, buscando desvelar as características potencialmente educadoras inerentes ao espaço e de que maneira são capazes de diminuir a violência urbana por meio da arquitetura, em combate ao reflexo do efeito de reificação das cidades, que acaba por aumentar a concentração de renda e acentuar a pobreza. Suas análises sobre o desenho urbano e equipamentos inseridos nas cidades colombianas de Bogotá e Medellín mostram a importância de espaços inclusivos que fomentem a convivência e a urbanidade – em contraponto à segregação dos mecanismos de defesa mais usuais dos enclaves fortificados – que podem levar à redução do medo e da incidência de crimes. Assim, concluem que por meio de elemento arquitetônicos que proporcionam maior ou menor permeabilidade visual, troca de experiências e, com isso, sentimento de pertencimento à coletividade, consegue-se construir uma “cultura cidadã”, construída por uma educação contínua estabelecida pela cidade.

Também sob uma perspectiva da percepção, **Paula Gabbi Polli, Luís Guilherme Aita Pippi, Alicia Norma González de Castells e Vanessa Casarin** identificam

e exploram elementos urbano-territoriais constitutivos da imagem de cidade no bairro Camobi, Santa Maria/RS. O objetivo é compreender as relações de identidade entre os habitantes e os elementos empreendidos em um recorte para estudo de caso buscando a conformação dos significados urbanos atribuídos e as emoções dos sujeitos no espaço. A relevância deste artigo reside no elencamento das imagens de afeição e de aversão repercutindo para os projetos urbanísticos sob um olhar sensível, o que pode estender sua relevância inclusive para questões patrimoniais de valoração histórica.

Mais intimamente associados à visão experiencial, **Isabela de Mattos Ferreira, Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima e Frederico Braida** realizam uma breve análise na Praça Santos Dumont (Gávea, Rio de Janeiro/RJ) identificando possibilidades de intervenção efêmera e implementando-as a fim de se condicionar novos percursos e situações espaciais de interação sujeito-espaço e sujeito-sujeito. Com base na categoria “ludicidade” tais percursos permitiram a ampliação desta rede de interações revelando o papel ativo do espaço como lugar de encontro. Além disto, pôde-se reforçar o caráter pedagógico das atividades de imersão para o ensino-aprendizagem de design, arquitetura e urbanismo, conferindo sua principal contribuição.

Referindo-se também às interações entre sujeitos e espaço, principalmente no que concerne ao patrimônio cultural, **Gabriela Sousa Ribeiro** questiona as relações de políticas públicas para espaços comerciais de artesanato – atividade responsável por reforçar a memória coletiva da população local – que, a partir de percepções da autora, vêm sendo geridos apenas para o turismo. Preocupada com a descaracterização das identidades socioculturais das comunidades pelo predomínio da dinâmica de produção vertical, Gabriela defende o equilíbrio entre verticalidade (gestores) e horizontalidade (usuários diretos), para que as cidades e seus modos de vida não se tornem meras mercadorias, artificiais, adequadas à estética globalizada e vendável, que reacende as perdas identitárias envolvidas.

Focando na dimensão da infância, as autoras **Ana Paula Barszcz, Adriana Kunen e Gislaíne da Silva Fernandes** investigam, em seu trabalho, a arquitetura como potencial agente e instrumento de transformações sociais nesse campo. O estudo se debruça sobre o tema da vulnerabilidade infantil e adota três espaços de assistência social infantil como objetos de análise. O artigo discute os resultados com base em uma abordagem multimétodos, associando a análise qualitativa do espaço às entrevistas estruturadas, que dão margem às análises globais e reforçam a necessidade de um protagonismo dessa fase da vida no campo arquitetônico.

Debruçando-se sobre questões da arquitetura, em intervenções patrimoniais, **Mariana de Oliveira Couto** investiga o potencial de continuidade no processo projetual e construtivo do Edifício na Praça de Martim Moniz, destacando sua importância para a retomada de novos espaços coletivos de apropriação e participação no bairro da Mouraria, em Lisboa, após três décadas de desapropriações e demolições decorrentes de políticas de renovação urbana.

Para a autora, o projeto de Bartolomeu Costa Cabral tem como principal conceito a continuidade: a diluição das fronteiras entre arquitetura e espaço urbano de modo que se integre às construções do tecido existente e seus percursos, mantendo, contudo, a distinção entre o novo e o existente.

Ainda versando sobre práticas de intervenção permanente e de valor histórico nacional, **Ana Cristina Csepcsényi Pereira e Rosina Trevisan Ribeiro** avaliam propostas para a preservação do patrimônio arquitetônico da Praça do Trem no Rio de Janeiro/RJ. As autoras focalizam a “teoria na prática”, buscando identificar as inconsistências conceituais na intervenção referentes à valoração do bem e às teorias contemporâneas do restauro. Comparando os pressupostos do campo, e as propostas de execução das intervenções passadas, as autoras identificam um desprestígio do que precede as histórias recentes, oferecendo uma incoerência teórico-prática. Assim, defendem a operacionalização dos conceitos fundamentais do restauro para minimizar os riscos à condição de referência histórica que a praça possui.

Ainda aferindo sobre a preservação do patrimônio e o direito de propriedade, **Juliana Carvalho Clemente, Fernanda Rocha de Oliveira e Natália Miranda Vieira-de-Araujo** se colocam no centro do debate. O artigo assume o decreto de criação do Tombamento - instrumento de preservação do patrimônio - como seu objeto de estudo. A argumentação perpassa pelos impactos da Função Social da Propriedade, o Instituto do Tombamento e discute os efeitos do tombamento nos diversos agentes sociais atrelados aos bens protegidos. O texto expõe uma visão crítica dos instrumentos legais e da representação do Estado frente aos conflitos entre o coletivo e o individual, entre o público e o privado.

No campo do ensino de arquitetura, **Mariane Garcia Unanue, Ana Carolina Caldas Rodrigues e Lucca Lopardi Brigatto** se dedicam à identificação de marcos arquitetônicos e urbanísticos da cidade de Juiz de Fora/MG que apresentam valores preponderantes ao ensino de projeto, segundo análise pelo campo do ensino. O artigo reforça a importância da observação e interação dos estudantes, enquanto fabricantes de uma realidade mediada com a cidade, e apresenta um repertório de espaços possíveis de visitação e de vivência arquitetônica de modo a fundar referências projetuais para os estudantes de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora e incitar uma estrutura didática aberta e engajadora.

Finalizando as discussões apresentadas neste número da revista, de forma visceral e livre, **Simone Neiva e Alexandre Emerick Neves** trazem reflexões sobre as obras do artista norte-americano Gordon Matta-Clark. O artigo aborda instalações, realizadas na década de 1970, como desafiadoras dos princípios arquitetônicos de funcionalidade, permanência, habitabilidade e estabilidade, produzindo uma “desorientação conceitual” que questiona os limites disciplinares entre arquitetura e escultura. Através de vazaduras recortadas em edificações, os autores mostram que Matta-Clark reconfigura o espaço em estruturas híbridas paradoxais,

capazes de realocar o corpo enquanto agente transformador da experiência arquitetônica. Correlacionando a análise das obras com teóricos contemporâneos da arte, os autores evidenciam como as “esculturas-lugar”, de Matta-Clark, incitam outros modos de compreender e atuar no espaço, reinserindo o corpo e o ambiente em uma nova forma de pensar o campo da arte e da arquitetura.

Encerramos este editorial, que permeia assuntos sobre a vivência sensível no mundo urbano e na arte, assim como as realidades conservacionais do patrimônio nacional em um cenário reconhecível até 2019, com a certeza de que novos passos precisarão ser dados nas pesquisas vigentes. Pensamos e agimos de modo diferente, em junho de 2020, do que fazíamos em algumas décadas anteriores e mesmo no ano passado. No entanto, alguns métodos, ideias e reflexões continuam sendo caros e necessários para alcançarmos novos (e possíveis) horizontes. Desejamos, portanto, que as leituras aqui produzam mais e constantes reflexões sobre os temas abordados e os futuros que nos aguardam. Que logo possamos voltar a vivenciar os espaços públicos de nossas cidades, observar suas edificações e nos inspirarmos para novas pesquisas.

Ethel Pinheiro Santana

Aline Calazans Marques

Comissão Editorial

Maria Julia Santos e Barbara Thomaz

Coordenação executiva

Leonardo Muniz, Carolina Ferreira de Carvalho e Luiza de Farias Melo

Secretaria executiva

Sensitive spatial experience and heritage scenarios: records of urban architecture before Pandemic

The number 34 of CADERNOS PROARQ features issues of urban and patrimonial order from works submitted and approved in 2019, mostly. This fact gains importance at the moment the edition comes to public, amidst a modification and comprehension of the urbanity, as well as the concept of heritage value itself, established by the process of social isolation inflicted by COVID-19 Pandemic. We believe this theme is essential to qualify the Architecture and Urbanism Journals nowadays, but a necessary maturation, yet to come, is mandatory in our area given the profusion of bibliography on these subjects.

In this way, still inviting to a world where “encounters are possible” in many aspects, the number 34 of CADERNOS PROARQ points to the spatial inter-relation between the experience and the public urban space, fundamental contents to a contemporary debate about architecture and the city. The first five articles are dedicated to urban challenges and socio-spatial approaches in the neighborhood and the square scales. In the sequence, the following three texts discuss the inherent challenges to heritage preservation and experience in the established urban structure. Finally, the last two articles explore different spatial relations between the individual and the urban environment, pitching into the architectural and artistic education field.

Fernanda Alves Bonon and José Roberto Merlin open this edition with a paper, aiming at unveiling the educative predicates inherent to space and in which ways they are able to reduce urban violence through architecture. They seek to combat the reflection of the reification of cities, that ends up increasing the concentration of income and enhancing poverty. Their analysis of urban design and equipment inserted in the Colombian cities of Bogotá and Medellín shows the value of inclusive spaces that foster coexistence and urbanity – unlike the segregation of the most usual defense mechanisms of fortified enclaves, which can lead to the reduction of fear and the incidence of crimes. Thus, they conclude that by means of architectural elements, which provide greater or lesser visual permeability, the exchange of experiences and the feeling of belonging to the community can create a “citizen culture”, built by an continued education established in the city.

Also from a perceptual perspective, Paula Gabbi Polli, Luís Guilherme Aita Pippi, Alicia Norma González de Castells and Vanessa Casarin recognize and explore urban territorial elements that constitute the image of the city in the Camobi neighborhood, Santa Maria / RS. The purpose is to understand the relations of

identity between the inhabitants and the elements engaged in this frame. searching for the stability of urban significance and the emotions of individuals in space. The relevance of this article dwells in the act of indexing images of affection and disgust that reverberate into urbanistic projects under a sensible look, which can extend its relevance in including heritage questions of historic valuation.

More closely associated with an experiential view, Isabela de Mattos Ferreira, Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima and Frederico Braida make a brief analysis at Santos Dumont Square (Gávea, Rio de Janeiro / RJ) identifying possibilities for ephemeral urban intervention and applying them aiming to new paths conditions and spatial situations of interaction subject-space and subject-subject. Based on the “ludicity” category, these paths allowed an expansion of this network of interactions revealing the active role of space as a meeting place. In addition, it could reinforce the pedagogical aspect of immersive activities to teaching-learning of design, architecture and urbanism, granting its main contribution.

Also referring to the interactions between subjects and space, especially regarding cultural heritage, Gabriela Sousa Ribeiro raises the relations of public politics for commercial spaces of craftsmanship – activity responsible for reinforcing the collective memory of local population – which, according to the author’s view, has been focused only on tourist aspects. Concerned with the mischaracterization of sociocultural identities of communities due to the predominance of vertical production, Gabriela stands for a balance between verticality (managers) and horizontality (direct users), so that cities and their way of life do not become artificial plain goods, appropriated to a globalized and marketable aesthetic, which rekindles the identity losses involved.

Focusing on the dimension of childhood, the authors Ana Paula Barszcz, Adriana Kunen and Gislaine da Silva Fernandes offer, in their work, the idea of architecture as a potential agent and instrument of social transformations in this field. The study focuses on the theme of child vulnerability and adopts three spaces of child social assistance as objects of analysis. The article discusses the results based on a multi-method approach, linking the qualitative analysis of space to structured interviews, which outlines global analysis and reinforces the need for spotlight on this life stage in the architectural field.

Addressing architectural issues in heritage interventions Mariana de Oliveira Couto investigates the potential of continuity in design and constructive processes of a building in Martim Moniz Plaza, highlighting its importance on regaining new collective spaces of appropriation and participation in the neighborhood of Mouraria, in Lisbon, after three decades of expropriations and demolitions due of urban renewal policies. In the author’s view, the main concept of Bartolomeu Costa Cabral's project is continuity: the dissolution of the borders between architecture and urban space among the constructions of the existing urban fabric and its paths, keeping, however, the distinction between the new and the existing one.

Still discussing permanent intervention practices and national historic value, Ana Cristina Csepcsényi Pereira and Rosina Trevisan Ribeiro evaluate proposals for

the preservation of the architectural heritage of “Praça do Trem” in Rio de Janeiro / RJ. The authors focus on a “theory in practice”, looking to identify conceptual inconsistencies in the intervention, regarding the valuation of the heritage and the contemporary restoration theories. Comparing the assumptions of the field and the proposals used in past interventions, the authors remark a discredited language of what precedes recent stories, offering some theoretical-practical inconsistency to the restoration works developed. Thus, they stand out for some operationalization of the fundamental restoration concepts to minimize the risks of the historical reference that “Praça do Trem” has always had for the neighborhood and the city.

Also on the topic of preservation and property rights, Juliana Carvalho Clemente, Fernanda Rocha de Oliveira and Natália Miranda Vieira-de-Araujo put themselves in the center of the debate. The article takes on the decree which creates the “tombamento” – heritage conservation legal instrument – as their study object. The argument lies on the effects of legal concepts such as Social Function of Property, the “Tombamento” Institution and examines the consequences of the act of “tombamento” on different social agents related to protected heritage. The text presents a critical view of these legal instruments and the representation of the State in the face of conflicts between the collective and the individual, between the public and the private.

In the field of architecture education, Mariane Garcia Unanue, Ana Carolina Caldas Rodrigues and Lucca Lopardi Brigatto are dedicated to the identification of architectural and urban landmarks in the city of Juiz de Fora / MG that presents remarkable values on project teaching, according to an evaluation by the teaching's field. The article reinforces the importance of students' observation and interaction, while agents of a permeated reality with the city, and presents a repertoire of possible visiting spaces and architectural experiences in order to establish references for students of architecture and urbanism at University of Juiz de Fora, engaging a new pedagogical structure.

Finishing the discussions presented in this number of the Journal, Simone Neiva and Alexandre Emerick Neves bring reflections about the work of the north american artist Gordon Matta-Clark. The article approaches art installations performed in the decade of 1970 as defiants of the architecture principles of functionality, permanency, habitability and stability, generating a “conceptual bewilderment” that questions the disciplinary limits between architecture and sculpture. Through the cuts in building surfaces, the authors demonstrate that Matta-Clark reshapes the space in paradoxical hybrid structures, capable of relocating the body as a transformative agent of architectural experience. Relating the analysis of the works with contemporary art theories, the authors emphasize how the “places-sculpture” of Matta-Clark propose others ways to comprehend and behave in the space, reinserting the body and the ambient in a new arrangement of thinking the field of art and architecture.

In order to close this editorial, which embraces issues about sensitive experience in the urban world and in art, as well as in the realities of national heritage in a recognizable scenario until 2019, we affirm that new steps will need to be taken in every current research. We think and act differently, in July 2020, compared

to what we have usually done in previous decades and even last year. However, some methods, ideas and reflections remain treasured and necessary to reach new (and possible) horizons. We wish, therefore, that the readings here may generate more and constant reflections on the topics addressed and the future that await us. May we soon be able to experience the public spaces of our cities again, visit their buildings, streets and plazas and get inspired to develop a new kind of research.

Ethel Pinheiro Santana

Aline Calazans Marques

Editorial Committee

Maria Julia Santos and Barbara Thomaz

Executive Coordination

Leonardo Muniz, Carolina Ferreira de Carvalho and Luiza Farias de Melo

Executive Secretariat

Sumário *Contents*

1

Espaços públicos como instrumento de enfrentamento da violência

Public Spaces as an instrument to fight violence
Fernanda Alves Bonon e José Roberto Merlin

18

Significações urbanas: O bairro Camobi, em Santa Maria - RS, sob a perspectiva do usuário

Urban significations: the Camobi neighborhood in Santa Maria - RS from the perspective of user
Paula Gabbi Polli, Luís Guilherme Aita Pippi, Alicia Norma González de Castells e Vanessa Casarin

36

As intervenções efêmeras e lúdicas na Praça Santos Dumont: uma experiência pedagógica

The ludic and ephemeral interventions at Santos Dumont Square: a pedagogical experience
Isabela de Mattos Ferreira, Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima e Frederico Braida

51

Verticalidades e horizontalidades em espaços comerciais de artesanato

Verticalities and horizontalities in commercial spaces for handcrafted works

Gabriela Sousa Ribeiro

68

A influência da arquitetura na vulnerabilidade infantil: uma análise em Francisco Beltrão PR

The influence of Architecture on child vulnerability: An analysis in Francisco Beltrão PR

Ana Paula Barszcz, Adriana Kunen e Gislaine da Silva Fernandes

87

O Edifício na Praça de Martim Moniz (1973-1984) de Bartolomeu Costa Cabral: uma proposta de continuidade

The Building at Praça Martim Moniz (1973-1984), by Bartolomeu Costa Cabral: a proposal of continuity

Mariana de Oliveira Couto

Sumário *Contents*

111

A coerência teórica e a prática da intervenção no patrimônio arquitetônico nacional: o caso da Praça do Trem no Rio de Janeiro

The theoretical coherence and the practice of intervention in the national architectural heritage: the case study of Praça do Trem in Rio de Janeiro

Ana Cristina Csepicsényi Pereira e Rosina Trevisan Ribeiro

128

A proteção jurídica do patrimônio histórico e cultural no Brasil: o embate entre o público e o privado

The legal protection of cultural heritage in Brazil: conflicts between public and private interests

Juliana Carvalho Clemente, Fernanda Rocha de Oliveira e Natália Miranda Vieira-de-Araujo

140

É possível ensinar projeto de arquitetura fora dos grandes centros? Uma experiência de aprendizado a partir de referências arquitetônicas cotidianas e visitáveis no contexto pericêntrico

Is it possible to teach architectural design in pericentric contexts? An experience of learning from ordinary and visitable architecture references

Mariane Garcia Unanue, Ana Carolina caldas Rodrigues e Lucca Lopardi Brigatto

154

Intervenções de Gordon Matta-Clark: questionamentos colocados para arquitetura no diálogo com a arte

Gordon Matta-Clark's Interventions: questions posed for architecture in dialogue with art

Simone Neiva e Alexandre Emerick Neves

FERNANDA ALVES BONON E JOSÉ ROBERTO MERLIN

Espaços públicos como instrumento de enfrentamento da violência

Public spaces as an instrument to fight violence

Fernanda Alves Bonon

Formada em Arquitetura e Urbanismo pela FAU da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2018). Participou de forma exitosa do Programa de Iniciação Científica (PIC) da universidade por duas vezes, pesquisando nos anos 2016-17 o tema “Morfologia de espaços urbanos que educam” e nos anos 2017-18 o tema: “Espaços públicos como instrumento e enfrentamento da violência”, obtendo com este último o Prêmio Mérito Científico do Centro de Ciências Ambientais e de Tecnologias (CEATEC) da PUC Campinas, em 2018. Por dois anos foi membro do Grupo de Pesquisa Requalificação Urbana vinculado às pesquisas da graduação e pós-graduação da universidade.

Graduated in Architecture and Urbanism at the Pontifical Catholic University of Campinas (2018). Successfully took part in the Scientific Initiation Program (PIC) at the university twice, with the research theme “Morphology of urban spaces that educate” (2016-17) and “Public spaces as an instrument and confronting violence” (2017-18), obtained with the latter the Scientific Merit Award from the Center for Environmental Sciences and Technologies (CEATEC) of PUC Campinas (2018). Has been a member, for two years, of the Urban Requalification Research Group linked to the undergraduate and graduate research at the university.

fernanda.bonon@gmail.com

José Roberto Merlin

Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela USP São Paulo (2004). Professor da FAU PUC Campinas, desde 1975, nas áreas de projeto, urbanismo, planejamento e sustentabilidade, sendo orientador nos cursos de graduação, especialização e mestrado. Ocupou e ocupa inúmeros cargos ligados ao ensino tendo sido membro da ABEA e, mais recentemente, tem participado como membro de comissões científicas de inúmeros eventos científicos de âmbito nacional e internacional. Recebeu por duas vezes o Prêmio de Mérito Científico por orientação de trabalhos no Programa de Iniciação Científica, na PUC Campinas, sendo o último em 2018.

DSc. in Urban Environmental Structures at USP of São Paulo (2004). Professor at the Faculty of Architecture and Urbanism at PUC of Campinas, since 1975, working in the areas of design, urbanism, planning and sustainability, being an advisor in undergraduate, specialization and master's courses. He has held and still holds numerous teaching-related positions, having been a member of ABEA and has recently participated as a member of scientific commissions in numerous national and international scientific events. He received the Scientific Merit Award twice for guiding works about Public Spaces as an instrument to confront violence, in the Scientific Initiation Program at PUC of Campinas, the last being in 2018

jrmerlin10@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa busca compreender a influência dos espaços públicos urbanos na formação cidadã e no comportamento humano, elucidando componentes de ambiência e da morfologia do lugar que possam auxiliar no enfrentamento da violência, compreendendo sua importância como forma de aprendizado informal, resultando em espaços potencialmente educadores. A concentração de pessoas pode potencializar a cidade como um grande centro educador. Com o advento da globalização e o avanço da tecnologia, há uma demanda de formação para além dos aprendizados anacrônicos proporcionados pela família e pelas escolas tradicionais, que difundam valores de cidadania e gere uma rede de ampla diversidade, necessária ao desenvolvimento coletivo. Tentando superar este quadro, em 1990, foi fundada a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), que propõe que a cidade se transforme em elemento fundamental para potencializar ações educadoras, como se fosse uma grande escola. Para a realização das análises espaciais dentro desta ênfase, foi necessário desfragmentar a noção de “espaço físico” como mera concreção pragmática, algo sem vida e sem história, quando se sabe que os espaços são formativos e informativos, que educam ou deseducam, transcendendo sua materialidade. O principal objetivo será entender como características espaciais conseguem aumentar a segurança pública enfatizando a arquitetura como ambiente e simbologia. Para isso foram efetuadas pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas que tangenciam o assunto, amparadas em procedimentos qualitativos e exploratórios para entender a relação entre formas potencialmente educadoras no espaço público da cidade e sua relação com a violência urbana.

Palavras-chave: Espaços educadores. Violência urbana. Morfologia. Ambiência.

Abstract

The following research seeks to understand the influence of urban public spaces on citizen training and human behavior, elucidating components of the ambience and the morphology of the place that may help to cope with violence and that understands their importance as a form of informal learning, resulting in potentially educative spaces. Concentration of people can strengthen the city as a major educational center. With the advent of globalization and the advancement of technology, there is a demand for training beyond the anachronistic learning provided by family and schools, which disseminates external values of citizenship, and generates an educational network of wide diversity, necessary for individual and collective development. Trying to overcome this, in 1990 the International Association of Educating Cities (AICE) was founded, which proposes the city as a key factor to empower actions as if it were a great school. In order to perform the spatial analyzes, it was necessary to defragment the notion of “physical space” as a mere pragmatic concretion, something without life and history, when it is known that it is a formative and informative object that educates or miseducates, transcending materiality. The main objective of the analysis will be to understand how spatial characteristics can increase public safety emphasizing architecture as environment and symbology. Bibliographical, documentary and iconographic research was carried out, based on qualitative and exploratory procedures to understand the relationship between potentially educative forms in the public space of the city and its relationship with urban violence.

Keywords: Educational spaces. Urban violence. Morphology. Ambiance.

Introdução

Os espaços públicos estão passando por um processo de obsolescência precoce devido à nova cultura erigida pelos processos de globalização, que impõem mudanças instantâneas e efêmeras no espaço e no tempo, transformando-os em mercadorias que pressupõem uma conduta normatizada. Observa-se, assim, a implantação de uma “sociedade do conhecimento”, cuja semântica, a princípio, parece conduzir um modo de vida elevado e de qualidade, mas que, na verdade, tem aumentado as condições de pobreza junto com a concentração de riqueza nas mãos de poucos.

A desigualdade de distribuição de poder e capital tem como consequência a pobreza, a violência urbana e a desordem espacial, implementadas pela segregação sócioespacial. Esses fatores resultam na degeneração e decadência do sistema ético e moral antes imposto pelos meios familiares, igrejas e escolas que ratificam matrizes tradicionais, repercutindo negativamente e demandando uma nova organização do processo educador.

Nesse novo quadro, as instituições formais parecem não conseguir suprir a demanda educadora atribuída à globalização consumista da pós-modernidade, tidas como obsoletas perante o avanço dinâmico dos objetos técnicos e do conhecimento tecnológico. A complexidade na maneira em que é aplicado o “saber” nas instituições, sob a égide da globalização, coage o cidadão e descumpre as prerrogativas de gerar espaços educadores libertários, impondo uma visão regrada num padrão social que se encontra em constante mudança, cujos propósitos não são explicitados claramente.

Perante uma sociedade morfologicamente dinâmica, agora o cidadão precisa estar diuturnamente investigando e compreendendo as dinâmicas das transformações do mundo, e se aprimorando como sujeito perante a “sociedade do conhecimento”. Prevendo esse quadro, na década de 1970, iniciaram-se estudos com o apoio da UNESCO, que buscaram instrumentos para complementar a educação introdutória oferecida pela escola tradicional e o espaço urbano apareceu como uma opção educadora.

A cidade sempre foi fruto e lugar de concentração do conhecimento. O meio urbano é um espaço dotado de significado que reflete a estrutura social e explicita o estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade que o produziu. Considerado como totalidade híbrida e indissociável entre sistema de objeto e sistema de ações (SANTOS, 1996), o espaço deixa de ser palco de atos humanos e assume status de instância social em um processo contínuo e difuso de troca de saberes, gerando outro tipo de formação para além da educação formal.

Ao continuar o processo buscando suprir as demandas do mundo globalizado através da cidade, foi criada, em Barcelona (1990), a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), quando foi elaborada a Carta das Cidades Educadoras (revisada em 1994, em Bologna, e em 2004, em Gênova). Nela constam vinte preceitos que prescrevem formas educadoras de atuação para as quatrocentos e noventa e uma cidades membros existentes em 1999, abrangendo trinta e quatro países. A AICE considera que a cidade pode se converter na “maior escola do mundo”, desde que todas as ações da gestão municipal se transformem em atos educadores.

O oitavo preceito da Carta da AICE dispõe sobre a importância do processo do planejamento urbano físico e ressalta a relação do crescimento da cidade com a preservação da memória, estimulando a percepção e o contato com uma forma de conhecimento difundido e dinâmico, que valoriza a identidade e a cultura cidadã:

O planejamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda a segregação das gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras. O ordenamento do espaço físico urbano deverá estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e duma maior aproximação à natureza. (Carta AICE, 2004)

Constata-se que o espaço arquitetônico, mesmo citado, não figura como prioridade a ser tratada pela AICE, embora o processo de planejamento procure tratar de questões referentes aos programas de uso dos espaços.

Aqui se busca desvelar características dos espaços públicos, compreendendo sua importância no aprendizado informal, buscado em processos de formação continuada conforme incentiva e demanda a sociedade contemporânea. Nesse sentido, a arquitetura é um elemento fundamental, composto pela materialidade e pela simbologia, suscitando uma grande quantidade de experiências que, aclaradas pela dinâmica urbana e pela concentração de pessoas, resulta em espaços que transmitem significados diversos, passíveis de acolher funções e eventos capazes de aguçar a intuição e a percepção, interferindo nas relações e comportamentos humanos.

É necessário esclarecer a desfragmentação da ideia do “espaço físico”, banalizado como mera concreção pragmática, como algo sem vida e sem história. Considera-se que os espaços contam a história da civilização humana e são objetos informativos e formativos, que transcendem a crua materialidade. O conhecimento absorvido na cidade é fruto de uma relação social, estabelecido a partir de espaços complexos que possuem rugosidades, que resulta em sistemas de copresença e troca de experiências, atuando de maneira educadora ou deseducadora; logo, o espaço nunca pode ser considerado como “neutro”, mas, sim, como lugar que condiciona e revela a vida, sempre contendo um potencial educador que lhe é inerente.

A pesquisa busca desvelar características potencialmente educadoras inerentes ao espaço, e seu principal objetivo será entender como essas características, presentes nos espaços públicos da cidade, conseguem diminuir a violência urbana, usando a arquitetura como um dos instrumentos de enfrentamento, como é o caso das cidades colombianas de Bogotá e Medellín. Esta última reduziu drasticamente a violência a partir da revitalização de espaços públicos, que facilitam o encontro da população, melhorando a acessibilidade em todos os transportes públicos (metrocable, metrô, bicicletas etc.) num momento de estabilidade política dada pela pacificação do país, resultado das transformações com base no respeito à vida, à cidadania e aos espaços públicos.

Essas ações urbanas talvez sejam um modo de transformar o espaço urbano em instância social (SANTOS, 1996), influenciando no comportamento humano e contrapondo-se ao descaso em relação ao ambiente, que desorganiza a maioria das cidades e resultam em territórios caóticos que engendram processos de violência.

Espaço público como instrumento educador e de segurança pública

O espaço urbano é um elemento dinâmico que se encontra em constante transformação. Observa-se que o modo de desfrutá-lo se modificou consideravelmente, em vinte anos. Isso tudo é resultado de um processo de urbanização que, ligado ao avanço de meios tecnológicos e de informação, resulta numa rede de conexões distantes.

Quando nos situamos nos espaços da cidade, desenvolvemos uma série de relações fisiológicas e psicológicas com o meio que permite entendermos o entorno, sua forma, seu significado e como podemos dele desfrutar. Dessa forma, o meio urbano interage diretamente conosco por meio de sensações, causando emoções que são interiorizadas como conteúdo e significado, tratando-se de uma experiência ambiental.

Para reafirmar os espaços públicos como instâncias sociais (SANTOS, 1996), deve-se reconquistar práticas sociais e culturas urbanas, valorizando a diversidade, a democracia e o exercício de cidadania. O conhecimento adquirido no meio urbano é fruto das relações sociais estabelecidas a partir de espaços complexos e rugosos, fruto de um sistema de troca de experiência e copresença.

A nova cultura ofertada pela globalização impõe mudanças drásticas no tempo e no espaço de maneira instantânea, que vêm aumentando as condições de pobreza devido à concentração de riqueza nas mãos de poucos, resultando na desigualdade de distribuição de poder e de capital, gênese da pobreza e da violência, refletindo-se em desordem urbana e implementando a segregação socioespacial.

A segregação urbana tem como produto a setorização dos espaços da cidade em classes sociais, conforme uso, concentrando padrões normatizados e excluindo o convívio entre pessoas diferentes, erigindo medos sobre aqueles que não se enquadram nos padrões estabelecidos em sua classe, ou seja, a exclusão pela inclusão.

As altas classes sociais se veem isoladas da cidade e usam o medo da violência e do crime para justificar novas tecnologias de exclusão social e a retirada de alguns usos de bairros tradicionais da cidade (CALDEIRA, 2000), garantindo o exílio e o distanciamento daquelas pessoas diferentes que são consideradas perigosas. Esse pensamento constrói uma reordenação simbólica do mundo, naturalizando preceitos e a percepção de certos grupos como perigosos, resultando em vítimas de estereótipos.

Assim, o tipo de segregação socioespacial vigente fomenta dois novos modos de discriminação: a privatização da segurança e a reclusão de alguns grupos sociais em enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000).

Esses fatores são refletidos diretamente na concepção arquitetônica e sobre o espaço público por meio de intercorrências que o medo da violência gera na paisagem: edifícios mais verticalizados, muros mais altos, espaços de convívio e lazer privatizados, câmeras de vigilância, condomínios fechados entre outros, criando novos padrões de segregação.

Atualmente, tais processos mudam a concepção de espaço público e interação das pessoas em público, transformando a qualidade de vida do espaço em algo obsoleto, que tem como produto a falta de reconhecimento afetivo com o lugar, portanto, o enfraquecimento da memória coletiva, dos valores históricos, da sociabilidade e da vivência, deseducando as pessoas e fomentando questões de insegurança e violência urbana.

Isso posto, é inequívoco que a demanda de segurança pública ultrapassa o limite do procedimento policial e se inscreve também como produto do desenho da cidade. No planejamento urbano, a segurança se insere nas intervenções físico-urbanísticas, interferindo diretamente no comportamento humano por meio dos cheios e vazios e pela arquitetura do espaço livre. Mostra assim, que o meio urbano possibilita criar instrumentos que intensificam a vivência urbana e diminuem a segregação espacial, trazendo a urbanidade em reflexão sobre o papel de cenários espaciais no comportamento psicossocial dos indivíduos.

A cidade é plural e multifacetada, polifônica e polissêmica e possui uma multiplicidade de cores, sons linguagens etc., da qual emerge a diversidade (DIAS; JUNIOR, 2017). Assim, a urbe é a materialização de momentos históricos e modelos culturais, que transmitem significados por meio de signos e símbolos.

Na crise urbana atual, há a dificuldade de interação entre vida privada e vida pública, revelando traços de aspectos individualistas, restando pouco tempo para o lazer, atividades comunitárias e expressão do exercício de cidadania. Tudo isso agregado aos “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000, p.09) resulta em espaços com poucos encontros que geram lugares de “passagem”, dessa forma, os “não lugares” vêm tomando conta da cidade.

A “cultura do medo” é uma prática discursiva estruturada por interesses hegemônicos dos meios políticos e de comunicação de massa, que especula sobre o “caos urbano” e apresenta um quadro distorcido da realidade, ao reafirmar o individualismo em detrimento das interações sociais e do contato com a natureza, fazendo com que, cada vez mais, os habitantes se tornem insensíveis ao cuidado e a preservação dos espaços públicos.

O décimo sexto preceito da Carta da AICE relata a importância do controle de mecanismos de exclusão que causam violência urbana e criam espaços segregados, ressaltando esforços do direito ao espaço livre coletivo:

As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afetam e as modalidades que eles apresentam assim como desenvolver as políticas de ação afirmativa necessárias. Deverão, em particular, ocupar-se dos recém-chegados, imigrantes ou refugiados, que têm o direito de sentir com toda a liberdade, que a cidade lhes pertence. Deverão consagrar todos os seus esforços no encorajar a coesão social entre os bairros e os seus habitantes, de todas as condições. (CARTA AICE, 2004)

A mudança do desenho dos espaços públicos tem múltiplos efeitos em termos de prevenção ao crime, quando se apresenta intensificando os elementos educadores. Existem qualidades que, quando aguçadas no campo da “educação urbana”, permitem o desenvolvimento humano e gera uma grande “sala de aula” ao ar livre. Segundo Merlin e Queiroga (2011) os espaços se tornam potencialmente educadores quando: as experiências ambientais promovem o convívio entre pessoas diferentes e permitem a troca de experiências, manifestações culturais (materiais e imateriais) promovendo a alteridade; a amostragem de resquícios da história permite compreender o que norteou o espaço como ele é; existe adequação entre espaço e seu entorno; a qualidade do design valoriza o lugar, dentre outras infindáveis qualidades que potencializam o espaço como educador.

Num olhar mais dilatado, os elementos que estabelecem um espaço potencialmente educador estão ligados a relações topológicas por meio da compreensão sensível do mundo. Um exemplo emblemático foi a redução considerável do índice de violência urbana de Medellín, através da implantação de projetos com alta qualidade arquitetônica, revitalização do espaço público e melhoria na acessibilidade em todos os meios de transporte público, facilitando o encontro da população. Por conseguinte, privilegiou-se espaços inclusivos que fomentam a convivência e a urbanidade, resultando em espaços potencialmente educadores e seguros.

É possível notar que a cidade desperta conscientemente nossa condição de cidadãos, por meio de princípios que permitem a educação libertária, em um ambiente dinâmico de aprendizado permanente. Assim, o desenho apropriado dos espaços públicos urbanos pode levar a uma redução do medo e da incidência do crime e uma melhoria na qualidade de vida.

Em 1968, Jane Jacobs iniciou a discussão da possibilidade de o ambiente físico ser um instrumento de enfrentamento da violência, fundamentalmente por meio da vitalidade das ruas no livro “The Death and Life of Great American Cities”. Em 1969, o arquiteto Oscar Newman criou a expressão “espaço defensável”, quando deu início ao planejamento de moradias, ali associando o projeto arquitetônico com a percepção das pessoas que residiam naquele espaço. Em suma, tratou da relação sentimental das pessoas com o senso de propriedade e a relação disso com a atividade criminal.

Em 1971, Clarence Ray Jeffery, criminologista norte-americano, cunhou o termo “Crime Prevention Through Environmental Design”(CPTED), após estudar a relação entre o ambiente físico e a incidência de crimes. O CPTED marcou um ponto de viragem a se pensar no comportamento antissocial do criminoso e, atualmente, é um modelo a ser seguido de representação que prevê comportamentos dos utilizadores legítimos ou dos potenciais criminosos (CROWE, 2000).

Historicamente, a ênfase na prevenção de crimes em territórios da cidade baseia-se em: dificultar o acesso à propriedade por meio de barreiras físicas e serviços de vigilância, legislação, normas etc. A estratégia pretendida pelo CPETD foi tornar o acesso ao objetivo do criminoso mais difícil, assim como, buscar princípios gerais para prevenção de crimes por meio de projetos arquitetônicos.

Os princípios fundamentados pelo CPTED para espaços mais seguros são: **Vigilância Natural**, em que as características físicas maximizam a visibilidade para a rua; o **Reforço Territorial**, que prevê barreiras que denominam a separação clara entre espaço público e privado; **Controle de Acesso Natural**, que busca a colocação de entradas, saídas, passadiços etc., baseando-se na rota de passeios, sinalização e elementos que indiquem claramente a direção aonde as pessoas devem ir e **Manutenção**, que prevê o uso contínuo do espaço, evitando sua degradação.

Entretanto, percebe-se que, ao longo do tempo, o pensamento sobre espaço público como instrumento de enfrentamento da violência perde a essência do civismo e da ética, pautado na cultura fomentada pelos encontros entre as pessoas e torna-se um instrumento a ser seguido. Os conceitos pautados pelo CPTED pouco consideram a cidade como elemento que transcende a crua materialidade e como possuidora de um potencial educador inerente, interagindo conosco através de sensações fruto de uma experiência ambiental, que pode oferecer um espaço urbano mais seguro. Desta forma, a pesquisa se pautou nas vertentes fundamentadas por Jane Jacobs, precursora do assunto que trata a vitalidade e a urbanidade como agentes essenciais para o respeito a alteridade humana e espaços públicos mais seguros.

Os elementos que estruturam e fundamentam os espaços públicos, como agentes que promovem a segurança e promovem a educação buscam igualdade entre as pessoas e despertam a consciência cidadã, valorizando a pluralidade e igualdade entre todos, colocando como necessidade os diferentes tipos de encontro, formando cidadãos críticos em face aos desafios da globalização. Segundo Jacobs (2000), o principal atributo de um distrito urbano próspero e seguro é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos.

Dessa forma, a reconquista do espaço público é vista como elemento articulador e estruturador que, entendido como fundamento da urbe e ícone de suas funções primigênicas, articula características educadoras inerentes que reconstróem sentimentos de cidadania, tornando fundamental para o enfrentamento da violência.

Elementos que configuram espaços urbanos seguros

O espaço público é um espaço de uso comum dotado de significado que, quando aclarado pela dinâmica urbana e concentração de pessoas, suscita uma grande quantidade de experiências, resultando em espaços que transmitem significados por meio de signos, influenciando direta ou indiretamente o comportamento humano. Assim, tem-se que a essência de um espaço urbano seguro e educador deve partir da premissa da vivência e da interação social, resultando em uma rede de cuidado mútuo.

Esta pesquisa busca desvelar elementos que configuram espaços potencialmente educadores atrelados ao enfrentamento da violência, impactando diretamente o fenômeno cultural, criando valores e ditando regras no comportamento humano.

Equipamentos urbanos são, por sua natureza, instrumentos que educam, geram identidade e nos fazem ser quem somos, intelectual e moralmente. A educação refere-se ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das faculdades intelectuais e morais dos seres humanos, consistindo em fomentar o potencial criativo e civil das pessoas, adquirindo autonomia, fazendo com que elas desenvolvam seu próprio eu, aprimorando-se como sujeito perante a sociedade.

Com a valorização do sujeito por meio dos elementos arquitetônicos há o sentimento de pertença ao lugar e, quando aguçada pela educação participativa no campo da

“educação urbana”, permite um desenvolvimento humano que resulta na diminuição dos delitos criminosos. Em suma, a segurança não se restringe somente à força policial, mas de “poder andar em espaços urbanos seguros, resolver conflitos de forma pacífica, integrar as comunidades para evitar rixas, entre outras coisas.” (CONPANS; SOUZA, 2009, p.10).

Em 1961, Jane Jacobs iniciou o movimento que pensa a cidade como instrumento de enfrentamento da violência, publicado em “The death and life of great American cities”, uma das obras de maior influência sobre o tema, tratando de modo geral, a vitalidade urbana. Segundo Jacobs (1961), existem **três condições fundamentais** para que haja pessoas suficientes nas ruas, de forma que elas desempenhem a vigilância e diminuam a violência.

A **primeira condição** seria projetar espaços que tenham uma separação gradual e evidente, entre acessos de espaço público e privado, com constante movimento, criando uma percepção de risco para os infratores, definindo, ao mesmo tempo, graus de permeabilidade e configuração do espaço.

A graduação entre acessos público-privado é dada através do projeto de arquitetura e dos elementos que definem e caracterizam o espaço, devendo ser compreendidos como articuladores no processo de criação de lugares mais seguros. Um exemplo que contempla essas características é o Centro empresarial Itaú Conceição (Figura 1), localizado em São Paulo.

O complexo, em forma de quadra aberta, apresenta blocos de torres privadas que definem e configuram um espaço público de qualidade, através do paisagismo e dos desníveis. A divisão dos tipos de acessos é feita por meio dos elementos paisagísticos, como o espelho d’água que separa as áreas de circulação livre dos halls de entrada dos edifícios. Visualmente, os espaços possuem a mesma qualidade arquitetônica, não se utilizando de elementos que impactam negativamente o entorno, como barreiras visuais ou muros altos, que ditam regras de permeabilidade de forma agressiva para a cidade. Dessa forma, o projeto se integra de forma lúdica e contínua com o território e, assim, não há uma tensão entre espaço público e espaço privado, ambos são claramente separados em uma linguagem de projeto que traz confiança para ambos os lados.

FIGURA 1- Centro Empresarial Itaú Conceição

Fonte: Edgard Georges El Khouri (2014)



Nesse conceito, a informação que transforma o espaço, também transborda para além da área em que o projeto está inserido, impactando diretamente o espaço circundante da cidade. O entorno deixa de ser uma área acéfala, tornando-se um vizinho ativo, que se modifica, forma e informa, intercomunicando-se com outros espaços (MERLIN; QUEIROGA, 2011). Portanto, a relação entre a intercomunicação pessoal e a vitalidade urbana se fazem fundamentais para a configuração de espaços urbanos potencialmente seguros e educadores, obrigando-nos a refletir sobre as novas polarizações do sistema público/privado incidindo sobre a noção de cidadania.

Há pessoas utilizando o espaço público a todo momento, de forma consciente ou inconsciente, seja contemplando-o por meio das suas casas, seja através das atividades corriqueiras, resultando em um complexo sistema de vivência urbana e vigilância natural, potencializadas por meio dos elementos arquitetônicos. Esta **segunda condição** é pontuada por Jacobs (2000) como “olhos da rua”, onde confusões, brigas e outros delitos são rapidamente controlados ou inibidos por ações de transeuntes e moradores, que observam os acontecimentos dentro de suas casas ou estabelecimentos. Nesse sentido, tem-se a arquitetura como elemento fundamental para o enfrentamento da violência, pois o projeto arquitetônico irá determinar a maior ou menor permeabilidade visual para os acontecimentos da cidade.

Como contraexemplo, têm-se edifícios muito verticalizados e grandes muros cercando condomínios fechados (Figura 2), que impactam diretamente o entorno e os espaços públicos da cidade de forma negativa, resultando em lugares inóspitos e inseguros.

FIGURA 2- Muro de condomínio fechado em Indaiatuba/SP

Fonte: Fernanda Bonon, Acervo pessoal (2018)



Portanto, a segurança deve ser dividida com a coletividade. Muros altos, ruas corredores sem vida e edifícios verticalizados obstaculizam os olhares plenos, fiscalizadores e contundentes. Cada vez mais recorrentes estão localizados em importantes acessos e encontros da malha urbana. Geram espaços públicos que sofrem deprecação e facilitam a violência urbana. Ao fragmentar a cidade por meio da separação rígida demandam segurança sofisticada e a desigualdade aparece como valor estruturante, engendrando a segregação socioespacial, por incitar que apenas pessoas de mesma classe social convivam conjuntamente.

Um exemplo emblemático é o “Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz” fomentado a partir de uma iniciativa da UNESCO no Rio de Janeiro e em Pernambuco, desde o ano de 2000, que propõe que escolas públicas, localizadas em regiões que apresentam elevados índices de violência, abram espaços públicos

permeáveis, de modo a oferecer alternativa de atividades esportivas, culturais e de lazer para os jovens em período fora do horário de aula ou finais de semana, integrando toda a comunidade por meio de programas sociais que se contrapõem à violência, com a abertura física das unidades escolares, promovendo a noção de cidadania, de pertencimento e de segurança perante o meio urbano.

As experiências ambientais, que tomam os espaços como potencialmente educadores, estão profundamente ligadas à troca de experiências e ao convívio entre pessoas diferentes, enriquecendo o repertório pessoal de cada um e criando uma noção de cidadania e igualdade, ou seja, uma prática informal de liberdade, não de opressão, que é favorecida pelos espaços livres e pela arquitetura.

Quando os espaços públicos estimulam eventos sociais, políticos ou culturais, promovem também relações interpessoais e respeito à alteridade; assim, a educação é resultado da interação humana. Sob esse contexto, a cidade de Medellín tornou-se um símbolo de transformação urbana e social para o restante do mundo, ao propor projetos voltados para a inclusão social e igualitária em zonas periféricas, diminuindo consideravelmente o índice de criminalidade e violência urbana, resultando em uma cultura cívica e de paz, frutos do cumprimento voluntário de regras de comportamento a que o espaço público induz.

No final do Século XX e início do XXI, aconteceram mudanças de grande impacto como produto da reforma constitucional colombiana, com enfoque nas políticas urbanas para bairros populares, que colocou como eixo estruturador e vinculante do sistema urbano, a recuperação de áreas degradadas, partindo da reestruturação de vias, transporte público, praças, parques etc., como elementos fundamentais para o combate da violência que, em pouco tempo, se mostrou eficaz, conforme revela a queda considerável no índice de mortalidade para um décimo, depois das intervenções ocorridas em Medellín.

Nesse contexto, se destacam os projetos das Bibliotecas-Parques, localizadas em Bogotá e em Medellín, que se sobressaem pelos espaços arquitetônicos de altíssima qualidade implantados em áreas periféricas com alto índice de vulnerabilidade.

Como exemplo, pode-se notar a Biblioteca de San Javier (Figura 3), cuja arquitetura é consolidada em desníveis que permitem um acesso convidativo, ao mesmo tempo que configura os espaços que se integram diretamente com a comunidade. Assim, o reconhecimento do espaço público de uso comum “de todos para todos” é consolidado, criando uma identidade, de modo que, pela organização do espaço arquitetônico e acesso ao conteúdo cultural e informativo proporcionado pela biblioteca pública, se instiga a restauração dos valores de responsabilidade coletiva, estruturando relações espaciais e sociais entre diferentes pessoas, resultando em um sistema integral de educação.

FIGURA 3- Biblioteca de San Javier

Fonte: Juan Felipe Gómez (2013)



O **terceiro e último conceito** contemplado por Jacobs (2000) abrange o campo da urbanidade, apontando que os espaços potencialmente seguros devem conter pessoas transitando ininterruptamente, tratando da vitalidade urbana. Jacobs descreve esse evento como “balé das ruas”, no qual os vários transeuntes que desfrutam do espaço público se tornam agentes ativos com os mais diferentes propósitos, saindo para as ruas em horários diversos e para as mais diversas atividades. Essas diferentes dinâmicas interagem entre si e se complementam através da arquitetura dos espaços públicos, resultando em uma teia de interação social de cuidado mútuo e reconhecimento de pertencimento, educando através das trocas de experiências.

Sabe-se que o ambiente urbano interage conosco por meio de sensações, que são captadas e transformadas em uma experiência ambiental, fazendo com que exploremos o espaço (MERLIN; QUEIROGA, 2011), despertando o senso de identidade e de valorização do lugar através da percepção. Um exemplo disso é o Parque dos Pés Descalços (Figura 4), localizado em Medellín, que explora elementos que aguçam as sensações humanas ao mesmo tempo que propõem vitalidade urbana e transição de pessoas que, aguçadas pela curiosidade, desfrutam o local, gerando espaços educadores por incitar cuidados mútuos e vivência social.

Nesse parque desenvolvem-se atividades que permitem a circulação ininterrupta de pessoas, o que, conseqüentemente, resulta em um lugar de amplo impacto cultural e fonte de trocas de conhecimento, integrando-se ao entorno por meio da calçada para pedestres. O desenho convida o transeunte a adentrar no projeto ao mesmo tempo que amplia o campo de visão para os acontecimentos locais, aguçando a sensação de que a segurança vai além da força policial, está inserida na vivência do espaço público e desperta a sensação de segurança cidadã.

FIGURA 4- Parque dos pés descalços. Medellín, Colômbia

Fonte: José Roberto Merlin, Acervo pessoal (2013)



Neste contexto, deve-se compreender a arquitetura com o objetivo formativo e informativo, que configura um lugar que oferece segurança e que facilita educar as pessoas através dos espaços públicos. Portanto, além de todos os fatores citados anteriormente, é fundamental que o espaço seja profundamente relacionado com o campo das artes, cuja sensação a priori “é educar por meio do estranhamento, que dilata a percepção sensorial e o conhecimento sensível ao se defrontar com o inédito”. (MERLIN; QUEIROGA, 2011, p.08).

Diante desse quadro inusitado, no qual a linguagem é imposta pela informação por meio dos objetos técnicos, deve-se pensar no espaço enquanto forma de arte que se

utiliza de padrões estéticos para revelar o mundo ao usuário, encorajando-o a construir sua autonomia intelectual, revelando a legibilidade do lugar como instrumento de enfrentamento da violência, indo além da concretude da arquitetura e entrando no campo simbólico, no imaginário da população, como se percebe na Figura 5, escultura de Campinas em homenagem ao maestro campineiro Carlos Gomes elaborada por Daniela Galli, Carlos Adriano Lazanha e Pedro Paulo Mainieri.

Figura 05 – Escultura para Carlos Gomez em Campinas/SP

Fonte: José Roberto Merlin, Acervo pessoal (2013)



Assim, é possível afirmar que as infindáveis possibilidades e qualidades educadoras, que a cidade pode oferecer estabelecem uma relação direta com elementos que tornam o espaço público mais seguro, diminuindo o índice de violência; sendo possível inferir que, em todo lugar do mundo, quem faz a segurança da cidade não é o aparato policial isoladamente, mas sim o próprio cidadão, a presença de pessoas em interação e o sentimento de pertencimento à coletividade.

Conclui-se que um processo de educação contínua estabelecida pela cidade, incluindo a proposição arquitetônica e a decorrente configuração espacial do projeto do entorno, é indispensável quando se propõe uma “cultura cidadã” e se respeita a identidade social, estabelecendo relações de pertencimento com a cidade em um processo contínuo.

Considerações Finais

Constatou-se que o ambiente da cidade impõe estímulos reais à vida diária, criando regras sociais, afetando diretamente o modo de interagir entre as pessoas, no convívio e nas estratégias de vigilância de uns sobre os outros. Esse processo resulta em um sistema de barreiras e permeabilidades materializado pelo espaço, que deveria favorecer encontros interpessoais constituindo relações sociais, que poderiam potencializar o sentimento de cidadania, avivando a noção de pertencimento e segurança perante o meio urbano.

O pensamento de compreender a atividade policial como única força repressiva para delitos não é eficiente. Deve-se investir em estratégias de prevenção também através do desenho urbano, desenvolvendo espaços públicos capazes de atender às necessidades físicas e sociais dos cidadãos, formando redes de convivência que potencializam a confiança recíproca.

Desde sempre, a cidade tem sido lugar educador por excelência e, como elemento que afeta diretamente o convívio social, deveria ser objeto indispensável de intervenção na incorporação do tema “segurança”, ultrapassando os procedimentos policiais (COMPANS; SOUZA, 2009) no desenho dos espaços livres e públicos da cidade.

Tendo como base a Carta das Cidades Educadoras, elaborada durante as reuniões da Associação Internacional das Cidades Educadoras, precursora do pensamento da cidade como elemento potencial das possibilidades educadoras, constata-se que há carência de discussões que façam, do espaço urbano em si, colaborador no combate à violência. Dessa forma, é necessário desvelar conceitos espaciais cujas características aguçam o espaço como potencialmente educador e agente de combate à violência urbana, utilizando como base as teorias propostas por Jacobs (2000) e Merlin e Queiroga (2011).

Foram constatados uma série de elementos arquitetônicos considerados mecanismos de defesa, como muros e condomínios fechados, que acabam agravando as condições de segurança dos espaços públicos, tornando-os aversivos e se antepondo à questão de educar pela cidade. Dessa forma, existe a necessidade do aprofundamento teórico sobre a influência do espaço público de qualidade como instrumento de educação informal e de defesa, onde a segurança se torne responsabilidade de uma coletividade influenciada pelo meio urbano.

É necessário estabelecer uma forte participação comunitária para os projetos, discutindo-se as configurações espaciais e seus dispositivos. Há uma tendência mundial de se considerar a cidade como espaço educador, desde as reuniões da UNESCO em 1970. Esse processo se tornou possível devido aos novos objetos técnicos, produtos da globalização para a formação de nova sociedade, tecendo redes de interações e se articulando com o espaço fenomenológico e existencial do urbano. Assim, pode-se atribuir sentidos por meio da vivência e da experiência entre todos, harmonizando e preservando símbolos vinculados à memória coletiva e às novas necessidades, resultando em espaços potencialmente educadores e, por consequência, mais seguros.

Referências Bibliográficas

AICE- **Carta das Cidades Educadoras. Declaração de Barcelona**, 1990, revista Bologna, 1994, revista Genova, 2004. Disponível em <<http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2013/10/Carta-Portugues.pdf>>. Acesso em 20 set. 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CAVALCANTI, Murilo. **As lições de Medellín e Bogotá: do caos à referência mundial**. Recife: INTG, 2013

CENTELLES, Josep. **Cidade Educadora (Território Educador)**. Brasília: 10 Expo Brasil, 2012.

COMPANS, Rose; SOUZA, Maria Julieta Nunes. **Espaços urbanos seguros: A temática da segurança no desenho da cidade**. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. V.11 n.1, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n1p9>>. Acesso: 02 fev. 2018

CROWE, Timothy D. **Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts**. Butterworth-Heinemann, 2000.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DIAS, Marina Simone; JÚNIOR, Milton Esteves. **O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba**. Cad. Metrop. São Paulo, v. 19, n. 39, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v19n39/2236-9996-cm-19-39-0635.pdf>>. Acesso: 30 mar. 2018

FRANCO, Augusto de. **Evolução criadora**. Disponível em: <<http://evolucaocriadora.blogspot.com/2010/07/buscadores-polinizadores-3a-versao.html>>. Acesso em: 13 set. 2017

GÓMEZ, Juan Felipe. **Biblioteca Presbítero Jorge Luis Arroyave**. Disponível em : <<http://arqa.com/editorial/medellin-r/biblioteca-presbitero-jorge-luis-arroyave>> Acesso: 19 fev. 2018

HOLANDA, Federico Rosa Borges de. **Arquitetura e Urbanidade**. PróEditores, 2003

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Coleção a, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2000.

KHOURI, Edgard Georges El. **Espaços públicos-privados na arquitetura e no urbanismo: Espaços públicos-privados, o interesse social versus o privado, integração, áreas verdes e a ocupação urbana**. Disponível em: <http://lounge.obviousmag.org/arquitexturas_musicais_e_a_vida/2014/04/espacos-publico-privados-na-arquitetura-e-no-urbanismo.html>. Acesso: 29 mar. 2018

LYNCH, Kevin. **A Boa Forma Urbana**. Lisboa: Edições 70, 2007.

MARCONDES, José Sergio. **Prevenção de crimes por meio de projetos arquitetônicos**. Disponível em: <<https://www.gestaodesegurancaprivada.com.br/prevencao-de-crimes-por-meio-de-projetos/>>. Acesso: 25 jul. 2018

MERLIN, José Roberto; QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **Sobre espaços públicos potencialmente educadores**. Quapa-Sel, 18 nov. 2011. Disponível em: <<https://silviomacedo.files.wordpress.com/2011/11/artigo-21.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017

ORTEGA, Artur Renato. **Notas sobre a experiência [E o aprender] da arquitetura**. Projetar. Disponível em: <revistaprojetar.ct.ufrn.br/index.php/revprojetar/article/view/35>. Acesso: 13 sets. 2017

ROUX, Nicolas le. **O edifício como articulador e constituídos da urbanidade: a biblioteca e a cidade**. Disponível em <https://issuu.com/nicolas.lr/docs/relat_rio_parcial_nicolas_le_roux>. Acesso: 2 fev. 2018

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. 4. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

WAISELFISZ, Julio Jacobo; MACIEL, Maria. **Revertendo Violência semeando futuros: Avaliação de impacto do programa “Abrindo espaços” no Rio de Janeiro e em Pernambuco**. Brasília: UNESCO, 2003.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submissão: 22/09/2019

Aceite: 28/11/2019

PAULA GABBI POLLI, LUÍS GUILHERME AITA PIPPI, ALICIA NORMA GONZÁLEZ DE CASTELLS E VANESSA CASARIN

Significações urbanas: O bairro Camobi em Santa Maria - RS sob a perspectiva do usuário

*Urban significations: The Camobi neighborhood in Santa Maria - RS from the
perspective of the user*

Paula Gabbi Polli

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Maria; Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina; Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Graduated in Architecture and Urbanism at the Federal University of Santa Maria; Master's degree in Architecture and Urbanism at the Federal University of Santa Catarina; DSc. student of the Post-graduate Program in Architecture and Urbanism at the Federal University of Santa Catarina (UFSC).

paula.polli@gmail.com

Luís Guilherme Aita Pippi

Arquiteto e Urbanista; Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina; Possui Doutorado em Philosophy - Design, NC State University (2013); Professor Adjunto Efetivo no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Architect and urbanist; Master's degree in Architecture and Urbanism at the Federal University of Santa Catarina; Ph.D. in Philosophy - Design at the NC State University (2013); Adjunct Professor in the Architecture and Urbanism Course at the Federal University of Santa Maria (UFSM).

lgpippi@ncsu.edu

Alicia Norma González de Castells

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Nacional de La Plata Argentina; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina e Pós-Doutorado na Facultad de Filosofía y Letras da Universidade de Buenos Aires - UBA; Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Graduated in Architecture and Urbanism at the National University of La Plata Argentina; Master's degree in Anthropology at the Federal University of Santa Catarina; Interdisciplinary Doctorate in Human Sciences at the Federal University of Santa Catarina and Post-Doctorate at the Faculty of Philosophy, and Letters at the University of Buenos Aires - UBA; Full Professor at the Federal University of Santa Catarina (UFSC).

alicianormacastells@gmail.com

Vanessa Casarin

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, ambas pela Universidade Federal de Santa Maria - RS; Mestrado e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Graduated in Architecture and Urbanism and Social Communication, specialization in Advertising, both at the Federal University of Santa Maria - RS; Master and DSc. in Architecture and Urbanism at the Federal University of Santa Catarina. Adjunct Professor at the Federal University of Santa Catarina (UFSC).

vanessa.casarin@ufsc.br

Resumo

Neste artigo aborda-se a cidade enquanto atribuidora de sentidos e significados aos lugares de uso coletivo dos moradores. A fim de entender os aspectos simbólicos que permeiam a relação sujeito-espaço habitado, adota-se como objetivo central desta pesquisa: compreender as significações que os espaços e os principais elementos da cidade assumiram no imaginário dos usuários enquanto fruto das transformações urbanas. Adota-se como objeto de estudo o núcleo histórico do bairro Camobi, localizado na cidade de Santa Maria – RS. A partir do esvaziamento deste espaço em função do surgimento de novas centralidades no bairro, novas concepções passam a surgir a partir da percepção do usuário. Neste contexto, a fim de conhecer as diversas motivações que levam a população a estabelecer significados, assim como sentimentos de afeição e aversão em relação aos espaços da cidade, questionários foram aplicados com moradores e usuários do bairro. A partir dos dados obtidos, foi possível aferir a indicação de elementos como a memória coletiva, a agradabilidade do espaço público, o reconhecimento dos elementos históricos, as potencialidades do lugar e o descaso com espaço coletivo enquanto fatores que caracterizam a relação do usuário com o contexto urbano. Constatou-se que a cidade é capaz de adotar diversos significados, fruto da experiência individual do sujeito no espaço urbano. Tais significados resultam na consolidação de diversos sentimentos que permeiam a relação simbólica sujeito-espaço habitado: tranquilidade, paz, emoção, nostalgia, felicidade, etc. Desse modo, a partir das reflexões expostas, foi possível concluir que o estudo colabora no entendimento da cidade enquanto lugar sensível da experiência do sujeito, enfatizando a importância de compreender as significações dos espaços coletivos a fim de garantir a adequabilidade de propostas urbanísticas voltadas as necessidades e anseios da população.

Palavras-chave: Espaço público. Percepção. Significado. Bairro Camobi.

Abstract

In this article the city is addressed as attributer of significations and feelings to the places of collective use of the inhabitants. In order to understand the symbolic aspects that permeate the subject-space relation, it is adopted as the central objective of this research: to understand the significations that spaces and the main elements of the city have assumed in the users' imagination as a result of urban transformations. The historical area of the Camobi neighborhood, located in the city of Santa Maria - RS, is adopted as object of study. From the emptying of this space due to the emergence of new centralities in the neighborhood, new conceptions begin to emerge from the perception of the user. In this context, in order to know the different motivations that lead the population to establish significations, as well as feelings of affection and aversion towards the spaces of the city, questionnaires were applied with residents and neighborhood users. From the obtained data, it was possible to conclude the elements such as the collective memory, the pleasantness of the public space, the recognition of the historical elements, the potentialities of the place and the neglect with collective space as factors that characterize the relation of the user with the urban context. It was verified that the city is capable of adopting diverse significations, as a result of the individual experience of the subject in the urban space. These significations result in the consolidation of diverse feelings that permeate the inhabited symbolic relation between subject and space: tranquility, peace, emotion, nostalgia, happiness, etc. Thus, based on the above reflections, it was possible to conclude that the study contributes to the understanding of the city as a sensitive place of the subject's experience, emphasizing the importance of understanding the significations of collective spaces in order to guarantee the adequacy of urban proposals based on the needs and yearnings of the population.

Keywords: Public space. Perception. Signification. Camobi neighborhood.

Introdução

Apresentando como objeto de estudo o bairro Camobi, localizado na cidade de Santa Maria - RS, o objetivo desta pesquisa foi compreender as significações que os espaços e os principais elementos que compõem a paisagem do centro histórico do bairro adotam no imaginário dos usuários.

A fim de entender as relações simbólicas estabelecidas entre o sujeito e a cidade, são levadas em consideração as transformações ocorridas no bairro no decorrer do seu desenvolvimento histórico. Ao olhar para o objeto em estudo, entende-se que certos edifícios e espaços livres foram perdendo o seu papel e adotando novas significações à medida que o bairro se desenvolveu. A partir do encerramento das atividades ferroviárias, as quais deram origem ao bairro, e da instalação de novos equipamentos estruturadores da economia local, como a universidade federal e a base aérea, o bairro sofreu significativas alterações. Tal processo resultou em transformações na sua paisagem e também na sua dinâmica urbana a partir do surgimento de novas centralidades, que promoveram, de certa forma, o esvaziamento do seu centro histórico.

Neste cenário, parte-se do entendimento de que as cidades se encontram em constante processo de transformação. Tais processos resultam em diversos efeitos sobre a concepção e uso dos espaços coletivos a partir da visão do habitante. Ao adotar como foco deste estudo as relações simbólicas entre o usuário e a cidade, busca-se entender quais os significados que os lugares e elementos urbanos passaram a adotar após as transformações na paisagem do bairro.

Para tal, adota como foco o entendimento da cidade a partir da relação do sujeito com o espaço em que se habita no cotidiano. Destaca-se, neste estudo, a intenção de abordar o espaço público enquanto elemento sensível a partir da experiência e da fala daqueles que o utilizam, seus usuários. Neste enquadramento, parte-se em busca das diferentes percepções que o sujeito apresenta em relação aos lugares urbanos, representados, nesta pesquisa, através dos espaços coletivos do bairro.

Com base nisso, o artigo se encontra estruturado em quatro momentos onde apresenta, primeiramente, uma discussão teórica quanto à relação dos espaços da cidade com fatores de identificação do usuário. Posteriormente é apresentado o contexto urbano do bairro Camobi de forma a embasar a compreensão das diferentes relações do sujeito com a cidade. Na sequência são expostas as estratégias metodológicas adotadas e, por fim, serão discutidos os resultados e reflexões do estudo.

O espaço público e a identificação do sujeito com a cidade

O espaço público, alvo desta reflexão, é apresentado sobre diferentes visões teóricas que focam tanto em sociabilidades urbanas, espaços praticados, lugar de valor, como reforçam a (in) dissociabilidade do funcional e do simbólico desses mesmos espaços. Abordando, em particular, a relação de reconhecimento e dos significados atribuídos pelos usuários, os diferentes conceitos apresentados dialogam de forma direta com o foco de nosso trabalho, sobre como se estabelecem os diferentes significados a esses lugares urbanos.

Inicialmente, o entendimento de espaço público se dá enquanto local de identificação do sujeito onde encontra nos seus diferentes a possibilidade de se reconhecer, de

refletir e experimentar sua essência de ser coletivo (ASSEN DE OLIVEIRA, 2010). Associado ao contexto do bairro, segundo Certeau *et al* (1996), este se dá enquanto espaço onde o usuário se sente reconhecido na cidade, assim como em relação aos demais.

Aliado a ideia de espaço público enquanto reafirmação da identidade individual ou coletiva, compreende-se a capacidade deste em carregar sentidos, memórias e valores de um grupo social (BORJA, 2013). Neste cenário, entende-se que são nas condições banais e acidentais da vida cotidiana, expressas através dos diferentes usos dos espaços do bairro, que se dá a verdadeira expressão das relações dos indivíduos com a cidade habitada (CARLOS, 2001).

A partir da compreensão de que o espaço possa adotar significações simbólicas que interferem na relação dos diferentes usuários, assim como do sujeito na cidade, segundo Tuan (1983), o conceito de lugar seria mais adequado enquanto representação sensível da experiência urbana. O entendimento de lugar se opõe ao conceito de espaço como aquele abstrato e vazio de significado, sendo dotado de sentido e valor, capaz de exprimir a identidade de um grupo.

Ao se aprofundar sobre o este conceito, entende-se que o processo de transformação de espaços abstratos em lugares de significados ocorre, segundo Certeau *et al* (1996), através do relato dos indivíduos na cidade. De acordo com os autores, é através da fala dos moradores do bairro, por meio das diferentes sensações e significados que caracterizam o viver urbano, que se torna possível compreender o sentido de lugar.

Considerando o objetivo deste estudo, baseado nas significações que permeiam a relação do indivíduo com a cidade, adota-se como foco uma análise sobre os espaços públicos enquanto lugares, estes, por sua vez, capazes de despertar sentido e significado às experiências urbanas. Da mesma forma, ao assumir a ideia de que é a partir da percepção individual que os espaços passam a adotar valor simbólico, a fala dos habitantes surge enquanto principal ferramenta desta pesquisa.

A fim de compreender os significados que os lugares urbanos adotam, cabe ressaltar a relação entre a qualidade espacial e o seu efeito sobre os aspectos simbólicos. Entende-se que é a partir da apropriação dos espaços públicos que se promove sentido à cidade habitada (EDELWEISS, 2016). A medida que as áreas livres passam a ser ocupadas e adotam caráter de referência no imaginário dos usuários, diversas relações são estabelecidas entre os habitantes e o meio (BOMFIM *et al*, 2018). Tal situação expõe a ideia de (in) dissociabilidade do funcional e do simbólico, onde o espaço deve estar qualificado e apto ao uso a fim de garantir a aproximação e afeição frente à cidade.

Como resultado da apropriação dos espaços coletivos, obtém-se o sentimento de identificação dos usuários com o bairro em que se vive, a qual se dá através da consolidação dos aspectos simbólicos que permeiam a relação sujeito-espaço. Esta ocorre por meio da identificação afetiva, sensação de bem estar, relações cognitivas, estabelecendo um sentido ao lugar habitado (POL e VALERA, 1999).

Segundo Lynch (2010), a identificação dos usuários em relação aos lugares se dá através do reconhecimento da sua individualidade, de forma que um local é diferente dos demais a medida que assume a identidade construída por diferentes sujeitos. Da mesma forma, um elemento entra no mundo percebido das pessoas quando adota um significado, implicando de forma emotiva e funcional para o indivíduo ou grupo. Logo, a imagem da cidade, concebida através da percepção do usuário em relação ao lugar da vida cotidiana, é produto tanto dos elementos representativos do contexto urbano do bairro, como daqueles carregados de sentido e significado na experiência do sujeito.

Ao entender que os espaços públicos e os elementos urbanos adotam importância, assim como significado na percepção do usuário, compreende-se que ambas ocorrem de forma temporal e progressiva. O processo de construção simbólica do lugar ocorre devido às diversas experiências do indivíduo nos lugares da cidade enquanto fruto tanto da sensação imediata quanto da lembrança de experiências passadas (CAVALCANTI e SANTOS, 2017).

Dessa forma, a partir do que se propõe o estudo, a principal característica que se busca investigar são os significados que os espaços e elementos urbanos do centro histórico de Camobi despertam nos usuários, associados aos sentimentos de aversão e afeição frente a cidade habitada.

A opção pelo recorte territorial do bairro como objeto de investigação se dá a partir do princípio de que o morador da cidade não a habita em sua totalidade, mas sim fragmentos dela. É no espaço do bairro, da rua onde se mora, que se encontra a parte da experiência íntima de cada pessoa. São nestes lugares onde se realizam os encontros e a sociabilidade na vida cotidiana e se efetivam as experiências do viver na cidade, permitindo-se, a partir daí, estabelecer significados (TUAN, 1983; CARLOS, 2001).

O bairro

O município de Santa Maria, localizado na região central do Rio Grande do Sul, se apresenta como uma das principais cidades do estado, distante 293km da capital Porto Alegre. O bairro Camobi [1], localizado na porção leste da cidade, apresenta 21.822 moradores dos totais 262.312 do município (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTA MARIA, 2016). Surge como um dos principais bairros em desenvolvimento da cidade, fator que se justifica principalmente pela presença da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Base Aérea de Santa Maria (BASM).

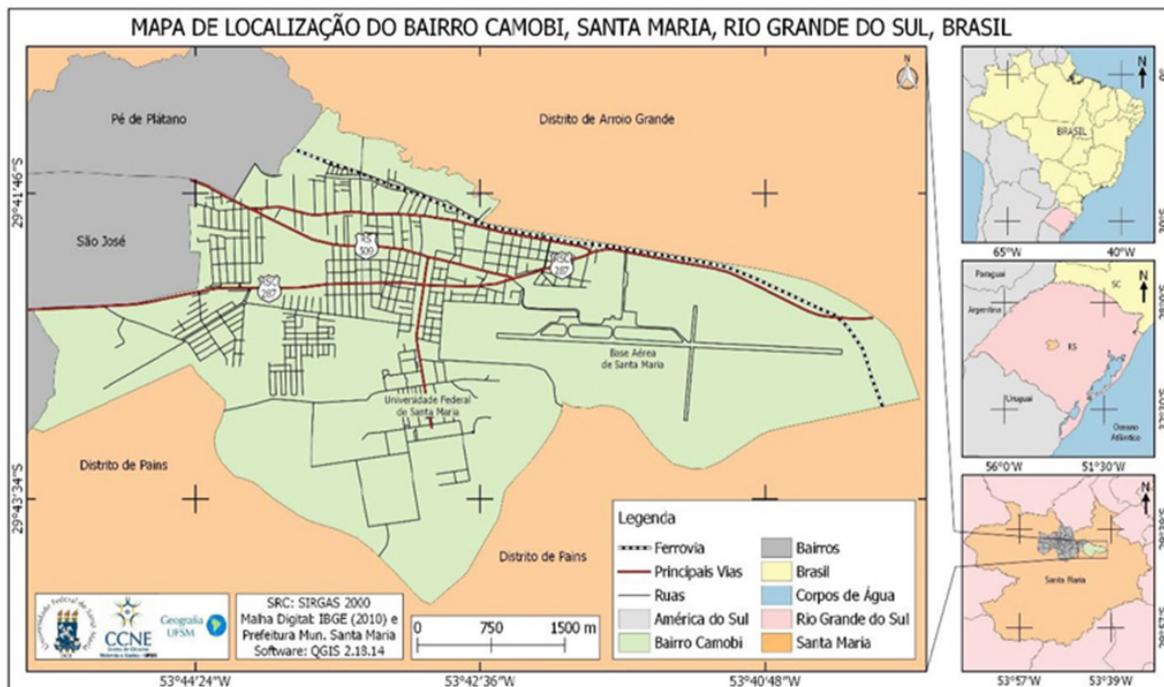


FIGURA 1- Localização do bairro, da cidade e do estado.

Fonte: Spode et al, 2018, p.7.

O surgimento do então bairro Camobi ocorreu a partir da chegada de imigrantes italianos oriundos do município vizinho de Silveira Martins que ao inaugurarem a Estação Colônia (1885) surgem os princípios de centralidade (BELTRÃO, 1958). A transição do contexto rural para o urbano ocorre com a instalação da ferrovia onde a então estação passa a ser intitulada Estação Camobi (1945). O único eixo viário existente até então, a atual Avenida João Machado Soares, localizada em frente à estação, concentrava as atividades econômicas e sociais do distrito. Neste mesmo local instalou-se, ainda, a primeira igreja e praça do bairro (Igreja e Praça da Glória) consolidando o caráter de centralidade.

A partir do crescimento urbano de Camobi, com a implantação de novos eixos viários (RS 509 e BR 287), a criação da UFSM (1960) e da BASM (1970), as atividades ligadas ao comércio e serviço foram gradativamente sendo deslocadas para o eixo da RS 509 que passa a adotar o caráter de centralidade do bairro (COMIN, 2013). Tais transformações do espaço configuram a malha viária atual de Camobi [2], representada na imagem a seguir.

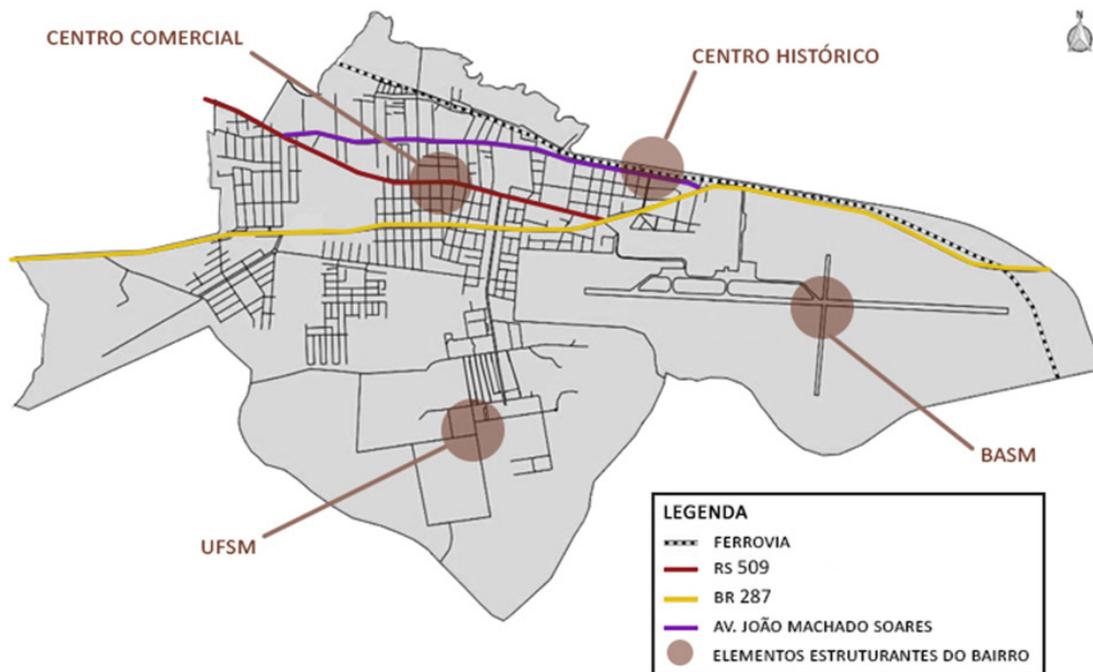


FIGURA 2- Elementos estruturantes do bairro Camobi.

Fonte: Autores, adaptado de Spode et al, 2019.

A partir do fechamento da estação férrea (1996), o recinto histórico do bairro perdeu seu caráter de centralidade. Com o desuso da edificação e abandono da área do entorno [3], estabelecimentos comerciais e de serviços encerraram suas atividades, configurando um espaço residual no contexto do bairro. Da mesma forma, a Praça da Glória, localizada em frente à estação, foi transformada em estacionamento, reduzindo seu reconhecimento enquanto espaço de uso e representatividade no contexto do bairro [4]. A importância desse lugar, de ordem histórica, econômica ou social, se enfraqueceu com o passar do tempo. A área hoje se encontra abandonada devido à falta de uso e reconhecimento no contexto urbano.



FIGURA 3- Desuso da antiga estação férrea de Camobi.

Fonte: Autores, 2017.



FIGURA 4- Praça e Igreja da Glória.

Fonte: Autores, 2017.

Da mesma forma, o trecho da Avenida João Machado Soares [5] perdeu seu caráter referencial na malha viária do bairro adotando, atualmente, caráter de deslocamento local no contexto urbano. Tal processo resultou na utilização da via predominantemente por parte dos moradores do entorno e indivíduos que buscam se deslocar para os municípios vizinhos da porção norte do estado.

FIGURA 5- Avenida João Machado Soares.

Fonte: Autores, 2017.



Com a expansão urbana, o bairro apresenta significativo crescimento no sentido norte-sul onde novos loteamentos vão surgindo assim como estabelecimentos de interesse comercial e prestação de serviço no decorrer das duas vias de expansão rodoviária (COMIN, 2013). A nova área central do bairro, configurada pela RS 509 [6], composta por seis pistas automotivas e a falta de espaço público de referência desconstruiu o conceito de um centro voltado às práticas sociais da população.



FIGURA 6- Centro comercial do bairro Camobi.

Fonte: Autores, 2017.

A partir da imagem é possível observar a carência de tratamento paisagístico voltado à acessibilidade, conforto e segurança do pedestre e ciclista no centro do bairro, conformando a falta de um olhar humanista sobre o espaço. Da mesma forma, a ausência de uma praça central que concentre as atividades sociais, cívicas e culturais do bairro pode resultar em um afastamento na relação do sujeito com a cidade habitada.

Acredita-se que tal situação, aliada ao estado precário de conservação do recinto histórico de Camobi, pode vir a enfraquecer os laços de identificação do sujeito com o bairro. Fator, este, que pode vir a resultar em uma perda da qualidade de vida dos usuários, onde a falta de espaços simbólicos e voltados à sociabilização na cidade reduz o contato e a aproximação entre os moradores, interferindo diretamente no sentimento de identidade e memória coletiva do lugar.

Aliada à estes espaços, a paisagem urbana de Camobi se encontra configurada pela presença de lugares e elementos que a compõe morfológicamente, estruturalmente e simbolicamente, de acordo com o seu papel no bairro. São destacados, neste estudo, alguns elementos de valor referencial e patrimonial pertencentes ao núcleo histórico do bairro e seu entorno, como a estrada de ferro, o antigo engenho, a igreja matriz, os cursos d'água e a paisagem natural, apresentadas a seguir.

Procedimentos de pesquisa

O reconhecimento dos elementos constituintes do contexto urbano se definem como uma das principais ações para se compreender as cidades e os significados atribuídos à elas por seus habitantes, segundo Lynch (2010). A fim de garantir um olhar sensível sobre a cidade, o estudo assumiu como perspectiva levar em consideração não apenas o contexto urbano em si, mas a cidade do modo como a percebem seus habitantes.

Para tal, realizaram-se questionários com residentes e frequentadores do bairro. A partir do relato dos usuários, buscou-se conhecer as diferentes significações que os espaços da cidade passaram a adotar no imaginário dos moradores.

Adotou-se como recorte do estudo o espaço compreendido pela Avenida João Machado Soares e seu entorno. Conforme apontado previamente, a via concentrava as atividades sociais e econômicas do bairro, no período do seu surgimento. A partir do levantamento físico do local, associado ao levantamento histórico-documental do bairro, foram identificados doze elementos construídos e naturais, assim como espaços públicos, de referência na área de interesse [7 e 8].

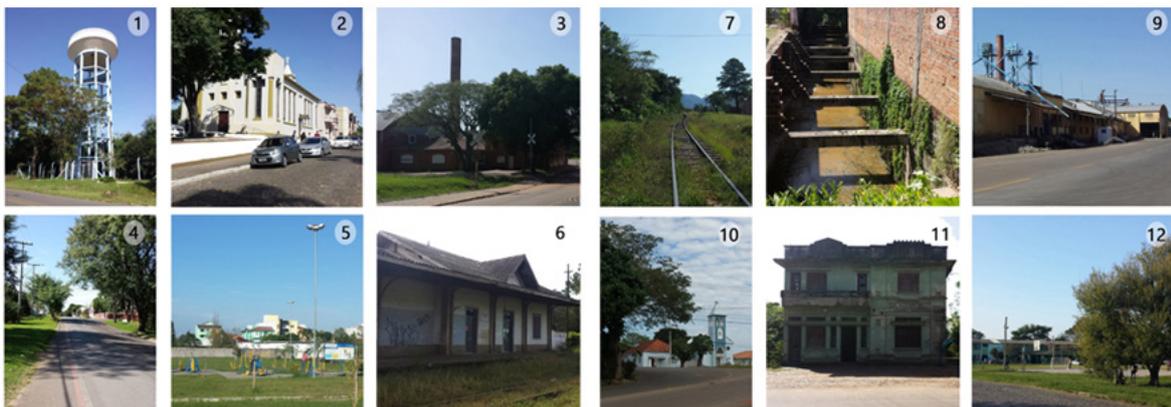


FIGURA 7- Seleção de imagens apresentadas aos entrevistados.

Fonte: Autores, 2014.

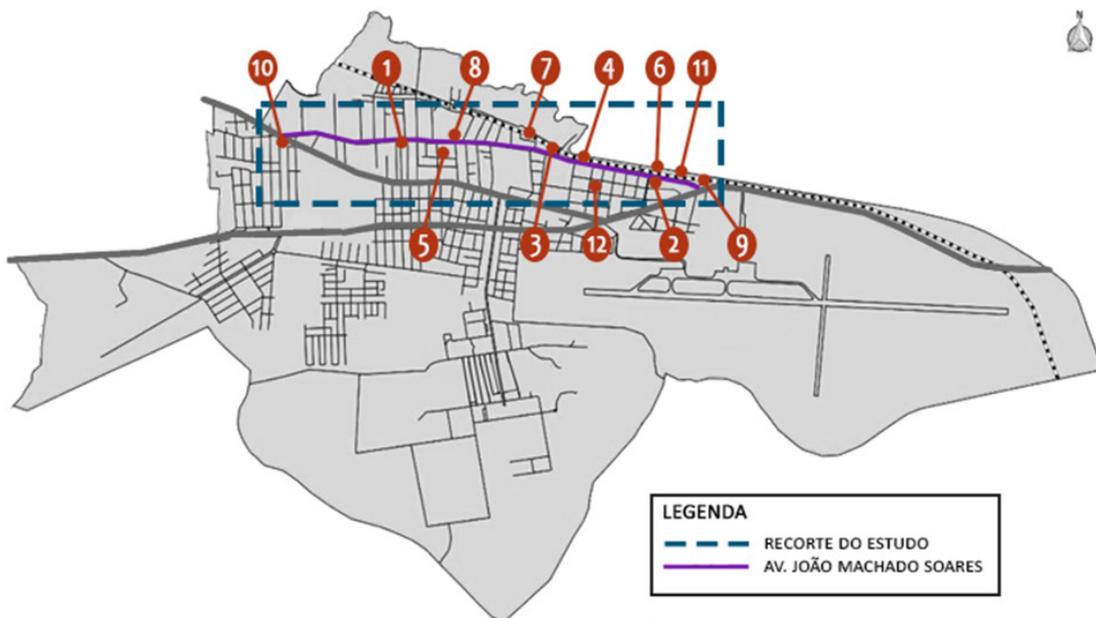


FIGURA 8- Recorte do estudo e localização dos elementos de referência no bairro.

Fonte: Autores, Adaptado de Spode et al, 2019.

O questionário foi estruturado em duas etapas. Primeiramente, foi apresentado o conjunto de doze imagens estabelecidas pelos autores. Na sequência foi solicitado ao usuário identificar quais figuras despertavam maior afeição e aversão, assim como a justificativa para tal situação.

Buscou-se, a partir dessa aproximação, entender quais dos elementos apresentados contemplariam maior identificação no imaginário dos moradores. Do mesmo modo, a partir das razões referentes à escolha exposta, pretendeu-se entender se existem e quais seriam os principais sentimentos e significados que os elementos do bairro adotaram após o processo de transformação urbana de Camobi.

Destaca-se, por fim, que as imagens foram registradas a partir da utilização de máquina fotográfica. Adotou-se como foco o elemento identificado enquanto referencial, assumindo a perspectiva a partir dos eixos viários. Buscou-se, desse modo, uma coerência entre as figuras apresentadas de forma a não induzir a opinião dos entrevistados. No caso das imagens 6, 7 e 8, que envolvem a estação, linha férrea e o curso d'água, respectivamente, foi preciso um foco fechado nestes elementos que cruzam ou tangenciam a avenida supracitada pois em ângulos mais abertos dificultaria a identificação destes elementos na paisagem circundante.

Foram aplicados um total de 69 questionários, distribuídos de forma online no ano de 2014, onde a variedade de respostas e comentários contribuiu para o desenvolvimento deste estudo. O questionário foi divulgado em plataformas digitais, como e-mails e redes sociais. Integraram a amostra, indivíduos com idade entre 18 - 65 anos, dos quais 60 eram moradores e 9 se identificaram como frequentadores regulares do bairro.

A definição da quantidade total de questionários aplicados correspondeu ao critério de saturação de respostas, atingida quando o pesquisador presume não obter mais informações que qualifiquem os dados existentes (MADALOZZO e MONSTIRSKY, 2016).

A proposta do estudo era compreender as diferentes percepções dos usuários frente aos espaços e elementos constituintes da paisagem do bairro. Para isso, buscou, a partir dos dados apresentados, estabelecer relação entre as falas dos usuários e o referencial teórico abordado no embasamento da pesquisa. A partir de tal reflexão foi possível obter uma visão sensível do bairro Camobi enquanto palco das experiências urbanas.

Resultados e reflexões

Os resultados a seguir se apresentam sistematizados em duas grandes categorias, a das imagens que geraram maior afeição e a das que geraram maior aversão nos usuários. Dentre a categoria de imagens de afeição nos respondentes, as motivações apresentadas nas respostas se dividiram de forma equilibrada entre sentimento de nostalgia, agradabilidade do espaço e o caráter histórico. Em menor proporção foram mencionadas certas potencialidades do espaço. Já na categoria de imagens que geraram maior aversão, as motivações para a escolha foram caracterizadas pelo descaso com o local e também pelo desconhecimento de determinados elementos no contexto do bairro.

As imagens da afeição

Dentre as imagens que geraram maior afeição entre os respondentes, destacam-se as figuras referente à Igreja da Glória (imagem 2 [6]), à antiga estação férrea (imagem 6 [6]) e aos trilhos do trem (imagem 7 [6]).

Ao se abordar as razões frente à escolha das imagens apresentadas, foi possível verificar a presença de quatro fatores que expressam as diferentes relações dos usuários com a cidade: a presença da memória, a agradabilidade urbana, o reconhecimento dos elementos históricos e as potencialidades do local.

Memória

Inicialmente, destaca-se a relação que a imagem escolhida pelos usuários apresentou frente à memória e ao sentimento de nostalgia dos moradores do bairro. A indicação pela lembrança enquanto justificativa para a opção das figuras equivale a um terço das falas obtidas.

A partir das respostas, foi possível observar a presença da significação que os espaços e elementos da cidade estabelecem com os seus moradores frente à lembrança de tempos vividos: *“Porque passei a minha infância brincando nos trilhos, ficava horas nos domingos esperando para ver o trem”*. Reconhece-se que o apego pelo lugar não se dá apenas pelo vínculo emocional com a cidade, mas também através das relações inseridas em diferentes contextos espaciais. Como exemplo deste caso, verifica-se na fala dos usuários o afeto pela questão familiar, onde o contato com o espaço remete às experiências no ambiente habitado: *“Casa onde meus avós moraram na época do nascimento da minha mãe”*. Destaca-se, nesta categoria, a capacidade do ser humano de estabelecer laços afetivos com o meio em que vive através da relação entre o indivíduo e o lar, onde a memória da casa habitada, do convívio com os avós e as experiências da infância surgem enquanto sentimentos despertados na relação com a cidade: *“Saudades de viajar no trem com meus avós! Sinto uma calma, estado de paz”*.

Da mesma forma, é possível reconhecer traços de identificação entre o sujeito e o espaço na fala dos usuários: *“Estudei na Escola Margarida Lopes por 13 anos e tenho muito carinho pelo local e pela instituição”*. O sentimento de pertencimento à uma certa comunidade religiosa, ou até mesmo estudantil, fortalece a apropriação dos moradores com os espaços públicos do bairro: *“Gosto dessa imagem, pois morei desde que nasci até a idade adulta próximo a Igreja. Foi onde me batizei, onde meus irmãos foram batizados também [...] Lembranças de um tempo saudável”*.

Revela-se, nesta etapa de análise, a ideia do espaço urbano enquanto cenário capaz de se expressar a marca de sucessivos tempos sobrepostos em um mesmo recorte espacial (EDELWEISS, 2016). É possível associar, através das respostas obtidas, a experiência dos usuários em diferentes épocas de desenvolvimento dos espaços da cidade. Cada relato expressa um tipo de relação, mas que ao fim conformam uma mesma ideia, a de aproximação afetiva e simbólica de um certo espaço presente na memória individual de cada sujeito.

É possível afirmar, ainda, a concepção do habitar enquanto ato sensível da experiência de cada indivíduo na cidade através da presença da memória na fala dos entrevistados: *“Porque é um local histórico. Me faz voltar no tempo, imaginar quantas pessoas já passaram por ali. Quantos sonhos se iniciaram ali. As despedidas”*. Evidencia-se a presença da lembrança enquanto impulsionadora de sentimentos, capaz de estabelecer diferentes relações entre o sujeito e o espaço: *“No meu imaginário, talvez ainda de criança, um equipamento inserido no tempo e na ponta leste do bairro, com ar simbólico de prosperidade”*; *“Nostálgica, distante mas tão presente ao mesmo tempo, a oração, a igreja em nossas vidas”*.

Novamente são evidenciados os sentimentos e sensações que os espaços são capazes de remeter no imaginário dos usuários. A referência às experiências da infância, aos aspectos históricos e a nostalgia presente no discurso individual surgem como exemplos dos diferentes significados que a cidade é capaz de adotar a partir da percepção do sujeito frente aos lugares do bairro.

Outra questão a destacar, refere-se a presença da experiência sinestésica em certos relatos dos usuários nos locais da cidade: *“Os trilhos de trem fazem parte da minha vida. Sou filho de ferroviário e o som, o cheiro, a presença do trem remetem a um tempo de grandes felicidades: a infância”*. A partir das falas, é possível verificar a presença de elementos, como cheiros e sons, enquanto marcos referentes às certas lembranças do sujeito (TUAN, 1980): *“Porque passei a minha infância brincando nos trilhos, ficava horas nos domingos esperando para ver o trem (...) Ouvia o apito do trem de longe e já dava um friozinho na barriga. A emoção falava mais alto. Tempo muito bom”*.

É revelada, neste momento, a identificação do espaço a partir da presença de uma atmosfera diferenciada em relação ao cheiro, ao som, ao tempo vivido na cidade, remetendo ao conceito das diferentes ambiências do lugar. Reforça-se a ideia de que é com todos os sentidos que o habitante utiliza o espaço, percebe os referenciais, de forma que é através do corpo que o sujeito constrói e se apropria do espaço (FIGUEIREDO, 2005). Da mesma forma, é possível verificar que é através do gosto desenvolvido por certas paisagens ou o sentimento afetivo pelos lugares que se estabelece a aproximação entre os indivíduos e os espaços. (TUAN, 1980). Fato, este, reconhecível através da fala dos usuários, onde os efeitos que o lugar proporciona à percepção dos usuários surgem como marcas que descrevem a experiência do sujeito no bairro.

Agradabilidade urbana

Como segundo elemento evidenciado a partir das respostas analisadas destaca-se a presença de aspectos qualitativos e perceptivos do espaço relacionadas, principalmente, ao contato com a natureza. Associados ao conceito de agradabilidade urbana, são evidenciados fatores como o contato com o verde, a organização e limpeza do espaço urbano, assim como a ordenação e amplitude dos lugares públicos enquanto qualificadores da cidade habitada (NASAR, 1998): *“Por causa do verde, das árvores e da impressão de limpeza, de organização e de qualidade de vida boa”*.

Tais questões se mostram presentes na fala dos entrevistados ao apontarem a composição da paisagem do bairro, assim como a qualidade das figuras apresentadas enquanto fatores de afeição: *“Por ser uma imagem de uma via bonita e arborizada, que transmite algo bom, paz”*. Foram ressaltadas, ainda, a presença de vegetação, o reconhecimento pelos espaços livres de lazer e recreação e a configuração de cenários como elementos agregadores da paisagem natural e construída de Camobi. Tal justificativa equivale a aproximadamente um terço do total das respostas obtidas.

Através das falas, torna-se claro a importância que a qualidade, assim como as próprias características do espaço, sejam estas de ordem subjetiva ou física, afetam a vida dos habitantes e definem o sentimento de aproximação dos usuários com a cidade. Uma vez que se reconhece certos locais enquanto agradáveis, bonitos e confortáveis estes promovem a aproximação do usuário através da apropriação, seja efetiva ou simbólica dos lugares.

Neste item, é possível afirmar a qualificação do espaço enquanto fator atrativo, de forma que a presença do verde e o contato com a natureza surgem como elementos que impulsionam o sentimento de afeição frente às imagens apresentadas: *“Porque é um ambiente agradável, com muito verde das árvores”*. Uma vez reconhecida a qualidade do lugar são evidenciadas, da mesma forma, as diferentes sensações que estes transmitem aos usuários, como exemplo o sentimento de tranquilidade, limpeza, organização e equilíbrio. Elementos como estes, citados pelos entrevistados, surgem enquanto fatores capazes de promover a identificação do habitante com a cidade.

Interesse histórico

A terceira razão aferida através da análise dos questionários apresentou indícios para o reconhecimento dos espaços e edificações de interesse histórico como motivação frente as afeições dos usuários pelas imagens identificadas: *“É a estação e faz parte da história de Camobi e fez parte, também, do modo de vida dos habitantes de Camobi. É um patrimônio e faz parte da memória da população e da paisagem de Camobi”*. Neste item foram verificados relatos dos entrevistados frente à importância destes elementos no processo de desenvolvimento de Camobi, assim como referente à identidade do

bairro e a sua importância enquanto elemento integrante da memória coletiva dos moradores: *“Gosto da estação pelo aspecto histórico que ela remete, gosto de pensar como a cidade de Santa Maria e o bairro Camobi surgiram e cresceram devido às estações de trem”*.

É possível perceber que apesar do recinto histórico do bairro se encontrar degradado, o reconhecimento destes elementos ainda permanece vivo no imaginário de alguns moradores: *“Mostra um lado de Camobi que não é muito conhecido por pessoas que não são do bairro. Conta também a história da viação férrea em Camobi e a dinâmica que se dava na época”*. Verifica-se, também, a relação entre o caráter histórico das cidades, a memória coletiva da população e o sentimento de identificação dos espaços públicos. A associação destes elementos evidencia a importância da significação dos lugares, assim como do reconhecimento de edificações e elementos de valor patrimonial, de forma a reforçar o entendimento do bairro no imaginário da população.

Abordando esta questão, verifica-se a importância de se promover a preservação dos locais de interesse histórico do município de forma que a memória coletiva da cidade não se cale frente ao desenvolvimento e a expansão de novas centralidades urbanas.

Da mesma forma que as primeiras justificativas apresentadas, verificou-se uma equivalência de aproximadamente um terço nas respostas obtidas. Fato, este, que vem a apresentar um certo equilíbrio frente aos três elementos enquanto fatores que influenciam e caracterizam as diferentes relações que os usuários apresentam frente aos espaços públicos do bairro Camobi.

Potencialidades

Como último fator identificado por uma pequena quantia de entrevistados, mas que da mesma forma cabe ressaltar, refere-se à potencialidade que as áreas livres do bairro, assim como espaços e edificações abandonadas, apresentam na configuração atual de Camobi: *“Essa imagem mostra o aproveitamento de uma área, talvez antes abandonada, para a criação de um espaço público que pode ser usufruído pelos moradores da região”*. São identificados tanto a carência por investimento público quanto o zelo e a preservação do lugar por parte da população em certos espaços e elementos de Camobi: *“Por ser um prédio antigo, tendo potencial para reformar e se tornar um atrativo turístico”*.

As imagens da aversão

Ao se analisar as figuras identificadas como de maior aversão pelos usuários, destaca-se a imagem 8 [6] referente ao descaso com os recursos naturais no bairro. Ainda, é possível identificar uma incidência de respostas apontando para a imagem da antiga estação (imagem 6 [6]) como de maior aversão. Ambas indicações equivalem à aproximadamente dois terços das respostas.

Destaca-se, aqui, a presença da imagem referente à antiga estação como capaz de despertar, ao mesmo tempo, grande afeição e aversão a partir da visão dos indivíduos. Tal situação colabora para o entendimento da cidade enquanto marcada pela trajetória individual do sujeito, de forma que o mesmo espaço é capaz de despertar diversas, e por vezes, opostas sensações, fruto do envolvimento pessoal de cada cidadão com certo local ou elemento urbano.

Ao se analisar as diferentes razões que despertaram desagrado aos usuários, foi possível encontrar características que dificultam o estabelecimento de identificação dos indivíduos com o lugar. Evidencia-se o descaso do espaço público, a falta de atratividade e o desconhecimento de certos elementos na paisagem do bairro: *“Mostra uma interferência negativa do homem na paisagem natural”*.

Dentre as respostas obtidas é possível identificar a insatisfação com a manutenção dos espaços voltados ao lazer e recreação dos usuários no bairro: *“Pois ela mostra um lugar abandonado”*; *“Porque desconheci o lugar”*. O impacto do desenvolvimento urbano sobre os elementos naturais na paisagem de Camobi resultou, em certos casos, no abandono, desconhecimento e desuso de espaços com alto potencial para a qualificação urbana do bairro. Da mesma forma, a falta de incentivo ao uso e preservação do recinto histórico, aliada à ausência de um centro de bairro consolidado, podem emergir enquanto fatores que resultam no enfraquecimento da relação do indivíduo com o espaço da cidade, gerando, por fim, a falta de reconhecimento de certos lugares: *“É triste ver onde meu pai trabalhou ter uma finalidade assim. Isso demonstra o descaso e descuido com os patrimônios da cidade. Onde antigamente o trem era meio de transporte. Triste ver esse abandono”*.

É possível aferir, a partir destas constatações, a importância que a preservação de espaços de ordem histórica influencia na identificação do sujeito com a cidade. Desse modo, reconhece-se que para uma maior quantidade de pessoas interpretar um determinado lugar como parte de sua história é necessário torná-las conscientes da trajetória daquele espaço (MADALOZZO e MONSTIRSKY, 2016). Tal fato só é possível quando há infraestrutura adequada, assim como atrativos que incentivem a utilização de tais lugares. Da mesma forma, ao proporcionar um maior reconhecimento em relação aos espaços históricos do bairro, seja possível promover o sentimento de identidade do grupo onde sua memória encontre lugar frente ao desenvolvimento urbano.

Considerações finais

A busca por um olhar sensível em relação à cidade foi possível, neste trabalho, através da percepção dos habitantes sobre os elementos e áreas de uso coletivo do bairro. A partir do estudo com foco na percepção e emoção que o viver urbano, expresso através da fala de seus habitantes, causa e afeta nos indivíduos, evidenciou-se a presença de diferentes significados e sentimentos que permeiam a relação do sujeito com a cidade.

O tratamento dos dados obtidos com a aplicação dos questionários, a partir da análise das respostas, aliado ao estudo teórico realizado inicial e concomitantemente, contribuiu para o esclarecimento de significações e sentimentos que permeiam a relação do indivíduo enquanto sujeito que reconhece os espaços públicos da cidade.

O estudo com os moradores e usuários do bairro Camobi permitiu compreender o papel dos espaços públicos e elementos urbanos enquanto passíveis de despertar sentimentos de identificação, afeição e aversão em relação ao lugar habitado. Entende-se, desse modo, que cada sujeito estabelece diversas associações com certas partes da cidade. Como ocorrido a partir da identificação da imagem da antiga estação férrea, a relação do sujeito com o lugar está impregnada de lembranças e diferentes significados adotados por cada pessoa a partir da experiência individual no espaço urbano.

Aferiu-se, ainda, que as cidades se encontram em constante processo de transformação. Tal processo afeta de forma direta e indireta na vida do sujeito, estabelecendo novos usos, reconhecimentos e significados. Neste contexto, evidencia-se que apesar dos diferentes processos de transformações sofridos pelo espaço, é demasiado importante que a cidade esteja sempre qualificada e disponível à atribuição de novos significados, onde as novas centralidades venham a somar-se aos espaços de valor histórico.

Destaca-se, ainda, a partir do estudo realizado, que independente da classe da motivação que levou os entrevistados a identificar as imagens (afeição ou aversão), evidencia-se, mais uma vez, a importância de buscar na fala dos indivíduos as características e sensações que estes vivenciam no espaço público. É neste contexto que se permite compreender elementos da cidade a fim de proporcionar embasamento para intervenções urbanísticas adequadas aos anseios e necessidades da população.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela viabilização desta pesquisa.

Referências

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTA MARIA. **Santa Maria em dados**. Santa Maria: 2016. Disponível em: <<http://santamariaemdados.com.br/sociedade/8-6-lazer-e-esporte/>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

ASSEN DE OLIVEIRA, Lisete. Caminhos da centralidade na cidade contemporânea. Um jogo de escalas. In: ASSEN DE OLIVEIRA, Lisete; DO AMARAL E SILVA, Gillséia Pesce e ROSSETO, Adriana Marques. (Org.) **A arquitetura da cidade contemporânea: centralidade, estrutura e políticas públicas**. Itajaí: UNIVALI, 2010, pp. 21-46.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho**. Santa Maria: Palotti, 1958.

BOMFIM, Zulmira; DELABRIDA, Zenith e FERREIRA, Karla. Emoções e afetividade ambiental. In: CAVALCANTE, Sylvia e ELALI, Gleice (Org.). **Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018. pp. 60-74.

BORJA, Jordi. **Espaço público, teste da cidade democrática**. 24 nov. 2013. Archdaily Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/155061/espaco-publico-teste-da-cidade-democratica>> ISSN 0719-8906.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço-tempo na metrópole: A fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CAVALCANTI, Helenilda e SANTOS, Breno. Processos de configuração identitária com o lugar: A experiência de residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, Pernambuco, Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**. Recife; v. 19, n. 3, pp. 475-492, set-dez 2017.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2. Morar, cozinhar**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

COMIN, Flaviene Valcorte. **Dinâmica espacial e segregação residencial no bairro Camobi – Santa Maria/RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. 132p. Dissertação [Mestrado] - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

EDELWEISS, Roberta Krahe. Cidade contemporânea, memória e preservação patrimonial: uma interpretação a partir das preexistências culturais. **Oculum ens**. Campinas: v. 13, n. 1, pp. 153-162, jan-jun 2016.

FIGUEIREDO, Lauro César. **Memória e experiência de uma cidade do Paraná: o caso de Maringá**. Florianópolis: UFSC, 2005. 200p. Tese [Doutorado]. - Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

MADALOZZO, Nisiane; MONSTIRSKY, Leonel. Memória social e cidade contemporânea: o velho centro ferroviário de Ponta Grossa-PR. **Patrimônio e Memória**. São Paulo: v. 12, n. 2, pp. 232-253, jul-dez 2016.

NASAR, Jack. **The evaluative image of the city**. Londres: SAGE Publications, 1998.

POL, Enric e VALERA, Sergi. Symbolisme de l'espace public et identité sociale. **Villes en Parallèle**. n. 28-29, pp. 12-33, dez 1999.

SPODE, Pedro; DA ROCHA, Lilian e FARIA, Rivaldo. Valorização e produção do espaço urbano no bairro Camobi, Santa Maria, RS, em 2017: uma análise a partir do mercado de imóveis verticais. In. **XIV SEUR – III Colóquio Cidade e Cidadania**, 2018.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar. A perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: "O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação".

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma **online** a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submissão: 30/05/2019

Aceite: 20/07/2019

ISABELA DE MATTOS FERREIRA, VERA LÚCIA MOREIRA DOS SANTOS NOJIMA E FREDERICO BRAIDA

As intervenções efêmeras e lúdicas na Praça Santos Dumont: uma experiência pedagógica

The ludic and ephemeral interventions at Santos Dumont Square: a pedagogical experience

Isabela de Mattos Ferreira

Designer gráfica e Web designer. Mestre (2012) e Doutora (2017) em Design pela PUC-Rio. Pós-Doutora em Ambiente Construído, pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Investigadora nas áreas de intervenção urbana, metodologias de design, design social, semiótica, produção gráfica, história do design. Coordenadora executiva do periódico científico Triades em Revista. Professora de Metodologia Científica em cursos de Especialização (CCE/PUC-Rio).

Graphic designer and Web designer. Master' degree (2012) and DSc. in Design (2017) from PUC-Rio. Post-Doctoral researcher in Built Environment at the Federal University of Juiz de Fora. Researcher in the areas of urban intervention, design methodologies, social design, semiotics, graphic production, design history. Executive coordinator of the scientific journal Triades em Revista. Professor of Scientific Methodology in Specialization courses (CCE / PUC-Rio).

isabelamattosf@gmail.com

Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima

Designer. Professora Associada da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983) e Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1991). É líder da Rede de Pesquisa: Design, Arquitetura e Urbanismo. Triades - DAU.T (Base CNPq) da qual fazem parte: o GP Linguagens do Design TRIADES, PUC-Rio (Base CNPq), também sob sua liderança; o GP Linguagens e Expressões da Arquitetura, Urbanismo e Design LEAUD (Base CNPq), UFJF sob liderança do professor Frederico Braida.

Designer. Associate Professor at the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro. Master's degree in Production Engineering at the Federal University of Rio de Janeiro (1983) and DSc. in Architecture and Urbanism at the University of São Paulo (1991). He is the leader of the Research Network: Design, Architecture, and Urbanism. Triades - DAU.T (CNPq Base) of which they are part: the GP Linguagens do Design TRIADES, PUC-Rio (CNPq Base), also under his leadership; the GP Languages and Expressions of Architecture, Urbanism and Design - LEAUD (Base CNPq), UFJF under the leadership of Professor Frederico Braida.

nojima@puc-rio.br

Frederico Braida

Arquiteto e Urbanista. Mestre em Urbanismo pelo PROURB/FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008), com intercâmbio para Universidad de Belgrano (Buenos Aires, Argentina, 2007), pelo Projeto Alfa. Mestre (2007), Doutor (2012) e Pós-doutorado (2015) em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pós-doutorando em Matemática, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Professor Adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Líder do Laboratório de Estudos das Linguagens e Expressões da Arquitetura, Urbanismo e Design.

Architect and urbanist. Master's degree in Urbanism from PROURB / FAU, Federal University of Rio de Janeiro (2008), with exchange to Universidad de Belgrano (Buenos Aires, Argentina, 2007), through the Alfa Project. Master (2007), DSc. (2012) and Post-doctoral stage (2015) in Design by the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro. A post-doctoral student in Mathematics, Federal University of Technology – Paraná. Adjunct Professor at the Faculty of Architecture and Urbanism at UFJF. Permanent Professor of the Graduate Program in Built Environment. Permanent Professor of the Graduate Program in Management and Evaluation of Public Education. Leader of the Laboratory for the Study of Languages and Expressions of Architecture, Urbanism and Design.

frederico.braida@ufjf.edu.br

Resumo

Este artigo apresenta uma experiência pedagógica, fruto de uma pesquisa de doutorado já concluída, cujo objetivo foi investigar as potencialidades das metodologias de design aplicadas às intervenções urbanas, com o intuito de promover a ressignificação do espaço público. A experiência desenvolvida com duas turmas de sexto período da graduação em Design de uma universidade do Rio de Janeiro proporcionou aos alunos a oportunidade de desenvolver projetos conceituais de intervenção urbana, a partir da aplicação de conceitos e processos de design, com ênfase no design urbano e no design do ambiente construído. Foi solicitado aos alunos que desenvolvessem projetos visando a uma permanência maior dos transeuntes que circulavam pela praça, além de estimular uma ocupação de espaços ociosos. O local escolhido foi a Praça Santos Dumont, no bairro da Gávea, na cidade do Rio de Janeiro. A metodologia foi desenvolvida em três momentos principais: primeiramente, realizou-se uma coleta de dados por meio da observação participante; em seguida, procedeu-se a uma análise crítica dos dados coletados; finalmente, foram desenvolvidos os projetos conceituais de intervenção urbana. Os resultados obtidos contemplaram o desenvolvimento de intervenções urbanas lúdicas, que produziram linguagens que, por sua pregnância e ludicidade, teriam a possibilidade de promover maior interação dos cidadãos com a praça e com outros cidadãos que circulam no mesmo espaço. Espera-se que esta contribuição possa trazer novos insights para se pensar em projetos de espaço público na cidade contemporânea e evidenciar como as metodologias de design podem contribuir para a reconfiguração simbólica de espaços públicos.

Palavras-chave: Experiência Pedagógica. Metodologias de design. Intervenções Urbanas. Efêmero. Lúdico.

Abstract

This paper presents a pedagogical experience resulting from doctoral research already completed. It aimed to investigate the design methodologies applied to cities to promote a resignification of the public space. The experience was developed with two classes in the sixth period of graduation in Design from a university in Rio de Janeiro. It intended to allow students to develop conceptual projects of urban intervention and project design, with emphasis on urban design and design of the built environment. The proposal asked the students to develop projects that aimed to promote a greater permanence by the passers-by that circulated the square, as well as an occupation of idle spaces. The place chosen was Santos Dumont Square, in the neighborhood of Gávea, in the city of Rio de Janeiro. The methodology developed had the following main moments: first, a data collection made through participant observation; a critical analysis of the data collected; finally, the development of the conceptual projects of urban intervention. The results obtained contemplate the development of ludic urban interventions in which seek to develop languages that, due to their striking characteristics and their playfulness, allow greater interaction between citizens with a square and with other cities that circulate on the common space. The main purpose is to bring a contribution with insights to think of projects of public spaces on the contemporary city as well to highlight how the design methodologies can contribute to a symbolic reconfiguration of public places.

Keywords: Pedagogical Experience. Design methodologies. Urban Interventions. Ephemeral. Ludic.

Introdução

As intervenções urbanas podem ser consideradas como ações que sugerem novos usos, outras funções e variações nas dinâmicas espaciais. Enquanto propostas de interferências, as intervenções despertam os sentidos das pessoas que transitam por um determinado espaço, tirando-as de seu cotidiano, tornando (novamente) perceptíveis os objetos da cidade já perderam muito de seu caráter de novidade. Por vezes, as intervenções urbanas provocam mudanças de comportamento dos cidadãos.

As intervenções urbanas são, enquanto objetos pertencentes à cidade, passíveis de serem estudadas por diferentes áreas do conhecimento que se interessam pelo tema do espaço urbano. Como elas afetam as pessoas que circulam pelas cidades tratam-se, de fato, de um objeto de caráter transversal que interessa à Arquitetura, ao Urbanismo, ao Ambiente Construído, ao Design, à Geografia, à Sociologia, à História, entre outros campos do conhecimento humano.

Neste artigo, partindo do campo de conhecimento do Design, entende-se que as intervenções urbanas são manifestações que promovem uma interação com o cidadão e que têm por intuito provocar a reflexão, estimular a imaginação e incentivar a apropriação do espaço público como um lugar do exercício da cidadania. As intervenções urbanas tratadas neste trabalho são as efêmeras e lúdicas, as quais buscam convocar os sentidos dos cidadãos por meio de uma linguagem visual que estimula a curiosidade, a imaginação e a interatividade, criando uma espécie de jogo urbano, ao propor uma percepção desautomatizada sobre o espaço público.

É importante levar em consideração a premissa de que os produtos de Design emitem mensagens e que, portanto, a atividade do Design pode ser compreendida, baseando-se em Braida e Nojima (2014), como uma prática sociocultural e comunicativa que, quando utilizada para a proposição de intervenções urbanas, pode gerar significados, compor mensagens e constituir discursos, agregando novas informações aos espaços da cidade.

Para pôr em prática o uso de metodologias de design na criação de projetos de intervenções urbanas efêmeras e lúdicas, realizou-se uma experiência pedagógica com duas turmas de sexto período de graduação em Design de uma universidade do Rio de Janeiro. O lócus de aplicação dos estudos sobre as intervenções foi a Praça Santos Dumont, localizada no bairro da Gávea. A metodologia desenvolvida com os alunos foi dividida em três momentos principais: primeiramente, foi realizada uma coleta de dados por meio da observação participante; em seguida, procedeu-se a uma análise crítica dos dados coletados; finalmente, foram desenvolvidos os projetos conceituais de intervenção urbana.

Assim, este artigo tem por objetivo principal apresentar a experiência pedagógica realizada, bem como os resultados obtidos, os quais contemplaram o desenvolvimento de projetos conceituais de intervenções efêmeras e lúdicas, que buscavam promover uma maior interação dos cidadãos com a praça e com os outros cidadãos que circulam no mesmo espaço.

A intervenção urbana

Fontes (2013) assegura que uma intervenção temporária apresenta algumas características advindas da marca do mundo contemporâneo, que é o efêmero. Para a presente pesquisa, foram tomadas como relevantes as intervenções urbanas que operam dentro da lógica da efemeridade. Assim, conceitos como flexibilidade,

reversibilidade e imprevisibilidade mostraram-se importantes para o delineamento da noção aplicada de efemeridade.

Para a contextualização das intervenções urbanas, faz-se necessário perceber que a deterioração das regras rígidas da modernidade, na contemporaneidade, se traduz em um espaço urbano mais flexível às constantes mudanças de um mundo fragmentário e de relações frágeis, aberto a novas apropriações. Jacques e Drummond (2015) dissertam sobre a fragmentação como característica da cidade contemporânea e a relacionam com o caleidoscópio, uma imagem mental que apresenta “montagens, desmontagens e remontagens de figuras que se multiplicam de acordo com a mudança do ponto de vista” (JACQUES; DRUMMOND, 2015, pp.12-13).

Secchi (2016, p. 53) entende que “a cidade contemporânea parece opor uma firme resistência à descrição, sobretudo se ela é feita sob as formas codificadas do urbanismo moderno”. O autor sugere que o movimento de transição da cidade moderna para a cidade contemporânea leva em conta

o abandono do sujeito isolado e da sociedade de iguais com códigos e pactos constitucionais que reforçaram as semelhanças para o sujeito coletivo, formado pela multiplicidade de modos de vida, da expressão de minorias em busca de identidades próprias e critérios de inclusão e exclusão cada vez mais articulados e o estabelecimento de uma sociedade estatutária, na qual, qualquer minoria ou grupo local ou profissional dispõe, como em épocas pré-modernas, de um estatuto próprio, reconhecido e específico (SECCHI, 2016, p. 53).

Secchi (2016) utiliza o conceito de “figura” para a compreensão dos diferentes tipos de urbanismo: o moderno, marcado pela figura da continuidade, e o contemporâneo, marcado pela figura da fragmentação. Dessa forma,

a figura da continuidade, por exemplo, orientou a maioria dos campos disciplinares ao longo de todo o período moderno, assim como hoje, a do fragmento orienta todo o pensamento contemporâneo. Ambas tiveram e têm um papel crucial e insubstituível no que se refere ao modo de observar, interpretar e construir a cidade (SECCHI, 2016, pp. 22-23).

É dentro desse contexto da contemporaneidade que as intervenções urbanas podem ser compreendidas como objetos “desenhados para serem apropriados pelas pessoas, gerando uma gama diversa e flexível de usos” (FONTES, 2013, p. 99). De acordo com a autora, a reversibilidade sugere a elasticidade de um espaço urbano e é uma característica que mostra a constante adequação entre usos e espaços, que vão se modificando ao longo do tempo. A imprevisibilidade pressupõe que a cidade contemporânea demanda projetos em espaços públicos que tenham o mínimo possível de direcionamento, a fim de que os próprios cidadãos possam se apropriar e utilizar de maneira cada vez mais diversa e democrática.

Diante de tais características contemporâneas que afetam o espaço público, pode-se perceber que elas se traduzem em dimensões-chave das intervenções urbanas, também descritas por Fontes (2013). Algumas dessas dimensões se apresentam como mais relevantes para a pesquisa relatada neste artigo, quais sejam: transitória, particular, subversiva, ativa, interativa, participativa e relacional.

Transitória é uma “atitude que contém o desejo de transformação do espaço, advindo de uma forma contemporânea de pensar e agir” (FONTES, 2012, p. 2). Vivemos em um mundo regido pelo efêmero, característica que influencia as percepções de mundo e suas relações. Essa característica pode ser percebida nos objetos, frutos da sociedade do efêmero.

O conceito do particular se apresenta como importante em uma intervenção temporária, porque qualquer intervenção se insere em um determinado lugar que contém uma dinâmica, inscrito em uma cultura e costumes próprios, portanto é uma característica que se refere ao contexto do local onde a intervenção ocorre.

A ativação tem relação com “as diversas atividades ou ‘atitudes’ perante a cidade” (FONTES, 2013, p. 50). Uma intervenção pode potencializar características que já estão presentes em um local e estimular a apropriação dos locais pelos próprios cidadãos, ativando-os. A participação se refere às redes que transformam os espaços em locais que os participantes da rede intervêm para satisfazer os seus desejos e necessidades. Essa característica não está presente na realização de grandes eventos promovidos pelo governo ou por iniciativa privada que se enquadram na ideia de Debord (2002) de “espetacularização” da sociedade, traço da pós-modernidade, que insere espetáculo em todas as esferas da vida cotidiana.

Também, adotando um posicionamento crítico-reflexivo, o qual se coaduna com o pensamento dos autores mencionados anteriormente, Fontes (2012, p. 3) afirma que as intervenções urbanas criadas por essas redes objetivam a “resistência à normatização dos padrões de comportamento público na cidade contemporânea, ao espetáculo e ao consumismo da cidade opulenta, trazendo à tona a dimensão subversiva da apropriação temporária”.

Ao se tornar uma manifestação de resistência contra a incorporação da ideia de consumismo às relações tecidas no espaço público, as intervenções temporárias revelam um caráter provocador e subversivo. Subverte os modos de agir sugeridos pela rotina da cidade e da vida cotidiana, estimulando, frequentemente, o exercício da criatividade e da liberdade do indivíduo na cidade.

As intervenções urbanas, quando interativas, provocam e apelam aos sentidos dos cidadãos, revelando situações que, de alguma forma, criam um certo contraste com o contexto já existente. Ao estimular a curiosidade, através de linguagens que destoam daquelas já presentes na cidade, possibilitam novas formas de interação, evidenciando um caráter relacional, fomentando oportunidades para que outras intervenções possam ser estabelecidas.

As intervenções podem propiciar conversas entre pessoas desconhecidas, promovendo a conexão almejada, a sociabilidade. Por esse motivo, ao ser relacional, desenvolve a amabilidade urbana, expressão cunhada por Fontes (2013), que significa o estímulo de relações de proximidade e intimidade do indivíduo com o espaço e do indivíduo com outros indivíduos que estão no mesmo espaço, possibilitando que o indivíduo se aproprie do espaço.

A intencionalidade de projeto presente nas intervenções urbanas apresenta novas informações e linguagens, que, por seu caráter não corriqueiro, pretendem provocar nos cidadãos uma mudança de entendimento, de comportamento e de uso do espaço. Acredita-se que a utilização de uma linguagem visual lúdica das intervenções urbanas possa causar um impacto mais efetivo no cidadão que circula nos espaços da cidade, que se sente estimulado a pensar e a imaginar outros usos e funções do espaço público.

O lúdico nas intervenções urbanas

As intervenções urbanas, enquanto um fenômeno sociocultural que estimula a participação dos cidadãos e de novas percepções do espaço estão, de algum modo, vinculadas aos aspectos lúdicos. O lúdico foi um tema extensamente pesquisado por Johan Huizinga, que chegou a algumas características fundamentais e definidoras do jogar enquanto atividade cultural (HUIZINGA, 1980).

A primeira característica é o fato de o jogo ser um exercício de liberdade de escolha. O jogo traz foco e satisfação para quem realiza tal atividade por vontade e interesse próprio, estimulando a subjetividade. A segunda característica é que o jogo é uma evasão da vida “real” para uma esfera temporária de atividade; é um faz de conta e uma ilusão. O jogo também estimula a subjetividade, a imaginação e a sociabilidade.

O jogo é efêmero, tem caráter de excepcionalidade e estimula a criatividade, a emancipação e as trocas comunicacionais entre as pessoas que dele participam. Da mesma forma, a intervenção urbana é carregada de signos que a diferencia dos elementos urbanos cotidianos, signos que intencionam estimular a criatividade e a emancipação individual, além de promover ideais comunitários. É por isso que as características dos jogos podem estar a serviço das intervenções urbanas.

A terceira característica do jogo é o isolamento espacial e a limitação temporal. O jogo é realizado em um limite de tempo e espaço próprios. Apesar de a criação de um jogo prever um começo, um meio e um fim, a memória dele costuma ser conservada e transmitida mesmo após o seu término. À medida que é transmitido e reproduzido com as mesmas regras, torna-se uma tradição.

A repetição é também uma qualidade do jogo. A limitação espacial constitui um jogo, o qual delimita um espaço material ou imaginário, escolhido espontaneamente ou após uma reflexão. Da mesma forma, as intervenções efêmeras, apesar de terem um tempo curto de vida, também afetam a vida daqueles que participam dela, provocando percepções e subjetividades, além de criar relações, redes e estimular a realização de outras intervenções.

O jogo também se caracteriza por criar uma ordem, de ser um mundo temporariamente ordenado dentro de uma vida repleta de imperfeições e impossível de se controlar. Aqui se encontra uma relação entre ordem e estética, o belo derivado de formas ordenadas. As palavras que qualificam um jogo são semelhantes às palavras que usamos para descrever aspectos estéticos das formas: “tensão, equilíbrio, compensação, contraste, variação, solução, união e desunião” (HUIZINGA, 1980, p. 13). Os jogos estão repletos de ritmo e harmonia, características que agradam aos seres humanos.

Assim como o belo, o jogo também causa impacto, fascinação e curiosidade. O divertimento é uma característica que tem um poder de fascinação, já que o indivíduo se sente livre para exercer a sua criatividade quando está jogando. A intervenção também apresenta características estéticas que apelam, agradam e fascinam os que circulam nos espaços da cidade, provocando-os com sua estética inesperada – e por vezes estranha –, aguçando a curiosidade dos cidadãos.

Aqueles que jogam juntos tendem a formar uma comunidade que se sustenta, mesmo após o término do jogo. Compartilhar o mesmo jogo torna-os pertencentes a um mundo mágico próprio daquele limite temporal e espacial. Da mesma maneira, aqueles que participam de uma intervenção ou que interagem com ela tendem a tecer relações e redes que não se acabam ali, que podem continuar após o término da interferência no espaço público, sobretudo após o advento das tecnologias de informação e comunicação digitais e ubíquas.

Apesar de muitas vezes a seriedade e o jogo serem entendidos como ideias opostas, Huizinga (1980), através de exemplos, demonstra que uma criança ou um esportista leva muito a sério o jogo no momento que está dedicado a essa atividade. Destaca-se que o ambiente do jogo é inconstante, visto que algum impacto da vida “real” ou a quebra de regras pode afetar e encerrar o jogo. Do mesmo modo, a intervenção tem esse caráter instável e efêmero.

Uma das grandes motivações de se jogar é a competição que está contida nessa atividade, já que ganhar possibilita uma sensação de superioridade e autoconfiança.

Ganhar também pode significar a vitória para um grupo. E o grupo, em retribuição ao indivíduo que lhe rendeu a vitória, dá a ele aplausos, ovações, honra, estima e prestígio. A vitória é uma motivação forte, porque, além do reconhecimento individual e coletivo, traz um prêmio que pode ter valor simbólico, material ou abstrato. Utilizar a ideia do jogo, no seu sentido mais conhecido de competição e premiação, pode ser um estímulo aos cidadãos interagirem através de uma intervenção, uma força motriz para incentivar o uso do espaço público.

Diante de tais características tão profícuas dos jogos, pode-se tomá-las, dentro de uma noção tanto conceitual como pragmática, para que se proponham intervenções urbanas com um forte caráter lúdico, alinhadas aos preceitos vigentes na cidade contemporânea.

Os projetos conceituais de intervenções urbanas lúdicas

Diante do entendimento das intervenções urbanas como objetos de design que apresentam linguagens que trazem significados e constituem discursos, foi solicitado aos alunos de duas turmas de sexto período da graduação em Design gráfico, a aplicação de conceitos e processos de design em projetos conceituais de intervenção urbana na Praça Santos Dumont, localizada no bairro da Gávea, no Rio de Janeiro (Figura 1), a fim de promover maior convivência, permanência e ocupação das áreas deste espaço público.



FIGURA 1- Mapa da Praça Santos Dumont, no bairro da Gávea, Rio de Janeiro/RJ.

Fonte: Dos autores. Fonte original do mapa: Google Maps. Disponível em: <https://goo.gl/dgwTQj>. Acesso em: 9 mar. 2016.

Na praça, já havia algumas intervenções de comunicação visual, como estêncil e cartazes, o que, de certa forma, evidenciam algumas manifestações de apropriações por parte de grupos de cidadãos. No que diz respeito à manutenção física e de infraestrutura da praça, observam-se algumas questões que potencialmente dificultam o uso prazeroso desse espaço, tais como sujeira de forma generalizada, poças de urina que saíam dos banheiros químicos instalados e degradação das grades das áreas.

Na esquina com a Rua Marquês de São Vicente, há uma floricultura, a qual dificulta a visualização por parte dos pedestres de carros que vêm da Rua Jardim Botânico para entrar na Rua Marquês de São Vicente ou para virar para contornar a praça. Neste mesmo local, à frente, fica um bar que posiciona as mesas na calçada, além de ter um totem e bicicletas amarradas no poste. Embora essas questões denotem a presença humana e o uso do espaço público, acabam por interferir na chegada do pedestre até a praça, principalmente no caso de ser alguém com mobilidade reduzida.

Com relação à sinalização e ao tráfego, destaca-se a presença de uma ciclovia que atravessa a praça, sendo que sua marcação termina quando a praça tem início, na esquina da Rua Marquês de São Vicente, onde os ciclistas acabam por ter o seu trajeto comprometido; a marcação da ciclovia só é retomada no final da praça, já quase na Rua Jardim Botânico.

Diante dessas questões observadas primeiramente em uma visita in loco não sistematizada, foram definidos alguns temas apresentados aos alunos quando da visita à Praça Santos Dumont, para as observações estruturadas:

1. Mobilidade: quando se pensa em mobilidade, leva-se em consideração o ponto de ônibus em frente ao Jôquei Clube, as bicicletas que circulam pela praça e os caminhos percorridos por pedestres (acessibilidade e escolha de caminhos);
2. Segurança: uma boa iluminação promove a sensação de segurança aos transeuntes, para que consigam enxergar a praça como um todo;
3. Eventos: uma maneira de ocupar melhor a praça é promover eventos ou valorizar os que já existem, divulgando-os. Os eventos podem promover a integração de diferentes públicos em um mesmo local;
4. Comunicação: Como tornar a praça um espaço de encontros e de troca de conhecimento? Que recursos poderiam ser utilizados para que ela seja um lugar onde as pessoas queiram ficar e se comunicar umas com as outras?;
5. Esporte e lazer: Como melhorar a academia de idosos? Como tornar a praça um local específico para atividades físicas, aproveitando melhor todos os espaços do local? E o parquinho, o que é possível fazer para melhorá-lo?

O exercício teve a duração de duas semanas. Inicialmente, os alunos caminharam pela praça, observando comportamentos e ocorrências. Depois, em sala de aula, responderam a questões acerca do que lhes chamou atenção. Os alunos destacaram os seguintes pontos negativos:

1. há áreas da praça subutilizadas;
2. o formato alongado da praça dificulta sua ocupação integral;
3. o desenho orgânico das áreas dificulta a locomoção das pessoas, que acabam pisando na grama e a danificam;
4. o fato de moradores de rua dormirem nos bancos e tomarem banho no chafariz é algo que traz certo receio aos transeuntes;
5. a iluminação insuficiente promove sensação de insegurança à noite;

6. o trajeto durante o dia de pessoas que saem dos bares, restaurantes e lojas até o ponto de ônibus é um percurso que dá sensação de insegurança, visto que o meio da praça e o ponto de ônibus ficam ermos;

7. o parquinho para crianças pequenas não estava sendo utilizado apenas por elas, uma vez que algumas pessoas levam cães para passear lá dentro, mesmo havendo uma placa proibindo entrada de animais;

8. alunos adolescentes, das duas escolas municipais próximas, na hora do almoço, formam rodas e ficam conversando dentro do referido parquinho;

9. pessoas que levam bebês para o parquinho com carrinho e ocupam o espaço de brincadeira das crianças e não há um fraldário;

10. a academia do idoso possui placas pequenas e sujas, que não explicam como o aparelho funciona, apenas diz qual grupo muscular é trabalhado em cada aparelho;

11. o acesso à academia é difícil para aqueles que têm dificuldade de locomoção; uma parte da grade foi aberta para o acesso, porém há poças d'água e buracos;

12. há poucas lixeiras pela praça.

Para os alunos, como pontos positivos, tem-se:

1. a presença de policiamento;

2. movimento grande no final de semana, perto da hora do almoço;

3. há presença de pessoas andando de bicicleta;

4. no domingo, a feira de antiguidades ocupa a praça; há tapetes estendidos em frente aos restaurantes;

5. há roda de capoeira no centro da praça, perto do chafariz, aos domingos;

6. observa-se que o público muda ao longo do dia e que cada grupo ocupa diferentes áreas da praça – a praça é camaleônica.

Mediante as observações e alternativas vislumbradas, foram propostas algumas intervenções urbanas para a Praça Santos Dumont, tendo como condição temporal a efemeridade, como escopo teórico a ludicidade e como ação pragmática a busca pelo engajamento dos cidadãos na ocupação de áreas da praça diferentes das já normalmente ocupadas.

Resultados

Para este artigo, foram selecionadas as quatro propostas mais representativas da experiência pedagógica desenvolvida. Cabe mencionar que os projetos das intervenções, de fato, não foram implementadas, sobretudo em função do curto espaço de tempo dedicado a essa atividade perante o cronograma de conteúdos ministrados na disciplina e também em razão da ausência de recursos financeiros destinados para essa finalidade. De qualquer forma, os projetos foram concebidos dentro de uma premissa extremamente pragmática e factível, conforme pode ser conferido a seguir:

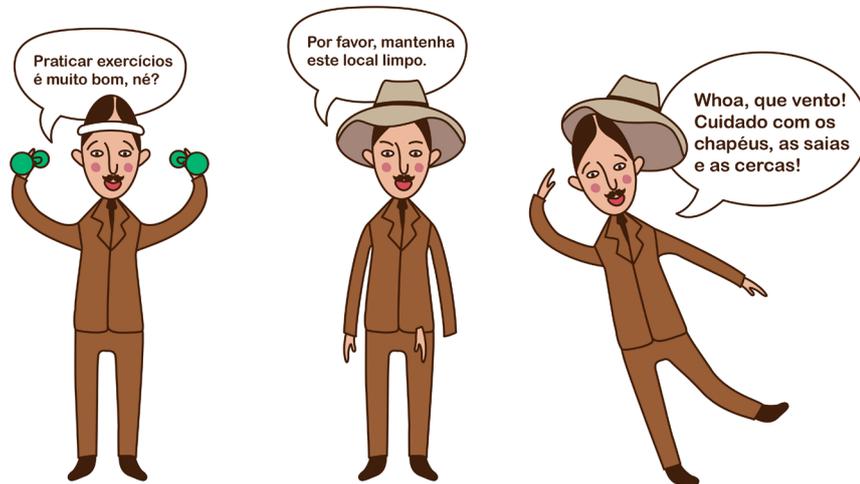
1. Personagem Santos Dumont

Para estimular a caminhada dos pedestres pelas âleas da praça e chamar atenção para a falta de conservação, o grupo A decidiu personificar a praça por meio do personagem Santos Dumont. Esse personagem representa o ilustre brasileiro, pai da aviação, que dá nome à praça. A ideia era, basicamente, criar uma espécie de interlocutor com

os usuários da praça. Assim, por meio da afixação de adesivos do personagem, em distintos suportes, os usuários seriam chamados a interagir com o espaço e a refletir sobre a sua atuação na praça (Figura 2).

FIGURA 2- Adesivos do personagem Santos Dumont

Fonte: Grupo A. Acervo dos autores.



2. Nessa praça eu...

Já o grupo B pretendeu resgatar a memória dos frequentadores, por meio de mapas que seriam pendurados em diferentes lugares da praça: no ponto de ônibus, próximo ao bicicletário, floricultura, entre outros (Figura 3). Junto a esses mapas, haveria canetas e adesivos com pictogramas para encorajar as pessoas a intervir no mapa, posicionando o adesivo no mapa de acordo com a sua memória sobre a praça. Ao lado do adesivo, a pessoa escreveria alguma frase com a caneta que remetesse à memória que guarda deste local. Esse movimento faria as pessoas perceberem a ligação afetiva que têm com a praça e, com isso, conseguiriam ter mais afeto e cuidado com ela. Em um segundo momento, algumas memórias escritas no mapa seriam transformadas em cartazes a ser espalhados pela praça. Os cartazes chamariam a atenção e seriam pontos de interesse para que os pedestres circulassem em diferentes áreas da praça.

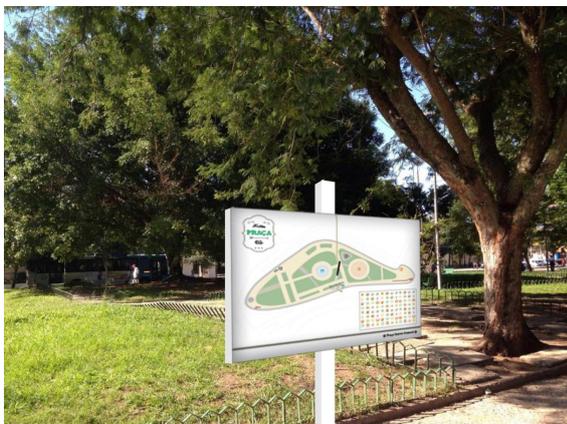


FIGURA 3- Mapa interativo e placa com memória dos usuários afixados na praça.

Fonte: Grupo B. Acervo dos autores.

3. Vivendo a Praça

O grupo C se preocupou em desenvolver uma intervenção que mudasse um pouco as rotas que as pessoas fazem na praça. Nessa proposta, foram mapeados os pontos mais “abandonados” da praça. Desenharam totens com superfície de quadro negro com um contorno do mapa da praça. Cada totem teria um tema específico: lojas, restaurantes e memórias afetivas. Teriam giz para que as pessoas que passassem pudessem escrever sobre esses temas e dar dicas. Seria uma forma de valorizar a praça enquanto local de memórias e de trocas de informações entre as pessoas que frequentam a praça.

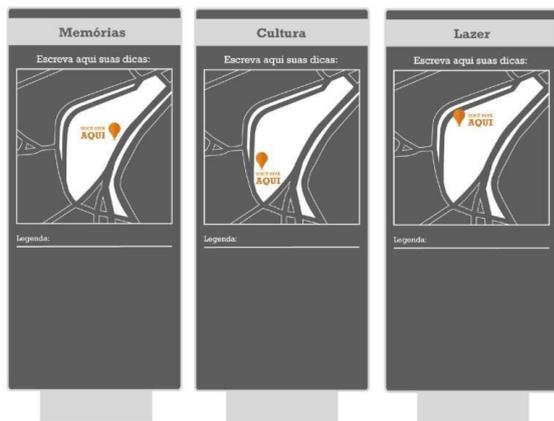


FIGURA 4- Vivendo a praça.

Fonte: Grupo C. Acervo dos autores.

4. Ninho de livros

Os alunos do Grupo D perceberam que existe, na praça, um ninho de livros. Esse é um objeto onde as pessoas podem deixar livros para que outras pessoas possam pegá-los e levá-los, caso sejam do seu interesse. Tal objeto, em formato de casa, não estava tendo muito destaque na praça. Muitos que passavam por ali nem prestavam atenção nele. Portanto, o projeto dos alunos do grupo D propôs criar um ambiente em volta do ninho de livros. Objetivavam estimular a transformação do local em um espaço de leitura com uso de pallets para criar sofás com almofadas. Os alunos também sugeriam que o ninho de livros deveria ter um tamanho maior e cores mais atraentes, para que os pedestres pudessem observá-lo de longe.



FIGURA 5- O ninho de livros já existente na praça e proposta de ambientação.

Fonte: Grupo D. Acervo dos autores. Acesso em: 9 mar. 2016.

Discussão

Após as apresentações orais e as avaliações dos resultados, foram observadas algumas questões sobre as abordagens levadas a cabo nas propostas. Em relação às formas de intervenção, apesar de serem distintas, todas tiveram como foco o aspecto lúdico. Verifica-se que a proposta intitulada Personagem Santos Dumont intervém nos aspectos imagéticos e simbólicos, levando à praça o personagem que a nomeia, recorrendo à memória do pioneiro da aviação e ressignificando a sua imagem, através de traços mais arredondados, típicos de personagens de histórias em quadrinho. Assim, ele se torna mais lúdico e as suas falas informais o aproximam daqueles que circulam a praça. Esse aspecto o distingue da imagem de Santos Dumont em fotos e filmagens da época em que viveu e que inventou seus aviões.

O painel do Nessa praça eu... permite uma interação do usuário que agrega significados ao quadro, fazendo com que o indivíduo se sinta representado na praça e possa explicitar boas experiências que teve no espaço. Esse objeto propõe uma reflexão sobre as relações entre os indivíduos e a praça. Também a intervenção Vivendo a Praça buscava trabalhar com a memória dos indivíduos.

Finalmente, o Ninho de Livros, ao agregar pallets com sofás e almofadas, propõe uma noção de aconchego, que aproxima os usuários da praça ao local e a caixa de ninho de livros, que atualmente tem pouco uso. Assim, o grupo D lança uma proposta que parte de uma função já existente na praça, porém busca revitalizá-la.

Para além do caráter lúdico, os projetos também exploraram a dimensão participativa. No início da experiência pedagógica, foram definidos alguns temas que serviram como inspiração para os alunos pensarem em projetos para a praça, com especial destaque para o caráter participativo. As observações dos alunos também apontaram para a participação (e o engajamento) como agente que potencializa a transformação e a valorização do espaço. Por exemplo, ao se pensar uma ambientação para o Ninho de livros, o que se propõe é uma nova forma de apropriação do espaço público. Pretendeu-se oferecer uma infraestrutura adequada para a atividade de leitura e permitir um conforto aos usuários da praça.

Assim, pode-se dizer que os projetos evidenciam também a característica relacional, a qual busca oportunizar aos cidadãos uma nova forma de se apropriar do espaço, de maneira mais afetiva. As intervenções urbanas efêmeras e lúdicas, apesar de possibilitarem uma mudança do espaço por um curto prazo, permitem que aqueles que têm as suas subjetividades tocadas pelas propostas, prolonguem a ação dessas intervenções. À semelhança da dinâmica dos jogos, a intervenção permanece na memória dos usuários e isso estimula a sua repetição.

Considerações Finais

Subjacente às propostas desenvolvidas durante a experiência pedagógica apresentada neste artigo, tem-se a compreensão do ambiente urbano como sistema de signos construídos e percebidos pelos cidadãos. É a partir da perspectiva da praça como lugar de comunicação social que se admitem as intervenções urbanas como possibilidades de inserção dos indivíduos em um jogo mais amplo, social, e em um espaço que pode ser participativo, lúdico e simbolicamente construído pela coletividade.

Enfatiza-se que a experiência desenvolvida cumpre uma dupla função: trata-se tanto de pensar no espaço da cidade como um campo fértil para atuação dos futuros designers, quanto para a educação do olhar desses profissionais em formação. O exercício permitiu que os alunos imaginassem soluções para aos problemas encontrados no espaço público, traduzindo e interpretando os signos da realidade

para, de acordo com as suas referências, construir outras realidades para os espaços na praça. Ao se pensar sobre as formas de construção de subjetividades e de sociabilidades, os próprios alunos passavam por uma experiência de mudança de percepção da cidade em que vivem e circulam todos os dias.

A partir dessa experiência entende-se que o projeto de uma intervenção urbana efêmera e lúdica se concretiza quando atinge os cidadãos de modo a se sentirem permitidos a intervir no espaço público e exercitar a sociabilidade e a construção de redes de relações menos frágeis, mais amistosas e cordiais. É nesse sentido, conforme trazemos neste artigo, que os discursos do Design, aliados a outros campos do conhecimento humano, podem contribuir para a promoção de processos de vivências culturais, de práticas sociais urbanas e de apropriação do espaço público.

Referências

BRAIDA, F.; NOJIMA, V. L. M. dos S. **Por que design é linguagem?** Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

FONTES, A. S. Intervenções temporárias e marcas permanentes na cidade contemporânea. **Arquiteturarevista**, São Leopoldo, Unisinos, v.8 n.1, p.31-48, jan-jun, 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2012.81.05/879>. Acesso em: 18 jul. 2014.

FONTES, A. S. **Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura.** São Paulo: Perspectiva, 1980.

JACQUES, P. B.; DRUMMOND, W. (Orgs.). **Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea – Tomo 1: Experiência Apreensão Urbanismo.** Salvador: EDUFBA, 2015.

SECCHI, B. **Primeira lição do urbanismo.** São Paulo: Perspectiva, 2016.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: "O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação".

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma **online** a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submissão: 27/07/2019

Aceite: 10/02/2020

GABRIELA SOUSA RIBEIRO

Verticalidades e horizontalidades em espaços comerciais de artesanato

Verticalities and horizontalities in commercial spaces for handcrafted works

Gabriela Sousa Ribeiro

Doutora em Urbanismo pelo PROURB/UF RJ (2016), Mestre em Design pelo PPGDesign/UFPE (2008), Especialista em Ergonomia pela UFPE (2007) e Bacharel em Desenho Industrial pela UFMA (2006). Professora e pesquisadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Líder do grupo de pesquisa Território, Cultura e Identidade, certificado pelo IFRJ/CNPq.

DSc. in Urbanism from PROURB/UF RJ, at the Federal University of Rio de Janeiro (2016), Master's degree in Design from PPGD/UFPE, at the Federal University of Pernambuco (2008), Specialist in Ergonomics from UFPE (2007) and Bachelor in Industrial Design from UFMA at the Federal University of Maranhão (2006). Lecturer and researcher of Federal Institute of Education, Sciences and Technology of Rio de Janeiro. Leader of the research group Territory, Culture and Identity, certified by IFRJ/CNPq.

gabrielasousaribeiro@gmail.com

gabriela.ribeiro@ifrj.edu.br

Resumo

Este trabalho, realizado a partir de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, visa problematizar como se dão as relações entre verticalidades e horizontalidades em espaços comerciais de artesanato. Objetivamos discutir em que medida essas relações interferem na construção de políticas públicas para espaços comerciais de artesanato, contribuindo para que esses espaços sejam condizentes às necessidades e expectativas da população local. E, assim, auxiliem a reforçar a memória coletiva dessa população, interferindo positivamente na percepção dessas pessoas enquanto cidadãos pertencentes a uma localidade. Entendemos que, a partir de materiais, modos de fazer e aspectos socioculturais do local que representa, o artesanato comunica e promove a identidade sociocultural e a memória coletiva da população de onde ele é feito. Por isso, defendemos que as políticas públicas precisam ser desenvolvidas de modo a promover a real integração da população com seus artesanatos e os espaços de venda desses produtos. Foi possível perceber que se os espaços comerciais de artesanato forem geridos apenas para turistas, a população local pode não se sentir convidada a usufruir de tais espaços, interferindo negativamente em sua identidade e sua memória coletiva. A cidade precisa ser de e para todas as pessoas, sem discriminação; se ela for boa para a população local, por consequência, os turistas terão boas experiências no local, mas o contrário nem sempre é verdadeiro.

Palavras-chave: Verticalidades e horizontalidades. Espaços comerciais de artesanato. Políticas públicas. Aspectos socioculturais vividos no espaço.

Abstract

This work, based on bibliographical, documentary and field researches, aims to problematize how the relations between verticalities and horizontalities in commercial spaces of handicrafts are given. We aim to discuss the extent to which these relationships interfere in the construction of public policies for commercial spaces of handicrafts, contributing to make these spaces consistent with the needs and expectations of the local population. And thus, to help to reinforce the collective memory of this population, positively interfering in the perception of these people as citizens belonging to a locality. We understand that, from materials, ways of doing and sociocultural aspects of the place it represents, the handicraft communicates and promotes the sociocultural identity and collective memory of the population from which it is made. Therefore, we argue that public policies need to be developed in order to promote the real integration of the population with their handicrafts and the spaces for selling these products. It was possible to realize that if the commercial spaces of handicrafts are managed only for tourists, the local population may not feel invited to enjoy such spaces, negatively interfering with their identity and their collective memory. The city must be to and from all people without discrimination; if it is good for the local population, tourists will have good experiences on the spot, but the opposite is not always true.

Keywords: Verticalities and horizontalities. Commercial spaces of handicrafts. Public policies. Sociocultural aspects lived in space.

Introdução

Este trabalho busca entender as relações e disputas de poder externas e internas, nomeadas verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 2009), na construção de políticas públicas para espaços comerciais de artesanato, ao tornar e manter tais ambientes e seus artefatos atrelados à identidade sociocultural das pessoas da localidade que representam (ou deveriam representar).

Entendemos artesanato como expressão dos aspectos socioculturais da população do local que os materializa em distintos artefatos. Com base em García Canclini (1983), defendemos que há no artesanato um aspecto comunicador entre artesão-peça-receptor, seja este último um visitante, um comprador, um membro da comunidade ou o próprio artesão e seus pares. A partir das peças artesanais, é possível ao artesão representar seu modo de vida, contribuindo tanto para o fortalecimento de sua identidade sociocultural e dos seus, como para o entendimento sociocultural daquela região por visitantes externos.

García Canclini (1983) discute o poder de comunicação do artesanato inserindo-o numa visão da cultura como processo de produção e circulação material e simbólica. Defende que o produto artesanal, particularmente o que chama de popular, é uma forma de comunicação portadora de símbolos estéticos e socioculturais.

Porém, com base em observações empíricas, percebemos certa uniformidade de oferta de produtos artesanais em seus espaços de venda de Norte a Sul do Brasil. O caráter comunicador do artesanato está perdendo força, pois suas características estéticas e simbólicas estão sendo modificadas, e sua venda sendo realizada em locais desconexos do local de feitura das peças, influenciando na significação, identidade e atratividade das mesmas. Decorre daí a preocupação de que esses espaços e artefatos, ao cair na dinâmica comercial, sejam modificados pelo capital especulativo, de modo que símbolos e signos presentes no artesanato e em seus espaços de venda sejam descaracterizados de sua identidade sociocultural, podendo interferir negativamente na memória coletiva das pessoas da localidade.

Atualmente, a cultura, em suas mais diversas manifestações, é uma poderosa **commodity** capaz de atrair investimentos e público externo às cidades. Porém, não foge à regra das contradições inerentes ao mercado capitalista e à sua busca por vantagens financeiras em relação às particularidades que cada local oferece.

Para Harvey (2005), as **commodities**/rendas monopolistas são apropriadas pelo capitalismo na medida em que aspectos de singularidade e originalidade que reforçam a valorização da localidade são incorporados pelo **marketing** e vendidos como valor agregado dentro da lógica da produção capitalista. Mesmo quando não é possível vender um local específico, como o exemplo do autor, o Palácio de Buckingham, a indústria do turismo se encarrega de vender a imagem do local e inseri-lo na lógica capitalista.

Tal aspecto indica que, embora singularidade e particularidade sejam cruciais para a definição das qualidades especiais, nada é tão único que não possa ser calculado monetariamente. E, nesse mote, há a contradição de que quanto mais facilmente negociáveis se tornam tais aspectos, mais o **marketing** (e, muitas vezes, o próprio turismo) tende a destruir as qualidades exclusivas e menos únicos e especiais se configuram, passando inclusive pela possibilidade da cenarização/"disneyficação".

A homogeneidade insípida provocada pela transformação pura em commodities suprime as vantagens monopolistas. Para a renda monopolista se materializar, é preciso encontrar algum modo de conservar únicos e particulares as mercadorias e os lugares (HARVEY, 2005, p. 224).

Frente a nossas observações empíricas dos artesanatos e dos seus espaços de venda, percebemos que a não singularidade das peças artesanais faz com que, por consequência, os locais também se tornem uniformizados, interferindo negativamente na construção positiva da renda monopolista/*commodity* defendida por Harvey (2005).

Para Santos (2009), a dinâmica de produção do espaço é composta pela coexistência dialética de verticalidades e horizontalidades. As ações verticais se manifestam majoritariamente por relações distantes do ponto de vista físico e de interesses, entre os locais de decisão e efetivação das ações, atingindo o espaço globalizado de relações. As horizontalidades se caracterizam pelas relações locais ou entre locais, pelos interesses dos usos praticados, gerando uma coesão entre lugares geograficamente contíguos.

Entendemos que os argumentos de Santos (2009) corroboram com Boneti (2007), ao afirmar que o debate sobre a elaboração de políticas públicas se dá entre os “agentes do poder”, seja em âmbito nacional ou global. A questão principal diz respeito à disputa de interesses por “recursos públicos, ou em relação aos resultados da ação de intervenção do Estado na realidade social” (BONETI, 2007, p. 17).

Com base em Santos (2009), Boneti (2007) e Harvey (2005), defendemos a necessidade de equilíbrio entre verticalidades e horizontalidades para a população local se sentir integrada aos espaços de venda de artesanato, logo, à dinâmica sociocultural da cidade e, assim, haver otimização das trocas nesses espaços.

Discutimos que, em muitos casos, há esforço pelo poder público em captar investimentos, capital externo e turistas à cidade, acarretando em verticalidades que modificam as características de uma edificação ou do espaço urbano e da vivência na cidade, segregando a população local e focando apenas no turismo. Ao não possibilitar a convivência da população local com turistas, estes não conseguem apreender as particularidades da localidade, já que o espaço, descontextualizado dos aspectos socioculturais da cidade, foca no capital turístico e não permite a troca social entre ambos.

A falta de trocas socioculturais entre espaços, turistas e população local favorece a aceleração do ciclo de vida do espaço turístico (BUTLER, 1980).

Butler explica as diversas fases que compõem esse ciclo. Quanto mais a localidade busca se adequar ao sistema turístico, gerando transformações físicas do local, mais vai perdendo suas particularidades. Surgem problemas ligados ao meio ambiente, à qualidade dos serviços e/ou a fatores sociológicos, como conflitos com a população local. A atratividade do espaço declina, o número de turistas também. O espaço é descaracterizado para atender ao turismo e, em função disso, perde sua atratividade e também não atende à população local, precisando ser reciclado para criar novos atrativos e atender aos anseios de todos.

Ao concordar com Butler (1980) e Harvey (2005), ponderamos a importância de valorizar na região as particularidades locais, sem imitar outras localidades. O fato de lugar ser próprio/único é o que o faz existir e ser atrativo.

Diante do exposto, questionamos: 1) como se dão as relações entre horizontalidades e verticalidades em espaços comerciais de artesanato? 2) em que medida essas relações interferem na construção de políticas públicas para espaços comerciais de artesanato condizentes às necessidades e expectativas da população local, contribuindo para o reforço de sua memória coletiva e para a percepção dessas pessoas enquanto cidadãs pertencentes a uma localidade?

O objetivo deste artigo é discutir como se dão as relações entre horizontalidades e verticalidades em espaços comerciais de artesanato, buscando entender em que

medida essas relações interferem na construção de políticas públicas para espaços comerciais de artesanato que auxiliem no reforço da identidade sociocultural e da memória coletiva da população local, por meio da vivência sociocultural nos espaços citadinos.

Para tal, realizamos pesquisas bibliográficas e documentais e pesquisas de campo em espaços comerciais de artesanato em Recife-PE, tendo como casos-referências: Mercado de São José, Casa da Cultura de Pernambuco e Centro de Artesanato de Pernambuco. A pesquisa de campo foi desenvolvida, com enfoque qualitativo, por observações assistemáticas e entrevistas semiestruturadas com artesãos, comerciantes de artesanato e gestores dos espaços.

O Mercado de São José está localizado no bairro de São José. A Casa da Cultura de Pernambuco se situa no bairro de Santo Antônio. O Centro de Artesanato de Pernambuco se encontra no bairro do Recife. A partir da figura 1, é possível ver a localização dos mesmos no mapa.

Espaços Comerciais de Artesanato



FIGURA 1- Mapa com a distribuição dos espaços comerciais de artesanato pesquisados.

Fonte: Google Maps adaptado pela autora (2019).

A cultura como (trans)formadora da imagem da e na cidade

É recorrente a preocupação com o atual contexto em que a cultura é tida como mais um elemento agregador da venda das cidades. A imagem que se tem de determinada cidade por meio de sua “vida cultural” possibilita que saia na frente na concorrência por turistas e capitais financeiro e especulativo. Muitas vezes, essa imagem é obtida a partir da segregação socioespacial da população local, que fica à margem das benesses advindas do turismo e de outras formas de venda do capital cultural local.

Para Silva (2004), a composição das cidades e locais turísticos destinada a promoção e venda dos espaços urbanos insere elementos desconexos à cultura, à identidade, à história e/ou à paisagem da localidade.

Para Negt (2002), é preciso voltar a atenção às cidades, sanando suas condições sociais e devolvendo-lhes vitalidade. No caso dos espaços comerciais de artesanato, essa vitalidade pode ser (re)obtida ao agregar no mesmo espaço população local, que se sinta pertencente ao espaço, com população externa, que vai em busca dessa vitalidade promovida pelos símbolos e signos apropriados e mantidos pela população local. O autor defende a importância das pessoas “reconhecer-se naquilo que vêem” (NEGT, 2002, p. 24).

Para Arantes (2000), no entanto, a promoção e a venda dessa imagem é a promoção e a venda da cidade, ou seja, é a mercantilização da própria cidade. E nessa atuação empresarial, na qual se oferece cidade mercadoria, as cidades passam a ser geridas não mais “*like business*”, mas “*for business*”, acentuando a gentrificação. Mais do que a própria cidade material, o que se vende é, sobretudo, a imagem da marca da cidade. No novo renascimento urbano, principalmente das áreas centrais, a cultura vem se destacando como estratégia principal e a ênfase das políticas urbanas recai sobre as políticas culturais.

Ponderamos o conceito de cultura como agente promotor de identidade e consolidação social. Tais aspectos contribuem para que a população perceba que pode atuar na cidade como agente de resistência de sua cultura, de seu espaço, de seu poder cidadão e de se apropriar de seu território.

Conforme González (2008), o artesanato traduz aspectos socioculturais locais, por tornar tangíveis aos turistas os aspectos intangíveis conhecidos e acontecidos no local visitado. Ao considerar a conceituação de artesanato de González, que corrobora com García Canclini (1983), entendemos que os espaços comerciais de artesanato figuram na cidade como espaços turísticos, bem como espaços de cultura e lazer para a população local. Esses locais são carregados de valores e símbolos a serem apreendidos e trocados entre diversos usuários do local, em função dos próprios produtos comercializados e dos espaços em si, podendo ser considerados bens culturais.

Florissi e Valiati (2009) discutem a importância da manutenção dos bens culturais na cidade por traduzirem o modo de vida de um povo, agregando manifestações de identidade, valores e crenças da sociedade. A validade de um bem cultural traz benefícios no âmbito econômico e é incomensuravelmente favorável ao bem-estar da sociedade. O que corrobora com Yúdice (2004), que encara a cultura como recurso para melhoria social, conseguindo, a partir de projetos de incremento cultural urbano, alcançar o desenvolvimento urbano sustentável. Bens culturais e seus artefatos propiciam o usufruto dos espaços e de seu entorno pela população como um todo, reafirmando, a partir do lugar de convívio, valor e identidade às pessoas.

A população local só tenderá a desfrutar e preservar seus espaços comerciais de artesanato se perceber nesses locais aspectos que convergem com suas necessidades, que lhe permita usufruir do lazer da mesma forma que é apresentado a turistas. Para tal, precisam ser equilibradas verticalidades e horizontalidades, atraindo investimento externo, propiciando o desenvolvimento turístico da região, porém sem excluir aqueles que já pertenciam ao espaço, a população local. Contribuindo, inclusive, para otimizar as trocas entre ambos e incrementar a sensação de acolhimento percebida pelos turistas. Cidadãos satisfeitos com seus espaços citadinos tendem a passar essa sensação aos visitantes.

Horizontalidades e verticalidades na conformação de políticas públicas para a cultura

Como agentes dos espaços comerciais de artesanato, citamos seus frequentadores, dividindo-os em usuários diretos e indiretos. Por usuários diretos entendemos aqueles que, constantemente, entram em contato com os espaços; os indiretos são os que, de alguma forma, influenciam na dinâmica do local, ainda que não presencialmente no mesmo.

Entre os diretos estão: artesão que vende seus artefatos; comerciante que vende obras de outros artesãos; comerciantes de culinária típica, podendo prepará-la no local ou apenas comercializá-la no mesmo; população local em busca de diversão, lazer e/ou fazer compras; população local transeunte, que vai ao espaço por estar passando próximo, sem, necessariamente, ter se programado para isso; trabalhadores desses espaços atuantes em outras atividades que não na comercialização direta de artesanato, como faxineiros, vigilantes etc; população externa, turistas, acompanhados ou não de guias turísticos.

Entre os usuários indiretos estão os gestores, desde esferas federal, estadual, municipal até os gestores diretos de cada espaço comercial de artesanato, no âmbito da limpeza pública, promoção de artefatos e culinária a serem comercializados, segurança pública, turismo, cultura, lazer e eventos; “atravessadores”¹; técnicos e especialistas de órgãos que promovem cursos de capacitação a artesãos; agentes de turismo que indicam os espaços comerciais de artesanato como polos de cultura e venda de artesanatos “locais”.

É preciso gerir esses diversos agentes com os mais distintos interesses, expectativas e características, conseguindo que esses espaços se mantenham vivos pelas dinâmicas socioculturais presentes nos mesmos. Assim, agregando a população local, contribuindo para a consolidação da vida dos lugares e da memória coletiva na localidade. E não apenas focando no turismo, fazendo com que os aspectos simbólicos presentes nos mesmos se percam na lógica do mercado e, por consequência, segreguem a população local.

Gomes (2002) defende que a compreensão dos processos de definição e de gestão de espaços públicos ultrapassa microestruturas e práticas políticas circunscritas às localidades. Nas sociedades de capitalismo dependente, a produção e a reprodução social se traduzem numa problemática socioespacial de exclusão material e simbólica. É preciso aprofundar o conhecimento a respeito das articulações entre a população, seus territórios e artefatos na cidade, de como essas relações se espacializam e de meios para solidificar e propagar essas relações respeitando os aspectos socioculturais que lhes dão significado.

A partir da definição dos usuários dos espaços comerciais de artesanato, percebemos que há duas forças atuantes na dinâmica dos locais: uma horizontal, exercida pelos frequentadores diretos do espaço; e outra vertical, definida pelos gestores, em diversos âmbitos, entre eles, na definição de políticas públicas.

Para Boneti (2007), sendo as políticas públicas conformadas para intervir na realidade social, seja para efetuar investimentos ou para pura intervenção administrativa ou burocrática, é a relação entre Estado, classes sociais e sociedade civil que origina os agentes definidores das mesmas. Contudo, segundo o autor, o contexto é constituído de três instancias, global, nacional e local, que movem as estruturas política e produtiva de uma nação. A elaboração e o estabelecimento de políticas públicas dependem de alguns fatores preponderantes: interesses da expansão do capitalismo internacional,

1 “Atravessadores” são pessoas que compram artesanato diretamente do artesão e revendem com boa margem de lucro a lojistas e donos de barracas em lojas, mercados e feiras de artesanato. Em função da grande quantidade de compra, o que lhes confere poder para barganhar e até para impor o preço que desejam pagar, geralmente, oferecem ao artesão um preço abaixo do valor de mercado.

explicitados pelas elites globais, que tendem a adotar “modelos” homogêneos de desenvolvimentos econômico e social; interesses originados no contexto nacional, os das classes dominantes e dos vários segmentos que compõem a sociedade civil; instância do local para efetivação das políticas públicas, desde a eficácia da realização da ação até os diversos interesses específicos que despertam nas pessoas direta e indiretamente envolvidas.

Interesses contraditórios no processo de elaboração, execução e gestão das políticas públicas compõem uma esfera de conflitos que permeia o exercício dos governos municipais (RAMOS; BARBOSA, 2002).

No caso dos municípios brasileiros, um interesse frequente e contraditório envolve o turismo. Como atrair turistas às cidades sem segregar a população local? Infelizmente, o que se percebe em várias cidades brasileiras, sobretudo no Nordeste (mas não apenas nele), é que a pergunta se encerra na primeira oração: “Como atrair turistas às cidades?”. Muitos governantes não se preocupam se a população local será incluída na dinâmica turística. Pelo contrário, se essa população não se enquadrar num “padrão” estético vendável, na visão de muitos governantes, realmente precisa ser excluída para não prejudicar o comércio. Tem-se como exemplos *resorts* em praticamente toda a costa litorânea nordestina, que privatizam áreas de praia para os que detêm poder aquisitivo para pagar por elas.

No que concerne ao artesanato e seus espaços comerciais, essa realidade não é diferente. Regra geral, o que importa é criar espaços que atraiam e fascinem o público externo, não interessando se esses locais estão conectados aos aspectos socioculturais da localidade. Vaz e Jacques (2001) discutem que a utilização da cultura como instrumento de revitalização urbana faz parte de um processo bem mais vasto de sua utilização como instrumento de desenvolvimento econômico. Trata-se de mais um reflexo de um período neoliberal globalizado, em que as questões econômicas passam a ser prioritárias e acredita-se que as questões sociais serão resolvidas automaticamente quando a economia estiver forte. Defendem ser consequência da transformação das estruturas socioeconômicas, que também vai refletir no próprio conceito de cultura.

A relação das cidades com a arquitetura e o urbanismo deve contribuir para que as ações decorrentes das políticas públicas propiciem espaços construídos visando respeito aos processos socioespaciais e culturais locais, ao desenvolvimento de potencialidades e/ou criatividades identificadas nesses processos e à busca de condições dignas de existência.

Referir-se a condições dignas de existência é aludir aos direitos humanos, ao direito à habitação, ao direito à educação, ao direito à cultura, ao direito à cidade. Recorremos a questões do direito à cidade (LEFEBVRE, 2010), que nos auxilia na compreensão da cidade capitalista atual, em que a quase totalidade de seus espaços foi convertida em mercadoria e os processos de modernização tendem a racionalizar e homogeneizar espaços, com ameaça à permanência das especificidades dos lugares e das condições de vida historicamente construídas pelas populações locais. A prevalência do valor de troca está se impondo e a visão da cidade como valor de uso está sendo alterada pelo capitalismo que se apropriou também do espaço da cidade, transformando-o em mercadoria. Nesse contexto, igualmente vem ocorrendo a homogeneização e o empobrecimento da cultura e da vida cultural.

Para transformar o processo de urbanização capitalista, ponderamos que

o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2010, p. 134).

O equilíbrio entre verticalidades e horizontalidades pode ser conseguido por políticas públicas condizentes a aspectos relacionados a integração sociocultural, reconhecimento e consolidação da memória coletiva, contribuindo para a educação da população e promoção do direito aos espaços citadinos, gerando cidadãos realmente incluídos em suas cidades.

Para Gomes (2002), há no espaço uma dimensão política. O domínio do espaço é fonte de poder social, a partir de sua dimensão política, ao possibilitar que cidadãos dotados de direitos participem de decisões e do controle político das medidas de interesse coletivo. Tendo acesso aos espaços da cidade, as pessoas poderão realizar a disputa política: ocupação dos espaços, disputa de poder, afirmação de seus direitos, real usufruto da democracia. Esta pode ser alcançada a partir da “existência e usufruto efetivo de condições sociais e institucionais que possibilitem ao cidadão a participação ativa no controle da vida social e a construção coletiva do espaço público e da cidadania” (GOMES, 2002, p. 171).

No que tange às políticas públicas pernambucanas voltadas a cultura e turismo, ponderamos que a Lei nº 13.965, de 15 de dezembro de 2009, que institui o Programa do Artesanato de Pernambuco (PAPE), o Fórum do Artesanato de Pernambuco e dá providências correlatas, pode contribuir para a uniformização dos produtos oferecidos, distanciando o artesanato de seu papel comunicador da cultura local.

A referida lei, em seu artigo 11, institui a “Curadoria Coletiva do Programa do Artesanato de Pernambuco, com a finalidade de selecionar as obras e produtos que serão expostas e comercializadas nos canais públicos de comercialização do artesanato” (PERNAMBUCO, 2009, p. 4). Ainda que entendamos que a curadoria contribui para barrar produtos de fora de Pernambuco em seus locais de comercialização, como o Centro de Artesanato de Pernambuco, ponderamos que é preciso uma ação cuidadosa e cautelosa no que se refere à autonomia do artesão. Quais parâmetros (sociocultural ou de mercado?) se baseiam para selecionar uma obra em detrimento de outra? Os responsáveis por essa curadoria detêm conhecimentos de todas as localidades pernambucanas a ponto de entender que, por exemplo, algo que poderia ser visto como defeito² é, na verdade, uma marca da cultura local?

Nossas respostas a essas perguntas apontam para o entendimento governamental sobre o papel do artesanato no desenvolvimento turístico e cultural da região. Ainda que Pernambuco seja reconhecido como um estado com vasta produção artesanal, no nosso entendimento, há pouco investimento estatal na cadeia artesanal como um todo (feitura, distribuição e venda), ao desvalorizar os territórios dos artesãos e exercer maior atuação na venda das peças.

O próprio PAPE coloca como meta desenvolver o artesanato do estado de Pernambuco a partir da profissionalização da atividade e inserção em novos mercados de forma sustentável. Entre as principais ações desenvolvidas pelo PAPE estão coordenação da FENEARTE (Feira Nacional de Negócios de Artesanato), dos dois Centros de Artesanato de Pernambuco (nas cidades de Recife e Bezerros), da Unidade Móvel do Artesanato, além da participação em importantes feiras nacionais e internacionais (PORTAL DE ARTESANATO, 2019).

² Lembramos do caso relatado por Lima (2005) na comunidade Passagem, no interior da Bahia, onde eram feitos potes em cerâmica que apresentam manchas irregulares por todo o pote. O que poderia ser visto como um defeito, na verdade, conforme Lima, retratava a identidade cultural da localidade, pois as manchas são provenientes de queima a céu aberto, em fogueira, um modo de queima de saber milenar que já foi muito usado no Brasil, nas Américas, na África e na Ásia.

A FENEARTE é uma feira de artesanato que acontece anualmente em Olinda-PE, em média, durante 12 dias. A Feira congrega artesãos de Pernambuco, do Brasil e de mais 35 países que, segundo seus organizadores (FENEARTE, 2019), objetiva “valorizar e difundir os saberes tradicionais, estimular o potencial de crescimento dos artesãos e artesãs, funcionando como importante elemento estruturador da Cadeia Produtiva do artesanato local”. Porém, nossas pesquisas de campo revelam ter sido na ordem de R\$10.000,00 o custo para expor na Feira, em 2016, caso não houvesse ajuda de órgãos governamentais, o que nos faz questionar a real viabilidade da difusão dessa valorização cultural através do artesanato.

Ponderamos que além do foco principal do PAPE ser o aspecto comercial do artesanato, minimizando a importância dos aspectos comunicativos socioculturais locais, não atenta à necessidade de criar espaços para venda de artesanato nas localidades pernambucanas que permitam a troca social entre as pessoas intermediada pelo mesmo.

Empiricamente, percebe-se que essas políticas públicas ou a falta de políticas públicas mais específicas para a cadeia artesanal pernambucana como um todo contribuem para a oferta de artefatos e de espaços padronizados. Na Feirinha de Boa Viagem, na capital Recife, no Mercado da Ribeira, em Olinda, ou na Feira de Caruaru, na cidade homônima, são oferecidos os mesmos produtos, tanto de distintas partes do estado como de fora dele. A partir das figuras 2 e 3, é possível ver exemplos de dois locais distintos com certa repetição de peças artesanais. A figura 2 retrata uma barraca da Feirinha de Boa viagem.



FIGURA 2 - Artesanato vendido na Feira de Boa Viagem, em Recife.

Fonte: <https://www.falandodeviagem.com.br/viewtopic.php?t=11276>

A figura 3 demonstra artesanatos encontrados na Feira de Caruaru.

FIGURA 3 - Artesanato oferecido na Feira de Caruaru, em Caruaru-PE.

Fonte: acervo da autora, 2017.



Tais aspectos nos fazem corroborar com Dória (2009), de que a intervenção do Estado não se dá apenas por investimentos diretos no setor; acontece, principalmente, em função das normas que regulam agentes econômicos responsáveis pela produção e consumo culturais. É a legislação incidente sobre essas relações que representa o mais importante aporte público para a cultura. O viés do Estado tem sido considerar a cultura como produção e não como fruição e consumo.

É importante propiciar e preservar as relações que se estabelecem no plano horizontal, entre os detentores das práticas socioculturais de cada localidade. É a população local como geradora dos modos de fazer locais e cotidianos que dão vida a essa dinâmica. Nesse sentido, o enfoque de Certeau (2008) abre novas formas de olhar e compreender os espaços a partir das pequenas operações cotidianas que originam as práticas sociais daqueles que os habitam. Estas práticas, “artes de fazer”, empreendidas pelas populações são pouco evidentes, dispersas, muitas vezes silenciosas, todavia, revelam maneiras astuciosas de reapropriação do espaço.

Guillen et al (2010), ao analisar práticas culturais e sociais no Mercado de São José, tombado, em 1973, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e, atualmente, um dos maiores espaços comerciais de artesanato do Recife, onde a população recifense circula para comprar peixes, alimentos, ervas ou, como se diz, “para fazer a feira”, afirmam que o mercado se mantém vivo em função da dinâmica que congrega entre distintos atores sociais. No lugar, as pessoas se declaram como pertencentes ao mesmo: comerciantes de artesanato demonstram suas peças; a culinária típica do estado é encontrada nas bancas de comida, que pode ser acompanhada por uma cachacinha ou uma cervejinha para “jogar conversa fora”; vendedoras de ervas e raízes passam receitas de chás e elixires aos mais diversos males; e aqueles que remédios não podem curar são sanados por artigos religiosos; além dos que buscam alimentos para a “feira” da semana e os que são atraídos por atividades culturais relacionadas a festa, dança e música, em datas comemorativas.

Durante as entrevistas que realizamos, comerciantes do Mercado afirmaram não depender exclusivamente do turismo, pois a circulação da população local é intensa. Visando respeitar os artesãos, disseram não trabalhar com atravessadores, comprando

direto dos artífices. Relataram que os turistas que vão ao Mercado buscam se conectar com a cultura local, entender sobre os hábitos socioculturais pernambucanos e, por essa vitalidade pernambucana ser pujante no Mercado, relataram não depender de guias turísticos, de modo que não trabalham com comissão para eles. Comparando esses relatos com os obtidos pelas entrevistas que realizamos com gestores do artesanato no âmbito pernambucano, complementam as falas dos gestores da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNДАРPE) e da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper), que disseram que os guias levam turistas na Casa da Cultura de Pernambuco porque recebem comissão.

O Mercado de São José é atrativo aos turistas sem perder sua funcionalidade e atratividade aos pernambucanos. Por permitir a real vivência da população local em seus espaços encanta turistas, por entrar em contato com particularidades culturais e sociais no lugar. E o fato dele ser um bem tombado, por manter sua arquitetura de ferro original, é só mais um atrativo.

Em contrapartida, espaços que não permitem que a vivência sociocultural seja, de fato, efetivada tornam-se obsoletos na dinâmica urbana, ainda que a edificação e/ou o espaço tenha(m) atrativo histórico-cultural. É o caso da Casa da Cultura de Pernambuco, no Recife. Construído para abrigar a cadeia do estado, o prédio de 1867 tornou-se um importante centro comercial de artesanato em Pernambuco, a partir de 1976. Tombado em 1980, além das celas transformadas em lojas de artesanato, encontram-se: livraria especializada em Pernambuco, sala de pesquisa e de cursos diversos, anfiteatro externo, Museu do Frevo e associações de várias entidades culturais (CASA DA CULTURA, 2019). Ainda assim, o espaço não faz parte da vivência da população local, que o percebe como exclusivamente turístico.

Mesmo localizada no centro da cidade, em frente a uma estação inicial/final do metrô com intenso fluxo de pessoas, as pessoas não aproveitam o caminho para ir à Casa. Comerciantes do local relataram, ao longo de nossas entrevistas, que o público principal é de turistas do Sudeste do Brasil. Narraram que houve episódios em que recifenses foram ao local e disseram não ter ido antes porque pensavam que era preciso pagar para entrar no espaço. Conforme os comerciantes, as pessoas atribuem a associação ao pagamento de ingresso à configuração física da edificação, com prédio fechado e terreno gradeado, como demonstra a figura 4. A população local entende o espaço como voltado principalmente ao turismo, não se sente atraída a vivenciá-lo.

FIGURA 4 - Casa da Cultura de Pernambuco, visão externa.

Fonte: acervo da autora, 2018.



Não participar dos espaços citadinos é talvez uma forma ativa de participar, gritando em silêncio que aquilo que clama por sua participação não interessa a população, não lhe passa suficiente atração (PARRAMON, 2011).

Reafirmamos ser necessário cautela ao adequar os espaços à dinâmica turística para que não percam suas características socioculturais locais, tornando-se desinteressantes à população e, por consequência, percam sua vida, podendo atingir, como afirmado por Butler (1980), a fase de declínio do espaço turístico.

O espaço turístico precisa permitir diversas trocas entre população local e turistas. Vargas (2001) afirma que a atividade de troca possui um caráter social implícito que depende do encontro para as trocas de informações, de impressões, de culturas. Um aspecto importante da experiência turística é a interface entre visitantes e moradores, permitindo que os visitantes se sintam acolhidos pela cidade em função também do acolhimento por seus habitantes. E, para que haja essa relação, a cidade deve propiciar o uso dos espaços à sua população.

Essas trocas serão efetivadas se forem equacionadas horizontalidades e verticalidades, de modo que a população local se sinta integrada aos espaços e tenha interesse de usufruir dos mesmos.

Memória coletiva na consolidação da cidadania

Diante de tantas manifestações que compõem a vida cultural pernambucana, é importante promovermos discussão e valorização das práticas culturais que fazem dos espaços comerciais de artesanato lugar, contribuindo para aceitação e legitimidade desses fazeres nesses espaços, de modo que formas de expressões, celebrações e lugares possam constituir patrimônio, principalmente àqueles que são responsáveis diretos por essas manifestações, a população local. A promoção do reconhecimento e da autoestima dos detentores das práticas culturais em questão contribui para que o público mais amplo possa perceber os espaços comerciais de artesanato de forma mais complexa, reconhecendo seu papel na definição da história e das memórias local e regional.

Harvey (2005) questiona qual discurso pode ser colocado quanto às características singulares, que ele defende como fundamentais à renda monopolista/*commodity*, se não a linguagem relativa a território (*terroir*) e tradição. É preciso procurar critérios de especificidade, singularidade e originalidade em cada um desses domínios. Seja “como apelo ao “*terroir*” e à tradição, [seja] (...) pela descrição direta do sabor, outros modos de distinção deverão ser invocados para estabelecer alegações e discursos monopolistas” (HARVEY, 2005, p. 229).

No campo dos artefatos e das práticas culturais historicamente construídas, assim como no das características ambientais especiais (incluindo, é claro, os ambientes sociais e culturais construídos), (...) são tanto resultado das construções discursivas como dos conflitos baseados em fatos materiais. Muitas alegações se apoiam em narrativas históricas, interpretações e sentidos das memórias coletivas, significados das práticas culturais etc: sempre há um forte elemento social e discursivo operante na construção de tais alegações (HARVEY, 2005, p. 233).

O autor discute que esses locais podem ser construídos na memória coletiva advinda de historicidade e/ou construídos por arquiteturas espetaculares e de grife, que, em geral, desprivilegiam grande parte da população que contribuiu para a formação da memória coletiva local. Questiona, então, qual memória coletiva deve ser celebrada pela cidade, com qual estética, com que valores e que segmentos da população devem se beneficiar do capital simbólico valorizado.

Nesse caso, é que assumem certa importância estrutural as contradições enfrentadas pelos capitalistas quando buscam renda monopolista. Ao procurarem explorar valores de autenticidade, localidade, história, cultura, memórias coletivas e tradição, abrem espaço para a reflexão e ação política, nas quais alternativas podem ser tanto planejadas como perseguidas. (...) É um dos espaços chave de esperança para a construção de um tipo alternativo de globalização, em que forças progressistas da cultura se apropriam dos espaços chaves do capital em vez do contrário (HARVEY, 2005, p. 239).

Magalhães (2002, p. 39) dá pistas à solução da questão ao advertir que “numa sociedade que se desterritorializa, a cidade encontra o seu futuro na sua própria essência: as trocas sociais”. É necessário re-singularizar nossas cidades, como condição de sua defesa como patrimônio. A garantia da cidade como patrimônio, fortalecendo o vínculo entre cidade-cidadãos, se encontra através de imagens construídas socialmente: o significado e a memória que têm para a população.

Considerações finais

Ao contrário do que sugere o conceito de cidadania, o que se percebe, na atualidade, é que políticas públicas e demais formas de gerir espaços culturais destinam suas atenções ao de fora, o turista é o foco. E os cidadãos, ou aqueles que poderiam exercer seus papéis cidadãos, a população local, ficam de fora do manto protetor da cidadania.

Ponderamos que turistas, ao visitar determinada região, queiram conhecer a realidade local, hábitos, costumes, materiais tradicionais, cheiros e sabores. Englobar populações local e turística num mesmo espaço favorece essas trocas socioculturais. Para que haja essas relações, a cidade deve possibilitar o uso dos espaços à sua população.

A partir dos estudos realizados, percebemos que espaços que agregam a população local em sua vivência cotidiana têm mais chances de se manterem vivos, enquanto aqueles voltados exclusivamente ao turismo tendem a se tornar obsoletos com o tempo.

Vale ressaltar que espaços obsoletos e vazios tendem a ser perigosos, já que abandonados podem promover a insegurança da área. Além de ser oneroso ao poder público, tanto pela necessidade de investir mais em segurança pública, como pela obrigação de “criar” outros espaços que atendam às demandas das populações, interna e externa.

Em contrapartida, essa “criação” de espaços precisa ser cautelosa, visto a tendência do poder público brasileiro em priorizar o desenvolvimento de espaços voltados ao turismo. Os locais são construídos como cenários, com características estereotipadas e que não atraem a população local. Os espaços são modificados para “deixá-los mais atrativos à demanda turística”, porém modificam tanto os locais que propiciam uma sensação de falsidade dos mesmos, diminuindo o interesse dos próprios turistas em permanecer mais tempo neles, enfraquecendo a vida nos espaços, até chegar à fase de declínio total.

A real integração da população local aos espaços comerciais de artesanato, respeitando seus aspectos socioculturais, legitimam a cidadania, fazendo com que as pessoas incluídas na dinâmica cidadina possam usufruir de: educação, pois essa dinâmica possibilita, a partir de distintos tipos de artesanato e da culinária típica oferecidos, entender as transformações dos produtos e dos espaços da cidade; cultura, a partir das práticas socioculturais locais no dia a dia, dos símbolos e signos presentes nos artesanatos e nos espaços, e das trocas socioculturais entre turistas e população local; trabalho e renda digna, pois, dentro do atual contexto de globalização que tende a uniformizar produtos, o artesanato tradicional, com aspectos socioculturais comunicativos da localidade, possui valor agregado, aumentando o preço das peças

no mercado pelo respeito à memória e à cultura; além desse conjunto de aspectos permitir a consolidação da memória coletiva, que propicia que as pessoas se reconheçam em suas localidades e em seus grupos.

É necessário usar os equipamentos culturais da cidade, como os espaços comerciais de artesanato, para fazê-los retornar o seu papel principal, de contribuir prioritariamente para o desenvolvimento cultural da população local, revertendo desigualdades sociais. As políticas públicas precisam ser conformadas de modo a gerar uma verdadeira revitalização urbana através da cultura, sem provocar gentrificação, seja urbana ou cultural.

Referências

- ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2007.
- BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer**, XXIV(1), 1980.
- CASA DA CULTURA. Disponível em <<http://casadaculturape.com.br/>>. Acesso em 08 ago. 2019.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DÓRIA, C. A. Teses (equivocadas ou não) sobre o Estado e a cultura brasileira. In: CRIBARI, I. (Org.). **Economia da cultura**. Recife: FUNDAJ/Massangana, 2009.
- FENEARTE. Disponível em <<http://www.fenearte.pe.gov.br>>. Acesso em 30 ago. 2019.
- FLORISSI, S.; VALIATI, L. Construção de lugares de consumo e práticas culturais. In: CRIBARI, I. (Org.). **Economia da cultura**. Recife: FUNDAJ/Massangana, 2009.
- GARCÍA CANCLINI, N. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GOMES, M. F. C. M. Cidadania e espaço público numa experiência de política de urbanização de favelas. In: RAMOS, M. H. R. (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- GONZÁLEZ, F. E. Souvenirs e turistas. **Vitruvius**, ano 2, 14(5), 2008. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/02.014/1414>>. Acesso em 20 nov. 2016.
- GUILLEN, I. C. M.; GRILLO, M. Â. F.; FARIAS, R. G. **Mercado de São José: memória e história**. Recife: IPHAN/FADURPE, 2010.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. 2. reimp. São Paulo: Centauro, 2010.
- LIMA, R. (2005). **Artesanato: cinco pontos para discussão**. Palestra Artesanato Solidário/Central Artesol. Disponível em <http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=96>. Acesso em 23 mar. 2016.
- MAGALHÃES, S. **Sobre a cidade: habitação e democracia no Rio de Janeiro**. São Paulo: Pro-editores, 2002.
- NEGT, O. Espaço público e experiência. In: PALLAMIN, V. M. (Org.). **Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PARRAMON, R. Ciudades, barrios y prácticas artísticas. **Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte**, 4(1), p. 140-150, 2011.

PERNAMBUCO. Lei nº 13.965, de 15 de dezembro de 2009. Institui o Programa do Artesanato de Pernambuco, o Fórum do Artesanato de Pernambuco, e dá providências correlatas. Disponível em <<http://www.portaldoartesanato.pe.gov.br/noticiasDetalhe.php?codigo=117>>. Acesso em 13 jul. 2011.

PORTAL DO ARTESANATO. Disponível <<http://www.artesanatodepernambuco.pe.gov.br/pt-BR/artesanato-de-pernambuco>>. Acesso em 30 de ago. 2019.

RAMOS, M. H. R.; BARBOSA, M. J. S. Gestão de políticas urbanas e mecanismos de democracia direta. In: RAMOS, M. H. R. (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 5. reimpr. São Paulo: Editora da USP, 2009.

SILVA, M. G. L. **Cidades Turísticas**: Identidades e Cenários de Lazer. São Paulo: Aleph, 2004.

VARGAS, H. C. **Espaço terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

VAZ, L. F.; JACQUES, P. B. Reflexões sobre o uso da cultura nos processos de revitalização urbana. In: 9 Encontro Nacional da ANPUR, **Anais**. Rio de Janeiro: v. 1, n.1, pp. 664-674, mai/jun, 2001.

YÚDICE, G. A **Conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma **online** a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submissão: 27/04/2019

Aceite: 28/11/2019

ANA PAULA BARSZCZ, ADRIANA KUNEN E GISLAINE DA SILVA FERNANDES

A influência da arquitetura na vulnerabilidade infantil: Uma análise em Francisco Beltrão PR

The influence of Architecture on child vulnerability: An analysis in Francisco Beltrão PR

Ana Paula Barszcz

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paranaense – UNIPAR (2019). Participou do PIC – Programa de Iniciação Científica pela Unipar (2018). Participou de projetos no escritório modelo de arquitetura – UNIPAR (2018).

Graduated in Architecture and Urbanism from Universidade Paranaense – UNIPAR (2019). Participated in the PIC – Scientific Initiation Program by UNIPAR (2018). Participated in projects at the architectural model office – UNIPAR (2018).

anapbarszcz@hotmail.com

Adriana Kunen

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UTP Universidade Tuiuti do Paraná (2003). Possui Especializações em Projeto de Arquitetura pelo IPOG Instituto de Pós-Graduação (2011) e Arquitetura e Construção Civil pela UNIPAR - Universidade Paranaense (2013). Mestre em Engenharia Civil pela UTFPR Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2018). Atua como docente no Curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Paranaense - UNIPAR, Campus Francisco Beltrão - PR.

Graduated in Architecture and Urbanism from UTP at the Tuiuti University of Paraná (2003). Has Specializations in Architecture Design by IPOG Postgraduate Institute (2011) and Architecture and Civil Construction by UNIPAR Universidade Paranaense (2013). Master's degree in Civil Engineering from UTFPR Federal Technological University of Paraná (2018). Acts as a teacher in the Architecture and Urbanism Course at the Universidade Paranaense – Unipar, Campus Francisco Beltrão – PR.

adrianakunen@gmail.com

Gislaine da Silva Fernandes

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em maio de 2006. Mestre em Engenharia Civil pelo Programa Engenharia de Construção (UFV) em dezembro de 2009. Foi Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIPAR, Campus Francisco Beltrão – PR.

Graduated in Architecture and Urbanism from the Federal University of Viçosa (UFV) in May 2006. Master's degree in Civil Engineering from the Construction Engineering Program (UFV) in December 2009. She was Coordinator of the Course of Architecture and Urbanism at UNIPAR, Campus Francisco Beltrão – PR.

gislainesfernandes1@gmail.com

Resumo

A exclusão social se torna cada vez mais evidente na sociedade, principalmente na vida de crianças e adolescentes que sofrem vulnerabilidade social e pobreza, o que desencadeia outros problemas sociais como marginalização e uso de drogas. No Brasil, as políticas nacionais existentes de proteção ao menor, se mostraram pouco eficientes até 1990, ano em que o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) foi criado, se tornando um marco importante neste campo. Após esse período, começou-se a pensar mais em como diminuir a exclusão desse público vítima de fragilidade socioeconômica, e em como a arquitetura e a concepção dos espaços pode influenciá-los. O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise de percepção técnica em três espaços de assistência social infantil na cidade de Francisco Beltrão, no Paraná, possuindo como metodologia um estudo bibliográfico seguido de levantamento espacial com walkthrough, avaliando itens como estrutura, acessibilidade, confortabilidade, aspectos lúdicos e segurança. O artigo apresenta de que forma a adequação dos espaços pode vir a melhorar este processo de reinserção dos mesmos à sociedade, pensando na ambiência e em seu entorno, no qual a arquitetura age como instrumento de transformações, enfatizando a influência do espaço no crescimento e desenvolvimento destas crianças e adolescentes. A síntese dos resultados foi estruturada em planilha, realizando um breve comparativo entre os mesmos, onde pode-se observar qual espaço encontra-se mais adequado e com melhor funcionalidade, apresentando os pontos positivos e negativos do local analisado em relação aos atributos presentes na análise, constatando que de fato o planejamento do local influi de forma positiva ou negativa na vida das pessoas.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social. Crianças. Arquitetura. Influência.

Abstract

Social exclusion is becoming increasingly evident in society, especially in the lives of children and adolescents suffering social vulnerability and poverty, which triggers other social problems such as marginalization and drug use. In Brazil, existing national policies for the protection of minors proved to be ineffective until 1990, the year in which the ECA (Child and Adolescent Statute) was created, becoming an important landmark in this field. After this period, we began to think more about how to reduce the exclusion of this public victim of socioeconomic fragility, and how the architecture and design of spaces can influence them. The objective of this paper is to perform a technical perception analysis in three spaces of child welfare in the city of Francisco Beltrão, Paraná, having as methodology a bibliographic study followed by walkthrough spatial survey, evaluating items such as structure, accessibility, comfort, playfulness and safety. The article presents how the adequacy of spaces can improve this process of reinsercion of them into society, thinking in the environment and its surroundings in which architecture acts as an instrument of transformation, emphasizing the influence of space on the growth and development of these children and adolescents. The synthesis of the results was structured in a spreadsheet, making a brief comparison between them, where it can be observed which space is more appropriate and with better functionality, presenting the positive and negative points of the analyzed place in relation to the attributes present in the analysis, noting that in fact the planning of the place influences positively or negatively in people's lives.

Keywords: Social vulnerability. Children. Architecture. Influence.

Introdução

A violência infantil, pobreza e marginalização são temas que afetam a sociedade numa maneira geral, desenvolvendo situações de risco como vulnerabilidade e desigualdade social. Estes problemas afetam diretamente o desenvolvimento do ser humano, principalmente na infância, onde a criança está em formação e é fortemente influenciada pelo meio social em que se desenvolve, impossibilitando-a de acesso a uma série de direitos que a auxiliam a ter um crescimento adequado. Segundo a Fundação Abrinq, no Cenário da Infância e Adolescência no Brasil (2017), cerca de 17 milhões de crianças de até 14 anos vivem em domicílios de baixa renda, além de estarem expostas ao trabalho infantil e à educação precária, o que poderá vir a desencadear inúmeros problemas sociais, como criminalidade, uso de drogas, alcoolismo e vivência nas ruas.

É preciso ter claro que a pobreza cria fatores de riscos, que reduzem a esperança de vida e depreciam a sua qualidade. A pobreza, principalmente quando atinge as crianças e os jovens, cria deficiências que comprometem não somente o futuro dos indivíduos, mas o futuro da sociedade em conjunto (ABRAMOVAY et al., 2002, p. 69).

As políticas de assistência social para crianças e adolescentes sofreram diversas modificações com a passagem dos anos. Há séculos atrás, os atendimentos eram realizados em igrejas, orfanatos e hospitais. Com a criação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 1990, uma nova concepção a respeito de temas relacionados a esse público despertaram maior atenção, além de ser considerado um marco importante neste campo reflexivo. Embora a preocupação com esse tema fosse anteriormente existente, a partir deste momento consolidou-se conceitos relacionados à humanização destes espaços e em como a arquitetura possa contribuir na formação e aprendizado do indivíduo, pensando na sua qualidade de vida e bem-estar.

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, p. 132).

Conforme a Unicef (2016) o Brasil possui uma das melhores legislações para crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que a desigualdade atinge a sociedade, trazendo falta de oportunidades e amparo, isso porque as mesmas leis que garantem esses direitos não são cumpridas no cotidiano. O não cumprimento destes direitos, aliado a exclusão social, deixam danos irreparáveis na criança e adolescente em formação, além de trazer consequências que afetam toda a sociedade.

Este tema surgiu com a necessidade de prevenir decorrências causadas pela vulnerabilidade na infância e adolescência, a fim de reduzir os danos desencadeados pela exclusão social, enfatizando a importância de exteriorizar o quanto a arquitetura pode influenciar positiva ou negativamente por meio dos espaços e ambientes projetados ao público infantil que se encontram inseridos neste contexto. No presente artigo, os objetos de estudo serão espaços voltados à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social na cidade de Francisco Beltrão, localizada no sudoeste do Paraná, abordando a relevância da arquitetura nestes locais de assistência social por meio de análises desenvolvidas através das bibliografias pesquisadas.

De acordo com os dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, a cidade possuía uma população de 78.943 habitantes, sendo 22,2% destes, crianças de 0 a 14 anos. O mesmo censo indica que 26,5% da população ocupada possui o rendimento nominal mensal de até ½ salário mínimo. Em decorrência disto, o município possui alguns espaços voltados para o público infantil em situação de fragilidade socioeconômica, onde foram selecionados três destes, sendo a Escola Oficina Adelíria Meurer, CEJU – Centro de Juventude e Casa Abrigo Anjo Gabriel, com o objetivo de realizar uma análise de percepção técnica, afim de compreender seus espaços e suas condições, avaliando seus desempenhos de acordo com os critérios estabelecidos por meio de pesquisa bibliográfica dos autores referenciados. Estes espaços foram escolhidos por se tratarem de locais que oferecem serviços distintos, como esporte, educação, lazer e acolhimento; e visam a reestruturação social por meio de ambientes e atividades específicas, que serão abordados no decorrer do trabalho.

Metodologia

Este trabalho foi estruturado em duas etapas, baseando-se a primeira em estudo bibliográfico, por meio de teses, artigos e livros publicados sobre vulnerabilidade social infantil, identificando por meio destes autores os atributos estabelecidos para a análise que será desenvolvida. Assim sendo, a segunda etapa consiste em uma abordagem multimétodos que inclui um levantamento espacial com *walkthrough*, baseando-se no contato e conhecimento do espaço a ser analisado de acordo com a observação do autor, o qual foi realizado em três espaços de assistência social infantil na cidade, tratando-se da Escola Oficina Adelíria Meurer, CEJU – Centro de Juventude, e Casa Abrigo Anjo Gabriel. Esta segunda etapa divide-se em duas partes, tratando-se a primeira de uma análise qualitativa do espaço por meio de uma percepção técnica concebida a partir do método *walkthrough*, que foi definida através de planilha com fundamento nos atributos citados no referencial teórico, que serão esclarecidos nos próximos tópicos. Esta análise avalia os espaços com notas de 0 a 5 pontos, sendo 0 para inexistente e condições críticas e 5 para condições adequadas. Já a segunda parte consiste em entrevistas estruturadas com roteiro predefinido abordando temas como funcionalidade, atendimento, programa de necessidades e estrutura do local. As informações levantadas foram arquivadas em arquivo Excel, que permitiu uma síntese dos resultados obtidos.

Definição dos atributos e sub atributos

Conforme citado na metodologia, a definição dos atributos e sub atributos desenvolveu-se de acordo com o referencial teórico, onde foram selecionados termos e expressões mais comumente utilizados pelos autores referenciados a respeito da vulnerabilidade infantil e o espaço em que a criança e adolescente se desenvolvem. Tais itens se destacaram por possuírem forte significado e importância na concepção de um espaço preparado para este público. Os sub atributos foram desenvolvidos pensando na estruturação e composição dos atributos e na forma que poderiam ser analisados de acordo com a percepção da autora do presente trabalho.

Devido a estes fatores, foi desenvolvida a planilha utilizada na análise de percepção técnica, a fim de ser aplicada em cada local de acordo com a observação da autora, juntamente com o método *walkthrough*, onde serão avaliados os itens a seguir:

Estrutura – Visto que nos espaços físicos ocorrem as relações e trocas dos usuários, a estrutura deve ser considerada como prioridade na elaboração de projetos infantis, pensando na relação indivíduo-espço. Portanto, este item abrange a estruturação dos ambientes e seu ordenamento, avaliando os sub atributos estacionamentos, sanitários, administração, convívio/recreação, alimentação, esporte, espaços verdes e espaços direcionados, onde o último se refere ao espaço principal do qual se trata a instituição, podendo ser salas de aula ou dormitórios, por exemplo.

Acessibilidade – Destaca-se a importância deste atributo na inclusão dos indivíduos, garantindo seus direitos e a inserção de todos à sociedade, sendo a arquitetura primordial na concepção e planejamento destes espaços acessíveis. Em vista disso, este item avalia os sub atributos obstáculos, larguras, acessos, piso tátil, rampa, fluxos, sinalização e presença de corrimão, de acordo com os aspectos de mobilidade em conformidade com a NBR 9050.

Confortabilidade – Este elemento é responsável por propiciar as sensações de bem-estar e prazer às pessoas, estimulando a vontade de permanência no local. Este atributo avalia os itens ergonomia, conforto térmico, conforto lumínico, conforto acústico, ambiência, layout, mobiliário e dimensão dos espaços, de acordo com as percepções positivas ou negativas despertadas no observador.

Aspectos lúdicos – A utilização de elementos lúdicos no âmbito infantil favorece o aprendizado, bem como a formação e desenvolvimento da criança, uma vez que desperta seu interesse devido a descontração e leveza do ambiente. Este atributo avalia os sub atributos texturas, formas, cores, espaços recreativos, materiais, fachada, elementos marcantes ou diferenciados e espaços externos.

Segurança – Por se tratar de um público mais vulnerável, os espaços devem prezar pela segurança, promovendo sensações de proteção e acolhimento. Avalia os sub atributos tipo de piso, existência de câmeras e porteiro, mobiliário, sinalização, acessos, guarda-corpo e inclinação da rampa.

PLANILHA ANÁLISE PERCEPÇÃO TÉCNICA DO RECINTO:									
ATRIBUTOS	SUB ATRIBUTOS								TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	
ESTRUTURA	ESTACIONAMENTOS	SANITÁRIOS	ADMINISTRAÇÃO	CONVÍVIO/RECREAÇÃO	ALIMENTAÇÃO	ESPORTE	ESPAÇOS VERDES	ESPAÇOS DIRECIONADOS	
	OBS:								
ACESSIBILIDADE	OBSTÁCULOS	LARGURAS	ACESSOS	PISO TÁTIL	RAMPA	FLUXOS	SINALIZAÇÃO	PRESENÇA DE CORRIMÃO	
	OBS:								
CONFORTABILIDADE DE	ERGONOMIA	TÉRMICO	LUMÍNICO	ACÚSTICO	AMBIÊNCIA	LAYOUT	MOBILIÁRIO	DIMENSÃO DOS ESPAÇOS	
	OBS:								
ASPECTOS LÚDICOS	TEXTURAS	FORMAS	CORES	ESPAÇOS RECREATIVOS	MATERIAIS	FACHADA	ELEMENTOS	ESPAÇOS EXTERNOS	
	OBS:								
SEGURANÇA	TIPO DE PISO	CÂMERAS	PORTEIRO	MOBILIÁRIO	SINALIZAÇÃO	ACESSOS	GUARDA-CORPO	INCLINAÇÃO RAMPA	
	OBS:								
								RESULTADOS	

FIGURA 1 - Planilha de Análise da percepção técnica do recinto.

Fonte: Autoras, 2019.

Breve descrição dos espaços a serem analisados na cidade

Francisco Beltrão é um município brasileiro, que se localiza no sudoeste do estado do Paraná. Possui população estimada, segundo dados IBGE (2018), de 89.942 habitantes, o qual será nosso objeto de estudo.

De acordo com a Prefeitura Municipal, a Secretária Municipal de Assistência Social – SMAS é responsável pelas questões e execuções de políticas referentes a assistência social na cidade. As ações e serviços de proteção social e combate à desigualdade social são desenvolvidos de forma integrada aos demais setores envolvidos. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Francisco Beltrão – CMDCA é um órgão autônomo e independente, o qual formula as políticas básicas de atendimento a esse público e presta atendimentos e serviços às crianças e adolescentes do município. Entre as atribuições do Conselho, que prezam em garantir o direito da criança e adolescente, encontram-se ações de apoio socioeducativo, colocação familiar, acolhimento institucional, orientação e apoio sociofamiliar, prestações de serviço à comunidade, liberdade assistida, internação, entre outros itens.

A análise da percepção técnica do espaço será realizada em três locais voltados para atendimentos e programas assistenciais para crianças e adolescentes em vulnerabilidade e risco social, espaços estes que foram selecionados por oferecerem atividades diferentes em cada um deles, abordando todos os aspectos necessários e importantes para o público infanto-juvenil em formação, sendo na área de esporte, educação, lazer, acolhimento e convívio social. Cada um deles funciona de maneira divergente no desenvolvimento dos mesmos, trazendo benefícios na vida das crianças vítimas de fragilidade socioeconômica e exclusão social, a fim de analisar como a arquitetura age em locais que possuem a mesma finalidade de readequá-los à sociedade, porém, com desempenhos e intervenções dissemelhantes em cada programa aplicado.

Em vista disso, o município apresenta um abrigo denominado Casa Abrigo Anjo Gabriel, localizado no bairro Miniguaçu, que foi criado em 1995, possuindo a finalidade de oferecer acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar por determinação judicial, através de medidas protetivas, em função do abandono ou da impossibilidade de cumprir a função de cuidados e proteção, onde ficam até que seja possível retornarem para sua família de origem, ou serem adotados por família substituta. O local fornece atendimento nas áreas educacionais, matriculando as crianças em escolas e creches; de saúde, com um profissional de medicina em acompanhamento semanal; sociais, com assistência social e psicóloga; lazer, oferecendo condições de participação das crianças e adolescentes em atividades culturais, esportivas e de lazer, estimulando o convívio com a sociedade; e apoio jurídico, oferecendo acompanhamento e orientação em todas as fases do processo.

A Lei nº12.010 (2009), que dispõe sobre adoção, pronuncia em seu Artigo 101

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009, p. 1).

Em relação à educação a Escola Oficina Adelíria Meurer possui caráter socioeducativo, em turno contrário ao escolar, atendendo crianças e adolescentes de 6 a 17 anos em situação de vulnerabilidade, oferecendo atividades variadas como artesanato, proatividade, teatro, informática, grafite, educomunicação, música, dança, tae-kwon-do, arte circense e cursos, buscando profissionalizá-los, abrindo caminhos para o mercado de trabalho. Além disso, o local busca fortalecer a convivência familiar e comunitária estimulando a participação cidadã.

O Centro da Juventude – CEJU, no bairro Pinheirão, inaugurado em novembro de 2013, atende crianças e jovens de 12 a 18 anos que se encontram em situação de risco social, oferecendo atividades culturais, esportivas, tecnológicas e de lazer que favoreçam na sua formação, além de acompanhamentos pedagógicos e psicossocial. É um espaço aberto e acessível a todos, fornecendo ações para a formação pessoal e profissional destas crianças e adolescentes. Os jovens recebem pagamento de bolsa auxílio, pois atuam em projetos e ações de caráter público. As oficinas oferecidas no Centro são artes, dança, grafite, educomunicação, skate, arte circense, natação, futsal, informática, voleibol, xadrez, teatro e tae-kwon-do.

A arquitetura agindo na estruturação, confortabilidade e segurança do espaço

De acordo com Horn (2004, p.28): “É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...]”. Desde a infância estamos em constante processo de aprendizado e conhecimento, o qual ocorre em diferentes espaços e circunstâncias. Em decorrência disso, a arquitetura relaciona-se com o desenvolvimento infantil de modo a ocasionar percepções e sentimentos distintos através de seus ambientes, causando diversificadas sensações, entre elas conforto, bem-estar e segurança às crianças e adolescentes.

Assim sendo, a estruturação dos espaços deve ser pensada desde o princípio de forma a atender seu público-alvo, bem como suas necessidades. É preciso estabelecer o vínculo que o indivíduo vai exercer em relação ao espaço. Cada ambiente deve ser desenvolvido para seu uso específico, propiciando conforto e bem-estar. Alberto e Chimirra (2010) acreditam que através do uso, o homem se apropria do espaço, identificando-se com ele, sendo o uso dinamizado e concretizado pelo modo de viver e o modo de ser de um indivíduo.

A humanização nos ambientes possui três eixos que o norteiam e que podem ser utilizados como facilitadores no processo de trabalho. Sendo o primeiro eixo a confortabilidade, onde os seus elementos qualificam e modificam o espaço, como a cor, o cheiro, o som e a iluminação; e a combinação destes elementos quando em equilíbrio podem proporcionar ambientes acolhedores aos usuários. O segundo eixo é a produção de subjetividades, onde as pessoas que utilizam o espaço devem sentir-se integradas e inclusas. Já o terceiro eixo é o espaço como ferramenta facilitadora do processo de trabalho, ou seja, vai além da arquitetura, oferecendo clareza nos ambientes construídos (RIBEIRO; GOMES; THOFEHRN, 2014).

Segundo Alberto e Chimirra (2010, p. 2) “O espaço chega ao indivíduo como informação que inclui formas e cores, mas também remete ao uso convencional das estruturas, transformando-as em lugar, em ambiente com significado para o indivíduo”. As cores nos transmitem sensações e reflexos, e a psicologia explica essa influência, onde as sensações são percebidas através de estímulos físicos. Em concordância com Farina, Perez e Bastos (2006) as cores influenciam os seres humanos e causam efeitos fisiológicos ou psicológicos, causando alegria ou tristeza, exaltação ou depressão, calor ou frio, ordem ou desordem e tantos outros sentimentos.

Sabe-se que o espaço influencia o ser humano, assim sendo a humanização ou o ato de tornar mais humano, juntamente com a hospitalidade na arquitetura, tornam o ambiente mais agradável e apto a realizar as atividades de forma natural. Ciaco (2010) descreve que o que torna o ambiente humanizado é o fato de estabelecerem uma ligação forte e significativa com o usuário.

A influência do lúdico na concepção de espaços infantis

No século XVIII, Johann Heinrich Pestalozzi conclui que a utilização de elementos lúdicos e de brinquedos nos ambientes infantis e de aprendizagem tornam a escola uma extensão do lar, representando a proteção (NASCIMENTO, 2012). Entretanto, foi a partir do século XX que temas relacionados ao aprendizado da criança passaram a ser pensados minuciosamente de forma que o espaço contribua para seu crescimento, levando em consideração questões como o entorno e o maior contato com o externo, propiciando novas sensações espaciais.

Segundo Lima (2001, p. 16): “o espaço é muito importante para a criança pequena, pois muitas das aprendizagens que ela realizará em seus primeiros anos de vida estão ligadas aos espaços disponíveis e/ou acessíveis a ela”. O espaço pensado e projetado desde o princípio oferece segurança e conforto às crianças, que em fase de aprendizagem necessitam de liberdade de movimentos e ações, possibilitando sua interação com o meio, de forma que contribua na sua formação e socialização no ambiente.

A arquitetura e o ambiente construído transmitem sensações que são refletidas nos espaços devido a fatores visuais, olfativos e sonoros, como forma, cores, ludicidade, texturas, e estas estão diretamente ligadas ao aprendizado da criança e adolescente, pois estes elementos influenciam a forma de pensar e despertar seu interesse, consequentemente devido a estes fatores o lúdico se torna essencial na concepção de ambientes desenvolvidos para o público infantil.

O brincar e o lúdico são as primeiras formas de nos expressarmos, e nos fazem participar de ideias e de objetivos comuns. Esses símbolos, no cotidiano das crianças, são elementos essenciais para o seu desenvolvimento, assim favorecendo a autoestima e o aprendizado de novas atividades (ANJOS, 2007, p. 16).

A organização do espaço deve ser distribuída de forma que estimule os sentidos da criança em vários campos, como o cognitivo, o social e o motor, oportunizando a criança controlar o próprio corpo e seus movimentos, permitindo que recebam estímulos do meio em que se inserem, bem como do ambiente externo. Outro fator importante é personalizar cada ambiente de modo que a identificação pessoal da criança seja significativa, desenvolvendo sua autonomia e independência (HANK, 2006).

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil

Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação” (REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 1998, vol. 1, p. 21-22).

Reconhecer as particularidades de cada criança e adolescente é um desafio para os espaços de assistência, os quais devem ser organizados para que promova o desenvolvimento integral do indivíduo, potencializando suas habilidades e construindo sua autonomia por meio dos ambientes que proporcionarão sua melhor expressividade.

A acessibilidade na inclusão dos indivíduos à sociedade

Conforme o censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, a cidade de Francisco Beltrão possui 16.064 pessoas com algum tipo de deficiência, ou seja, 21,05% da população do mesmo ano necessita de espaços acessíveis.

A lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, considera

Art. 2º Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, p. 1).

A integração de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais garante sua inserção na sociedade e no meio comum, se tornando evidente a importância de garantir a acessibilidade nos ambientes a serem projetados, pois prezam seus direitos e os tratando como iguais. Segundo Aranha (2000, p. 2) “a ideia de inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade”.

A inclusão defende o direito de todos os indivíduos participarem da sociedade, sendo um movimento educacional e social que respeita e aceita os demais. No âmbito educacional, garante ao aluno desenvolver suas potencialidades, adequando suas competências de forma que o acesso da cidadania seja preservado (NOVAK, 2015).

Os espaços quando adaptados à acessibilidade garantem os direitos fundamentais de ir e vir de um indivíduo, porém quando estes espaços arquitetônicos são pensados e projetados desde o início de maneira acessível, se tornam muito mais assertivos e funcionais. A Norma NBR 9050 estabelece critérios e parâmetros a serem observados em cada projeto, e declara que “esta Norma visa proporcionar maior quantidade possível de pessoas, independentemente da idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário [...]”.

As particularidades de cada criança e adolescente deve ser respeitada e prezada, considerando que a aprendizagem e seus direitos são garantidos através do espaço disponibilizado, o qual deve ser projetado de modo que assegure a acessibilidade e inclusão social de todos os indivíduos da sociedade. Entretanto, apesar do significado físico-espacial da palavra acessibilidade, este é um termo muito mais abrangente, que aceita a diversidade social e cultural, assegurando a cidadania de todos.

Neste sentido, a acessibilidade plena ao ambiente construído pressupõe uma cumplicidade entre o usuário e o espaço construído. Essa interação pode ser potencializada por meio da compreensão da funcionalidade dos elementos arquitetônicos e da percepção gerada pelos estímulos ambientes. O meio ambiente exerce uma influência direta no indivíduo [...] (BERNARDI. et al, 2011, p. 224).

Segundo Bernardi et al (2011) os indivíduos usam os espaços de formas diferentes, de acordo com suas habilidades e percepções; portanto, se faz necessário que o conceito de acessibilidade seja expandido, trazendo o acesso às percepções através da qualidade, entendimento e clareza arquitetônica do espaço projetado, visando garantir a interação entre pessoa e ambiente, permitindo experiências sensoriais por meio do conceito de Desenho Universal.

Estudos de caso

Com base na tabela de análise de percepção técnica, anexada no tópico “Definição dos atributos e sub atributos”, obteve-se os resultados dos três recintos avaliados, de forma com que cada atributo (estrutura, acessibilidade, confortabilidade, aspectos lúdicos e segurança) possui 8 novos sub atributos, sendo que cada um destes foi avaliado com uma nota de 0 a 5 pontos, podendo cada atributo chegar a um total de 40 pontos, totalizando os 5 atributos com 200 pontos. A nota total da Casa Abrigo Anjo Gabriel foi de 84 pontos, do CEJU – Centro de Juventude 107 pontos e a Escola Oficina Adelíria Meurer 99 pontos, como indica a tabela a seguir:

PLANILHA QUANTITATIVA DA SOMA DOS SUB ATRIBUTOS DOS ESPAÇOS						
LOCAL	ATRIBUTOS					TOTAL
	ESTRUTURA	ACESSIBILIDADE	CONFORTABILIDADE	ASPECTOS LÚDICOS	SEGURANÇA	
CASA ABRIGO	18	12	23	14	17	84
CEJU	24	17	29	16	21	107
ESCOLA OFICINA	26	18	22	18	15	99

FIGURA 2 - Planilha Quantitativa da soma dos sub atributos dos espaços.

Fonte: Autoras, 2019.

Na tabela acima chegou-se aos resultados com a soma dos sub atributos de cada espaço, que mostra o resultado individual de cada lugar observado, obtendo a nota total de cada atributo em si, apresentando qual local alcançou um melhor desempenho num todo, estando mais adequado o CEJU, seguido da Escola Oficina, sendo a Casa Abrigo considerada menos apropriada.

Pode-se analisar que o CEJU – Centro de Juventude obteve maior nota nos atributos de confortabilidade e segurança, com 29 e 21 pontos respectivamente; enquanto a Escola Oficina Adelíria Meurer encontra-se a frente nos aspectos de estrutura, acessibilidade e aspectos lúdicos, com 26, 18 e 18 pontos respectivamente. Já a Casa Abrigo Anjo Gabriel encontra-se desqualificada em todos os quesitos analisados. Encontram-se em melhores ou bons estados os atributos confortabilidade e estrutura, enquanto a acessibilidade e aspectos lúdicos apresentam nota mais baixa e deixam a desejar em todos os locais avaliados. Deve-se destacar que apesar de alguns recintos avaliados possuírem notas mais altas que outros, os mesmos não se encontram adequados e pertinentes ao que de fato deveriam satisfazer, visto que a nota total de cada local analisado poderia chegar a 200 pontos, e dois destes não obtiveram sequer metade da nota.

Embora os três espaços possuam notas semelhantes e não fiquem tão discrepantes na pesquisa, pode-se analisar um melhor desempenho no espaço CEJU – Centro de Juventude, que obteve uma nota de 107 pontos, devido sua estrutura ter sido construída mais recente e apresentar melhores

Embora os três espaços possuam notas semelhantes e não fiquem tão discrepantes na pesquisa, pode-se analisar um melhor desempenho no espaço CEJU – Centro de Juventude, que obteve uma nota de 107 pontos, devido sua estrutura ter sido construída mais recente e apresentar melhores condições, porém este Centro encontra-se muito inferior no quesito áreas verdes, não possuindo vegetação e paisagismo, o que se torna um grande ponto negativo para o espaço, pois ocorre aumento de temperatura, principalmente por se tratar de uma área de esportes, em que deveria ser presado pelas sensações de bem-estar através, principalmente, da arborização. Como

ponto positivo, pode-se mencionar também os estacionamentos e sua quantidade significativa, além dos espaços direcionados, que neste caso são as quadras e piscinas, por se tratar de um local de esporte, onde se encontram em bom estado de utilização, contando com uma piscina semiolímpica descoberta e uma quadra poliesportiva que serve para diversas atividades, possuindo estes sub atributos uma nota de 4 pontos, como mostra as Figuras 3 e 4.

FIGURA 3 - Piscina semiolímpica do Centro da Juventude - CEJU

Fonte: Autoras, 2019



FIGURA 4 - Quadra poliesportiva do Centro da Juventude - CEJU

Fonte: Autoras, 2019



Quanto à acessibilidade, todo o terreno encontra-se nivelado, o que não apresenta maiores dificuldades, pois todos os acessos são facilitados, além de que os banheiros internos foram adaptados para pessoas portadoras de necessidades específicas. A ausência de uma setorização mais efetiva no Centro torna-se um ponto negativo, necessitando de um espaço mais legível que de fato siga os fluxos e a separação dos ambientes por setores, trazendo mais clareza e compressão do local.

No atributo confortabilidade, o CEJU obteve maior nota em relação aos outros dois espaços, pois sua ergonomia é adequada às crianças e adolescentes, possui conforto térmico no interior da edificação, com 3 pontos, pois sua temperatura é amena, seguido por 4 pontos no conforto acústico, pois todas as salas são independentes e funcionam sem interferir nas demais atividades, destacando-se o conforto lumínico por possuir grandes aberturas e janelas na fachada, além de possuir uma abertura zenital no saguão de acesso aos demais ambientes. Os espaços possuem dimensões apropriadas para as atividades que são realizadas no local. Sobre espaços lúdicos, o item que maior se destaca é a presença de cores, já que sua fachada não possui nenhum diferencial, podendo-se observar na Figura 5. Em questão de segurança, o Centro possui a presença de um vigia, e toda a entrada de pessoas é supervisionada e deve ser autorizada, porém não possui câmeras de segurança.

FIGURA 5 - Fachada do Centro da Juventude - CEJU

Fonte: Autoras, 2019



A Escola Oficina Adelíria Meurer obteve um total de 99 pontos e seu melhor desempenho encontra-se na estrutura com um total de 26 pontos, pois possui uma adequada quantidade de estacionamentos, dispõe de amplas salas de oficinas e suas áreas verdes existentes tornam-se o grande diferencial do espaço, devido a presença de um bosque, onde possui muita arborização e um local para as crianças brincarem e realizarem suas atividades, conforme mostra a Figura 6. Sua estrutura e fachada mais antigas, existentes a mais de décadas, apresentadas na Figura 7, foi onde funcionou a primeira escola da cidade, passou por alterações e adequações, sendo considerada uma infraestrutura um pouco precária em relação aos materiais, e devido a este fator a acessibilidade foi adequada, entretanto não planejada desde o princípio, possuindo apenas um banheiro externo adaptado.

FIGURA 6 - Bosque da Escola Oficina Adelíria Meurer.

Fonte: Autoras, 2019



A ergonomia do local funciona, uma vez em que o mobiliário possui medidas adequadas. Possui boa iluminação no interior da edificação e grandes pátios externos com caminhos cobertos, o que se torna um ponto positivo do local. Como fator negativo da Escola Oficina, assim como o CEJU, tem-se a falta de setorização, sendo que a área administrativa se dispersa, tornando-se um espaço de difícil compreensão de fluxos e localização. Possui quadra de esporte em situação precária. Quanto aos aspectos lúdicos não possui nenhum atrativo, destacando-se apenas as cores utilizadas e os espaços externos que atraem a atenção do público, em decorrência da vegetação existente. A segurança deixa a desejar, uma vez que não possui câmeras e nem vigia, além do acesso ser complicado e as ruas próximas de difícil acesso e pouca largura. O tipo de piso dentro da edificação é azulejo e fora pedra brita e paver, como mostra a Figura 8, podendo ocasionar acidentes.



FIGURA 7 - Fachada da Escola Oficina

Fonte: Autoras, 2019



FIGURA 8 - Caminhos da Escola Oficina

Fonte: Autoras, 2019

A Casa Abrigo Anjo Gabriel, com nota 84, possui menor desempenho no quesito acessibilidade, visto que a edificação não foi adequada às normas estabelecidas pela NBR 9050. Embora o terreno seja predominantemente plano e a edificação possuir apenas 1 pavimento, encontrando-se entradas com pequenos desníveis sem a presença de rampa. Os banheiros também não são adaptados às pessoas portadoras de necessidades. Possui 12 estacionamentos e seu entorno é arborizado, o que torna o ambiente mais agradável, embora o terreno em si não possua muita arborização e paisagismo. Como fatores positivos pode-se destacar a presença de uma ampla brinquedoteca e um playground na área externa, além de possuir uma horta.

A Casa Abrigo possui um grande espaço na parte da frente, porém não é seguro, pois não possui portão, conforme mostra a Figura 9, ficando sua entrada em contato com a rua, que possui grande movimentação de carros por se tratar de uma via principal. Possui câmeras de segurança e vigias. Quanto à sinalização, não possui nos ambientes nem de saídas de emergência. Quanto ao tipo de piso, na parte interna tem-se o vinílico e na parte externa azulejo e pedra brita. Possui cores nos ambientes e os espaços recreativos se tornam o diferencial do local. Quanto a confortabilidade do espaço, sua ambiência não possui uma setorização adequada, encontrando-se um layout bagunçado e mobiliário precário.



FIGURA 9 – Fachada da Casa Abrigo Anjo Gabriel.

Fonte: Autoras, 2019

Por questões judiciais de segurança e privacidade das crianças e adolescentes abrigadas no local, não foi autorizado a divulgação das fotografias tiradas no interior da Casa Abrigo Anjo Gabriel, sendo exposta apenas a imagem de sua fachada principal, onde a mesma encontra-se em contato direto com uma rua de grande fluxo de veículos.

Quanto aos aspectos lúdicos, os três ambientes analisados deixaram a desejar, pois não oferecem nenhum diferencial ao observador, principalmente por se tratar de um público de crianças e adolescentes, que necessitam sentir-se atraídos pelo local, com pontos específicos que chamem sua atenção, por meio da utilização de texturas, cores, formas, elementos ou a fachada em si. Sendo que o sub atributo elementos possui uma nota de 0 pontos em todos os recintos, pois são inexistentes. As cores foram o sub atributo que obtiveram maiores pontos neste quesito, visto que é o único tópico que os três espaços atendem, possuindo cores vibrantes que despertam o interesse do público-alvo.

Em relação aos espaços externos, quem obteve maior nota, com 4 pontos foi a Escola Oficina Adelíria Meurer, devido ao fato de possuir um bosque em frente a seu espaço, onde é realizada atividades com as crianças e adolescentes, o que se torna o grande diferencial do local, além de influir positivamente na questão de bem-estar e qualidade de vida do espaço.

Considerações finais

Embora o município apresente espaços destinados à crianças e adolescentes em situação de risco social, em que funcionam atividades de áreas distintas, pode-se perceber a carência de um espaço mais integrado e completo, que funcione várias áreas em apenas um lugar, como esporte, lazer, educação, saúde e assistência social, trazendo funcionalidade e praticidade.

Em relação aos espaços analisados, no geral nota-se uma necessidade de áreas mais verdes e integradas, melhorando o conforto térmico do local, aumentando as sensações de bem-estar e prazer, além de ser esteticamente mais agradável. Outro ponto considerável se trata da setorização, que nos três recintos apresenta falha na mesma, trazendo ilegibilidade e dificuldade de fluxos e compreensão do espaço, uma vez que um espaço organizado por setores funciona satisfatoriamente melhor. Observa-se também a ausência de um planejamento adequado ao layout e a ambiência do espaço.

Quanto as notas dos atributos considerados, pode-se notar que apesar de alguns locais possuírem avaliações mais altas, ainda assim não se encontram apropriados ao que de fato deveriam oferecer a sociedade, visto que cada atributo poderia chegar a 40 pontos, no qual o mesmo apresentou em alguns quesitos 12, 14 e 15 pontos, sendo consideradas as piores notas, não alcançando a média, em acessibilidade, aspectos lúdicos e segurança, respectivamente.

Sobre a acessibilidade, percebe-se que há uma carência, principalmente na Casa Abrigo Anjo Gabriel, que encontra-se desprovida de qualquer acessibilidade, impossibilitando a inclusão social de indivíduos que necessitam de um espaço adaptado, trazendo incoerências ao que de fato estes espaços de assistência oferecem, que se trata da inclusão e inserção de seus direitos. Quanto aos aspectos lúdicos, falta a presença de texturas, formas e elementos que despertem a imaginação e interesse do público-alvo, visto que se trata de crianças e adolescentes, onde o diferente atrai sua atenção. Pode-se notar apenas a presença de cores e espaços recreativos.

Pensando na inclusão social de indivíduos fragilizados devido a vulnerabilidade, necessita-se de um local mais integrado, com prestação de serviços e atendimentos em diversas categorias, ampliando programas oferecidos, melhorando os itens anteriormente citados que sofrem de deficiências projetuais, de maneira que o diferencial esteja nos espaços que estimulem o aprendizado e despertem o interesse destas crianças e adolescentes.

Os resultados apresentados visam contribuir para a teorização a respeito do tema da vulnerabilidade infantil e a influência que a arquitetura pode exercer na vida dos indivíduos, ponderando por meio de argumentos e embasamentos teóricos a importância da percepção da criança e adolescente, e o impacto que o ambiente causa em sua qualidade de vida e cotidiano. Com os estudos de caso analisados, compreendeu-se que o espaço, quando adequado, contribui para a reinserção à sociedade, influenciando positivamente na formação e desenvolvimento deste público-alvo. Este artigo visa trazer contribuições para futuros estudos a respeito do assunto, assim como proporcionar novas ideias e concepções a respeito de um tema tão importante e que merece sua devida atenção. Entretanto, é primordial que este tema seja abordado com mais frequência pela sociedade e meio científico, com o intuito de aprimorar os conhecimentos existentes e trazer novas vertentes.

Referencial bibliográfico

ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002. 192 p.

ALBERTO, L. C. F. R.; CHIMIRRA, V. A percepção de hospitalidade do ambiente construído: forma, indivíduo e sociedade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE O COMÉRCIO E CIDADE: UMA RELAÇÃO DE ORIGEM, 3., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010.

ANJOS, C. dos. **Centro Cultural e Assistencial infantil: uma fábrica de criatividade**. 2007. 109 f. Trabalho final de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo (Monografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2007.

ARANHA, M. S. F. A inclusão social e a municipalização. In: MANZINI, E. J. (Org.). **Educação especial: temas atuais**. Marília: UNESP - Marília Publicações, 2000. p. 1-9.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. 254 p.

BERNARDI, N. et al. O desenho universal no processo de projeto. In: KOWALTOWSKI, D. C. C. K. et al. **O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. p. 222-234.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Congresso Nacional**, Brasília, dez. 2000.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil**, Brasília, agosto. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, PARANÁ. Prefeitura de Francisco Beltrão. Secretaria de Assistência Social. **A secretaria**. Francisco Beltrão, 2013.

BRASIL, PARANÁ. Prefeitura de Francisco Beltrão. Secretaria de Assistência Social. **Casa abrigo anjo Gabriel**. Francisco Beltrão, 2013.

BRASIL, PARANÁ. Prefeitura de Francisco Beltrão. Secretaria de Assistência Social. **CEJU – Centro da Juventude**. Francisco Beltrão, 2013.

BRASIL, PARANÁ. Prefeitura de Francisco Beltrão. Secretaria de Assistência Social. **Escola Oficina Adelíria Meurer**. Francisco Beltrão, 2013.

BRASIL, PARANÁ. Prefeitura de Francisco Beltrão. Secretaria de Assistência Social. **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Francisco Beltrão – CMDCA**. Francisco Beltrão, 2013.

CIACO, R. J. A.S. **A arquitetura no processo de humanização dos ambientes hospitalares**. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado) – EESC/USP, São Carlos, 2010.

FARINA, M.; PEREZ, C.; BASTOS, D. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. 5 ed. São Paulo: Edgar Blucher, 2006.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Genário da Infância e Adolescência no Brasil – 2017**. São Paulo, 2017. 60 p.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. Panorama proteção. **Situação no Brasil**. 2016.

HANK, V. L. C. **O espaço físico e sua relação no desenvolvimento e aprendizagem da criança**. Universitário Leonardo da Vinci, 2006. Disponível em: < <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-espaco-fisico-sua-relacao-no-desenvolvimento-aprendizagem-.htm>>. Acesso em: 13 março. 2019.

HORN, M. da G. de S. **Sabores, cores, sons, aromas: A organização dos espaços na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama**. Francisco Beltrão, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisas. **Censo demográfico**. Francisco Beltrão, 2010.

LIMA, E. de S. **Como a criança pequena se desenvolve**. São Paulo: Sobradinho, 2001. 33 p.

NASCIMENTO, M. F. P. do. **Arquitetura para a educação: a contribuição do espaço para a formação do estudante**. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NOVAK, M. F. C. **A importância da acessibilidade e inclusão de deficientes físicos nas escolas**. 2015. 41 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização Educação em Direitos Humanos) - Universidade Federal do Paraná, Irati, 2015.

RIBEIRO, J. P.; GOMES, G. C.; THOFEHRN, M. B. **Ambiência como estratégia de humanização da assistência na unidade de pediatria: revisão sistemática**. **Revista Esc Enferm USP**, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 530-539, março. 2014.

Anexo 01

Questionário Estruturado aplicado nos três recintos

1. Como é o funcionamento do local?
2. O que o local oferece às crianças?
3. O local atende quantas crianças?
4. Qual o horário de funcionamento?
5. Atende somente o bairro ou todo município?
6. Quantos funcionários trabalham no local?
7. Qual o programa de necessidades?
8. Para o entrevistado, o que falta para um atendimento que supra as necessidades da população?

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submissão: 15/08/2019

Aceite: 12/12/2019

MARIANA DE OLIVEIRA COUTO

O Edifício na Praça de Martim Moniz, (1973-1984), de Bartolomeu Costa Cabral: uma proposta de continuidade

*The Building at Praça de Martim Moniz (1973-1984), by Bartolomeu Costa Cabral:
a proposal of continuity*

Mariana de Oliveira Couto

Natural da Covilhã, Portugal (1986), é Mestre em Arquitectura pela Universidade da Beira Interior (Covilhã, 2009). Entre 2014 e 2016 colabora no atelier de Bartolomeu Costa Cabral (Lisboa). Trabalha atualmente na Fundação Marques da Silva (Porto) e aguarda defesa da tese de Doutoramento, intitulada “Bartolomeu Costa Cabral, arquiteto da continuidade”, na Universidade de Coimbra.

Born in Covilhã, Portugal (1986), she attained a Master's degree in Architecture at the University of Beira Interior (Covilhã, 2009). Between 2014 and 2016 she collaborated in the studio of Bartolomeu Costa Cabral (Lisbon). She is currently working at Marques da Silva Foundation (Porto) and awaits the defense of her Ph.D. thesis, entitled “Bartolomeu Costa Cabral, architect of continuity”, at the University of Coimbra. Atelier Bartolomeu Costa Cabral (2014 – 2016)

mariana.couto@student.darq.uc.pt

Resumo

O presente artigo, escrito no contexto de uma investigação centrada na obra de Bartolomeu Costa Cabral (n.1929), aborda o processo de projecto e construção de um dos edifícios que hoje marcam a Praça do Martim Moniz, em Lisboa – zona fustigada por sucessivas expropriações e demolições realizadas pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) a partir da década de quarenta, enquadradas em políticas de renovação e saneamento urbano. Com esta intervenção, cujo Estudo Prévio é iniciado por Costa Cabral em 1973, pretendia a EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa) construir um edifício que respondesse às necessidades de realojamento do comércio então existente em construções provisórias na praça do Martim Moniz. Costa Cabral propõe, então, a construção de três edifícios: um edifício, a norte, correspondendo a uma primeira fase, e dois edifícios – um edifício que aproveita a fachada do Palácio Aboim (que se presume do século XVIII) e outro que redefine o topo sul do quarteirão – definindo uma segunda fase. O projecto da primeira fase é concluído em fevereiro/março de 1974 e, portanto, em vésperas da Revolução de Abril. É aprovado pela EPUL em julho de 1974, mas não é objecto de empreitada imediata porque se encontravam ocupados edifícios a demolir. A construção da primeira fase, a única realizada, inicia-se em 1981. Durante a obra, receando que o betão à vista se revelasse “com pouca integração no Martim Moniz”, Costa Cabral opta por revestir o betão a marmorite, decisão que conduziria, no entanto, a um arrependimento. Este edifício estabelece relações de continuidade com os edifícios e com os espaços circundantes, propondo novos espaços coletivos em continuidade os espaços e percursos da cidade. Destaca-se o carácter público desta intervenção que dilui, assim, as fronteiras entre arquitectura e espaço urbano procurando, afinal, devolver à Mouraria novos espaços de apropriação, relação e participação.

Palavras-chave: Bartolomeu Costa Cabral. Praça do Martim Moniz. Espaço coletivo. Continuidade.

Abstract

This article, written in the context of an investigation focused on the architectural works of Bartolomeu Costa Cabral (b.1929), addresses the design process and the construction of one of the buildings defining today Martim Moniz square, in Lisbon – an area where successive expropriations and demolitions have been taking place since the 1940s as part of policies of urban regeneration. With this intervention, begun in 1973 by Costa Cabral, EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa) intended to replace the temporary commercial buildings in the square. Costa Cabral proposes the construction of three buildings: one, corresponding to a first phase, and two other, defining a second phase. The project of the first phase is concluded in February/March 1974 – shortly before the April Revolution. It is approved by EPUL in July 1974 but not immediately built, for buildings to be demolished were still being occupied. The construction of the first phase, the only one completed, begun in 1981. During the works, fearing the apparent concrete would not favor the building's integration, Costa Cabral chooses to cover the concrete. This decision would, nevertheless, lead to regret. This intervention establishes continuities with surrounding spaces and buildings, proposing new collective spaces continuing the city's spaces and paths. Its public character blurs the boundaries between architecture and urban space, seeking to give back to Mouraria new spaces for appropriation, relationship and participation.

Keywords: Bartolomeu Costa Cabral. Martim Moniz Square. Collective Spaces. Continuity.

Introdução

Em 1972, depois de três décadas de sucessivas expropriações e demolições (Cf. Gésero, 2014, p.81) realizadas a partir da década de 40 pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), enquadradas em políticas de renovação e saneamento urbano – com o objetivo de “facilitar o trânsito, melhorando a inserção da Av. Almirante Reis na Baixa Pombalina, e de promover uma (...) renovação de uma área central que se considerava degradada” (Lamas, 1982, p.26) –, “a operação de renovação urbana [do Martim Moniz] é confiada à EPUL”, que promove um estudo de revisão do plano existente (Lopes, 1974, p.10; Lamas, 1982, p.26).

É então que Filipe Lopes, pela EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa), convida Bartolomeu Costa Cabral para a realização do projeto de um edifício de carácter público, procurando responder às necessidades de realojamento do comércio existente em construções provisórias na praça do Martim Moniz. A conceção deste edifício (iniciado num momento de grande indefinição, pois o plano da EPUL para esta zona ainda não tinha sido aprovado) motivaria Costa Cabral a fundar, em 1973, o próprio atelier.

FIGURA 1 – Planta de localização do quarteirão em que Bartolomeu Costa Cabral é convidado a intervir (com indicação das ligações previstas aos futuros edifícios contemplados no plano da EPUL e o jardim previsto na R. de São Pedro Mártir), Projeto Geral, Telas Finais, dezembro de 1984.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

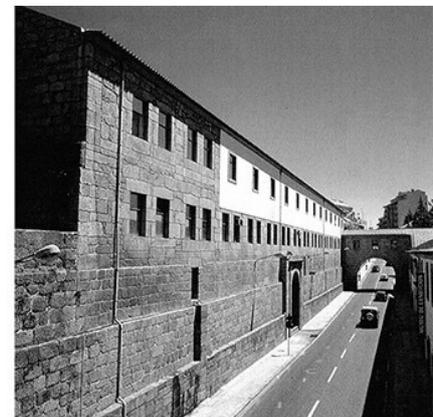
Fonte: Arquivo Bartolomeu Costa Cabral.



O Estudo Prévio é concluído em maio de 1973. No mesmo ano, o arquiteto termina o projecto da Casa para a Rua da Verónica, em Lisboa (maio) e o Estudo Prévio para o Instituto Politécnico da Covilhã (abril, desenvolvendo, de 1973 a 1975, o projeto do edifício da fase 1 desta instituição). Também o projeto para o edifício da Sociedade Portuguesa de Autores (1971-1975), no qual colabora enquanto membro do GPA (Grupo de Planeamento e Arquitectura), é desenvolvido durante a realização desta proposta para o Martim Moniz [2].

FIGURA 2 – Edifício da Sociedade Portuguesa de Autores (à esquerda), Casa na Rua da Verónica (ao centro) e edifício da Fase 1 do Instituto Politécnico da Covilhã (à direita). s.d. Autores: Manuel Botelho (fotografia do edifício da Sociedade Portuguesa de Autores).

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_Portuguesa_de_Autores#/media/File:Soc_Port_Autores_Bartolomeu_Costa_Cabral_6886.jpg (consultado a 2 de março de 2019); Bartolomeu Costa Cabral (fotografias da casa da Rua da Verónica e do edifício do IPC). Arquivo Bartolomeu Costa Cabral.



O projeto da primeira fase data de fevereiro/março de 1974 – e, portanto, de vésperas da Revolução de Abril. É aprovado pela EPUL em julho de 1974, mas não é imediatamente construído porque se encontravam ainda ocupadas construções a demolir.

Depois da revolução, nova legislação obriga a novo estudo prévio para a Fase 2 prevendo a conservação de grande parte do interior, além da fachada, do Palácio Aboim (que se supõe do século XVIII), bem como a preservação de edifícios que Costa Cabral propunha, anteriormente, demolir. Este é apresentado em fevereiro de 1975. O projeto desta segunda fase (que incluiria, posteriormente, apenas o corpo B) data de julho de 1975.

A construção do corpo C (Fase 1, único edifício construído), inicia-se em 1981. Durante a obra, duvidando porventura já de uma estética brutalista e receando que o betão à vista se revelasse “com pouca integração no Martim Moniz”¹, Costa Cabral opta por revestir o betão armado a marmorite. Esta decisão conduziria, contudo, a um arrependimento.

O conceito de continuidade é central na conceção destes edifícios, evidenciando-se no estabelecimento de relações com os edifícios existentes – através do controlo da cércea, da preservação de alinhamentos, da modulação e quebra das fachadas –, e com os espaços urbanos envolventes (nomeadamente Beco do Cascalho, Rua de São Pedro Mártir, Rua do Marquês de Alegrete e Praça do Martim Moniz) – através da criação de novos espaços coletivos (jardim, terraços, galerias e ruas interiores). Também um designado “princípio de flexibilidade” orienta este projeto, como veremos.

Segundo Costa Cabral, só a primeira fase foi concretizada porque a EPUL “não gostou muito” do projeto². Este edifício permanece, não obstante, como uma proposta de continuidade, procurando devolver à Mouraria novos espaços coletivos de apropriação, relação e participação.

Colaboram no projeto de Costa Cabral Mário Crespo (Arquitectura), José Ferreira Crespo (Estabilidade), José Almeida Torres e Lemos Rola (Instalação de Águas e Esgotos), Trigo de Sousa (Instalações Elétricas) e Alberto Sá Borges (Instalações Mecânicas).

O Programa (1972)

As primeiras “Orientações para o estudo da Remodelação do Quarteirão nascente da R. Marquês do Alegrete” são dirigidas a Bartolomeu Costa Cabral a 28 de dezembro de 1972 por Filipe Lopes:

“A remodelação tem por fim criar uma zona comercial que permita realojar os comércios da zona de maneira a manter uma vida comercial na área.

Para dar maior desenvolvimento de montras pode pensar-se numa galeria paralela à rua; as lojas podem ter R/C e sobreloja.

Um segundo nível comercial com peões é de encarar com possibilidades de ligação à laje de peões da zona central. Os andares serão para comércio e escritórios.

O alinhamento deverá ser mantido sempre que possível para recuperação de fachadas com interesse. Deverá no entanto ser alterado no lado do Poço do Borratém para facilitar o tráfego. (...)

1 ABCC, Ata de reunião de obra n.º 14, 20 de agosto de 1981

2 Entrevista a Bartolomeu Costa Cabral por Mariana Couto, 30 de abril de 2018

A arquitectura deverá integrar-se no tecido urbano existente e permitir a leitura da colina do Castelo S. Jorge.

**Pretende-se um projecto de execução para lançar as empreitadas ainda em 1973.”
 (Lopes, 1972)³**

Pretendia-se que o edifício respondesse às necessidades de realojamento do comércio então existente em construções provisórias na praça do Martim Moniz, incluindo, nos pisos superiores, comércio e escritórios. A EPUL sugere a construção de uma galeria paralela à Rua do Arco do Marquês de Alegrete (arruamento que, no plano da EPUL, se mantém) e um segundo nível comercial, com ligação, através de passadiço sobre a rua, à laje de peões da zona central prevista. Pedia-se, portanto, a construção de um edifício de carácter público, permitindo ligações a vários níveis e estabelecendo relações de escala com a envolvente.

Em resposta, Bartolomeu Costa Cabral envia proposta para a elaboração do projeto dos edifícios, destacando o objetivo principal de realojamento do comércio e afirmando a importância de recuperar o maior número possível de edifícios numa “atitude de gosto e reutilização de elementos (...) em oposição à desenfreada e selvática vaga de demolição”, exprimindo, assim, já um desejo de continuidade:

“julga-se que se deveria procurar recuperar o maior número de edifícios, não só pelo valor dos edifícios em si, como para salvaguardar na orla de uma área urbana que se pretende conservar, elementos significativos desse mesmo tecido, definindo-se assim uma atitude de gosto e reutilização de elementos do passado, em oposição à desenfreada e selvática vaga de demolição em curso nas mais variadas áreas de Lisboa, que embora por todos coordenada, se apresenta de muito difícil controle face à forte pressão de especulação mobiliária e fundiária.”⁴

O contrato é celebrado a 16 de abril de 1973 e o primeiro Estudo Prévio é concluído em maio do mesmo ano.

Estudo Prévio (maio de 1973)

Este primeiro estudo, acompanhado pelos serviços da EPUL, “constitui a fase de definição de um programa”. “Define o desenho e forma dos edifícios, assim como as circulações, as áreas de utilização e respectivos usos”⁵. Segundo a Memória Descritiva, “face à indeterminação (...) do programa (...), foi preocupação dominante no estudo a análise de uma relação com o tecido urbano existente e os edifícios a conservar.”⁶ A construção de relações com o existente, já solicitada nas orientações definidas pela EPUL, é reiterada por Bartolomeu Costa Cabral:

“Foi orientação inicial do trabalho que a altura dos edifícios a construir não ultrapassasse a cêrcea dominante das actuais construções, não só dadas a reduzida profundidade do quarteirão e a conseqüente dificuldade em garantir os afastamentos das construções da Rua de S. Pedro Mártir, como para permitir, conforme condição do programa, a visão das construções da encosta nascente e o Castelo de S. Jorge.”⁷

³ ABCC, Carta de Filipe Lopes (EPUL) a Bartolomeu Costa Cabral, 28 de dezembro de 1972

⁴ ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “Proposta para a elaboração do estudo de conjunto e projectos dos edifícios da Rua Marquês de Alegrete”, 14 de fevereiro de 1973

⁵ Id., “Rua Marquês do Alegrete, EPUL, Estudo Prévio, Memória Descritiva”, p.1

⁶ Ibid., p.2

⁷ Ibid., p.3

Neste Estudo Prévio é proposta a construção de três edifícios que se relacionam entre si: um edifício, a norte (futuramente designado Corpo C, único que foi construído), correspondente a uma primeira fase, e dois edifícios definindo uma segunda fase, a qual compreende um edifício que aproveita a fachada do Palácio Aboim (Corpo A) e outro que redefine o topo sul do quarteirão (Corpo B). [3-8]

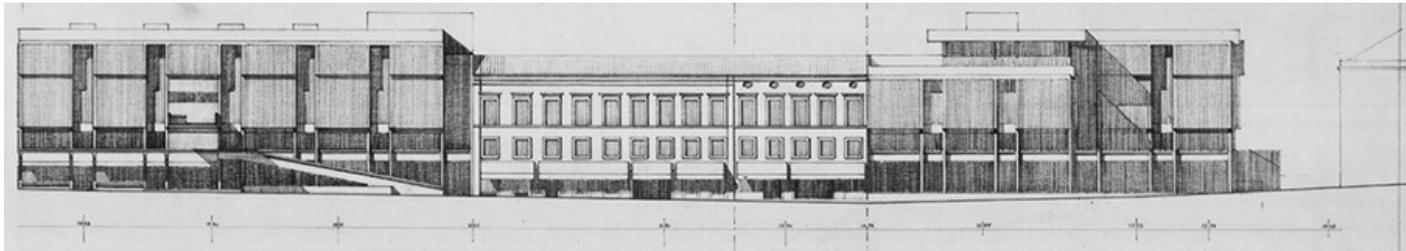


FIGURA 3 – Alçado, Estudo Prévio para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete - EPUL, 30 de abril de 1973. À esquerda, o Corpo C, seguido pelo Palácio Aboim e o Corpo B (à direita). Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd0009).

FIGURA 4 – Planta do Piso 0, Estudo Prévio para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete - EPUL, 30 de abril de 1973.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd0002).

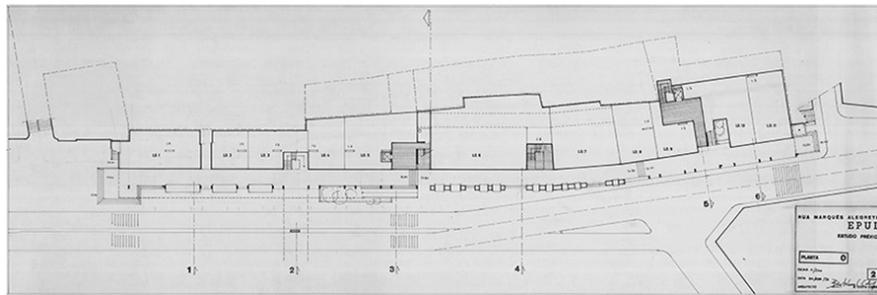


FIGURA 5 – Planta do Piso 1, Estudo Prévio para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete - EPUL, 30 de abril de 1973.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd0003).

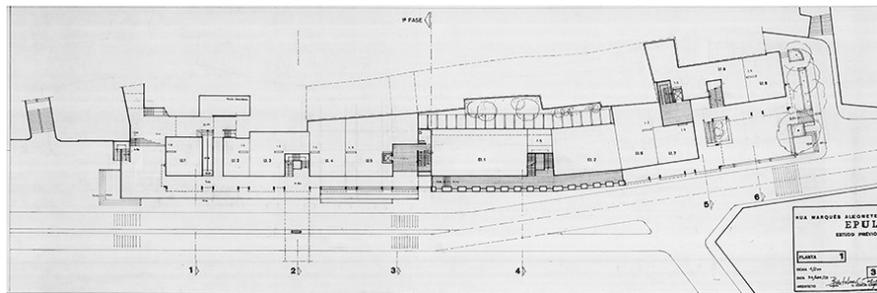


FIGURA 6 – Planta do Piso 2, Estudo Prévio para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete - EPUL, 30 de abril de 1973.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd0004).

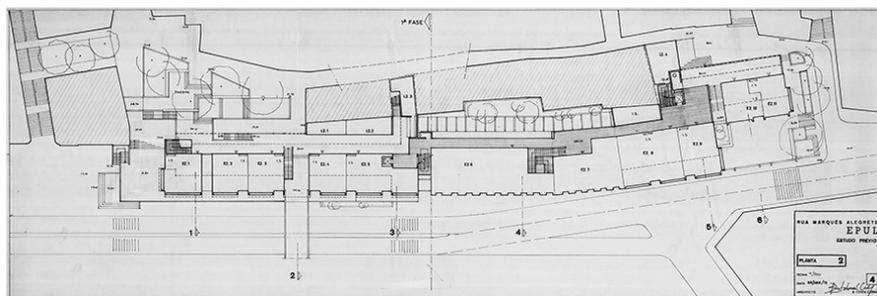


FIGURA 7 – Planta do Piso 3,
 Estudo Prévio para a Rua do Arco
 do Marquês de Alegrete - EPUL,
 30 de abril de 1973.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto
 Arquitecto José Marques da Silva
 (FIMS BCC 0010-pd0005).

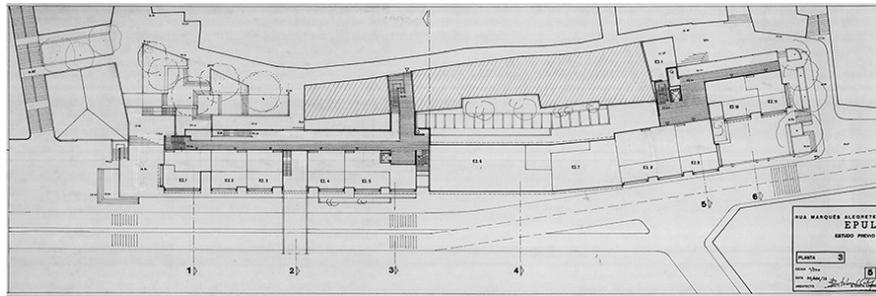
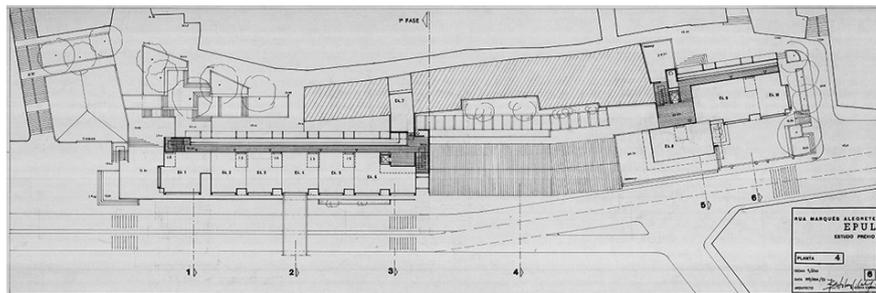


FIGURA 8 – Planta do Piso 4,
 Estudo Prévio para a Rua do Arco
 do Marquês de Alegrete - EPUL,
 30 de abril de 1973..

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto
 Arquitecto José Marques da Silva
 (FIMS BCC 0010-pd0006).



Quanto aos edifícios a conservar, apesar de reconhecer, na proposta inicialmente apresentada a 14 de fevereiro de 1973, a importância de salvaguardar o maior número possível de construções, nesta fase propõe apenas a conservação do Salão Lisboa e da fachada principal do Palácio Aboim⁸. Determina, assim, várias demolições, nomeadamente

“do pequeno quarteirão limitado pelas Ruas de Fontainhas, Beco do Cascalho e Rua de S. Pedro Mártir (de que alguns edifícios são propriedade da Câmara Municipal de Lisboa), para a criação de um pequeno jardim como medida de recuperação e saneamento do tecido urbano envolvente, dadas as deficientes condições de insolação e desafogo e óbvia falta de espaços livres e de recurso de área.”⁹

Propõe ainda a aquisição e demolição, pela CML, dos edifícios junto à calçada de São Lourenço, a sul do quarteirão, para “a criação de um terraço superior para peões”, um novo espaço coletivo que permitiria “resolver o remate sul do quarteirão”:

“Inclusão no estudo de dois edifícios existentes, frente à Calçada de S. Lourenço, a fim de resolver o remate sul do quarteirão, em que se propõe a criação de um terraço superior para peões, pois caso contrário ficaria este espaço livre limitado a nascente pelas traseiras dos referidos edifícios (...)”¹⁰

Novos Espaços Coletivos

A criação de novos espaços públicos, promovendo a continuidade de espaços e percursos da cidade e a integração das construções no tecido existente, prevalece, assim, sobre a conservação, anteriormente preconizada, dos edifícios existentes.

Ainda em fase de Estudo Prévio, surge um jardim, a nascente, e um terraço, a sul, ambos definidos sobre plataformas que vencem a diferença de cotas entre a Rua do Marquês de Alegrete e a Rua de S. Pedro Mártir [6-9]. São também definidas várias ligações e percursos de atravessamento (mantendo, de certo modo, aquele que outrora existira entre a praça do Martim Moniz e o Beco do Cascalho) que tornam o edifício permeável, bem como galerias, quer exteriores – no piso térreo (piso 0, ainda

⁸ Ibid., p.2

⁹ Id. Ibid.

¹⁰ Id. Ibid.

ladeada de montras) e no piso 1, voltadas para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete, prolongando-se pelo Palácio Aboim (do qual se mantém, nesta fase, apenas a fachada) e pelo novo edifício, a sul -, quer (semi-)interiores, evocando porventura um mercado popular (ligado à Rua de S. Pedro Mártir/Beco do Cascalho e à Rua do Arco do Marquês de Alegrete), inundado pela luz proveniente da superfície envidraçada [4-9]. Também as galerias de acesso aos escritórios, nos pisos superiores, são pensadas para “permitir a máxima ocupação por locais de comércio”:

“A fim de permitir a máxima ocupação por locais de comércio criaram-se três amplas galerias ao longo de todo o quarteirão, uma ao nível da Rua do Arco Marquês de Alegrete, uma segunda sobreposta também a esta Rua, e uma terceira a nível superior, virada para o interior com várias ligações à Rua S. Pedro Mártir. (...)”

Pretendeu-se estabelecer uma grande fluidez nos extensos percursos de peões criados ao nível das plantas 0,1,2, assegurando numerosas ligações aos arruamentos de encosta existentes, nomeadamente à Rua de S. Pedro Mártir que se desenvolve paralelamente, embora a uma cota muito superior, à Rua do Arco do Marquês de Alegrete. (...)”

O projecto apresenta uma forte proporção de áreas de circulação exteriores, cobertas, o que é expressão do partido geral adoptado, de criação de um sistema de ‘ruas comerciais’, sobrepostas e interligadas.”¹¹

Trata-se de um edifício de carácter público, aberto à participação e apropriação, que propõe novos espaços coletivos em continuidade com os espaços e percursos da cidade, diluindo fronteiras entre arquitectura e espaço urbano.

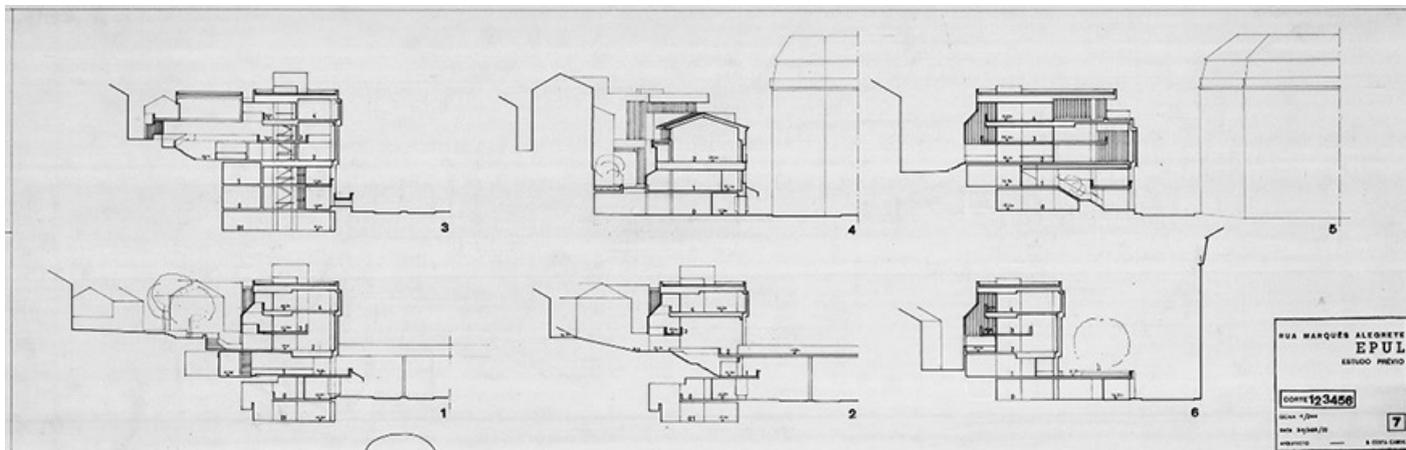


FIGURA 9 – Estudo Prévio, Cortes evidenciando a criação de novos espaços coletivos e percursos de ligação entre a Praça do Martim Moniz e a Rua de São Pedro Mártir. 30 de abril de 1973.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd0007).

Nesta fase estava também prevista a construção de um passadiço sobre a Rua do Arco de Marquês de Alegrete para ligar, através da rua ou galeria interior, o Beco do Cascalho a um edifício de serviços que, segundo o plano da EPUL, seria construído do lado oposto da rua. No entanto, esse edifício nunca foi construído e o vão, aberto na fachada principal para esse efeito, é, hoje, um miradouro para a praça [21] – a qual não era, portanto, à época deste estudo, possível prever, tendo este edifício sido, afinal, pensado para delimitar a frente da Rua do Arco do Marquês de Alegrete.

¹¹ Ibid., pp.3-4

O Problema da Linguagem

Se a vontade de integração na envolvente se exprime já pela construção de novos espaços coletivos e percursos que pretendem promover a continuidade de percursos na cidade, manifesta-se também na procura, para os novos edifícios, de uma linguagem não mimética mas representativa “da maior simplicidade” ou de “um certo clima de austeridade e de grande disciplina formal”¹², verificando-se, à semelhança do Instituto Politécnico da Covilhã (IPC), na Escola do Castelo ou na Casa da Rua da Verónica, em Lisboa, a intenção de distinguir o novo do existente. Costa Cabral propõe, desse modo, o uso do betão, metal, pedra e vidro como materiais dominantes nas novas construções:

“Todos os elementos estruturais serão de betão deixado à vista assim como platibandas e guardas de galerias. A fachada poente, sobre a Rua Marquês do Alegrete apresenta a alternância de dois módulos estruturais sendo equipados com persianas metálicas exteriores de cor escura, de protecção solar.

A fachada posterior é constituída por uma grande superfície de vidro aramado, criando um espaço semi-interior de grande altura, estabelecendo a ligação visual entre as galerias de escritórios dos pisos 3 e 4 e a galeria do piso 2. As caixilharias serão igualmente metálicas. Os pavimentos das galerias exteriores são revestidos de pedra.

Prevê-se a execução de tectos falsos de lâminas metálicas, que têm por objectivo permitir a passagem das condutas horizontais, assim como a instalação da principal iluminação pública das galerias.”¹³

Estes materiais são, também na Sociedade Portuguesa de Autores (GPA, iniciado em 1971), nos edifícios da Universidade da Beira Interior (cujo projecto se desenvolve a partir de 1972) ou já no edifício da Caixa Geral e Depósitos, em Sintra (1977), evidências de uma pesquisa coletiva, de uma tendência que marca também o percurso de Bartolomeu Costa Cabral particularmente na década de 70, depois do seu estágio em Londres (1965) durante o qual contacta com obras significativas do brutalismo inglês e com Denys Lasdun (tendo visitado a Universidade de East Anglia em construção). No entanto, já durante a construção da Fase 1, na década de 80, dúvidas quanto ao uso do betão conduziram à opção pelo seu revestimento.

A integração dos edifícios na envolvente faz-se também pela contenção da cércea, pela preservação de alinhamentos em relação ao existente e pela adoção de um esquema de modulação, o qual contribui para conferir coerência e unidade ao conjunto e para quebrar a rigidez dos planos das fachadas, criando avanços e recuos.

A recusa de uma linguagem mimética e a distinção entre o novo e o existente, as quebras dos planos e a fragmentação volumétrica afirmam-se como estratégias recorrentes no percurso de Bartolomeu Costa Cabral, exprimindo uma vontade de atualidade, de adequação da escala, de integração na diversidade que caracteriza, afinal, o centro histórico de Lisboa.

“Princípio de Flexibilidade”

Se, de acordo com o programa, se prevê a ocupação dos pisos 0 e 1 por comércio e, a partir do piso 2 (inclusive), por escritórios (podendo este ser também ocupado por lojas), há, nesta fase, ainda uma “grande indeterminação do programa” que obriga à procura da máxima “flexibilidade”. Por essa razão, é criada

¹² Ibid., p.8

¹³ Ibid.

“uma estrutura que permitisse a divisão dos espaços em pequenas unidades tanto de lojas como de escritórios (...).

Dentro deste princípio de flexibilidade (...) pretende-se assim criar uma estrutura suficientemente ordenada e sistematizada capaz de receber diversas utilizações e permitir uma diversidade formal característica das ‘ruas comerciais’.”¹⁴

A flexibilidade ou adaptabilidade é também uma procura constante nas suas obras, construídas para permanecer.

Projecto da Fase 1 (fevereiro/março de 1974)

O projecto da Fase 1, correspondente ao edifício no topo norte do quarteirão, data de 4 de março de 1974 e, portanto, de vésperas da Revolução dos Cravos.

Tal como se definia no Estudo Prévio, o edifício inclui seis pisos, “um dos quais em cave e um parcial formando duplex ao nível dos pisos 2 e 3”¹⁵. Prevê-se que as lojas se situem nos pisos 0, 1 e 2, e os escritórios no piso 2 e superiores.

Na memória descritiva, são sublinhadas continuidades visuais e de circulações e o carácter público do edifício:

“No que respeita à ligação com o volume (...) do cinema a Norte, considerou-se mais vantajosa a criação de um afastamento que, sem quebrar uma ligação de continuidade ao nível do piso térreo, crie uma abertura que permita a visibilidade do pequeno jardim a criar (...).

O edifício desta 1ª fase é atravessado tanto no sentido transversal como longitudinal por circulações públicas em continuidade com as ruas e espaços públicos envolventes; (...) Pretende-se, assim, que o edifício faça parte do espaço público apresentando extensas zonas públicas cobertas destinadas ao uso de comércio ou escritórios.”¹⁶

Nesta fase, o projeto do jardim, proposto no Estudo Prévio, é, contudo, adiado, “em face de não ser possível a sua imediata execução”¹⁷. Mantém-se, não obstante, em relação ao Estudo Prévio, a opção pelo betão aparente e pelas persianas e caixilharias em ferro.

Ainda numa perspetiva de continuidade, nesta fase Costa Cabral propõe, “além dos edifícios considerados a conservar pelo estudo prévio”, também a conservação do edifício contíguo, a norte, ao Palácio Aboim, pois,

“construído à roda dos anos 30 [este] constitui um testemunho de bastante qualidade ainda que modesto da arquitectura dessa época, de que existem relativamente poucos em Lisboa.”

No entanto, “dado que o seu interesse reside na fachada”, determina “a completa demolição do seu interior não constituindo portanto, um condicionamento à organização do interior do projecto desta 1ª fase, que aliás se harmoniza perfeitamente, pois se faz corresponder o hall e a escada de acesso à fachada a preservar.”¹⁸ [10]

¹⁴ Ibid., pp.3-4

¹⁵ Id., “EPUL, M.A. – 1ª fase – VOL. 1”, memória descritiva do projecto base da primeira fase, fevereiro de 1974, p.6

¹⁶ Ibid., pp.4-5

¹⁷ Ibid., p.3

¹⁸ Ibid., p.5

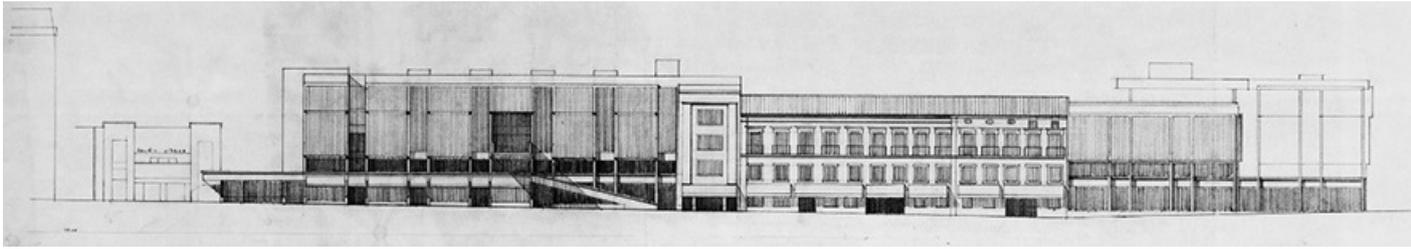


FIGURA 10 – Alçado poente, esboço prevendo já a conservação do edifício a norte do Palácio Aboim, s.d. À esquerda, o Salão Lisboa. Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd0008).

Depois da conclusão do projeto desta primeira fase ocorre a Revolução de Abril. Nova legislação¹⁹ traz consequências para o Estudo Prévio anteriormente apresentado, sendo necessário desenvolver um novo estudo para a segunda fase de construção, prevendo a conservação de grande parte do interior, além da fachada, do Palácio Aboim, bem como a preservação dos edifícios situados na Rua de S. Pedro Mártir, junto à calçada de São Lourenço, que Costa Cabral propunha, no Estudo Prévio, demolir.²⁰

Um novo Estudo Prévio para a Fase 2 é, por essa razão, entregue a 28 de fevereiro de 1975; ainda assim, um projecto para o Corpo B de acordo com o primeiro Estudo Prévio é entregue a 4 de dezembro de 1974, para “servir de confronto com a nova solução”²¹. Além disso, dada a decisão de abandonar, definitivamente, a solução apresentada no estudo anterior para o corpo A, não é, nesta fase, apresentado projeto para o Palácio Aboim.

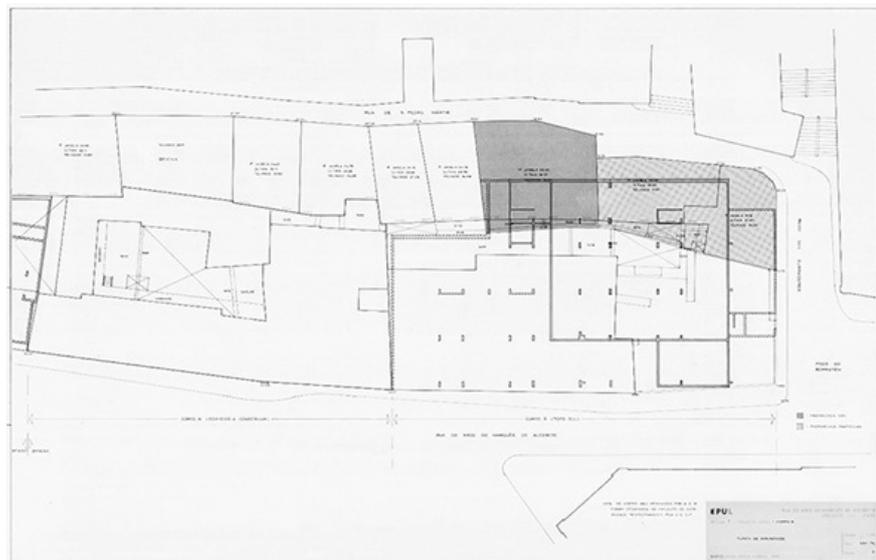
Projecto Base do Corpo B – Fase 2 (não construído, novembro de 1974)

O corpo B, também organizado em plataformas, é constituído, tal como o edifício da primeira fase, por seis pisos, um dos quais parcialmente em cave “e outro formando piso recuado sobre a Rua do Marquês do Alegrete”²². [11-16]

FIGURA 11 – Planta de Implantação, Projeto Geral para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete – 2ª Fase, Corpo B, novembro de 1974.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd00021).



¹⁹ Decreto-Lei 445/74, de 12 de setembro.

²⁰ ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida à Administração da EPUL, 25 de novembro de 1974.

²¹ Id., “EPUL, M.A. – 2ª fase – Corpo B”, memória descritiva do projecto base do corpo B, novembro de 1974, p.3

²² Ibid., p.5

FIGURA 12 – Planta do Piso 0,
 Projeto Geral para a Rua do Arco
 do Marquês de Alegrete – 2ª Fase,
 Corpo B, novembro de 1974.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto
 Arquitecto José Marques da Silva
 (FIMS BCC 0010-pd00023).

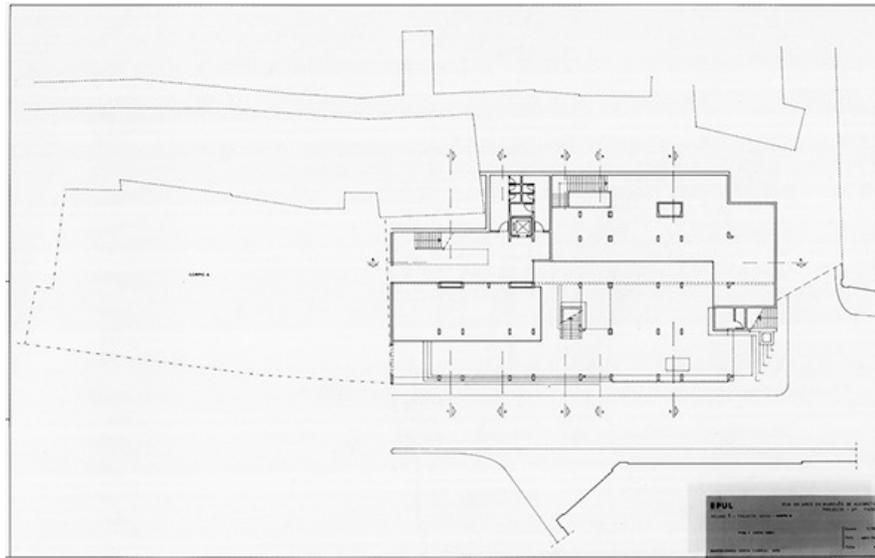


FIGURA 13 – Planta do Piso 2,
 Projeto Geral para a Rua do Arco
 do Marquês de Alegrete – 2ª Fase,
 Corpo B, novembro de 1974.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto
 Arquitecto José Marques da Silva
 (FIMS BCC 0010-pd00025).

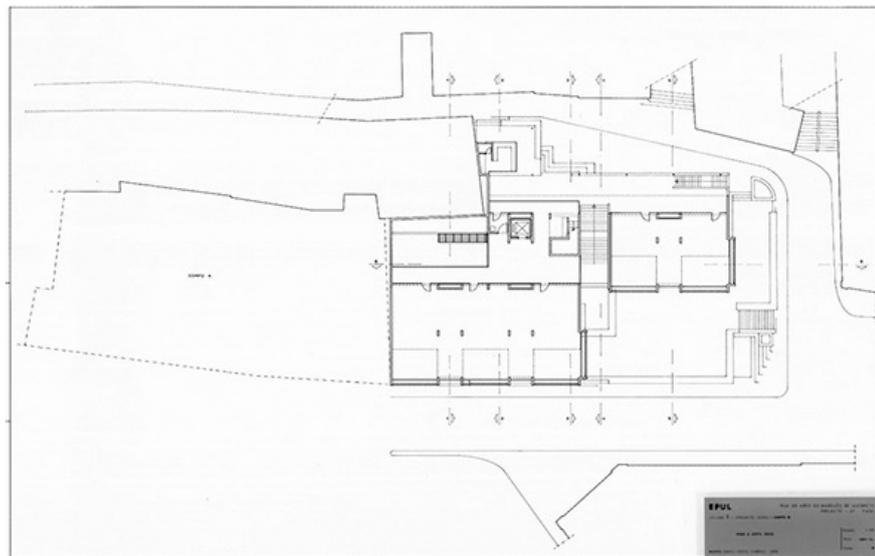


FIGURA 14 – Corte 4, Projeto
 Geral para a Rua do Arco do
 Marquês de Alegrete – 2ª Fase,
 Corpo B, novembro de 1974.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto
 Arquitecto José Marques da Silva
 (FIMS BCC 0010-pd00028).

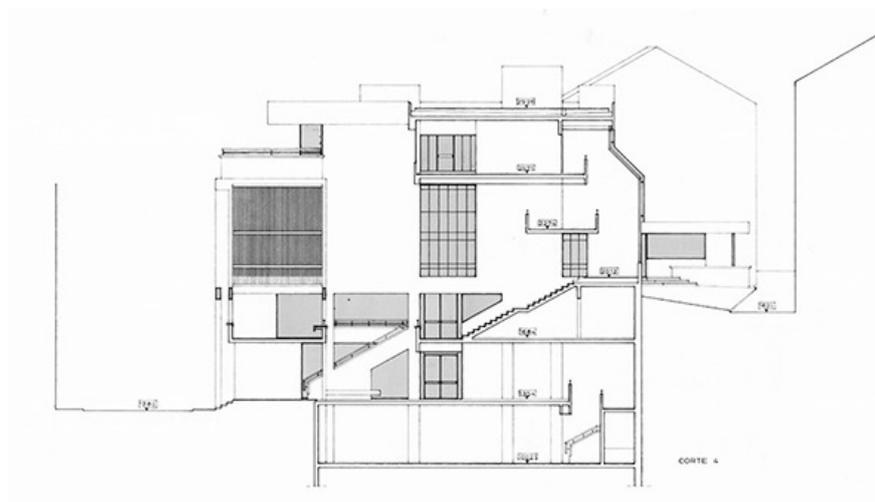




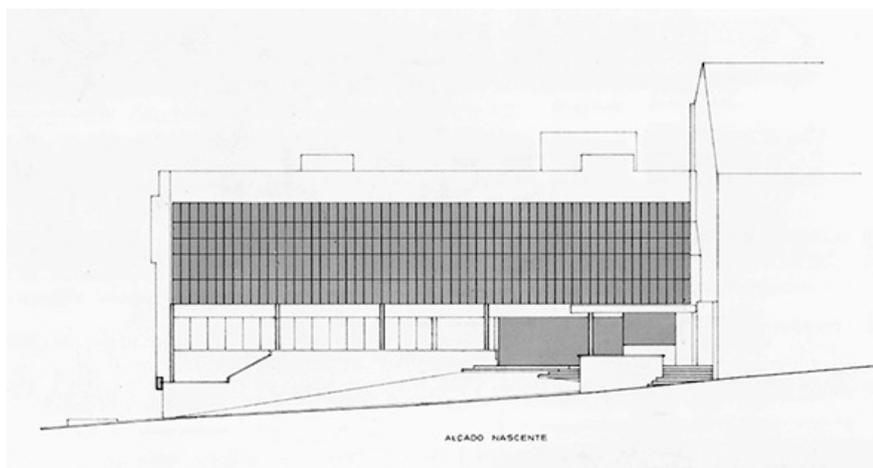
FIGURA 15 – Alçado poente, Projeto Geral para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete – 2ª Fase, Corpo B, novembro de 1974. Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd00020).

FIGURA 16 – Alçado nascente, Projeto Geral para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete – 2ª Fase, Corpo B, novembro de 1974.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS BCC 0010-pd00020).



O programa, semelhante ao da fase anterior, inclui comércio localizado ao longo das galerias dos pisos 0 e 1 e escritórios no piso 2 e pisos superiores (em duplex nos pisos 2 e 3, comunicando através de escada em caracol, para permitir uma redução do pé-direito e da cércea do edifício). Mantém-se o princípio da flexibilidade, prevendo-se, apesar da indeterminação ainda existente, no piso térreo, três lojas e um quiosque e, ainda no piso térreo e em cave, “uma ocupação do tipo café e restaurante, que desse bastante vida ao local e pudesse ocupar com esplanada o alargamento da galeria do rez do chão.”²³ Em relação ao estudo anterior, a galeria do piso térreo é alargada²⁴. No piso 1, galerias públicas permitem o acesso a mais quatro lojas.

Diretamente ligada à Rua de São Pedro Mártir, também a galeria do piso 2 é um espaço público. Neste piso, há escritórios e um espaço previsto para quiosque. Os pisos 3 e 4 destinam-se a uso exclusivo dos escritórios.

²³ Ibid.

²⁴ Ibid., p.4

Estudo Prévio da Fase 2 (Variante) – Corpos A e B (não construídos, fevereiro de 1975)

Perante a nova legislação exigindo a preservação dos edifícios existentes, em fevereiro de 1975, cerca de dois anos depois do primeiro estudo, é entregue um novo estudo prévio da 2ª fase de construção, composta por dois edifícios, agora separados: o corpo A, do Palácio Aboim, e o corpo B, correspondente ao novo edifício do topo sul do quarteirão.²⁵

Palácio Aboim

No que diz respeito ao Palácio Aboim, com três pisos (piso 0, 1 e 2), procura-se agora uma definição do programa e, além da preservação da fachada, uma maior conservação do seu interior; Costa Cabral propõe, não obstante, a demolição de várias paredes interiores e a construção, de acordo com o primeiro Estudo Prévio, do prolongamento das galerias no piso térreo, no primeiro piso, ao nível da rua interior da Fase 1, estabelecendo-se uma continuidade de percursos e espaços coletivos entre os vários edifícios²⁶.

Prevê-se a conservação da fachada “no seu traçado arquitectónico” com “reposição de cantarias nos vãos a corrigir da galeria do rés-do-chão”, a “reconstrução de “pavimentos leves, possivelmente de estrutura metálica a fim de não afectar grandemente as fundações existentes” e “a reconstrução da cobertura existente de telha, sobre a área a conservar” distinta da “cobertura em terraço, em laje de betão armado, na parte restante.” Prevê-se ainda que “a área de intervenção de construção nova, constituída por elementos de betão armado” confira “ao conjunto a necessária rigidez e consolidação”²⁷. Reitera-se, portanto, a intenção de distinguir as novas construções daquelas existentes.

Corpo B

Quanto ao Corpo B, verifica-se a perda da relação com a Rua de São Pedro Mártir, uma significativa redução da área de espaço coletivo, nomeadamente nos pisos 0 e 1, e uma simplificação geral da organização do espaço interno²⁸. No piso 0, há um avanço do espaço inicialmente pensado para um restaurante/café, a perda do quiosque, do alargamento da galeria e da multiplicidade de acessos ao terraço, no piso superior, que agora se faz apenas a partir da Rua do Poço do Borratém. No piso 1, há também um avanço do volume a sul e perda de área de terraço, além da perda da relação direta com a Rua de S. Pedro Mártir e do acesso amplo e central. No piso 2, mantém-se a ligação ao Palácio Aboim através da galeria, pelo que ainda se propõe que esta seja, afinal, pública.

A 9 de abril de 1975, depois da entrega deste Estudo (em fevereiro), realiza-se uma reunião com a administração da EPUL em que é apresentada uma maquete do conjunto [17-18]. Decide-se, então, que o prosseguimento do trabalho referente ao Palácio Aboim ficaria “dependente da definição prévia da sua utilização, considerando do maior interesse que seja destinada a equipamento de carácter público”; “relativamente ao corpo B proceder-se-ia imediatamente a execução do respectivo projecto”, tendo-se optado pela solução “em que se preserva os edifícios da R. de S. Pedro Mártir”²⁹.

²⁵ Id., “EPUL, Rua do Arco do Marquês de Alegrete / Estudo Prévio / Variante / 2ª fase, Memória Descritiva”, 27 de fevereiro de 1975, s/p

²⁶ Id. Ibid

²⁷ Id. Ibid

²⁸ Id. Ibid

²⁹ Id., carta dirigida à Administração da EPUL, 17 de abril de 1975

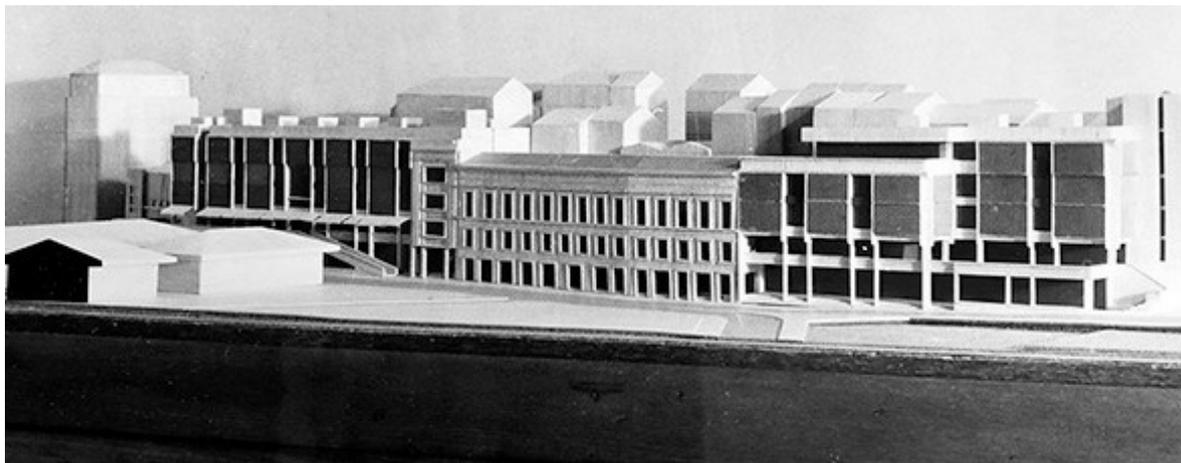


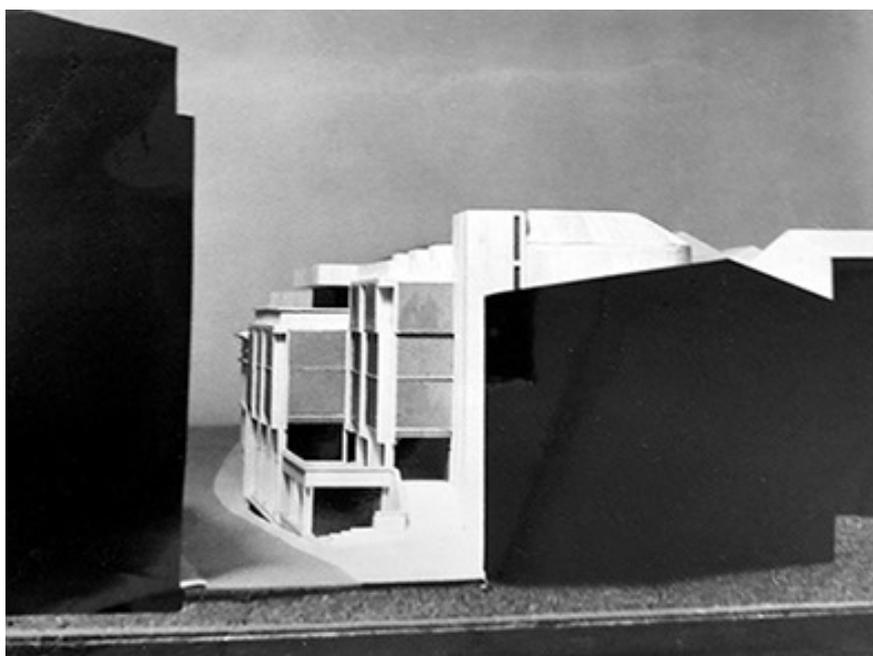
FIGURA 17 – Fotografia da maquete de conjunto, vista do Alçado poente, Projeto Geral para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete – 2ª Fase, Corpo B, julho de 1975. Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Arquivo Bartolomeu Costa Cabral.

FIGURA 18 – Fotografia da maquete de conjunto, vista do Alçado sul, Projeto Geral para a Rua do Arco do Marquês de Alegrete – 2ª Fase, Corpo B, julho de 1975.

Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Arquivo Bartolomeu Costa Cabral



Projecto da Fase 2 – Corpo B (Não construído, julho de 1975)

Assim, a 30 de julho de 1975 conclui-se o projeto de Arquitetura da Fase 2 - corpo B. O Corpo A, do Palácio Aboim, passa, então, a designar uma terceira fase de construção.

Nos pisos 0 e 1 não se registam alterações significativas relativamente ao último estudo. Nesta proposta, o piso 2 é de uso exclusivo dos escritórios, como se sublinha na Memória Descritiva³⁰, pelo que a ligação ao edifício central ao nível do piso 2 é

³⁰ Id., "EPUL, M.A. – 2ª fase – Projecto", memória descritiva do projeto do corpo B da 2ª fase, 30 de julho de 1975, p.3

suprimida (embora não inviabilizada). Ainda de acordo com a alteração que já tinha sido realizada no Estudo Prévio de 1975, os pisos 2 e 3 já não são em duplex, “no sentido de se obter uma melhor integração da construção nova nas construções existentes”³¹.

É reiterada, em 1975, a opção pelo uso do betão aparente.

Construção (1981-1983)

Apesar do projecto da Fase 1 ter sido, em julho de 1974, aprovado pela EPUL, (aguardando então a aprovação pela C.M.L.), este não é “objecto de empreitada imediata” porque se encontravam, à época, ainda “ocupadas as construções a demolir, sendo necessário proceder primeiro ao realojamento das ocupações tanto habitacionais como comerciais”³². Em 1975, devido às novas circunstâncias políticas, sociais e económicas, o plano da EPUL é interrompido, tendo também sido suspensos os projetos para este quarteirão.

Em janeiro de 1978, Bartolomeu Costa Cabral dirige-se à Administração da EPUL exortando à sua concretização³³. O projecto, porém, só seria retomado em 1981: em julho desse ano inicia-se, finalmente, a construção da Fase 1 (Corpo C) [19-22], a qual se conclui entre dezembro de 1982 e janeiro de 1983. A construção é adjudicada à construtora Hagen, ficando as fundações a cargo da construtora Teixeira Duarte.



FIGURA 19 – À esquerda, edifício de Bartolomeu Costa Cabral (Fase 1, Corpo C) na Praça do Martim Moniz, Lisboa, s.d. [1983?] Autor: Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Arquivo Bartolomeu Costa Cabral.

³¹ Ibid.

³² Id., carta dirigida a Telles Marques, Administrador Delegado da EPUL, a 4 de julho de 1974, s/p

³³ Id., carta dirigida à Administração da EPUL, 4 de janeiro de 1978

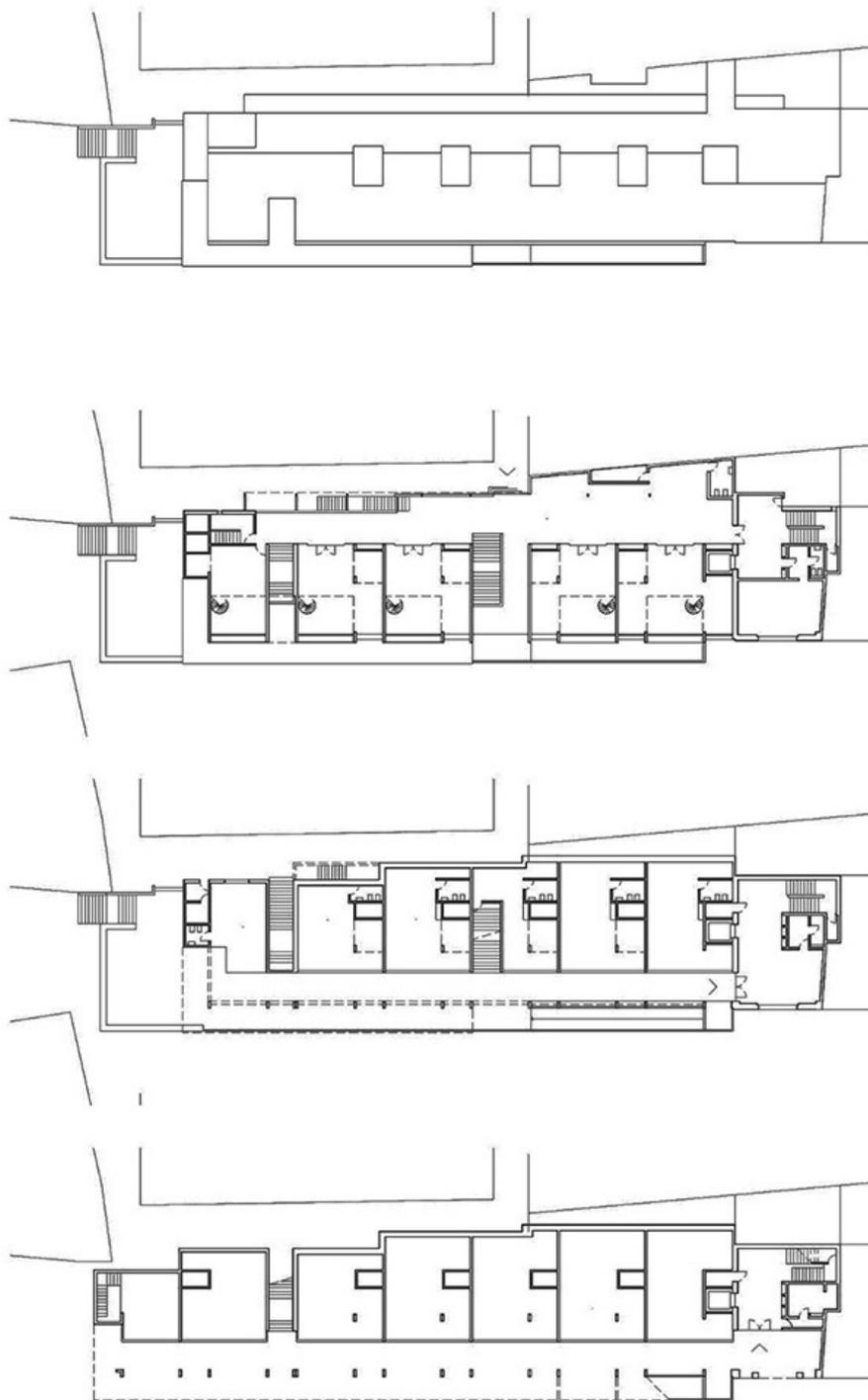


FIGURA 20 – Edifício de Bartolomeu Costa Cabral (Fase 1, Corpo C) na Praça do Martim Moniz, Lisboa, s.d.
De cima para baixo: Planta de Cobertura, Planta do Piso 2, Planta do Piso 1 e Planta do Piso 0 (térreo). Autor:
Bartolomeu Costa Cabral.

Fonte: Arquivo Bartolomeu Costa Cabral.

FIGURA 21 – Edifício de Bartolomeu Costa Cabral (Fase 1, Corpo C) na Praça do Martim Moniz, Lisboa, s.d. Vista desde o interior sobre a Praça.

Autor: Mariana de Oliveira Couto



FIGURA 22 – Edifício de Bartolomeu Costa Cabral (Fase 1, Corpo C) na Praça do Martim Moniz, Lisboa, Interior. s.d.

Autor: Catarina Costa Cabral



A Opção pela Marmorite

Se, em maio de 1981, Bartolomeu Costa Cabral reafirmava ainda a opção por paramentos em betão à vista – tendo solicitado o uso de “betão com cimento claro e aspecto uniforme” e cofragens em contraplacado de pinho, sugerindo que a empresa construtora consultasse a construtora Abrantina, que empregara “este material numa obra sua na Covilhã”, e também a visita ao Museu da Marinha, ao Palácio da Justiça e a Edifício da Gulbenkian “para ver os acabamentos de Betão à vista”³⁴ – alguns meses depois, em agosto, ainda antes do início da betonagem dos pilares³⁵, e quando ainda se discutiam problemas relativos aos desenhos de cofragem, Costa Cabral.

*“admite vir a propor a substituição do betão à vista previsto para as fachadas por qualquer revestimento, possivelmente marmorite lavada, justificando o facto, com receios de que o betão à vista se revele com pouca integração no Martim Moniz, acrescido do facto de, com o decorrer do tempo possa vir a apresentar aspecto de ruína.”*³⁶

Solicita, assim, ao empreiteiro a apresentação de amostras de marmorite³⁷ – em painéis de 1x1m de modo a poder fazer um diedro, para melhor apreciação³⁸ – e definição de custos. As referidas amostras são disponibilizadas em novembro³⁹, e a decisão pronunciada em dezembro:

*“Face à preferência manifestada pelo Arq. Costa Cabral, para o revestimento a marmorite nas superfícies previstas em betão à vista, foi pedida ao Arq. Projectista, a apresentação de proposta, à EPUL, para alteração do projecto com a devida justificação.”*⁴⁰

*“Em princípio entende que serão de revestir todas as superfícies de zonas públicas com excepção dos tectos e de superfícies com revestimentos já especificados no projecto.”*⁴¹

Assim, em dezembro de 1981, além da supressão do jardim, a nascente – resultante da decisão de preservação dos edifícios no topo norte do quarteirão –, Costa Cabral opta pelo revestimento do betão a “marmorite lavada executada com pedra muito clara”, crendo que esta alteração promoverá a integração urbana do edifício:

“Para além das alterações que se têm vindo a introduzir no projecto motivadas por acertos dos limites do tardo do edifício face às condições do local e das soluções de consolidação dos muros de suporte, vimos propor as seguintes:

1º – Não demolição do prédio da Rua de S. Pedro Mártir, por se considerar que o ganho de área não compensava os cursos de realojamento e da própria construção. Assim o projecto não contemplaria a execução dessa pequena parte dado que não é indispensável uma ligação directa à Rua de S. Pedro Mártir.

34 Cf. ABCC, Ata de reunião de obra n.º 3, 26 de maio de 1981; ABCC, Ata de reunião de obra n.º 4, 4 de junho de 1981.

35 “Tendo o empreiteiro comunicado que vai ser dado início à betonagem dos pilares, torna-se necessário e urgente que seja tomada posição pela EPUL quanto à indicação do Arq. Costa Cabral para se encarar revestimento em marmorite em vez de betão à vista.” Cf. ABCC, Ata de reunião de obra n.º 31, 3 de dezembro de 1981.

36 ABCC, Ata de reunião de obra n.º 14, 20 de agosto de 1981.

37 ABCC, Ata de reunião de obra n.º 15, 27 de agosto de 1981.

38 ABCC, Ata de reunião de obra n.º 19, 17 de setembro de 1981.

39 ABCC, Ata de reunião de obra n.º 27, 5 de novembro de 1981.

40 ABCC, Ata de reunião de obra n.º 32, 10 de dezembro de 1981.

41 ABCC, Ata de reunião de obra n.º 33, 17 de dezembro de 1981.

2º - Revestimento da estrutura de betão, incluindo as paredes de betão, previstas no projecto como betão à vista, com marmorite lavada executada em obra. À face da experiência de prédios recentes executados em Lisboa em que é usado o betão à vista, julgamos que os mesmos não se inserem bem no ambiente e clima de Lisboa. Quanto a nós a própria pintura do betão não resolve este problema apenas destruindo a frescura e beleza própria do betão à vista como pode ser observado no edifício da Fundação Gulbenkian em que o betão não levou qualquer pintura e está muito bem, por ser um edifício situado dentro de uma zona verde.

Assim julgamos que no caso do Martim Moniz o revestimento com marmorite poderá dar ao edifício uma mais fácil integração na zona.”⁴²

Costa Cabral afirma, não obstante, que a escolha deste revestimento se relacionou com a fraca qualidade da execução dos paramentos:

“Era para ficar em betão à vista, mas como foi bastante mal construído, depois eu tive de fazer um reboco. Mas eu não queria fazer um reboco que ficasse com um ar velho e sujo, e revesti a marmorite lavada com pedrinha. Não impiedu que, além que tivesse manchas e um ar assim... uns anos mais tarde foi pintado.”⁴³

Esta decisão constitui uma das causas da relação ambivalente que o arquitecto estabelece, ainda hoje, com o edifício apelidado, por Costa Cabral, de “projecto enteado”⁴⁴.

Outras Alterações em Obra

Ainda durante a obra, em setembro de 1981, perante o “mau estado de conservação” do edifício dos anos trinta cuja fachada Costa Cabral pretendia conservar, determina a sua total demolição para ser, posteriormente, reconstruída de acordo com “um levantamento muito pormenorizado (incluindo quaisquer molduras existentes) da fachada”⁴⁵.

Também durante a obra é decidido o aumento das áreas de utilização, é realizada a divisão e o completamento dos espaços comerciais e de escritórios, são suprimidas as montras avançadas inicialmente previstas na galeria comercial, é definida a construção das escadas em caracol nos escritórios entre os pisos 2 e 3 e é eliminada a ligação direta, ao nível do piso 1, à rua tardo, “a fim de evitar o seu devassamento”⁴⁶. A supressão desta escada na fachada posterior, a qual se entendia facilitar “a entrada abusiva” no edifício, é solicitada, durante a obra, por José Manuel Macedo Cabral, Diretor dos Serviços de Produção da EPUL (Macedo Cabral, 1982)⁴⁷.

Adivinhava-se, assim, mais do que a supressão de uma escada, a extinção do próprio carácter público e de abertura que definia, afinal, o edifício: os amplos espaços públicos, inicialmente projetados – o jardim e o terraço – não foram construídos; as galerias (exteriores e interior) não foram apropriadas pelos comerciantes e, por razões de segurança, os atravessamentos foram encerrados. Além disso, a decisão do revestimento em marmorite retirou, segundo o próprio arquitecto, “carácter” ao edifício e as lâminas em ferro, pesadas, de proteção dos envidraçados, não funcionam⁴⁸.

⁴² ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida à Administração da EPUL, 11 de dezembro de 1981.

⁴³ Entrevista a Bartolomeu Costa Cabral por Mariana Couto, 30 de abril de 2018.

⁴⁴ Ibid., 24 de abril de 2018.

⁴⁵ Cf. ABCC, Ata de reunião de obra n.º 16, 3 de setembro de 1981; ABCC, Ata de reunião de obra n.º 19, 17 de setembro de 1981.

⁴⁶ ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “Projecto de Alterações do Edifício de escritórios e comércio da Rua do Arco do Marquês de Alegrete – Martim Moniz”, “Memória Descritiva”, 22 de fevereiro de 1983.

⁴⁷ ABCC, Macedo Cabral, José (Diretor dos Serviços de Produção da EPUL), carta dirigida a Bartolomeu Costa Cabral, 17 de novembro de 1982.

⁴⁸ Entrevista a Bartolomeu Costa Cabral, 10 de janeiro de 2014.

A abertura ao uso público dos atravessamentos e à apropriação dos espaços, tais como a galeria interior, não tem correspondência com a realidade do local. Em 1983, verificava-se, inclusivamente, que as habitações vizinhas deitavam lixo para o pátio do edifício, razão pela qual foi necessária a construção de um anteparo em madeira e estrutura de ferro para minimizar a vista do lixo e permitir a sua limpeza periódica⁴⁹; em 1984, registam-se, além disso, assaltos e atos de vandalismo que obrigam a CML à colocação de um candeeiro de iluminação pública na parede de topo do edifício (“que fica muito mal”⁵⁰) e forçam a EPUL a realizar obras de ampliação da zona de vidro na fachada posterior para proteger as galerias, alterando, “de modo sensível”, o projeto⁵¹.

Este edifício – iniciado em 1973, desenvolvido até 1975, adiado até 1981 e só então parcialmente construído – encontra-se, hoje, em grande parte fechado e abandonado; mas permanece, não obstante, como uma proposta de continuidade, procurando devolver à Mouraria novos espaços coletivos de encontro e apropriação.

Referências

Documentos em Arquivo não catalogado – Arquivo Bartolomeu Costa Cabral, por ordem cronológica (recentemente depositado na Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva e em fase de recenseamento)

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “Proposta para a elaboração do estudo de conjunto e projectos dos edifícios da Rua Marquês de Alegrete”, 14 de fevereiro de 1973

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “Rua Marquês do Alegrete, EPUL, Estudo Prévio, Memória Descritiva”, s/d

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “EPUL, M.A. – 1ª fase – VOL. 1”, memória descritiva do projeto base da primeira fase, fevereiro de 1974

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “EPUL, M.A. – 2ª fase – Corpo B”, memória descritiva do projeto base do corpo B, novembro de 1974

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “EPUL, Rua do Arco do Marquês de Alegrete / Estudo Prévio / Variante / 2ª fase, Memória Descritiva”, 27 de fevereiro de 1975

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “EPUL, M.A. – 2ª fase – Projecto”, memória descritiva do projeto do corpo B da 2ª fase, 30 de julho de 1975

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, “Projecto de Alterações do Edifício de escritórios e comércio da Rua do Arco do Marquês de Alegrete – Martim Moniz”, “Memória Descritiva”, 22 de fevereiro de 1983

Atas

ABCC, Ata de reunião de obra n. °3, 26 de maio de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °4, 4 de junho de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °14, 20 de agosto de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °15, 27 de agosto de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °16, 3 de setembro de 1981

⁴⁹ ABCC, Carta de Bartolomeu Costa Cabral dirigida à Administração da EPUL, 20 de setembro de 1983.

⁵⁰ ABCC, Carta de Bartolomeu Costa Cabral dirigida à Administração da EPUL, 3 de janeiro de 1985.

⁵¹ ABCC, Carta de Bartolomeu Costa Cabral dirigida à Administração da EPUL, 3 de janeiro de 1985.

ABCC, Ata de reunião de obra n. °19, 17 de setembro de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °27, 5 de novembro de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °31, 3 de dezembro de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °32, 10 de dezembro de 1981

ABCC, Ata de reunião de obra n. °33, 17 de dezembro de 1981

Cartas

ABCC, Lopes, Filipe (EPUL), carta dirigida a Bartolomeu Costa Cabral, 28 de dezembro de 1972

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida à Administração da EPUL, 25 de novembro de 1974

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida a Telles Marques, Administrador Delegado da EPUL, a 4 de julho de 1974

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida à Administração da EPUL, 17 de abril de 1975

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu carta dirigida à Administração da EPUL, 4 de janeiro de 1978

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida à Administração da EPUL, 11 de dezembro de 1981

ABCC, Macedo Cabral, José (Diretor dos Serviços de Produção da EPUL), carta dirigida a Bartolomeu Costa Cabral, 17 de novembro de 1982

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida à Administração da EPUL, 20 de setembro de 1983

ABCC, Costa Cabral, Bartolomeu, carta dirigida à Administração da EPUL, 3 de janeiro de 1985

Publicações Periódicas

LAMAS, José. Renovação Urbana do Martim Moniz. **Revista Arquitectura**. Lisboa: n.146, p.26, mai 1982.

LOPES, Filipe. O que é a EPUL?. **Revista Arquitectura**. Lisboa: n.130, pp.9-10, mai 1974

Publicações Não Periódicas

BAÍA, PEDRO E PROVIDÊNCIA, PAULO. **Bartolomeu Costa Cabral, 18 Obras**. Porto: Circo de Ideias, 2016

Publicação Online

GÉSERO, Paula. **Configuração da Paisagem Urbana pelos Grupos Imigrantes – O Martim Moniz na Migrantscape de Lisboa**. Lisboa: Alto-Comissariado para as Migrações, A.C.M. I.P., 2014. Disponível em: <<https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/Tese43.pdf/6dc13b13-ff87-4014-8549-aafa4a563e7d>> Acesso em: 27 fev. 2019

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma **online** a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submissão: 11/03/2019

Aceite: 15/10/2019

ANA CRISTINA CSEPCSÉNYI E ROSINA TREVISAN MARTINS RIBEIRO

A coerência teórica e a prática da intervenção no patrimônio arquitetônico nacional: o caso da Praça do Trem no Rio de Janeiro

The theoretical coherence and the practice of intervention in the national architectural heritage: the case study of Praça do Trem in Rio de Janeiro

Ana Cristina Csepcsényi

Arquiteta, atua no segmento de gestão e desenvolvimento de Projetos de Intervenção no patrimônio cultural. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre em Arquitetura pelo PROARQ/FAU/UFRJ em 2006 e Bacharela em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2002.

Architect, works in the management and development of Interventional Projects in cultural heritage. DSc. by the Graduate Program in Architecture (PROARQ), Faculty of Architecture and Urbanism (FAU), Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ); Master's degree in Architecture from PROARQ/FAU/UFRJ in 2006 and Bachelor in Architecture and Urbanism from Universidade Federal Fluminense (UFF) in 2002.

anacsep@gmail.com

Rosina Trevisan Martins Ribeiro

Professora Titular aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - FAU/UFRJ. Arquiteta. Mestre em Arquitetura pelo PROARQ - Programa de Pós-graduação em Arquitetura da UFRJ (1994) e doutora em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ (2000). Trabalhou no IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Coordenadora adjunto de Ensino do PROARQ por 20 anos. Coordenadora do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio do PROARQ/FAU/UFRJ (2013-2017). Atualmente Professora do quadro Permanente do PROARQ e do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio. Desenvolve os projetos de pesquisa: "Preservação e restauração do patrimônio edificado" e "Estudo das Técnicas Construtivas históricas".

Retired Full Professor at the Faculty of Architecture and Urbanism at the Federal University of Rio de Janeiro - FAU/UFRJ. Architect. Master's degree in Architecture from PROARQ - Graduate Program in Architecture at UFRJ (1994) and DSc. in Production Engineering from COPPE/UFRJ (2000). He worked at IPHAN - National Historical and Artistic Heritage Institute. Deputy Teaching Coordinator of PROARQ for 20 years. Coordinator of the Master of Professional Studies in Project and Heritage of PROARQ/FAU/UFRJ (2013-2017). Currently Professor of the Permanent staff of PROARQ and of the Professional Master Studies in Project and Heritage. Develops research projects: "Preservation and restoration of built heritage" and "Study of historical construction techniques".

rosinatrevisan@gmail.com

Resumo

A intervenção no patrimônio cultural deve orientar-se de modo profundo e coeso, no referencial teórico do campo disciplinar, de modo a resguardar o bem como referência para preservação. Todavia, a prática contemporânea de intervenção no patrimônio arquitetônico nacional, por vezes, apresenta ações que são inconsistentes quanto a esse referencial. O objetivo deste artigo é discutir a coerência dessa prática, em relação ao referencial teórico do campo disciplinar da restauração, a fim de correlacionar inconsistências com o comprometimento do bem como referência histórica para a preservação. Para isso, a intervenção no conjunto da Praça do Trem, remanescente dos mais importantes complexos do setor férreo da América Latina, localizado na cidade do Rio de Janeiro, é analisada quanto aos postulados teóricos comuns na prática nacional e também em relação às correntes teóricas contemporâneas do restauro. Com base nestes critérios, observa-se que a intervenção projetada e a executada apresentaram distanciamentos teóricos devido ao fracionamento e à desarticulação dos projetos e o emprego de mão de obra não especializada, implicando a carência de sensibilização quanto ao bem e ao seu entorno, a desvalorização do Projeto de Intervenção e, ainda, o desconhecimento técnico a respeito do referencial teórico da intervenção. Em face disso, considera-se que a intervenção incoerente, em relação à teoria, coloca em risco a condição do bem como referência histórica para a preservação. A contribuição dessa reflexão é ressaltar que a prática nacional de recriações “evidentes” e reproduções “indulgentes” aponta para incoerências no processo de intervenção, cujas origens estão na desvalorização da preexistência.

Palavras-chave: Restauração. Intervenção. Patrimônio arquitetônico. Teoria. Praça do Trem.

Abstract

Intervention in cultural heritage must be guided deeply and cohesively, in the theoretical framework of the disciplinary field, in order to safeguard the property as a reference for preservation. However, the contemporary practice of intervention in the national architectural heritage, sometimes presents actions that are inconsistent concerning this framework. The purpose of this article is to discuss the coherence of this practice, in relation to the theoretical framework of the disciplinary field of restoration, in order to relate inconsistencies with the compromise of the property as a historical reference for preservation. For this, the intervention in the set of Praça do Trem, remnant of the most important complexes of the iron sector in Latin America, located in the city of Rio de Janeiro, is analyzed about the common theoretical postulates in national practice and also in relation to contemporary theoretical currents restoration. Based on these criteria, the projected and implemented interventions show theoretical distances due to the fractionation and disarticulation of projects and the use of unskilled labor, implying a lack of awareness about the good and its surroundings, the devaluation of Intervention Project and, still, the technical lack of knowledge about the theoretical framework of the intervention. Because of this, it is considered that the incoherent intervention, concerning the theory, puts at risk the condition of the asset as a historical reference for preservation. The contribution of this reflection is to emphasize that the national practice of “evident” recreations and “indulgent” reproductions points to inconsistencies in the intervention process, whose origins are in the devaluation of pre-existence.

Keywords: Restoration. Intervention. Architectural heritage. Theory. Praça do Trem.

Introdução

A intervenção no patrimônio cultural deve orientar-se de modo coeso no referencial teórico do campo disciplinar, de modo a cumprir sua função primordial que é resguardar o bem para preservação. Todavia, a prática contemporânea de intervenção no patrimônio arquitetônico nacional, por vezes, apresenta ações que são incoerentes e inconsistentes em relação a esse referencial.

Em função disso, discute-se a coerência da intervenção, em relação ao referencial teórico do campo disciplinar da restauração, a fim de relacionar as inconsistências observadas na prática nacional com o comprometimento do bem como referência histórica para a preservação.

Isso é feito por meio do estudo de caso da intervenção executada em 2016 no conjunto da Praça do Trem, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. A Praça é hoje composta pelo antigo prédio administrativo e por mais dois galpões, remanescentes das Oficinas do Engenho de Dentro inauguradas em 1871. Os bens integravam um dos mais importantes complexos do setor férreo da América Latina.

Para a análise, são observados os dados da intervenção projetada e executada, de modo a identificar possíveis pontos de distanciamento teórico nessas etapas. Os critérios de análise são as premissas teóricas identificadas por meio de revisão bibliográfica como recorrentes na prática nacional de intervenção no patrimônio, os postulados da Carta de Veneza (1964) e do “Restauro Crítico” de Brandi (2004). Esses últimos são elencados e identificados por Giovanni Carbonara (1998, p. 16) de forma mais objetiva como “tópicos operacionais”, que são as premissas da “reversibilidade”, da “mínima intervenção”, da “distinguilidade” e da “compatibilidade entre os materiais”, além da autenticidade. Beatriz Kühn (2006) também lhes acrescenta os “tópicos” identificados como “documentação e metodologia científica”; “ruptura harmoniosa entre passado e presente”; e “uso como um meio de preservação”. Outrossim, a intervenção ainda é correlacionada com as correntes teóricas contemporâneas do restauro, de modo a se observar se há um alinhamento teórico em relação a estas que pudesse justificar as posturas assumidas e evidenciar a coesão de propostas.

A contribuição desta reflexão é ressaltar que a prática nacional de recriações evidentes e reproduções indulgentes ou distinguíveis aponta para incoerências no processo de intervenção cujas origens estão na desvalorização da preexistência.

A teoria na prática da intervenção nacional

Beatriz Kühn (2008) afirma que no Brasil as intervenções contemporâneas no patrimônio arquitetônico frequentemente citam Cesare Brandi (2004) e a Carta de Veneza (1964) como referencial teórico do campo disciplinar para justificar suas ações. Entretanto, segundo a autora, ao se analisar essas intervenções, observa-se “[...] uma ignorância completa desses escritos, ou uma leitura pouco profunda [...]” (KÜHL, 2008, p. 113). Isso ocorre em detrimento da reflexão acadêmica que existe no país sobre a preservação no campo da historiografia, da sociologia e da antropologia, entre outras. Tal conjuntura é uma evidência do distanciamento da prática da intervenção, em relação aos princípios teóricos de restauração que deveriam regê-la.

Kühn (2008) identifica inconsistências teóricas recorrentes na prática da intervenção no patrimônio arquitetônico nacional, sendo elas: o fachadismo, a demolição, o uso do bem como a finalidade da intervenção e o tratamento das superfícies com o foco no novo. Por sua vez, a distinguibilidade é o tópico operacional brandiano comumente

empregado como uma justificativa teórica superficial e pontual, para amparar essas ações. Com efeito, no âmbito das instâncias histórica e estética e, ainda conforme seus tópicos operacionais, a adição do novo distinguível e o refazimento para reintegração de lacunas são coerentes. Contudo, o rejuvenescimento das superfícies, o uso como finalidade da intervenção e o fachadismo que incorre em demolições de elementos de composição do bem não são.

No âmbito das principais correntes teóricas contemporâneas derivadas do “Restauro Crítico”, são observadas premissas que, em parte, podem justificar algumas dessas inconsistências. Por exemplo, aquelas da “Manutenção-restauração”, defendidas por Paolo Marconi (1993), que reconhecem superfícies de sacrifício, desvalorizando sinais de degradação, refazendo argamassas e pinturas, reintegrando lacunas e reproduzindo partes, podem ser relacionadas ao aspecto novo conferido às fachadas das edificações na prática nacional. Por sua vez, as premissas dessa corrente teórica que aceitam a remoção de adições podem ser associadas às ações de demolição. Contudo, vale destacar que as adições na prática nacional podem ser enfaticamente distinguíveis, inclusive empregando materiais de alto impacto na imagem do bem. O oposto do uso dos materiais tradicionais para uma distinguibilidade moderada, adotada por Marconi (1993).

Por outro lado, tais inconsistências são contrárias às premissas do “Restauro Crítico-conservativo”, defendidas por Carbonara (1998, 2006, 2012), que têm por base o caráter documental das várias estratificações do bem na composição de sua imagem, assim rivalizando com as citadas demolições. Também o oposto das premissas da “Conservação Integral”, assumidas por Marco Dezzi Bardesch (In: Lacomoni, 2013), que valorizam o mesmo caráter documental do bem e se estruturam na manutenção dos sinais de degradação da edificação, descartando a reintegração de lacunas e a reprodução; assim, elas rivalizam com o aspecto novo conferido às superfícies na prática nacional.

Não obstante, entende-se que não existem evidências sólidas de um alinhamento com a corrente “Manutenção-Restauração”, no exercício técnico profissional da intervenção no patrimônio arquitetônico nacional. Sobretudo, porque desse modo a prática deveria testemunhar um amplo aprofundamento teórico. Todavia, com base nas premissas dessa corrente teórica contemporânea, que encontram similaridade com as citadas práticas em âmbito nacional identificadas por Kühn (2008) e por outras autoras como Natália Vieira-de-Araújo (2017), Claudia Cunha (2010) e Patrícia Nahas (2015), se reconhece certo privilégio da fruição da imagem na intervenção, em detrimento do documento histórico. Tal circunstância está possivelmente mais relacionada com o valor de novidade de Alois Riegl (2014), o qual é conferido pelas massas.

Por sua vez, o emprego da distinguibilidade para justificar o novo, além de ser uma oportunidade de acrescentar a marca do arquiteto, também é um tópico da teoria que, em uma abordagem superficial, é mais facilmente assimilado e, por isso, ganha notoriedade.

Cabe ainda salientar que algumas dessas inconsistências teóricas não são exclusivas da prática nacional. Claudio Varagnoli (2007) também identifica no exercício da intervenção na Itália o apelo do novo relacionado à distinguibilidade. “Uma relação ambígua é estabelecida entre o antigo e o novo. A preexistência é usada e, muitas vezes, fortemente manipulada apenas para transmitir o novo projeto dentro de um contexto antigo, [...]” (VARAGNOLI, 2007, p. 837, tradução nossa).

Para o autor, a arquitetura feita “por contraste” é praticada por arquitetos que “não fazem restauro próprio do campo específico da ação”. Eles fazem uma arquitetura de autorreferência que rejeita o “restauro dos especialistas”, criticado por apresentar “resultados decepcionantes em termos de qualidade arquitetônica”. Essa postura traduz de forma incisiva o que Varagnoli chama de “espírito dos tempos”. Um momento no qual o patrimônio arquitetônico ou é predominantemente criação, e a preexistência é só suporte, ou é predominantemente rigor teórico, e a preexistência é morta e estática. (VARAGNOLI, 2007, p. 835-837, tradução nossa).

Da mesma forma, Carbonara (2006, p. 8) afirma que as divergências no campo teórico contemporâneo da intervenção no patrimônio são, de modo geral, da ordem das “recriações modernizadoras e fantasiosas” e das reproduções tal e qual ou simplificadas. Ou seja, das recriações evidentes e das reproduções indulgentes ou distinguíveis.

A intervenção na Praça do Trem

A Praça do Trem, hoje denominada Praça Carlos Alberto Torres, fica localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Um conjunto composto pelo Prédio 2 e pelos Galpões 3 e 4. Edificações remanescentes das Oficinas do Engenho de Dentro, constituídas originalmente por diversas construções. Seu tombamento foi deferido no Decreto nº 14.741, justificado pela “[...] importância histórica das estações ferroviárias, ramal do Rio de Janeiro, na memória urbana de nossa Cidade.”

Art. 2º Estão incluídos no tombamento dos referidos imóveis os elementos arquitetônicos e decorativos característicos da tipologia estilística original, tais como: volumetria, cobertura, revestimentos, serralherias, esquadrias, colunas, ornatos, relógios, etc. (RIO DE JANEIRO..., 1996).

Vale enfatizar que esse tombamento foi parcialmente revogado pelo Decreto nº 24.029 de 2004, permitindo a demolição de alguns dos galpões que então compunham o conjunto. Sob a justificativa da ausência de “valor arquitetônico e cultural” e pela “necessária revitalização da área” que incluía a construção do Estádio Olímpico Nilton Santos, antes João Havelange, mais conhecido como “Engenhão”, um “equipamento imprescindível” à realização dos futuros eventos esportivos na cidade. (RIO DE JANEIRO..., 2004).

As propostas

O Prédio 2 foi construído em 1871 para abrigar a administração das oficinas. Uma construção longilínea, em sua maior parte térrea, tendo dois pavimentos no segmento central. Em 1905, após a ocorrência de um incêndio, o pavimento superior foi ampliado com o prolongamento dos dois segmentos divididos pelo corpo central da edificação. A proposta das fachadas foi mantida, embora tenham sido acrescentados ornamentos em argamassa. O coroamento do corpo central, por sua vez, foi modificado. O amplo vão, no segmento central da edificação, destinado ao acesso das pessoas ao complexo, foi preservado. [1]

FIGURA 1 – Fachada frontal após acréscimo no pavimento superior

Fonte: ARQUIVO NACIONAL (1933).

<https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/36885630246>



Um acréscimo posterior, sem data identificada, foi feito em uma das laterais do segundo pavimento, ampliando-o até o limite do pavimento térreo. A cobertura desta ampliação se apoiou na cimalha da fachada lateral, modificando vãos e seccionando vergas e ornatos.

Já no final da década de 1990, as oficinas se encontravam sem uso e em processo de arruinação. A edificação já havia perdido a totalidade da cobertura; a estrutura e o assoalho do segundo pavimento; a escada em madeira e os “boiseries” junto a esta. Também podiam ser verificados danos às argamassas das fachadas, modificações espúrias de vãos e a perda da maioria das esquadrias que também eram executadas em madeira. Ainda existiam no prédio pinturas artísticas e pavimentos em ladrilho hidráulico. [2 e 3]



FIGURA 2 – Fachada em arruinação.

Fonte: VELATURA (2014)



FIGURA 3 – Interior do prédio sem cobertura e sem o pavimento superior.

Fonte: VELATURA (2014)

Em 2014, a empresa Mascarenhas Barbosa Roscoe, responsável pelos serviços de urbanização e revitalização em curso no bairro, contratou o escritório Velatura Restaurações para o desenvolvimento de Projeto de Intervenção para a edificação. Seu escopo contemplava as fases de estudo preliminar, anteprojeto e projeto executivo, incluindo os projetos complementares, mas excluindo o entorno imediato do bem e os projetos pertinentes à Nave do Conhecimento (espaço para democratização da informática) e ao Museu Cidade Olímpica, ambos a serem instalados em ambientes da edificação, conforme demandas da prefeitura.

A diretriz de intervenção citada no projeto foi o restabelecimento da integridade do bem e da unidade do conjunto. A proposta previa a demolição do acréscimo lateral; a construção de lajes com estrutura metálica no pavimento e nos segmentos colaterais térreos (antes cobertos com telheiro/platibanda), de modo a instalar equipamentos de ar condicionado; a construção de cobertura com estrutura metálica e telhas francesas, incluindo proposta de nova claraboia (para ventilação natural) do hall a ser locado no eixo central do edifício; a construção de circulação vertical composta por elevador e escada metálica, no citado hall; e a construção de conjuntos de novas áreas molhadas nas extremidades laterais da edificação e de circulação vertical de apoio. Além disso, constava a execução de novos pisos no térreo, em ladrilho hidráulico liso, e do piso do pavimento superior, em madeira. Também foram especificados os serviços de restauro das alvenarias internas, dos testemunhos das pinturas artísticas nestas e dos pisos em ladrilhos hidráulicos remanescentes. Estava previsto também o restauro das fachadas, incluindo o resgate dos vãos de esquadrias descaracterizados, promovendo o rejuvenescimento das superfícies, inclusive com uma proposta cromática vibrante justificada em prospecções. Essas medidas somavam-se ainda à execução de novas esquadrias em alumínio anodizado maximar, reproduzindo o fracionamento das peças anteriores, em substituição tanto às esquadrias perdidas, quanto às poucas remanescentes ainda passíveis de restauração. Isso justificado pela exiguidade de tempo e verba para sua restauração.

Ainda em 2014, a empresa Ópera Prima Arquitetura e Restauro foi contratada pela Mascarenhas para a execução das obras na edificação. Todavia, o serviço foi descontratado antes de seu término, tendo sido desenvolvidos por esta empresa o restauro das fachadas (sem a colocação das esquadrias), a estrutura do piso do pavimento superior e do elevador e a estrutura da cobertura. [4]

FIGURA 4 – Fachada após intervenção.

Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro (2016).



Com o descontrato da Ópera Prima, a própria Mascarenhas assumiu em 2015 a continuidade dos serviços. Cabe enfatizar que esta empresa não desenvolvia atividades no setor de patrimônio. Os serviços executados foram a construção das novas circulações verticais; as ações necessárias à instalação da Nave do Conhecimento e do Museu; a colocação das esquadrias das fachadas e os serviços de instalações prediais e de ar condicionado, inclusive executado no hall central onde não foi projetada climatização e com emprego de sistema diverso do projetado para o restante da edificação. Somente um dos conjuntos de áreas molhadas projetadas foi executado e foram substituídos materiais e equipamentos hidrossanitários especificados por outros de menor qualidade. As esquadrias internas foram executadas com desenho diferente do projetado e com material também de qualidade inferior, assim como vãos foram parcial ou totalmente vedados. Os revestimentos dos pisos dos dois pavimentos foram executados com materiais de baixa qualidade, diferentes dos especificados, assim como foi feito com os forros e com a cobertura, que foi executada com telhas metálicas. Não foram restauradas as “janelas de observação” das pinturas artísticas e os pisos em ladrilho hidráulico. [5 a 8]

FIGURA 5 – Hall no térreo.

Fonte: Acervo dos Autores



FIGURA 6 – Hall no pavimento superior.

Fonte: Acervo dos Autores

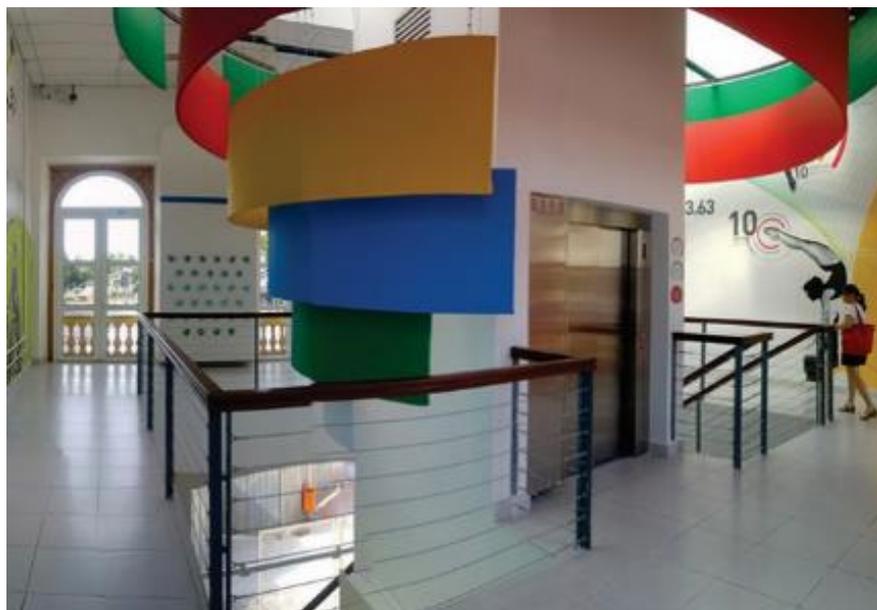


FIGURA 7 – Nave do Conhecimento.

Fonte: Acervo dos Autores



FIGURA 8 – Museu Cidade Olímpica.

Fonte: Acervo dos Autores



As outras duas edificações do conjunto, os Galpões 3 e 4, foram destinadas propriamente às oficinas de trens. Estes possuíam estrutura metálica, cobertura com duas águas e lanternins com telhas francesas. As fachadas existiam somente nos segmentos frontais e posteriores. A fachada frontal do Galpão 3 foi construída com uma proposta distinta das demais: foram empregados tijolos maciços e estrutura metálica, com vãos em arco abatido, arquitrave reticulado fechado em vidro e adornada com elementos argamassados. As outras fachadas foram executadas com estrutura metálica reticulada e placas de argamassa sustentadas por tela deployer até a cumeeira, vãos em arco abatido, arquitrave com relevos em argamassa e a típica esquadria em arco pleno fracionada da arquitetura industrial. Por sua vez, a fachada posterior do Galpão 3 também diferia, em parte, das outras duas do Galpão 4.

Antes da intervenção, os galpões também se encontravam em processo de arruinamento, com vãos emparedados, esquadrias e vidros perdidos, esquadrias espúrias, argamassas e estruturas degradadas.

A empresa que desenvolveu o Projeto de Intervenção para os Galpões foi a mesma que elaborou o projeto para o Prédio 2. Seu escopo abarcava o projeto executivo para as fachadas e o projeto complementar de restauro das estruturas, excluindo o projeto para o entorno imediato das edificações.

A intervenção projetada previa o restauro da fachada frontal do Galpão 3, rejuvenescendo as superfícies, assim como para o Prédio 2, e a reconstrução do fechamento perdido da arquitrave. Para as demais fachadas, a proposta era a demolição, em função do avançado estado de degradação da estrutura de suporte e da tela (conforme laudo), seguida da reconstrução completa “tal e qual”. Cabe destacar que o projeto citava como diretriz de intervenção a manutenção da unidade do conjunto, que é a mesma definida para o Prédio 2.

As obras relativas às fachadas também foram contratadas à empresa Ópera Prima e, do mesmo modo, foram interrompidas, cabendo a esta somente a obra de restauro da fachada frontal do galpão 3, que foi desenvolvida conforme as especificações do Projeto de Intervenção. [9]

FIGURA 9 – Fachada frontal do Galpão 3.

Fonte: Acervo dos Autores



Da mesma maneira que ocorreu com o Prédio 2, a empresa Mascarenhas assumiu a continuidade dos serviços das fachadas e das demais obras que já eram seu escopo inicial (ações civis de maior porte relativas às estruturas e coberturas). Por sua vez, a reconstrução das fachadas foi executada de forma sumariamente simplificada, contrariando o projeto. [10]

FIGURA 10 – Fachadas posteriores dos galpões 3 e 4.

Fonte: Acervo dos Autores



Também foi executado o tratamento do entorno imediato das edificações históricas, conforme as ações de infraestrutura urbana que estavam em curso na região.

A coerência teórica

Ao analisar a coerência da intervenção praticada no conjunto da Praça do Trem, verifica-se que esta, ocorrendo em meio às obras de revitalização urbana do bairro, foi direcionada primordialmente pela centralidade imposta pelo estádio do “Engenhão” a toda região. Neste ponto, vale ressaltar que a construção do estádio em 2007, ocupando grande parte de um terreno da antiga rede ferroviária federal, onde havia dois conjuntos de patrimônios tombados – o da Praça do Trem (sem uso e em processo de arruinamento) e o Museu do Trem (ativo) –, foi uma obra de grande impacto sobre esses bens e seu entorno, e isso merece uma discussão à parte.

Todavia, a presente reflexão trata da intervenção na Praça do Trem, anos depois, quando o estádio já estava consolidado. Sobre isso, pode-se ponderar que a orientação da intervenção na Praça foi semelhante à que permitiu parte do destombamento para a construção da arena. A centralidade do estádio desmantelou a leitura da conformação do antigo complexo ferroviário e a intervenção na Praça do Trem reforçou essa nova ambiência, que não é da preexistência. A urbanização projetada pela prefeitura não conferiu à Praça um tratamento que reforçasse os laços entre esses edifícios ou informasse o uso original. (Haja vista que o Projeto de Intervenção teve muito pouca ingerência nesse sentido, já que seu escopo ficou praticamente restrito às fachadas e ao hall do Prédio 2 e a uma das fachadas dos Galpões.)

O “desprestígio” do espaço envolvente da arquitetura histórica redundou na sensação de que os prédios “flutuam” num vazio que poderia ser qualquer lugar. Por exemplo, não foi proposta nenhuma paginação de piso que remetesse aos trilhos de trem que existiam entre os Galpões e entre estes e o Prédio 2; nem aos trilhos transversais dentro dos galpões, onde as locomotivas dos trens eram reparadas. Esse elemento, tão característico do patrimônio industrial ferroviário, foi ignorado na urbanização do entorno imediato dos bens, sendo empregada uma paginação abstrata que não traduz fluxos antigos ou faz alusão a novos fluxos. [11]

FIGURA 11 – Praça do Trem e estádio do “Engenhão”.

Fonte: Secretaria Municipal de Obras / divulgação. Disponível em: encurtador.com.br/kzBW5. Acesso em: 19 dez. 2019.



No que se refere particularmente às edificações, entende-se que o Projeto de Intervenção para o Prédio 2 foi, de maneira geral, orientado pelo postulado teórico do bem como documento, respeitando sua matéria original, ainda que não tenha proposto o restauro de testemunhos das esquadrias remanescentes. Isso seria uma estratégia mais adequada, tendo em vista a impossibilidade de se restaurar a totalidade delas, pela exiguidade de verbas e tempo. Vale ainda salientar que o projeto não indicou a reconstrução das coberturas perdidas dos segmentos colaterais térreos, substituindo-as por terraços para os equipamentos de ar condicionado; todavia, isso não impactou na leitura do bem e na sua imagem. Sendo assim, tal ação atentou ao postulado que afirma que os acréscimos devem respeitar a preexistência em todas as suas características. Ademais, o citado acréscimo sobre um desses segmentos laterais que o projeto demoliu era “espúrio”.

Em contrapartida, o projeto deslocou a principal circulação vertical para o eixo central da edificação, onde era feito o acesso ao interior do antigo complexo. Mesmo mantendo as demais características remanescentes do ambiente, como a pavimentação, vãos e esquadrias, de modo a ainda possibilitar a leitura, tal mudança é impactante. Contudo, respeitou o postulado que afirma que o acréscimo deve ter a marca de seu tempo. A despeito disso, vale ressaltar que o destaque ao novo da proposta para o hall no corpo central da edificação se enquadra menos no que seria uma incoerência teórica e mais no que seria uma opção pela “arquitetura de autorreferência”. Uma recriação evidente, em parte semelhante ao rejuvenescimento das superfícies, pois é afeita ao valor de novidade de atração para as massas.

A intervenção projetada foi ainda atenta aos tópicos operacionais teóricos, principalmente da documentação e da metodologia científica; da compatibilidade entre os materiais e da distinguibilidade. Quanto a essa última, observa-se que a ruptura entre o passado e o presente foi harmoniosa, à exceção dos tons vibrantes adotados nas fachadas.

Diante disso, a intervenção projetada é considerada, de maneira geral, coerente, mesmo que haja distanciamentos teóricos que são típicos das concessões que costumam ocorrer na prática, por consequência dos altos custos e prazos de execução prolongados, como são os que envolvem o restauro de esquadrias.

Quanto à execução da obra no Prédio 2, excetuando-se o restauro das fachadas, as ações não seguiram as definições projetadas. Elas empregaram materiais, técnicas e equipamentos de qualidade inferior aos especificados, deixaram de executar obras civis e também parte dos serviços de conservação/restauração projetados para o interior da edificação, aproximando-se de um fachadismo, sobretudo no que se refere ao espaço do Museu, onde o prédio foi tratado como um invólucro, desligado das características morfológicas da edificação histórica e de sua relação com o exterior. Neste caso, o uso prevaleceu sobre a preexistência, ao contrário da proposta para a Nave do Conhecimento, cujo uso foi mais adequado à edificação, pois não preteriu a leitura espacial do interior do bem e do entorno. Portanto, a obra ignorou postulados como a preservação da edificação como documento, à medida que desrespeitou a matéria original.

No que concerne aos tópicos operacionais que balizaram essas ações, avalia-se que a distinguibilidade foi acentuadamente empregada, promovendo uma enfática ruptura entre o passado e o presente. Isso é observado pela modificação da proposta de acabamentos projetada que empregava materiais novos, todavia compatíveis e moderadamente distinguíveis, como o ladrilho hidráulico liso e a madeira, e mesmo as propostas para as esquadrias internas. Sendo assim, essa parte da intervenção executada é considerada incoerente.

No caso dos Galpões, avalia-se que a proposta do projeto que reconstruía "tal e qual" três das quatro fachadas pode ser vista como uma orientação pelo postulado da preservação da "história" dos bens, feita essencialmente com a conservação da ambiência do conjunto, por meio da preservação de suas características estéticas, o que, inclusive, fortalece o diálogo entre os Galpões e o Prédio 2. Isso em contraposição aos postulados da preservação da matéria original, de não falsificar e não reconstruir, assim como em oposição ao tópico operacional da mínima intervenção. Contudo, empregaram-se fortemente outros tópicos operacionais, os relativos à documentação e à metodologia científica, além da compatibilidade entre os materiais, verificados por meio da profusão e profundidade dos registros necessários à reconstrução dessas fachadas.

Por sua vez, avalia-se que a intervenção executada nos Galpões, que reconstruiu as fachadas simplificando-as, foi orientada pelo postulado que prevê não falsificar, sendo o tópico operacional da distinguibilidade empregado como premissa. Vale acrescentar que tal condução é conveniente à exiguidade de tempo e custos a que a iniciativa foi previda.

Com efeito, a opção pela simplificação dessas fachadas reconstruídas é, em parte, coerente. Todavia, a acentuada simplificação implicou o total despojamento de uma das características mais marcantes desta tipologia de edificação. Isso, somado ao tratamento conferido ao entorno dos bens, dificultou até mesmo a percepção da antiguidade dessas edificações. Esse fato é bastante evidente nas fachadas posteriores dos galpões, que parecem construções industriais contemporâneas, sem qualquer relação com o Prédio 2. A preservação da ambiência dos bens foi prejudicada, pois o patrimônio não é compreendido isoladamente.

Uma opção à simplificação extrema seria a adoção da distinguibilidade harmoniosa, empregando reproduções moderadamente reconhecíveis, estratégias de simplificação dos relevos e ornatos, marcações com sulcos ou diferenças de texturas de argamassas, etc. Aparatos sutis que possibilitam ao olhar atento o reconhecimento e a experimentação dessa arquitetura histórica com maior profundidade, além de manter características comuns a essas edificações, associando-as.

Sendo assim, entende-se que tanto a proposta projetada para os Galpões quanto a executada são parcialmente coerentes. As duas extrapolam premissas teóricas do Restauro Crítico consagradas e se encontram no âmbito da prática nacional entre as reproduções "indulgentes" (indistinguíveis), tais como as projetadas, e as reproduções distinguíveis (sem a harmoniosa distinguibilidade), tais como as executadas.

Com efeito, tanto a intervenção projetada quanto a executada no conjunto da Praça do Trem não são assertivas em relação aos princípios orientadores do campo disciplinar da restauração. Nesse contexto, vale ainda correlacioná-las com as correntes teóricas contemporâneas, de modo a verificar se há um alinhamento teórico em relação a estas que possa justificar tais condutas e evidenciar uma coesão de propostas.

No caso do Prédio 2, o Projeto de Intervenção seria mais consonante com a corrente do "Restauro Crítico-Conservativo", no qual a matéria e a imagem são associadas, pode-se admitir superfícies de sacrifício, reintegrações de lacunas e condicionar-se o novo a ser respeitoso. Além da remoção pontual da adição, que não é a recorrente repristinção da prática nacional, uma vez que o acréscimo demolido era espúrio. Nesse caso, embora a imagem do bem tenha se beneficiado com a ação, o documento não é preterido com a demolição. Por outro lado, pode-se dizer que a intervenção executada é mais alinhada com a corrente da "Manutenção-restauração", sobretudo por conta do privilégio da imagem observado no Museu, que encontra similaridade com práticas recorrentes nas intervenções nacionais.

A intervenção projetada para os Galpões também seria mais próxima da corrente da “Manutenção-restauração”, pois emprega principalmente a reprodução de elementos não distinguíveis e a repriminção (aqui, não justificada pela legibilidade, mas pela ambiência). Ao contrário da intervenção executada, que é acentuadamente distinguível, sendo esse tópico operacional tomado como premissa e passível de extrapolar correlações com as correntes teóricas contemporâneas.

Isso ratifica a percepção da carência de coesão das propostas entre as edificações. Não obstante, não se pode afirmar que a intervenção projetada para o Prédio 2 foi superficial ou que havia carência de conhecimentos técnicos aprofundados quanto à teoria da restauração, como ocorre com frequência na prática nacional. Entretanto, corrobora-se o entendimento de que havia certa desarticulação entre o cerne das propostas projetadas para o Prédio 2 e para os Galpões, embora capaz de ser justificada pela preservação da ambiência, no escopo que cabia ao Projeto de Intervenção.

Por sua vez, a intervenção executada apresentou diversos distanciamentos teóricos, cujas causas podem ser identificadas como o fracionamento e a desarticulação dos projetos, além do emprego de mão de obra não especializada, implicando a carência de sensibilização quanto ao bem e ao seu entorno, a desvalorização do Projeto de Intervenção e, ainda, o desconhecimento técnico a respeito do referencial teórico da intervenção. O resultado disso foi uma obra executada mais alinhada pelo rápido e pelo barato, e menos pela articulação entre os pressupostos teóricos que deveriam orientá-la. Por conseguinte, uma intervenção que não prioriza a preexistência.

Considerações Finais

A intervenção no conjunto da Praça do Trem, de modo geral, se estrutura na composição de uma nova centralidade que minimiza a historicidade e a significação do patrimônio arquitetônico. Ela não é predominantemente “recriação”; contudo, ainda assim, a relevância da preexistência é subvertida, à medida que se torna suporte para o novo. Ou seja, um exemplo da prática nacional de recriações evidentes que aponta para incoerências no processo de intervenção cujas origens estão na desvalorização da preexistência. Logo, considera-se que a intervenção na Praça do Trem confere potencial risco à sua condição como referência histórica para preservação.

Com efeito, a intervenção no patrimônio arquitetônico é promovida por diversas ações. A intervenção coerente e legítima, em relação às recomendações disciplinares da teoria, deve ser mobilizada por ações coesas e justificadas, de modo assertivo e profundo, no referencial teórico contextualizado à nossa realidade. Por certo, uma intervenção pode ter aspectos coerentes e incoerentes; todavia, isto ainda resultará numa intervenção inapropriada que fragiliza o patrimônio a ser resguardado para o futuro. A intervenção no patrimônio que é incoerente, quanto ao referencial teórico do campo disciplinar, desprivilegia a precedência da preexistência e, assim, coloca em risco sua condição como referência histórica.

Referências

- BRANDI, C. **Teoria da restauração**. 2. reimp. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. v. 5
- CARBONARA, G. Tendencias actuales de la Restauración en Italia. **Loggia, Arquitectura & Restauración**, n. 6, p. 12–23, 1998.

_____. Brandi e a restauração arquitetônica hoje. **Desígnio**, n. 6, p. 35–47, 2006.

Carta de Veneza. Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS, 2., 1964, Veneza. **Anais...Veneza: 1964.** Disponível em: <https://www.icomos.org/charters/venice_sp.pdf>

CUNHA, C. dos R. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan.** São Paulo: Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010.

KÜHL, B. M. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. **Revista CPC**, v. 1, n. 1, p. 16–40, 2006.

_____. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro.** 1. reimp. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

LACOMONI, A. **Saper credere in architettura: Cinquanta domande a Marco Dezzi Bardeschi.** Napoli: Clean Edizioni, 2013.

MARCONI, P. **Il restauro e l'architetto.** 2. ed. Venezia: Marsilio Editori, 1993.

NAHAS, P. V. **Antigo e novo nas intervenções em preexistências históricas: a experiência brasileira (1980-2010).** São Paulo: Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2015.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e sua origem.** r ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 14.741, de 22 de abril de 1996. Tomba definitivamente o bem que menciona e dá outras providências. **Lex:** 1996.

_____. Decreto no 24.029, de 16 de março de 2004. Estabelece critérios de proteção e conservação para os imóveis tombados localizados na quadra determinada pelas Ruas Arquias Cordeiro, das Oficinas, José dos Reis e Dr. Padilha, Antigas Oficinas do Engenho de Dentro. **Lex:** 2004.

VARAGNOLI, C. Antichi edifici, nuovi progetti. Realizzazione e posizioni teoriche dagli anni Novanta ad oggi. In: FERLENGA, A.; VASALLO, E.; SCHELLINO, F. (Org.). **Antico e Nuovo. Architetture e architettura.** Venecia: Il Poligrafo, 2007. v. 2p. 835–854.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. Ressonâncias teóricas entre pesquisadores brasileiros e as correntes contemporâneas do restauro na Itália: e a prática? In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO (ARQUIMEMÓRIA), 5., 2017, Salvador. **Anais...** Salvador: 2017

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submissão: 13/01/2020

Aceite: 08/04/2020

JULIANA CARVALHO CLEMENTE, FERNANDA ROCHA DE OLIVEIRA E NATÁLIA MIRANDA VIEIRA-DE-ARAÚJO

A proteção jurídica do patrimônio histórico e cultural no Brasil: o embate entre o público e o privado

The legal protection of cultural heritage in Brazil: conflicts between public and private interests

Juliana Carvalho Clemente

Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental e Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba. Professora Efetiva na Diretoria Acadêmica de Construção Civil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

DSc. in Architecture and Urbanism at the Federal University of Rio Grande do Norte, Master's degree in Urban and Environmental Engineering and Graduated in Architecture and Urbanism at the Federal University of Paraíba. Full Professor in the academic direction of Civil Construction of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte.

juliana.carvalho@ifrn.edu

Fernanda Rocha de Oliveira

Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo IPHAN (2015). Arquiteta e urbanista pela UFPB (2011). Professora de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário do Juazeiro do Norte - UNIJUAZEIRO e Consultora em Patrimônio Cultural.

Master's degree in Preservation of Cultural Heritage from IPHAN (2015). Architect and urban planner at the Federal University of Paraíba (2011). Professor of Architecture and Urbanism at the University Center of Juazeiro do Norte and Cultural Heritage Consultant.

fernanda-arq@hotmail.com

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2007) na área de concentração de Conservação Integrada e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2000). Pós-doutorado na Università di Roma La Sapienza (Ago 19-Jul 20). Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano-UFPE, além de colaboradora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN.

DSc. in Urban Development at University Federal of Pernambuco (2007) in the concentration area of Integrated Conservation, Master's degree in Architecture and Urbanism at University Federal of Bahia (2000). Post-doctorate at Università di Roma La Sapienza. Associate professor in the Architecture and Urbanism Department and at the Urban Development Post graduation Programme at UFPE. Collaborator at the Architecture and Urbanism Post graduation Programme at UFRN.

natalia.vieira@ufpe.br

Resumo

O artigo busca analisar o decreto de criação do Tombamento - o instrumento de preservação do patrimônio mais utilizado ao longo dos anos - sob as óticas das consequências jurídicas que ele gera aos proprietários de bens particulares e do conflito entre este e outro dispositivo constitucional: o direito de propriedade. Para tanto, será apresentado, inicialmente, um breve histórico dos impactos da Função Social da Propriedade e seus rebatimentos tanto do ponto de vista do Patrimônio, quanto de outras áreas do Direito. Em seguida, é feita uma discussão sobre o Instituto do Tombamento enquanto instrumento e enquanto representação do Estado. Por fim, são destacados os efeitos do tombamento nos diversos agentes sociais atrelados aos bens protegidos e a conseqüente geração de conflitos entre o individual e o coletivo.

Palavras-chave: Preservação do Patrimônio. Tombamento. Direito de Propriedade. Função Social da Propriedade.

Abstract

The listing of protected cultural heritage in Brazil was created in 1937 by a federal decree. This article aims to analyse said decree - the most frequently used instrument for heritage preservation - from the perspective of the legal consequences it has for the owners of private goods and the conflict with another constitutional device: the right of ownership. To achieve this goal, we will initially present a brief history of Social Role of Property's impacts, demonstrating how it affects Heritage and other areas of Law. After that, we will discuss Listing as an instrument and as a representation of the State. Finally, we will highlight the effects of Listing on several social agents linked to the protected goods and consequent creation of conflicts between individual and collective.

Keywords: Heritage preservation. Listing. Right of Ownership. Social Role of Property..

Introdução

As políticas de identificação, seleção e gestão de bens culturais rotulados como Patrimônio têm, historicamente, ligação com o campo do Direito, sobretudo no que tange à justificativa de intervenção estatal no direito de propriedade. Conforme aponta Oliveira (2016, p. 41-42) a criação da noção de Patrimônio Nacional na França inspirou países, como o Brasil, a regulamentarem legalmente a intervenção do Estado sobre os bens que representariam a uma (suposta) identidade nacional.

O grande marco da constituição no tocante ao do patrimônio brasileiro ocorreu em 1937, quando foram criados o órgão federal responsável pela identificação e proteção dos bens patrimoniais, o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e o seu principal instrumento de atuação: o tombamento (criado pelo Decreto-lei n. 25/1937).

Historicamente, esse instrumento foi tão amplamente empregado que acabou sendo compreendido como sinônimo de preservação. Contudo, ainda são geradas interpretações conflitantes acerca dele: quanto aos seus efeitos jurídicos (nos bens protegidos e seu entorno); quanto à sua representação do Estado; e, principalmente, quanto ao conflito que gera em relação ao direito de propriedade. Isso porque o Direito de Propriedade (interesse privado), antes garantido em sua plenitude foi, gradativamente, sendo limitado constitucionalmente de modo que o exercício da propriedade só pudesse ocorrer se compatível com os interesses coletivos (interesse público). Por outro lado, a real implementação da Função Social da Propriedade, segue se constituindo um desafio na gestão das cidades brasileiras.

Assim, o presente artigo busca analisar o decreto de criação do Tombamento sob a ótica das consequências jurídicas que ele gera aos proprietários de bens particulares e sob a ótica do conflito entre dois dispositivos constitucionais: o direito de propriedade – que constitui cláusula pétrea – e a limitação a esse direito que decorre do tombamento. Considerando o rebatimento jurídico que as mudanças de valores experimentadas pela sociedade trazem, o debate aqui proposto possui relevância por tentar elucidar ruídos gerados, historicamente, na relação entre direito e patrimônio, que ainda reverberam nos dias atuais.

Como ponto de partida, convém ressaltar fatos importantes relacionados a um conceito que permeia tanto ações do ponto de vista do Patrimônio quanto de outras áreas do Direito: a função social da propriedade.

Direito e Patrimônio: breve histórico dos impactos da Função Social da Propriedade

Como ponto de partida, convém ressaltar fatos importantes relacionados a um conceito que permeia tanto ações do ponto de vista do Patrimônio quanto de outras áreas do Direito: a função social da propriedade.

A Função Social da Propriedade é um conceito (ou princípio) que, sem dúvidas, teve grande influência, tanto na formação e desenvolvimento do campo do Patrimônio, quanto nas transformações de diversas áreas do Direito. Traçando um breve histórico sobre o tema, é importante começar pela Constituição de 1824. Nesse documento o direito de propriedade era garantido em toda sua plenitude, embora admitindo indenização em casos de o Poder Público exigir o uso e o emprego da propriedade.

A proclamação da primeira Constituição Republicana (1891-1930), de cunho liberal, não apresentou mudanças significativas em relação ao direito de propriedade anterior, uma vez que, até 1934, o conceito do direito de propriedade era estabelecido unicamente pelo

Código Civil de 1916, quando eram colocados vários obstáculos à intervenção do Poder Público em áreas de propriedade privada. Ou seja, o direito de propriedade ainda é visto de forma individualista e a propriedade ainda é tratada apenas como valor de troca.

Contudo, sabe-se que o conceito de propriedade sofreu alterações conceituais ao longo da história. O conceito absolutista foi substituído pela concepção de propriedade formulada na Revolução Francesa, que abarca uma função social, sendo uma das maiores tendências do direito constitucional no mundo ocidental (PEDROSO, 2002).

Seguindo essa tendência, as primeiras mudanças sobre o tema no Brasil começam a partir da segunda Carta Magna do período republicano (1934-1937), que foi a primeira materialização do conceito de função social da propriedade (FÊRES, 2002; MACHADO, 2000) e trouxe muitas inovações na área do direito de propriedade. Embora o que hoje se conhece como Função Social da Propriedade ainda não figure com essa nomenclatura no documento, observa-se, portanto, que sua essência já é aplicada quando limita o exercício da propriedade: esse não poderia ser praticado de forma incompatível com o interesse coletivo.

Esse entendimento jurídico de que o Estado poderia intervir no direito de propriedade possibilitou, paralelamente, a consolidação do campo do Patrimônio. Algumas ações já vinham ocorrendo nas primeiras décadas do século XX: a preocupação com a evasão das obras de arte do país desde a década de 1910; a elaboração de projetos de lei sobre o tema desde 1920; em 1933, a criação da primeira lei federal sobre a matéria, o Decreto n. 22.928, que erigiu a cidade de Ouro Preto-MG a Monumento Nacional (MEC-SPHAN. PRÓ-MEMÓRIA, 1980). Contudo, é a partir da Constituição Federal de 1934 (CF 34) que surge o primeiro princípio constitucional de proteção do patrimônio histórico, ratificado e ampliado pela Constituição Federal de 1937 (CF 37) que, por sua vez, permitiu a criação dos marcos iniciais da preservação no Brasil: o atual IPHAN e o instrumento do Tombamento, criado pelo Decreto-Lei n. 25 deste mesmo ano.

Tanto Chuva (2011) quanto Alfonsim e Fernandes (2010) apontam que a criação do IPHAN é, de fato, o marco da institucionalização da proteção do patrimônio cultural, pois é quando o Estado brasileiro toma para si essa responsabilidade. Durante o período do Estado Novo (1937-1945), houve uma forte atuação do órgão no tombamento de bens. Segundo Chuva (2011), 40% de todos os bens materiais protegidos em nível federal até o começo do século XXI foram tombados durante os oito anos seguintes à criação do IPHAN.

Apesar dos avanços no campo do patrimônio em 1937, foi nesse ano que Vargas outorgou uma nova Carta, de cunho autoritário e que retrocedeu em relação à Carta anterior, uma vez que não considerou os interesses sociais e coletivos em detrimento do direito de propriedade. Contudo, após a queda do Estado Novo, a Constituição de 1946 retornou a formulação do uso da propriedade condicionado ao bem-estar social. No entanto, embora esse documento preveja a desapropriação por interesse social, considerada um “marco jurídico” e “um avanço social sem precedentes” (LOUREIRO, 2003), não se observou, na prática, o cumprimento do dispositivo legal, uma vez que as classes dominantes ainda mantinham, em favor de seus interesses, a ideia absoluta de propriedade.

A Função Social da Propriedade apareceu como um princípio explícito somente na Constituição de 1964 (período do Regime Militar), evidenciando a busca pela coexistência de interesses da sociedade e do proprietário em prol do desenvolvimento nacional e a justiça social (PACHECO 1992, apud PEDROSO, 2002). O impacto disso, no campo do Patrimônio, foi o aumento da aplicação, por parte do Estado, do Decreto n. 25 de 1937: “os tombamentos, que antes se limitavam aos monumentos isolados, passaram a dirigir-se mais para a preservação de conjuntos [...]” (OLIVEIRA, 2016, p. 50).

A Constituição Federal de 1988 (CF 88), ainda vigente, tornou-se divisora de águas para diversos campos. Quanto ao campo do Patrimônio, a Função Social da Propriedade somada ao processo de Redemocratização vivido pelo país entre as décadas de 1970

e 1980, gerou diversas transformações: uma delas é o novo papel da sociedade nos processos de preservação (agora cabe a ela, a sociedade, colaborar com o poder público para a identificação e a proteção do patrimônio cultural); outra transformação foi a ampliação do próprio conceito de Patrimônio, que passou a abarcar bens de natureza imaterial, tornando o instrumento do Tombamento (incorporado à CF 88 por meio da recepção do Decreto de 1937 como Decreto-Lei – DL 25/37) insuficiente para proteger os novos bens incluídos, gerando a necessidade de criação de novos instrumentos.

O progressivo desenvolvimento do conceito da função social da propriedade também afetou direitos anteriormente estabelecidos, representativos dos interesses individuais. A inclusão da função social como matéria entre os direitos e garantias individuais e coletivas, através do seu Artigo 5º, levou a três conclusões por parte de Fernandes e Rugani (2002, p. 104): a primeira é que a ordem constitucional do Brasil permite a propriedade privada de bens e direitos, desde que haja o atendimento à sua função social; o princípio da função social não é uma mera restrição à propriedade, mas compõe o próprio desenho do instituto e, por fim, o regime da propriedade privada não pode ser objeto de emendas constitucionais que tendam à sua abolição, pois compõe cláusula pétrea da CF 88.

Quanto à Política Urbana, embora a CF 88 tenha trazido avanços (como o reconhecimento da importância do papel dos municípios na política territorial, o novo conceito de propriedade imobiliária e o direito coletivo ao planejamento urbano), a ideologia privatista ainda continuou dominante, gerando uma imprecisão legal e judicial com relação aos limites da intervenção do Poder Público na propriedade privada (FERNANDES; RUGANI, 2002). Tal imprecisão acaba tendo rebatimento em diversos campos que fazem uso da função social da propriedade para justificar a atuação do Estado em prol de um interesse coletivo, tais como Meio Ambiente, o Urbanismo e o Patrimônio. Assim, percebe-se, de forma clara, que simultaneamente ao desenvolvimento do conceito de Função Social da Propriedade existe uma arraigada dominância da noção do “direito de propriedade” que dificulta a implementação de políticas públicas que visam à garantia da função social da cidade.

Ora, se a atividade urbanística é função do Poder Público e se a política urbana tem o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, essa atividade deve interferir na propriedade privada, pois a destinação urbanística dos terrenos é resultado da projeção da atividade humana. Assim, a propriedade urbana, para Fernandes e Rugani (2002, p. 106) é “condicionada pelo direito urbanístico”.

Arelado ao direito de propriedade está o direito de construir. Segundo Melo (2002), na primeira década do século XXI existiam três posições de relação entre eles, que estão apresentadas no quadro a seguir:

QUADRO 1: Relações entre direito de propriedade e direito de construir.

Fonte: CLEMENTE, 2017 (Elaborado com base em Melo, 2002).

Classificação	Separação total	Separação parcial	Inerência
Características	O direito de construir pertenceria ao município e seria gerado pela concessão ou autorização administrativa. O município pode vender o direito de construir	O direito de construir inerente ao direito de propriedade até o limite do coeficiente único de aproveitamento. A partir daí, o proprietário teria de adquiri-lo de um particular ou do Poder Público.	O direito de construir inerente ao direito de propriedade. Liberdade para construção, salvo impedimentos administrativos.
Lugares	Direitos espanhol e italiano	Direito francês	Direito brasileiro

Os Códigos Civis Brasileiros de 1916 e de 2002 definem o Direito de Construir como a possibilidade “de o proprietário levantar em seu terreno as construções que lhe aprovar, salvo o direito dos vizinhos e os regulamentos administrativos”. Ou seja, possibilitava a disposição completa da coisa (transformar, edificar ou modificar conforme sua utilização econômica).

Prado (2005) coloca que, atualmente, está explícito em nosso ordenamento jurídico o acolhimento do direito de propriedade, desde que se exerça a função social. Consequentemente, para a autora, o direito de construir também deve ser praticado sob essa ótica, ou seja, deve ser interpretado em consonância com as inovações inseridas no tratamento do regime jurídico da propriedade. Dessa forma, considera-se que a faculdade de construir não é mais inerente apenas ao direito de propriedade, pois o princípio da Função Social da Propriedade condiciona o direito de construir e pode determinar diferentes destinos para os terrenos, como consta nos Artigos 182 e 183 da CF 88.

De acordo com Pedroso (2002), é sabido que o direito de propriedade está no Artigo 5º, inciso XXII da CF 88 como pertencente à categoria de direito fundamental e que, portanto, são intangíveis e imutáveis. No entanto, a mesma Constituição, no seu Artigo 5º, inciso XXIII, coloca que o direito de propriedade está condicionado à sua função social e reitera no Artigo 170, a Função Social da Propriedade como um dos princípios norteadores da atividade econômica.

Observa-se, a partir dessa breve síntese histórica, que a Função Social da Propriedade impactou o campo do Patrimônio no Brasil, num primeiro momento, por possibilitar a criação do DL 25/37; depois, por ampliar o alcance e a aplicação do Tombamento, instrumento que permaneceu vigente até os dias atuais (uma vez que foi recepcionado pela CF/88). A função social da propriedade também interferiu na trajetória da propriedade, uma vez que possibilitou que o ordenamento constitucional condicionasse, ao menos na letra da lei, o direito da propriedade (e, consequentemente, o direito de construir) a um interesse maior, público e social.

Tombamento versus direito de propriedade: o conflito entre o individual e o coletivo

Embora tenha havido profundas mudanças ao longo do século XX, desde a ampliação do conceito de patrimônio cultural, da responsabilidade pela proteção do patrimônio, da proteção jurídica de bens individuais à proteção de conjuntos de bens, entre outras transformações significativas, alguns autores (ALFONSIM e FERNANDES, 2010; CASTRIOTA, 2010) colocam que o DL 25/37 ainda é a principal referência jurídica com relação à proteção do patrimônio cultural. Contudo, o fato de o DL 25/37 não ter tido revisões legais até hoje é digno de nota:

Em seu trabalho, Sant’Anna (1995) tenta mostrar que não foi por falta de conhecimento dos limites e problemas do DL 25/37 que isso não ocorreu. Buscando compreender as motivações dessa postura, a autora aponta que foram muito mais as relações de poder presentes no campo e na instituição que levaram a essa situação (OLIVEIRA, 2016 p. 62).

Alfonsim e Fernandes (2010) colocam que qualquer análise sobre o instituto do tombamento no Brasil deve considerar a existência de interesses individuais - notadamente os conflitos de interesses com a propriedade privada - e o direito coletivo existentes no regime de proteção de bens móveis e imóveis e os processos sociais que constituem o patrimônio cultural do país.

Por meio do tombamento, o Estado busca cumprir sua função institucional de atender ao interesse coletivo da proteção do patrimônio impondo um regime especial de cuidado sobre determinados bens. Do ponto de vista do Direito, trata-se de uma intervenção pública na propriedade privada que não expropria, mas também não permite ao titular do domínio o exercício pleno das faculdades da propriedade (ALVES, 2010).

Alfonsin e Fernandes (2010), assim como Di Pietro (2003), colocam as principais limitações que o DL 25/37 traz aos proprietários de bens protegidos (limitação à alienação, ao deslocamento, às transformações, à conservação e relacionadas à necessidade de fiscalização) e, no caso de haver proteções de monumentos/construções, limitações aos proprietários de imóveis vizinhos (à construção). Esses efeitos geram ao proprietário do bem tombado a obrigação de alguns atos positivos (fazer), alguns negativos (não fazer), e outros de suportar (deixar fazer), conforme aponta o Quadro 2; aos proprietários vizinhos, obrigações negativas (não fazer); e para o IPHAN, obrigações positivas (fazer).

Rabello (2009) coloca que as figuras e institutos jurídicos “propriedade”, “limitação administrativa”, “servidão”, entre outros, são assuntos muito amplos dos estudos jurídicos, daí resulta em uma dificuldade de uniformizar o entendimento dessas figuras e sua relação com o direito de propriedade e que o ideal não é discutir amplamente essas figuras, mas sim, sua relação com o instituto do tombamento.

QUADRO 2: Obrigações ao proprietário, segundo o Decreto 25/1937.

Fonte: CLEMENTE, 2017 (Elaborado com base em Di Pietro, 2003).

Positivas (de fazer)	Fazer as obras de conservação necessárias à preservação do bem ou, se não tiver meios, comunicar a sua necessidade ao órgão competente, sob pena de incorrer em multa correspondente ao dobro da importância em que foi avaliado o dano sofrido pela coisa (Art. 19); em caso de alienação onerosa do bem, deveria ser assegurado o direito de preferência da União, Estados e Município (embora Revogado pela Lei n ° 13.105/2015); Se o bem tombado for público, será inalienável, ressalvada a possibilidade de transferência entre União, Estados e Municípios (Art. 11).
Negativas (de não fazer)	O proprietário não pode destruir, demolir ou mutilar as coisas Tombadas nem, sem prévia autorização do IPHAN, repará-las, pintá-las ou restaurá-las, sob pena de multa de 50% do dano causado (Art. 17); também não pode, em se tratando de bens móveis, retirá-los do país, senão por curto prazo, para fins de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do IPHAN (art. 14); tentada sua exportação, a coisa fica sujeita a sequestro e o seu proprietário, às penas cominadas para o crime de contrabando e multa (Art. 15).
De suportar	O proprietário fica sujeito à fiscalização do bem pelo órgão técnico competente, sob pena de multa em caso de opor obstáculos indevidos à vigilância.
Proprietários de imóveis vizinhos	Art 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), não se poderá, na vizinhança tombada, fazer construção que impeça ou reduza a visibilidade nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirado o objeto, impondo-se neste caso a multa de 50% do valor do mesmo objeto.

Observa-se que, no âmbito das discussões jurídicas, há visões distintas sobre o instituto do tombamento, como as que entendem o tombamento como uma servidão administrativa, pois decorre ato específico da administração pública e impõe um gravame ao proprietário; as visões de Mello (1987) e Figueiredo (2001), que entendem o tombamento como uma intervenção na propriedade privada a bem do interesse público, através da qual a propriedade particular pode adquirir institucionalmente um interesse coletivo, sujeitando-se a um regime diferenciado de exercício das faculdades jurídicas.

Porém, a corrente dominante é a de que o tombamento constitui limitação administrativa ao direito de propriedade e tem por objetivo compatibilizar os direitos subjetivos do proprietário com os direitos subjetivos públicos (DI PIETRO, 2003; GASPARINI, 2005; MEIRELLES, 1981).

Alfonsin e Fernandes (2010) colocam que o principal problema que decorre do conflito entre o tombamento e a propriedade privada passa pela resistência ao próprio tombamento e vai até a histórica pressão pela demolição de bens, potencializada pela valorização imobiliária que está na base dos processos de urbanização brasileiros. Coloca ainda que a percepção do tombamento pelos proprietários é de um excesso de ônus e obrigações com muitas características punitivas e descomprometidas com a dinâmica imobiliária, o que contribuiria para o abandono e a descaracterização de bens tombados ou em áreas tombadas.

Observa-se que a CF/88, em seu Artigo 215, elevou a cultura em nível de direitos fundamentais e tornou a proteção do patrimônio cultural mais eficaz, porém mais conflituosa devido à limitação do direito de propriedade, através da relativização do direito de propriedade para atender à coletividade. Contudo, conforme atentam Alfonsin e Fernandes (2010), considerando a novidade trazida pela Carta Cidadã de que a proteção do patrimônio cultural cabe ao Poder Público “com a colaboração da comunidade”, essa expressão abre uma série de possibilidades para o tratamento da questão patrimonial, inclusive entrando no mérito da distribuição de ônus e bônus da proteção do patrimônio entre as partes envolvidas.

É neste sentido que são defendidas ideias relacionadas a medidas compensatórias aos proprietários com a finalidade de promover uma “justa repartição de ônus e encargos entre proprietários e comunidade beneficiada, para que os bens possam ser efetivamente protegidos e cumprir sua função social”, além da articulação com normas urbanísticas e com instrumentos urbanísticos para viabilização dos interesses públicos e privados de proteção ao patrimônio (ALFONSIM; FERNANDES, 2010, p. 34).

Considerações Finais

Analisando as transformações do tratamento dado à propriedade privada no Brasil, percebe-se que, embora haja avanços nos textos constitucionais, a ordem jurídica ainda é fortemente marcada pelo ideia liberal dos direitos individuais de propriedade privada (ALFONSIM; FERNANDES, 2010, p. 26). Com isso, os impactos da utilização de instrumentos jurídicos em prol de um bem coletivo (seja de natureza Ambiental, seja Urbanística, seja Patrimonial) são altamente questionados, uma vez que conflitam com os valores de troca e conteúdos econômicos costumeiramente esperados da propriedade.

Diante do impasse gerado entre interesses individuais e coletivos, faz-se necessário colocar diversas questões em discussão e estudar possíveis instrumentos para o enfrentamento do problema, em prol do bem comum.

Conforme apontado, o DL 25/37 ainda é a principal referência jurídica com relação à proteção do patrimônio cultural. Talvez isso se justifique pelo fato de que, comparando-se esse instrumento com outros criados a posterior (como o Registro ou a Chancela), percebe-se que somente ele tem “força de lei” (ou seja, único que cria obrigações de fazer ou não fazer). Isso transmite ao Estado um poder maior para fazer valer suas atribuições de promotor dos interesses coletivos. Entretanto, a limitação da ação de preservação praticamente ao instrumento do Tombamento segue sendo um problema. Será que tudo que é passível de preservação deveria ser tombado? Diante da compreensão ampliada do conceito de Patrimônio Cultural, é preciso enfrentar essa questão.

Não há dúvidas de que a instituição do instrumento do tombamento em 1937 se constituiu em um importante e pioneiro movimento no sentido de estabelecer ferramentas operacionais que garantissem a efetividade da preservação patrimonial. No entanto, passados 75 anos, após todas as reflexões e revisões teóricas acerca da preservação patrimonial que temos vivenciado ao longo desses anos, podemos dizer que é, no mínimo, estranho que o órgão federal de preservação permaneça tendo como principal instrumento ainda o mesmo Decreto-lei nº25/37. Desta forma, tal gestão se torna um verdadeiro desafio diante das mudanças políticas que ocorrem de tempos em tempos e dos antiquados instrumentos de proteção patrimonial que continuamos a utilizar na atualidade (MEDEIROS; VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2013, p. 7-8).

A percepção do tombamento pelos proprietários como um excesso de ônus e obrigações com muitas características punitivas traz à tona diversas questões: essa prática não estaria associada a um modelo cultural ainda persistente de priorização dos direitos individuais sobre os coletivos? O que falta é, efetivamente, uma repartição de supostos ônus ou uma visão mais clara sobre a qualidade de vida que a política da preservação pode trazer às coletividades (em suas individualidades)? Nos casos em que houvesse valorização do bem decorrente de sua proteção (e/ou de obras ocorridas em sua proximidade devido ao seu status de patrimônio), também se pensaria em repartição dos lucros gerados?

Está muito clara, portanto, a importância do desenvolvimento de ações e instrumentos que visem minimizar os conflitos identificados. Nesse sentido, os instrumentos de gestão urbana que podem ser utilizados de forma associada ao Tombamento, com destaque para aqueles regulamentados pelo chamado “Estatuto da Cidade” (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001), entre os quais se destaca, por exemplo, o instrumento de “Transferência do Direito de Construir”, devem ser objeto de atenção particular (MEDEIROS; VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2013).

O patrimônio não é o único campo a fazer restrições de uso e gozo da propriedade privada, mas não é comum se ver a sugestão de medida compensatória para lotes, por exemplo, com menor coeficiente de aproveitamento do ponto de vista urbanístico. Talvez pelo caráter subjetivo que o campo do Patrimônio apresenta (atrelado à definição dos bens culturais e a sua importância para a vida cotidiana) e/ou pela nem sempre efetiva participação social nos processos decisórios, o olhar sobre ele acaba sendo majoritário como ônus, e não bônus.

Sabe-se que, diante dos gastos relacionados à manutenção de bens de valor cultural, algumas medidas vêm sendo tomadas para favorecer a preservação desses bens: condições especiais para financiamento de reformas; leis de incentivo à cultura; políticas de isenções fiscais (como de Imposto Predial e Territorial Urbano). Contudo, parecem não ser suficientes para reverter o quadro de abandono de muitos bens de valor cultural.

Enquanto a Política de Preservação não for uma prioridade no Planejamento Urbano e for mais imposta pelo Estado que construída e desejada pela própria sociedade; enquanto a Educação Patrimonial não for prioridade para uma mudança de

mentalidade cultural, favorecendo o necessário protagonismo social no momento de construção e definição de valores de memória e identidade; enquanto os instrumentos de criar obrigações forem majoritariamente utilizados; não haverá “avanços” legais que consigam sanar os conflitos entre interesses individuais e coletivos no campo do Patrimônio.

Referências

ALVES, A.F.A. **O tombamento como instrumento de proteção ao patrimônio cultural**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, p. 65-97, 2010.

CASTRIOTA, L. B. **Conservação Urbana: tombamento e áreas de conservação**. In: ALFONSIN, B.; FERNANDES, E. (Coord.) Revisitando o instituto do tombamento. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 89-98.

CHUVA, M. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. In: Revista do patrimônio histórico e artístico nacional. n. 34. Brasília: IPHAN, 2011. p. 146-165.

CLEMENTE, Juliana Carvalho. **Ruínas Urbanas no centro histórico de João Pessoa-PB: uma análise a partir da normativa de proteção do patrimônio**. (tese de doutorado). Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. 2017.

DI PIETRO, M.S. Z. **Direito Administrativo**. 16. ed., São Paulo: Atlas S.A., 2003.

FÉRES, L. R. **A evolução da legislação brasileira referente à proteção do patrimônio cultural**, 2002. In: FERNANDES, E. ; RUGANI, J. Cidade, Memória e Legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: Instituto dos Arquitetos do Brasil/ Departamento de Minas Gerais, 2002.

FERNANDES, E.; RUGANI, J. **Cidade, Memória e Legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico**. Belo Horizonte: Instituto dos Arquitetos do Brasil/ Departamento de Minas Gerais, 2002.

ALFONSIN, B; FERNANDES, E. (Coord.) **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 89-98.

FIGUEIREDO, L. V. **Curso de direito administrativo**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

GASPARINI, A. **Tombamento e direito de construir**. Imprensa. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

LOUREIRO, F.E. **A propriedade como relação jurídica complexa**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MEDEIROS, E. A.; VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. M.. **O Sítio Histórico de Natal Agora é Tombado como Patrimônio Nacional. E daí?** In: Anais do Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado – ARQUIMEMÓRIA 4. SALVADOR, BA. 2013.

MEC-Sphan. **Pró-Memória. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília, 1980. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1981.

MELLO, C.A.B. **Novos aspectos da função social da propriedade no direito público**. Revista Trimestral de Direito Público, n. 84, 1987.

MELO, F.C. R. **A propriedade urbana e o instrumento da transferência do direito de construir**. In: FERNANDES, E.; RUGANI, J. Cidade, Memória e Legislação. A preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: Instituto dos Arquitetos do Brasil/ Departamento de Minas Gerais, 2002.

OLIVEIRA, F. R. **Novos olhares e antigas práticas no tombamento de centros históricos: o caso de Natal-RN**. Rio de Janeiro: 2016. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_OLIVEIRA_Fernanda_Rocha_de.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

PEDROSO, S. S. **O conceito de função social da propriedade na CF/88**. Revista Via Jus, 2002. Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/eventos/viajus.php?pagina=artigos&id=22>>. Acesso em: 15 out. 2016.

PRADO, Karine Monteiro. **O direito de construir frente à função social da propriedade urbana**. Revista Trimestral de Direito Civil. v. 21. Rio de Janeiro: Podium, 2005.

RABELLO, S. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

SANT'ANNA, M. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Salvador: 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda.; OLIVEIRA, Terezinha Monteiro de ; LIRA, Karina Monteiro de . Conservação e Preservação de Imóveis Privados: novas tentativas, velhas dificuldades. In: XIV SAL- Seminário de Arquitetura Latino-Americana, 2011, Campinas. **Anais do XIV SAL- Seminário de Arquitetura Latino-Americana**, 2011.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submissão: 25/10/2019

Aceite: 13/05/2020

MARIANE GARCIA UNANUE, ANA CAROLINA CALDAS RODRIGUES E LUCCA LOPARDI BRIGATTO

É possível ensinar projeto de arquitetura fora dos grandes centros? Uma experiência de aprendizado a partir de referências arquitetônicas cotidianas e visitáveis no contexto pericêntrico

Is it possible to teach architectural design in pericentric contexts? An experience of learning from ordinary and visitable architecture references

Mariane Garcia Unanue

Professora Adjunta do Departamento de Projeto, História e Teoria na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFJF) e no Mestrado em Ambiente Construído (PROAC/UFJF). Doutora em Arquitetura (PROARQ/bolsa CAPES-2016), Arquiteta e Urbanista (UFJF-1999), mestre em Memória Social (UNIRIO/bolsa CAPES-2005), MBA em Marketing e Negócios (UFJF-2012). Fundou os escritórios Arquitetura para Negócios (2016) e Omni Studio Arquitetos (2004) Na carreira acadêmica desde 2002 (UFJF), atualmente é pesquisadora do Grupo ÁGORA, onde investiga inovações na metodologia e no ensino em AU, e a associação pioneira entre Design de Serviços e Espaço.

Assistant Professor at Design, History and Theory Department at the Faculty of Architecture and Urbanism (DPHT/FAU/UFJF), and at Built Environment Master's Course (PROAC/UFJF). Architect (UFJF-1999), DSc. in Architecture (PROARQ/scholarship CAPES-2016), Master's degree in Social Memory (UNIRIO/scholarship CAPES-2005), MBA in Marketing and Business (UFJF-2012). She founded the studios Architecture for Business (2016) and Omni Studio Architects (2004). She began her academic career at 2002 and nowadays she's a researcher of ÁGORA Group, where she develops research on innovative teaching methodologies for architectural design, history and theories, and the original association of space and service design.

mariane.unanue@ufjf.edu.br

Ana Carolina Caldas Rodrigues

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFJF, bolsista BIC no projeto de pesquisa “Aprendizado e ensino de projeto: as arquiteturas de Juiz de Fora como referências projetuais”, foi bolsista no projeto “Espaços expositivos em arquitetura: subsídios para a organização da coleção do Museu Dinâmico de Ciência e Tecnologia da UFJF”, ambos coordenados pela prof.Dra.Mariane Garcia Unanue. Como membro do grupo de pesquisas Ágora/FAU UFJF também participou da pesquisa “Arquitetura e Urbanismo em Juiz de Fora: marcos da cidade”, coordenada pelo prof. Dr. Antonio Colchete Filho.

Undergraduate in Architect and Urbanism at UFJF, BIC scholarship at the research project “Learning and Teaching of Architectural Design: The architecture of Juiz de Fora as design references”, former scholarship of “Exhibition Spaces in Architecture: resources for an organization of Dynamic Science and Technology Museum at UFJF collection” project, both coordinated by professor Dra.Mariane Garcia Unanue. As a member of the research group Ágora/FAU UFJF also participated at “Architecture and Urbanism at Juiz de Fora: city landmarks”, research, coordinated by professor Dr. Antonio Colchete Filho.

ana.rodrigues@arquitetura.ufjf.br

Lucca Lopardi Brigatto

Graduando em Arquitetura e Urbanismo (UFJF), foi integrante do grupo de pesquisas *Ágora* (FAU UFJF, 2018-2019) onde colaborou no projeto “Aprendizado e ensino de projeto: as arquiteturas de Juiz de Fora como referências projetuais”. Em projetos de monitoria, atuou nas disciplinas de “Expressão Digital Artística 1” (FAU UFJF, 2019) e “Projeto de Arquitetura e Urbanismo II” (FAU UFJF, 2019 e 2020).

*Undergraduate student of Architecture and Urbanism (UFJF). Former member of the research group *Ágora* (FAU UFJF, 2018-2019), where has collaborated on the project “Learning and Teaching of Architectural Design: The architecture of Juiz de Fora as design references”. As a teaching assistant, has worked in the disciplines of “Digital Artistic Expression I” (FAU UFJF, 2019) and “Architectural and Urban Design II” (FAU UFJF, 2019 and 2020).*

luccabrigatto@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa encontra-se vinculada ao projeto de iniciação científica “Aprendizado e Ensino de Projeto: As arquiteturas de Juiz de Fora como referências projetuais”, que tem por objetivo reconhecer marcos arquitetônicos e urbanísticos da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais/Brasil, que possam apresentar valores ao ensino de projeto. Entendendo que o aprendizado em arquitetura se dá, em grande parte, a partir da vivência arquitetônica in loco, ressalta-se que a prevalência da visão, reforçada pela atual realidade digital, tem impactado fortemente o ensino de projeto. O objetivo deste estudo foi apresentar as possíveis contribuições da visitação de referências arquitetônicas para a aprendizagem e ensino de projeto de arquitetura e urbanismo no contexto pericêntrico - escolas geograficamente distantes dos grandes centros de produção e disseminação arquitetônica. O trabalho partiu de pesquisa bibliográfica e documental e adotou como estratégia levantar o material bibliográfico existente sobre marcos arquitetônicos de Juiz de Fora a fim de selecionar obras e situações arquitetônicas cotidianas, abertas à visitação. O principal resultado desta pesquisa é a construção de um elenco de arquiteturas localizadas na cidade de Juiz de Fora que sejam passíveis de visitação e de vivência arquitetônica e que possam se configurar como referências projetuais para os estudantes de Arquitetura e Urbanismo. Com isso, almeja-se abrir caminho para a sistematização de critérios de análise para elencar e reconhecer obras de arquitetura que sirvam ao estudo de projeto, ampliando o debate sobre formas de superar a distância geográfica e, por meio de sua análise e estudo, conduzir a uma aprendizagem ativa fundada em experiências arquitetônicas locais, mas que possibilitem a formação de um repertório útil ao pensamento crítico e à prática arquitetônica universal.

Palavras chaves: Ensino de projeto de arquitetura. Referências projetuais. Contexto pericêntrico. Vivência arquitetônica. Arquitetura cotidiana e visitável.

Abstract

This research is linked to the project “Learning and Teaching of Architectural Design: The architecture of Juiz de Fora as design references”, which aims to recognize architectural and urban landmarks that can provide values for the teaching of architectural design. Understanding that learning in architecture is typically based on architectural experiences on site, it is emphasized that the hegemony of vision, reinforced by the current digital reality, has strongly affected the teaching of architectural design. The objective of this study was to present the possible contributions of visiting architectural references as a way of learning and teaching architectural and urban design at the so called pericentric context - schools geographically distant from the great centers of architectural production and dissemination. This study started from a bibliographical and documentary research and adopted as a strategy, to survey the existent bibliography on architectural landmarks of Juiz de Fora to conduct the selection of a few ordinary and visitable architectural and urban situations. The main result of this research is the construction of a set of architectures located in the city of Juiz de Fora that configure design references for Architecture and Urbanism students. With this study, the aim is to open the way for a systemic analysis criteria that lists and recognizes architectural achievements that can provide values for the design study, expanding the debate on ways of overcoming the geographic distance. Through their analysis and study, hopefully it could lead to an active learning based on local architectural experiences, that could, however enable the formation of a useful repertoire to critical thinking and to universal architectural practices.

Keywords: Architectural design teaching. References. Pericentric context. Architectural experience. Ordinary and visitable architecture references.

Introdução

Grandes são os desafios que circundam os estudantes de arquitetura no aprendizado de projeto, sendo necessário, muitas vezes, quebrar antigos paradigmas de aprendizagem e encontrar novas maneiras de construir o conhecimento através das ferramentas e métodos apresentados aos iniciantes. Uma das maneiras mais reconhecidas e utilizadas no ensino de projeto é o estudo de obras ícones da produção arquitetônica mundial como referências projetuais (Vaz e Celani, 2012; Unwin, 2013; Zein, 2011). No Brasil, a historiografia da arquitetura e os periódicos especializados registram, sobretudo, obras localizadas nas maiores capitais do sudeste (Segawa, 1997; Unanue, 2016). Reconhecendo a importância da vivência arquitetônica e a inerente complexidade do ensino perante a distância física de obras ícones utilizadas no repertório do ensino de projeto em várias escolas brasileiras, o presente artigo demonstra um cenário relacionado ao ensino e aprendizado em Arquitetura e Urbanismo (AU) em escolas localizadas fora destes grandes centros.

Para tratar desta situação específica, parte-se do entendimento de Unanue (2016), que define como contexto pericêntrico uma região que se encontra geograficamente próxima a um centro de influência (econômica, cultural, social, política) na malha territorial do país e onde também se localizam aquelas escolas de arquitetura fora dos grandes eixos responsáveis pelo discurso hegemônico da atual produção arquitetônica no Brasil. A cidade de Juiz de Fora (Minas Gerais), objeto de estudo desta pesquisa, se encaixa nesse contexto. Relativamente próxima às capitais do sudeste brasileiro, a cidade se encontra, em particular, próxima à cidade do Rio de Janeiro, nascente de uma das principais vertentes arquitetônicas brasileiras (Escola Carioca) e também próxima a São Paulo, o maior centro econômico e de produção arquitetônica brasileira contemporânea, descendente da Escola Paulista. Nestas escolas pericêntricas o aprendizado através de estratégias que envolvam referências projetuais locais, que sejam ao mesmo tempo cotidianas e visitáveis, se torna cada vez mais crucial para que conhecer arquitetura não se restrinja às imagens publicadas de obras icônicas.

Neste trabalho, tem-se como objetivo reconhecer marcos arquitetônicos e urbanísticos da cidade de Juiz de Fora que possam apresentar valores ao ensino de projeto, contribuindo para a construção de um repertório projetual visitável, onde os estudantes possam vivenciar a experiência da arquitetura. Dada a relevância da produção e do discurso moderno no fazer arquitetônico contemporâneo, as obras selecionadas para análise e estudo são derivadas deste recorte da produção, do repertório, do pensamento e da linguagem da arquitetura moderna brasileira, situados nesta cidade.

A complexidade do ensino de arquitetura na atualidade e para além dos grandes centros de produção

Ao abordarem o ensino de projeto de arquitetura, sobretudo aquele destinado aos iniciantes, os docentes de projeto, em geral, preocupam-se em fornecer ferramentas e conteúdos para que o estudante possa dar seus primeiros passos no mundo da Arquitetura e Urbanismo. Dentre as diversas ferramentas e metodologias destaca-se o uso de referências projetuais, valendo-se do estudo de obras arquitetônicas de relevância para a compreensão do objeto arquitetônico, seus elementos formadores, as soluções aplicadas, as razões para sua singularidade, e outros elementos, de maneira que este exercício de análise propicie ao discente o desenvolvimento de um olhar crítico relacionado que, conseqüentemente, o possibilitará a experimentar em suas próprias estratégias e soluções projetuais.

Zein (Waisman, 2013, prefácio) entende a arquitetura essencialmente como uma reflexão da realidade e, ainda, acrescenta que a prática da arquitetura está relacionada às condicionantes de determinado tempo e lugar, sendo resultado de uma postura reflexiva e crítica. Dessa maneira, as referências são essenciais na introdução do estudante no entendimento de Arquitetura e Urbanismo, atuando em auxílio à resolução de problemas específicos do processo de concepção, fomentando a criatividade no fazer projetual (Unanue, 2016, p. 177) e o entendimento das demais esferas – sociais, culturais e econômicas - que envolvem o objeto arquitetônico.

Na atualidade, obter informação tornou-se algo de fácil acesso, sendo possível ter acesso a obras em qualquer parte do mundo através de vídeos, revistas eletrônicas, redes sociais, dentre outros. No entanto, o maior impacto que este material oferece aos estudantes é de cunho imagético, o que em geral pode significar análises limitadas pelo enquadramento de uma fotografia, pela popularidade do site em questão ou, ainda, pelo número de “curtidas” que determinada imagem alcançou. Assim, é possível perceber a forte prevalência do elemento visual em análises rasas que pouco discutem pensamentos, motivações ou ideias.

Nesse sentido, se por um lado o acesso virtual aproxima e democratiza o conhecimento sobre variadas arquiteturas, por outro, pode criar distorções sobre o real entendimento da obra de arquitetura em questão. As imagens que chegam a cada um, por olhos de terceiros, não transmitem um dos fatores fundamentais para o entendimento e análise de uma obra arquitetônica: a experiência. Unwin (2013) aponta que a arquitetura está para além das questões visuais, reforçando a ideia de que é necessário reconhecer suas condicionantes e elementos para que seja possível compreender a linguagem da arquitetura. Não se trata de uma falha no tipo de imagem divulgada, mas, simplesmente, porque está além de sua capacidade comunicacional, uma vez que diz respeito às limitações da própria natureza deste tipo de representação da realidade.

De acordo com Rasmussen (1998, p.7), quando um arquiteto julga um edifício, a aparência é apenas um dos muitos fatores que lhe interessam: “a prevalência da percepção visual, acarreta um uso excessivo da visão em detrimento dos demais sentidos na maneira como a arquitetura é concebida, vivenciada e entendida” (Pallasmaa, 2011, p.9). Desse modo, o entendimento e crítica da arquitetura sofrem as consequências de uma análise que se baseia meramente em recursos visuais, tornando-se uma percepção empobrecida em suas potencialidades, sem toda a riqueza e complexidade de apreensão que a vivência *in loco* pode proporcionar.

Experimentar a arquitetura está para além do seu estado físico, precisa incorporar as sensações e percepções que se desdobram a partir do contato real, o quanto uma obra é capaz de atuar sobre a subjetividade de cada indivíduo, ao despertar sentimentos, valores e memórias e “tocar sua alma”. Nesse sentido, é possível recorrer ao entendimento de visão periférica trazido por Pallasmaa (2011, p.13), que permite integrar o indivíduo e o espaço e sugere transformar a percepção realizada pela retina em experiências espaciais e corporais, envolvendo o ponto focal, preenchendo os sentidos no entendimento do todo espacial. Ainda, segundo Santos (2015), esta vivência do espaço a partir do corpo pode servir a uma percepção da arquitetura como experiência estética, para além do que a visão oferece.

Embora a prevalência visual seja consequência do mundo dinâmico e imediatista da contemporaneidade, deve-se destacar sua importância no papel da percepção, e entender que a visão, assim como os demais sentidos, são extensões perceptivas do tato, conforme aponta Pallasmaa (2011, p.10). Dessa forma, os sentidos sensoriais são essenciais para a experimentação da arquitetura e para a compreensão de sua espacialidade, contribuindo para que a arquitetura articule impressões individuais à sensação de pertencimento do indivíduo no mundo, não sendo uma experiência meramente fantasiosa ou artificial: “meu corpo é o verdadeiro umbigo de meu mundo, não no sentido do ponto de vista da perspectiva central, mas como o próprio local de referência, memória, imaginação e integração” (Pallasmaa, 2011, p. 10).

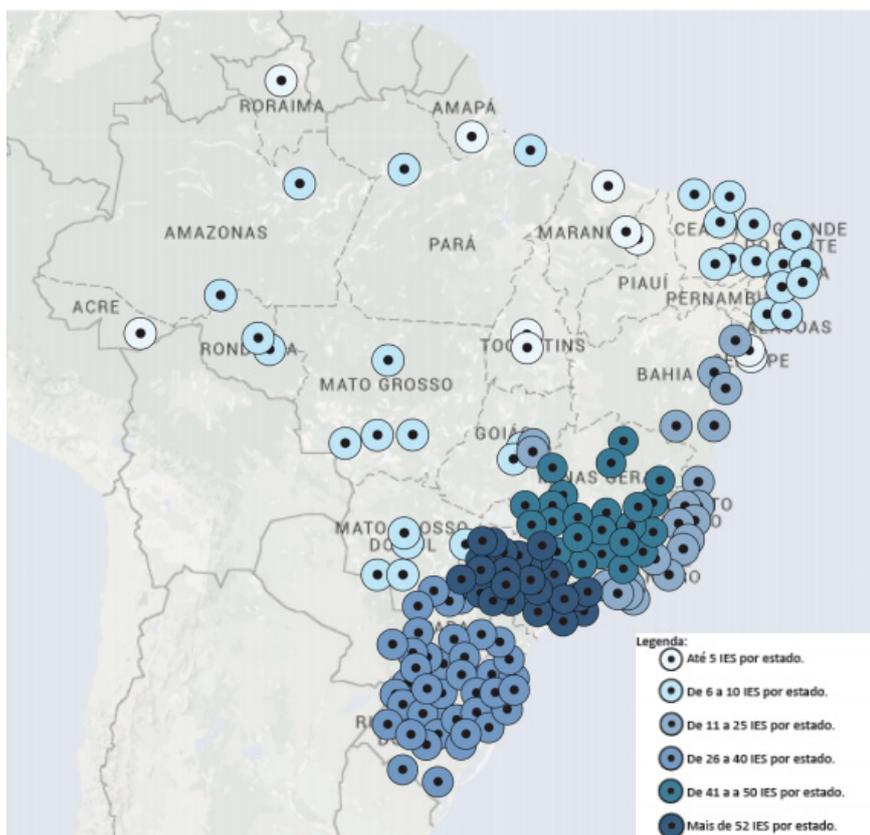
Portanto, “para se compreender uma arquitetura é preciso incluir o sentir - não apenas ver, mas vivenciar” (Rasmussen, 1998, p.32). Unanue (2016) corrobora com a ideia de que para um aprendizado e um entendimento efetivo da arquitetura é necessário vivenciá-la, afirmação reforçada por Lassance et. al. (2012, p. 24): “para escaparmos dessa abstração com a qual manipulamos conhecimentos e referências projetuais, entendemos ser indispensável o resgate da experiência vivenciada da arquitetura”.

Ao mesmo tempo em que a prevalência da imagem pode limitar as instâncias na percepção da arquitetura, as atuais mídias digitais, predominantemente focadas nos aspectos visuais, são o meio que têm permitido que a produção arquitetônica contemporânea circule e seja acessível a estudantes e professores das escolas de arquitetura mais longínquas do país. No entanto, é indiscutível a importância da vivência arquitetônica para o aprendizado, assim, outras questões vêm à tona: como driblar fatores geográficos, políticos, econômicos e sociais que separam os grandes centros de produção, onde se encontram as principais obras utilizadas como referência nas escolas de contextos pericêntricos? Como ensinar arquitetura e urbanismo em contextos distantes - não apenas fisicamente - dos grandes centros da produção legitimada pelas mídias impressas e digitais?

A região sudeste brasileira e suas capitais representam atualmente estes centros concentradores de ofertas diversas, capazes de exercer domínio sobre os demais, tornando-se determinante em várias áreas. “Assim, estes pólos econômicos concentram a maior parte da produção arquitetônica brasileira que recebe destaque nas diferentes mídias” (Unanue, 2016, p.90), além de concentrar as mais antigas e tradicionais escolas de arquitetura do Brasil. Embora, atualmente, a maioria das escolas esteja localizada em regiões mais afastadas [1], “a influência da produção dos grandes centros no Brasil impacta fortemente o ensino das escolas de arquitetura em contextos pericêntricos” (Unanue, 2016, p.16), desencorajando o olhar para produções locais que, mesmo não sendo icônicas ou legitimadas por publicações, poderiam servir ao aprendizado das qualidades e valores arquitetônicos universais.

FIGURA 1: Mapa de densidades - localização das escolas de arquitetura no Brasil.

Fonte: Unanue, 2015.



Em um país de dimensões continentais e repleto de desigualdades como o Brasil, é fácil constatar que o acesso aos pólos de produção arquitetônica e às obras de referência não faz parte da realidade da maioria das escolas de arquitetura brasileiras, o que acaba por localizar as dinâmicas entre o aprendiz e a obra arquitetônica apenas no contato virtual, na linguagem visual com suas limitações, restringindo as possibilidades de aprendizado na interação com o objeto arquitetônico e na criação de uma experiência vivida, espacializada, materializada e multissensorial, a que Pallasmaa (2013, p.11) chamou de imagem corporificada.

Coloca-se, assim, a complexidade do ensino de arquitetura e projeto em contextos pericêntricos, sobretudo, relacionada à dificuldade de acesso democrático às obras de destaque e à necessidade de superar distâncias geográficas e econômicas com novas metodologias de ensino e aprendizado.

A relevância da arquitetura cotidiana e visitável no contexto pericêntrico

O contexto pericêntrico define uma região que se encontra geograficamente próxima a um centro de produção de arquitetura e que é influenciado por ele, sobretudo na construção, na consolidação e validação dos discursos e das referências vigentes (Unanue, 2016, p.16). Dessa forma, tomou-se como objeto de estudo específico e passível de aplicação das propostas desta pesquisa, a cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais que, apesar de sua localização relevante em meio ao sudeste brasileiro [2] de ser uma cidade-polo de médio porte, ainda mantém uma espécie de posição marginal no debate sobre arquitetura, distante das obras de referência, dos centros de experimentação e de produção das atuais vertentes arquitetônicas.

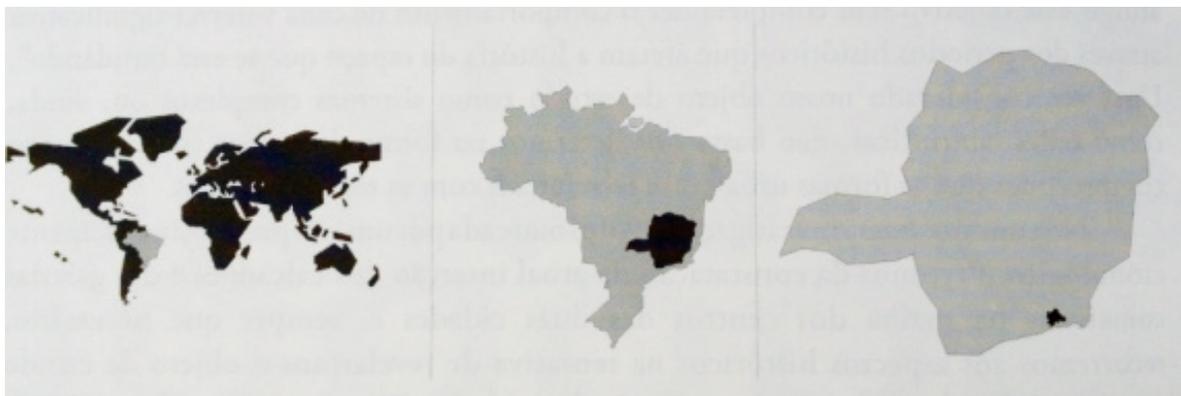


FIGURA 2: Brasil no mapa mundi. Localização e relação da área de Juiz de Fora no Sudeste, e posteriormente em Minas Gerais.

Fonte: Braidá, 2011.

Embora, seja influenciada pelos centros de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, a cidade de Juiz de Fora atua como pólo regional, servindo como referência para várias outras cidades de menor porte, sobretudo em relação ao ensino superior (Unanue, 2016, p. 72).

Para entender a influência da cidade mineira, remete-se a sua origem, que adquire relevância no acelerado desenvolvimento durante a constituição do Caminho Novo - ligação entre as terras das Minas Gerais ao Rio de Janeiro, capital da Coroa Portuguesa - até sua consolidação de destaque no setor industrial e educacional no século XX. Segundo Braidá (2011, p.88), a cidade cresce a partir do núcleo central, nos quais

se manifestam as dinâmicas econômicas, sociais e culturais: “é um centro urbano animado por relações sociais decorrentes tanto da manutenção de usos residenciais quanto de uma extensa rede comercial, além de opções de lazer e cultura”.

Cardoso (2015) destaca a existência de um triângulo central como ponto focal do crescimento do núcleo urbano juiz forano, constituído pelas principais avenidas: a atual Avenida Itamar Franco, Avenida Rio Branco e Avenida Getúlio Vargas. Como resultado da formação e evolução da dinâmica urbana e arquitetônica, a cidade de Juiz de Fora, assim como outras da região, conta com uma diversa herança de obras e estilos arquitetônicos. Como demonstra Unanue (2016, p. 139), os exemplares da arquitetura de Juiz de Fora apresentam amostras do estilo Eclético e um grande conjunto Art-Déco - legado do período de grande crescimento econômico no final do século XIX e início do século XX. Mais tarde, a cidade passa a se transformar junto ao período moderno, recebendo obras de Oscar Niemeyer e Francisco Bolonha, além de apresentar a produção local de Arthur Arcuri, que em seus anos de trabalho, desenvolveu projetos diversos, desde obras residenciais unifamiliares até o campus da Universidade Federal de Juiz de Fora (Cardoso, 2015; Santana e Pugliese, 2002; Vieira, 2016).

Considerando o acervo destacado e os desafios instaurados pela cultura da imagem, este trabalho é derivado de uma pesquisa de iniciação científica em desenvolvimento e de práticas pedagógicas que têm sido aplicadas no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora e objetiva selecionar exemplares locais como referências projetuais para o ensino de arquitetura e urbanismo que possibilitem a visita e a vivência da arquitetura. Justifica-se, sobretudo, em escolas do referido contexto pericêntrico, onde o deslocamento até as arquiteturas de referência legitimadas pode mostrar-se dificultado por razões financeiras, geográficas, relativas à segurança, dentre outras.

É importante ressaltar que se trata de encontrar alternativas úteis, possíveis e eficazes para o ensino neste contexto. Assim, não se trata de excluir as contribuições dos grandes e referenciados mestres, mas de suplantar a falta de experimentação do objeto arquitetônico como meio de aprendizado e vivência ao trazermos para o debate o valor das arquiteturas produzidas nos próprios contextos pericêntricos e utilizá-las como fomentadoras da experimentação da vivência do espaço.

Desta forma, a vivência da arquitetura local tem sido fomentada e inserida ao ensino de arquitetura e urbanismo, conectando os alunos às possibilidades de aprendizado arquitetônico na cidade de Juiz de Fora. Junto à disciplina de História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo IV (HTAU IV), busca-se incentivar a prática da visita de obras locais, sobretudo aquelas relacionadas ao recorte temporal da disciplina: finais do século XIX a meados do século XX. Assim, as obras visitáveis podem ser art déco, art nouveau, ecléticas ou modernas [3]-[5], enfatizando-se a relevância de obras cotidianas e, muitas vezes, anônimas, mas que possuam características e singularidades pertinentes aos valores universais da arquitetura. Estas obras auxiliam na ilustração e na compreensão de alguns dos importantes aspectos que configuram uma arquitetura - sejam eles tectônicos, estéticos, espaciais, patrimoniais, dentre outros -, buscando promover uma mudança no olhar para a busca por referências e aprendizado em arquitetura e urbanismo. Ademais, as arquiteturas visitáveis são entendidas como toda e qualquer edificação que seja de acesso público, passível de visita. Nesse sentido, priorizou-se identificar edifícios de cunho público, institucional e cultural, excluindo-se as edificações de uso residencial

FIGURA 3: Mapa da área central localizando exemplares moderno, dèco e eclético.

Fonte: Autores, 2019.

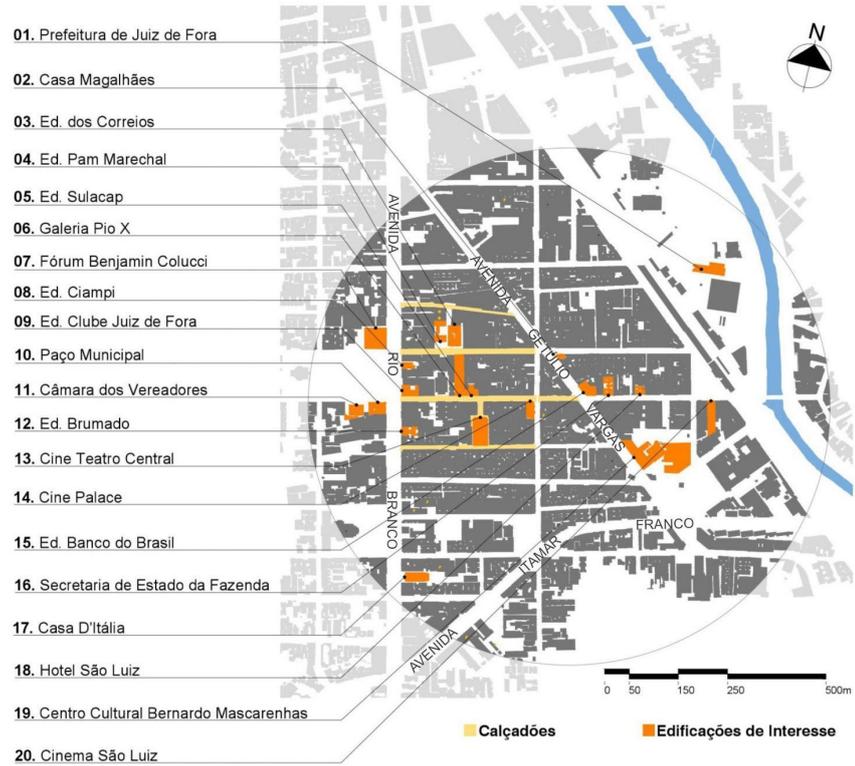
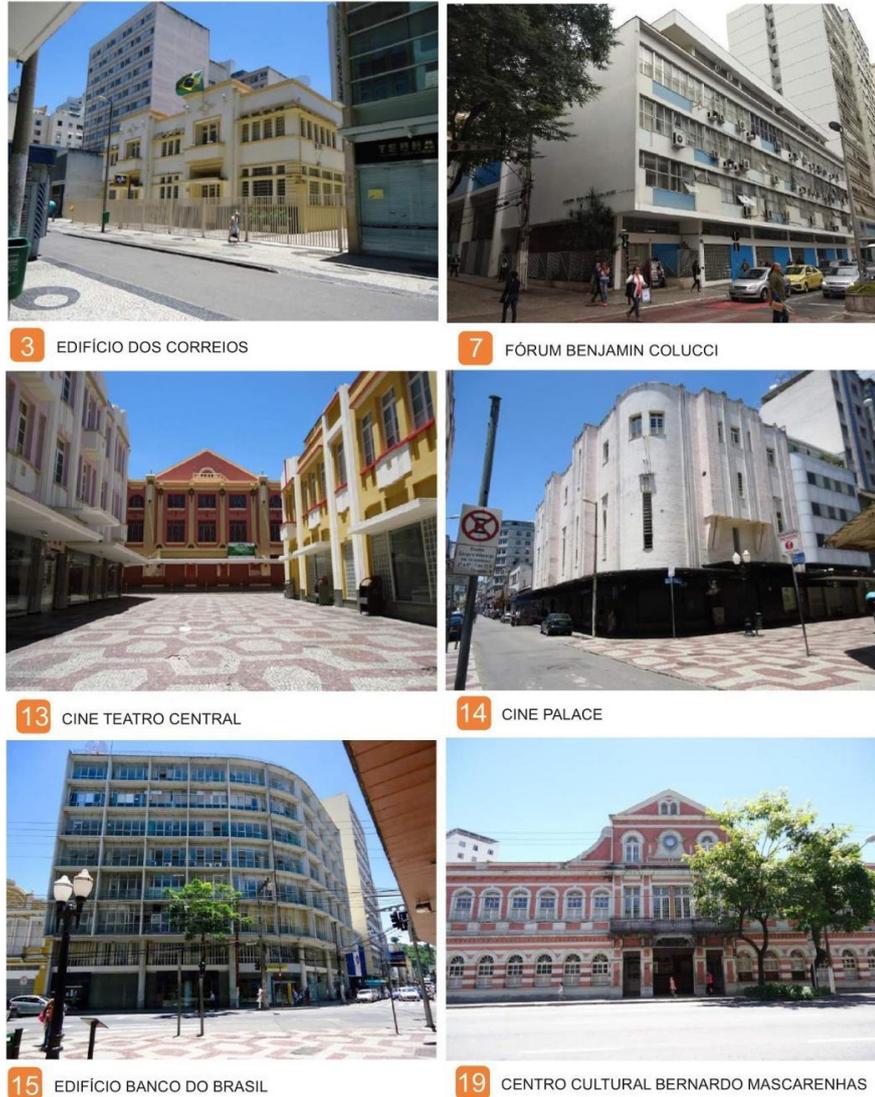


FIGURA 4: Fotos dos exemplares mapeados.

Fonte: Autores, 2019. Fotos: Brigatto e Unanue, 2019.





2 EDIFÍCIO CASA MAGALHÃES



4 EDIFÍCIO PAM MARECHAL



5 EDIFÍCIO SULACAP



6 GALERIA PIO X



9 EDIFÍCIO CLUBE JUIZ DE FORA



10 PAÇO MUNICIPAL

FIGURA 5: Fotos dos exemplares mapeados.

Fonte: Autores, 2019. Fotos: Brigatto e Unanue, 2019.

Delimitado o recorte temporal, e tendo como fator primordial o incentivo à experimentação e à vivência arquitetônica, procurou-se entender a dinâmica de usos cotidianos atuais das edificações, a fim de se determinar potenciais obras arquitetônicas e situações urbanas. A escolha da região central foi orientada pela importância histórica do citado triângulo central para a formação e consolidação da cidade de Juiz de Fora e que abriga a maior parte dos edifícios históricos e culturais de seu cotidiano.

O principal produto da pesquisa foi a produção de um mapa que visa reunir os exemplares cotidianos e visitáveis das obras arquitetônicas catalogadas, com informações básicas projetuais, como histórico, implantação, soluções arquitetônicas, iconografias licenciadas, dados técnicos, etc. Este resultado é entendido como um material em constante desenvolvimento e não se encerra com esta pesquisa, uma vez que permitirá a pesquisas futuras abranger um maior número de obras, alargar o recorte temporal inicial e também a área de levantamento das obras. Além da

ampliação da identificação de mais obras a serem estudadas e aplicadas em sala de aula, este trabalho visa contribuir, sobretudo, para a percepção de valores locais e para a disseminação do uso de referências cotidianas no ensino em Arquitetura e Urbanismo, tanto na FAU/UFJF como em outras faculdades que se encontram em contextos similares.

Destaca-se, além disso, o desenvolvimento e aprimoramento de um senso crítico e analítico dos estudantes, que ao estudarem obras que fazem parte do dia a dia da cidade em que vivem, podem ampliar suas percepções sobre o fazer arquitetônico e a responsabilidade do arquiteto e urbanista, aproximando-se do entendimento de uma imagem corporificada, conforme indica Pallasmaa (2013, p. 11).

Conclusão

O levantamento das obras passíveis de estudo na cidade de Juiz de Fora demonstrou a existência de exemplares de edifícios de uso comercial e misto, com salas comerciais e lojas (Edifício Clube Juiz de Fora), salas comerciais e uso institucional (Pam Marechal), residencial multifamiliar com lojas no térreo (Centro Comercial Solar Palace e Casa Magalhães - único representante Art Déco em estilo marajoara), uso exclusivamente institucional (Sede dos Correios e Banco do Brasil), uso cultural (Centro Cultural Bernardo Mascarenhas), uso exclusivamente comercial (antigo Cine Palace recentemente convertido em loja Riachuelo), e situações urbanas de interesse, como a Praça João Pessoa (configurada pelo Cine Theatro Central, em estilo eclético, e dois edifícios art déco gêmeos, o Edifício São Sebastião e o Edifício Grippi), o conjunto de calçadões e galerias de acesso público que compõem o “coração” do centro da cidade, entre as ruas Barão de São João Nepomuceno e Mister Moore (BRAIDA, 2011, p.87). Destaca-se a participação da Rua Halfeld, a “alma da cidade” (Braida, 2011), com exemplares que vão do eclético (Câmara de Vereadores e Espaço Cidadão da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora), uma série de edifícios art déco (Lojas Arpel, Edifício Sulacap, Edifício da Galeria Pio X). No entorno do Parque Halfeld encontram-se o Fórum Benjamin Colucci e o Edifício Clube Juiz de Fora, com linguagens essencialmente modernas.

Os exemplares assinalados ampliam os resultados de pesquisa anterior realizada com docentes do primeiro ano da FAU/UFJF, que apontavam para uma baixa utilização de exemplares locais e cotidianos nos exemplos citados em sala de aula e uma preponderância de arquiteturas estrangeiras ou de exemplares localizados nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo (Unanue, 2016).

Com a complexidade acerca do ensino em AU exposta, procurou-se demonstrar como as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) têm afetado a velocidade de propagação e consumo de informações, privilegiando a prevalência da linguagem visual na seleção e utilização de referências projetuais. Para as escolas localizadas em contextos pericêntricos, como Juiz de Fora, é de entendimento que utilizar exemplares locais, cotidianos e visitáveis pode contribuir para escapar das percepções pautadas unicamente na visualidade para acrescentar uma percepção ampliada da arquitetura e do urbanismo com a visita a obras selecionadas que fazem parte da história da cidade e da vida cotidiana dos estudantes.

Assim, não apenas suplantam-se dificuldades e restrições do ensino no contexto pericêntrico - desprovido de obras icônicas publicadas, mas onde se concentra a maior parte das escolas brasileiras - como se articula o aprendizado àquela imagem corporificada (Pallasmaa, 2013), da qual faz parte a experiência multissensorial vivida e materializada. Nesta busca por uma mudança no olhar para as produções

arquitetônicas fora dos grandes centros e seu valor para o aprendizado em AU, este trabalho sugere uma perspectiva para o ensino nos contextos pericêntricos perante a valorização de referências que permitam a experimentação do objeto, a observação e a vivência do espaço. Além disso, esta mirada voltada para a produção local pode revelar um potencial arquitetônico ainda não trabalhado, mas que poderá contribuir efetivamente para um aprendizado crítico, o qual forneça ferramentas e um repertório útil ao pensamento projetual dos futuros arquitetos.

Finalmente, cabe ressaltar a importância da conjugação entre o trabalho prático e os conteúdos teóricos que extrapolam os muros da sala de aula para realizar-se na visita a campo, através de uma metodologia ativa capaz de construir pontes entre práticas docentes instituídas e validadas e uma miríade de práticas passíveis de serem criadas e incorporadas ao aprendizado em AU. Práticas estas que podem se tornar uma contribuição dos contextos pericêntricos para os grandes centros, invertendo o tradicional caminho de validação dos exemplares relevantes no ensino de projeto de arquitetura e urbanismo.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio do Programa de Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora, que possibilitou a realização desta pesquisa através do Edital 01/2018, XXVII PIBIC/CNPq/UFJF2018/2019, XXXI BIC/UFJF2018/2019 e II VIC 2018/2019. Agradecemos à colaboração do bolsista Nicolas Crown Guimarães na produção do material gráfico.

Referências

- BRAIDA, Frederico. **Passagens em rede: a dinâmica das galerias comerciais e dos calçadões nos centros de Juiz de Fora e Buenos Aires**. Juiz de Fora: Funalfa, 2011.
- CARDOSO, Carina Folea. **100 anos de verticalização em Juiz de Fora: edifícios de apartamentos na avenida Barão do Rio Branco**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015, 99 f. [Dissertação]. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.
- LASSANCE, Guilherme et al. **Rio Metropolitano: guia para uma arquitetura**. (1a ed.) Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.
- PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- _____. **A imagem corporificada: imaginação e imaginário na arquitetura**. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- RASMUSSEN, Steen Eiler. **Arquitetura vivenciada**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SANTANA, Rodrigo. PUGLIESI, Stella. **Arquitetura Moderna em Juiz de Fora: a contribuição de Arthur Arcuri**. Juiz de Fora : Funalfa, 2002.
- SANTOS, Rodrigo Gonçalves dos. **Três rastros de uma cartografia do corpo no espaço: um ensaio sobre o ver e o não-ver e o sentido de uma educação estética da/narquitetura**. Cadernos Proarq. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFRJ, Rio de Janeiro: v.1, n. 24, p.143-157, julho 2015.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

UNANUE, Mariane Garcia. **Ensinando fora do Centro: as referências no ensino de introdução à concepção em arquitetura e suas possibilidades para uma pedagogia do projeto no contexto pericêntrico**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016, 203 f. [Tese]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

UNWIN, Simon. **A análise da arquitetura**. 3a ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

VAZ, Carlos Eduardo Verzola.; CELANI, Maria Gabriela Caffarena. **Um método de ensino de projeto baseado em precedentes: sistemas generativos e ontologias aplicados no ensino de arquitetura paisagística**. Cadernos Proarq. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, Rio de Janeiro: v.1, n.19, p. 26-46, dez. 2012.

VIEIRA, Bernardo da Silva. **A comunhão das artes e da natureza: as residências de Arthur Arcuri**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2016.

ZEIN, Ruth Verde. Há que se ir às coisas: revendo as obras. In:ROCHA-PEIXOTO, Gustavo...[et al.](orgs.). **Leituras em teoria da Arquitetura 3: objetos**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2011, p.204-236.

WAISMAN, Mariana. **O interior da história**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvo guardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: "O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação".

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 31/07/2019

Aprovado em 26/11/2019

SIMONE NEIVA E ALEXANDRE EMERICK NEVES

Intervenções de Gordon Matta-Clark: questionamentos para arquitetura no diálogo com a arte

Gordon Matta-Clark's Interventions: questions posed for architecture in dialogue with art

Simone Neiva

Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha. Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP). Possui Pós-doutorado em Arquitetura (Mackenzie). Mestre em Arquitetura (Universidade de Tóquio). Mestre em Artes (UFES). Especialista em História da Arte e História da Arquitetura (PUC/Rio). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFES). Pesquisadora Fellow (Fundação Japão Tóquio). Consultora (ONU). Pesquisadora do Grupo Sistemas Contemporâneos de Projeto (SPC/UVV).

Professor in the Postgraduate Program in Architecture and Urbanism at Universidade Vila Velha. DSc. in Architecture and Urbanism (USP). With a Post-Doctorate research in Architecture (Mackenzie), she holds the following degrees: Master's on Architecture (University of Tokyo); Master's on Arts (UFES); Specialist on Art History and History of Architecture (PUC / Rio); B.A. on Architecture and Urbanism (UFES). She has worked as a Fellow Researcher for The (Japan Tokyo Foundation; as a Consultant for The UN. Researcher currently associated with the Contemporary Design Systems Group (SPC / UVV).

simone.neiva@uvv.br / simoneiva@gmail.com

Alexandre Emerick Neves

Artista, professor e pesquisador, Alexandre Emerick Neves é Professor de História e Teoria da Arte da UFES. Foi Professor Visitante na University of California, tem Pós-Doutorado na University of California, é Doutor em Artes Visuais e Mestre em História da Arte pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (EBA/UFRJ), e graduado em Pintura (EBA/UFRJ). Participa dos seguintes Grupos de Pesquisa do CNPq: 1-) Arte, Filosofia e Literatura na Idade Média; 2) LabArtes - Laboratório de Pesquisa em Teorias da Arte e Processos em Artes. Participou de exposições artísticas em instituições como Museu Nacional de Belas Artes, Museu de Arte Moderna de Resende e Escola de Artes Visuais do Parque Lage.

Artist, professor and researcher, Alexandre Emerick Neves is a Professor of History and Theory of Art at UFES. He was a Visiting Professor at the University of California, with a Post-Doctorate degree from the University of California, a DSc. in Visual Arts and a Master's degree in Art History from the Postgraduate Program in Visual Arts (EBA / UFRJ), and a B.A. in Painting (EBA / UFRJ). Currently he participates in the following CNPq Research Groups: 1-) Art, Philosophy and Literature in the Middle Ages; 2) LabArtes - Research Laboratory on Art Theories and Arts Processes. He has participated in artistic exhibitions at institutions such as the National Museum of Fine Arts, the Museum of Modern Art in Resende and the School of Visual Arts at Parque Lage.

alexandreemerick@gmail.com

Resumo

O artigo tem como objeto o diálogo da arquitetura com a arte nas intervenções do artista Gordon Matta-Clark. Como recorte, apresentamos o questionamento dos princípios arquitetônicos de funcionalidade, permanência, habitabilidade e estabilidade nas obras *Conical Intersect* (1975), *Office Baroque* (1977) e *Circus Caribbean Orange* (1978). O objetivo é verificar o alcance de tais questionamentos e suas ressonâncias no campo da arquitetura. Fazem parte de nosso referencial teórico os autores Rosalind Krauss (1979), Hal Foster (2011), David Moriente (2010) e outros. Nossa intenção é contribuir para a ampliação do repertório teórico e crítico arquitetônico sobre o diálogo entre arte e arquitetura. Ao final, apresentamos, como contribuição ao debate, a ideia de uma possível autorreflexão da arquitetura.

Palavras-chave: Arquitetura. Arte. Escultura. Diálogo. Gordon Matta-Clark.

Abstract

*The article has as its object the dialogue of architecture with art in the interventions of the artist Gordon Matta-Clark. We approach the questioning of the architectural principles of functionality, permanence, habitability and stability found in the works *Conical Intersect* (1975), *Office Baroque* (1977) and *Circus Caribbean Orange* (1978). The goal is to verify the scope of such questions and their resonances in the field of architecture. Our theoretical framework includes authors Rosalind Krauss (1979), Hal Foster (2011), David Moriente (2010) and others. Our intention is to contribute to the expansion of the theoretical and critical architectural repertoire about the dialogue between art and architecture. At the end, we present the idea of a possible self-reflection of architecture as a contribution to the debate.*

Keywords: Architecture. Art. Dialogue. Gordon Matta-Clark.

Introdução

Entre 1971 e 1978, o artista norte-americano Gordon Matta-Clark fez intervenções em edifícios abandonados ou destinados à demolição. A intenção era criticar os postulados da arquitetura e do urbanismo moderno e a lógica desagregadora do sistema capitalista. Para tanto, recortou paredes e pisos, subvertendo os sistemas referenciais construtivos. Ao abrir esses edifícios para a luz e o ar, o artista criou imensas esculturas a partir de uma inusitada série de relações espaciais que propuseram questionamentos da natureza da própria arquitetura.

O artigo analisa três das intervenções de Matta-Clark: **Conical Intersect** (1975), **Office Baroque** (1977) e **Circus Caribbean Orange** (1978). A intenção é compreender o modo como essas obras questionam princípios fundamentais da arquitetura, tais como funcionalidade, permanência, habitabilidade e estabilidade. A investigação justifica-se pelo fato de a arte e a arquitetura partilharem cada vez mais questões comuns, borrando as fronteiras tradicionais e estabelecendo possibilidades de reflexão renovada para ambas as áreas. O objetivo é verificar o alcance de tais questionamentos, suas ressonâncias nos campos da arte e da arquitetura e a possibilidade de autorreflexão da arquitetura. Como referencial teórico, utilizamos os autores Rosalind Krauss (1979), Hal Foster (2011), David Moriente (2010) e outros. A intenção é contribuir para a ampliação do repertório teórico e crítico arquitetônico sobre o diálogo entre as duas disciplinas – tema que vem sendo estudado por pesquisadores como Simões (2018), Tonetti (2013), Vidler (2013), Wisnik (2012), Foster (2011), Moriente (2010), Franjndlich (2009), Rendell (2006), Colombina (2006), Montaner (2002), Maderuelo (1990) e Krauss (1979).

Na primeira parte do texto, a obra de Matta-Clark é apresentada como “estrutura-axiomática” (arquitetura e não-arquitetura), categoria criada pela historiadora Rosalind Krauss (1979) para definir obras que pressupõem intervenções no espaço real da arquitetura e devem ser experimentadas integralmente pelo corpo. A segunda parte do artigo trata dos primeiros anos da produção de Matta-Clark, nos quais o artista demonstra interesse pelas relações entre corpo e espaço e pelo “inconsciente arquitetônico”,¹ conceito presente na obra de vários artistas a partir dos anos 1960. A terceira parte consiste da análise das obras **Conical Intersect** (1975), **Office Baroque** (1977) e **Circus Caribbean Orange** (1978). Ao final, apresentamos como contribuição ao debate a ideia da possível autorreflexão da arquitetura.

Gordon Matta-Clark na fronteira “arquitetura e não-arquitetura”

Em 1979, Rosalind Krauss publicou o texto *Escultura no campo ampliado*, na revista *October*². O ensaio indicava a necessidade de ampliação do discurso crítico da arte, que passava por profundas transformações, sendo levada ao questionamento de categorias tradicionais e a uma reconfiguração dos limites da escultura em direção a um campo partilhado entre a arte, a arquitetura e a paisagem. Para tanto, Krauss

1 Segundo David Moriente, o consciente arquitetônico é mencionado por Adam D. Weinberg, curador da exposição *The Architectural Unconscious*, ocorrida na Addison Gallery Phillips Academy em 2000 e pelo crítico Fernando Castro no artigo “Matta-Clark, retrato del artista demolidores”, *ABCD*, 9 de julho de 2006. In: MORIENTE, David. *Poéticas Arquitetônicas en el Arte Contemporáneo - 1970-2008*. Madrid: Arte Cátedra. 2010, p. 30-31

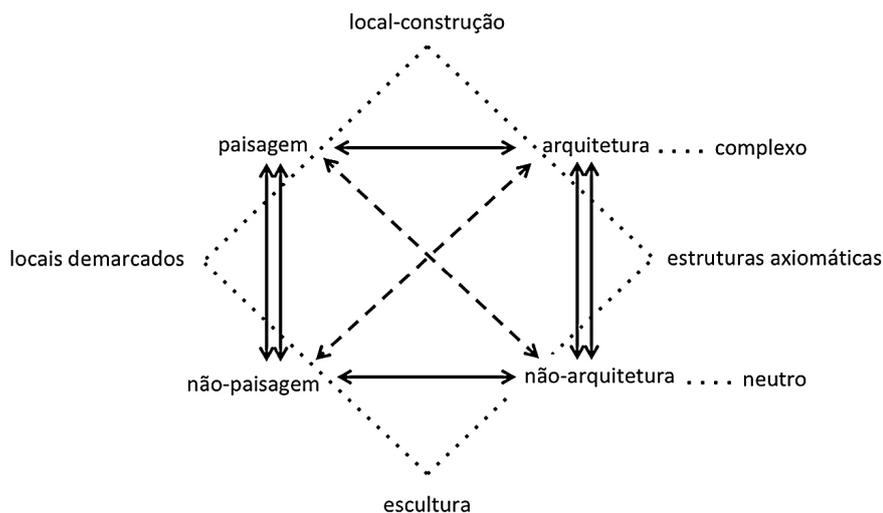
2 O título original do texto é *Sculpture in the Expanded Field*. Originalmente publicado no número 8 da revista *October*, na primavera de 1979 (31-44). Utilizamos a tradução publicada no número 1 da *Gávea*, revista do Curso de Especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil, da PUC-Rio, em 1984 (p. 87-93).

utilizou a estrutura de um diagrama matemático para reposicionar a escultura e definir três novas categorias:

- “construções no site” (paisagem e arquitetura);
- “sites marcados” (paisagem e não-paisagem);
- “estrutura axiomática” (arquitetura e não-arquitetura).

FIGURA 1: Diagrama do Grupo Klein.

Fonte: Krauss, 1984, p. 134.



No esquema proposto (Figura 1), os termos opostos, paisagem e arquitetura, foram denominados de complexo. Obras situadas, ao mesmo tempo, como paisagem e arquitetura fariam parte desse campo, como, por exemplo, os labirintos, as trilhas e os jardins japoneses. Para pensar aquilo que Krauss denominou de complexo, a cultura moderna ocidental teria que “[...] admitir no campo da arte dois termos anteriormente a ele vetados: a paisagem e a arquitetura – termos estes que poderiam servir para definir o escultórico” (KRAUSS, 1979, p. 134). Admiti-los era necessário.

A categoria denominada estrutura axiomática (arquitetura e não-arquitetura) indicava que, no último século, a arquitetura havia penetrado profundamente a vida cotidiana, a arte e todo o âmbito cultural, fazendo com que a própria arquitetura se conformasse como matéria-prima fundamental para vários tipos de artistas. Inúmeros artistas poderiam ser reunidos sob um interesse comum no que concerne à pretensão construtiva.

A categoria estrutura axiomática pressupunha necessariamente a intervenção no espaço real da arquitetura e o corpo como veículo essencial à experimentação das obras. Independentemente do meio empregado, o que importa aqui é a experiência de um espaço dado, daquilo que caracteriza a arquitetura, sua espacialidade, suas aberturas e seus fechamentos. Poucas obras se inseririam com tanta propriedade nessa categoria quanto a obra de Gordon Matta-Clark.

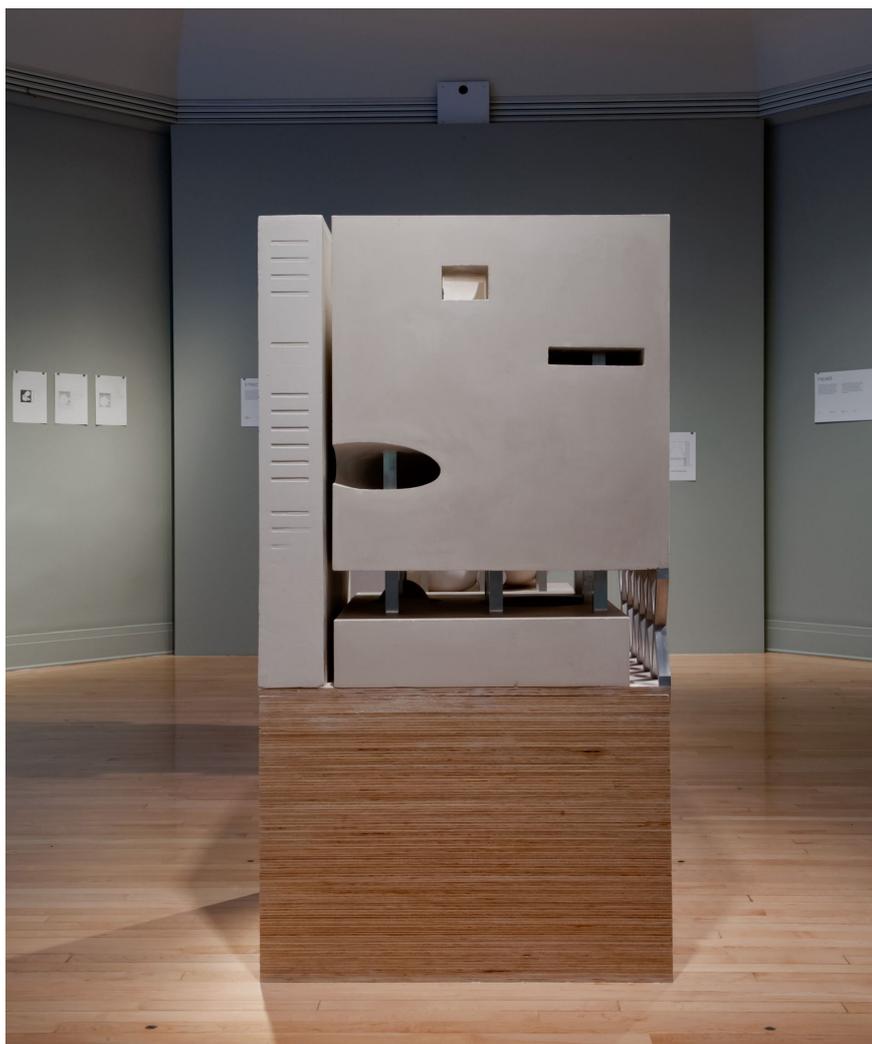
Gordon Matta-Clark foi um artista norte-americano nascido em Nova Iorque em 22 de junho de 1943. Formou-se em arquitetura pela Cornell University (1963-1968). Em 1969, os encontros com artistas da Land Art o levaram definitivamente ao campo da arte. Assim como esses artistas, Matta-Clark rejeitaria a mercantilização da arte e optaria por fotografia, filme, vídeo, performance, desenho, colagem e escultura na forma de intervenção em edifícios. Uma parcela significativa da obra do artista surge exatamente a partir da transformação em escultura do artefato arquitetônico em si.

Os site-specifics executados durante a década de 1970 são suas obras mais conhecidas. Tais trabalhos consistiam na inserção de cortes em edifícios abandonados, dos quais o artista removia partes do piso, do teto e das paredes dos andares. É sobretudo por meio desses procedimentos que Matta-Clark elimina alguns dos princípios fundamentais da arquitetura como funcionalidade, permanência, habitabilidade e estabilidade. Ao alterar esses princípios, o artista não somente transforma os edifícios em objeto artístico, mas consequentemente questiona a arquitetura quanto à sua própria natureza.

Certamente a importância de Matta-Clark não se resume à óbvia relação entre arte e arquitetura. Sua obra provocou uma renovação na arte a partir do uso de procedimentos construtivos arquitetônicos, ao projetar e executar artefatos de modo particular e inusitado. Foram muitos os artistas que herdaram suas concepções, procedimentos e imagens, entre eles Gregor Schneider, Isidoro Blasco, George Rousse, Carlos Bung e Pierre Huyghe (MORIENTE, 2010, p. 31). Do mesmo modo, no campo da arquitetura, a influência dos procedimentos de Matta-Clark pode ser observada na obra de arquitetos contemporâneos como Rem Koolhaas (Figura 2), Frank Gehry ou MVRDV (IGLESIAS, 2015, p. 31). Mas de que modo a obra do artista tem provocado a arquitetura? Esse é o ponto em que incide a nossa questão: de que modo a obra de Matta-Clark tem refletido sobre o campo da arquitetura? E ainda, haveria algo de positivo nesse encontro entre as duas disciplinas, considerando que a eliminação dos princípios arquitetônicos é tão evidente?

FIGURA 2: Rem Koolhaas.
Biblioteca Nacional de
Mitterrand (1989), Paris.

Fonte: <https://www.cca.qc.ca/en/events/3243/tres-grande-bibliotheque-very-big-library?lb_url=%2Fen%2Fflightbox%2Fmediacopy%2Fsummary%3Fmediacopy_url%3D%252Fapi%252Fmediacopy%252F13719>
Acesso em: 25 de dezembro de 2019.



Gordon Matta-Clark: a caminho da não-arquitetura

Ao final dos anos 1950 a maior interatividade dos artistas com o espaço físico da obra por meio da utilização do corpo passa a existir claramente nas obras de pintores como Jackson Pollock e Lucio Fontana, e nas instalações de Allan Kaprow. Na década seguinte, a consciência e a crescente importância dada ao corpo constituíram um dos temas essenciais da arte. A continuidade da exploração do corpo no espaço é perceptível em instalações, happenings e performances de diversos artistas.

Assim como na arte do pós-guerra, o universo da arquitetura propõe obras que insistem em uma maior reflexão sobre as relações entre o corpo e o espaço. Exemplos disso são as obras do arquiteto romeno Frederick Kiesler (1890-1965). Um dos idealizadores da galeria surrealista para a exposição **Art of this Century** (1942), promovida pelo Museu Guggenheim, Kiesler desenvolveu nos anos subsequentes propostas em maior sintonia com a corporalidade. No projeto **Endless House** (1947-1961) (Figura 3), o arquiteto adotou a forma de uma espiral de base orgânica que remete a imagens de nuvens suspensas no ar. Uma arquitetura sem paredes ou fundações convencionais. O projeto é o resultado da “busca de formas arquitetônicas onde o corpo humano fosse capaz de se inter-relacionar de maneira espiritual, física e social com o entorno” (MONTANER, 2002, p. 52). O processo utilizado por Kiesler tem a intenção de traduzir para a arquitetura e para seus elementos construtivos as preocupações com a acomodação do corpo. Nesse período:

No sentido contrário, e como se pode comprovar, o comportamento estético-espacial do sujeito começa a adquirir suma importância como se o entorno transmitisse uma série de emoções ou distúrbios que alterassem seus movimentos em direção a certo aspecto teatral ou, se preferirmos, performativo³ (MORIENTE, 2010, p. 26, tradução nossa).

FIGURA 3: Frederick Kiesler. Endless House (1947-1961), maquete exibida entre 1958-59 no MOMA.

Fonte: < <https://dprbcn.wordpress.com/2009/09/21/endless-house-frederick-kiesler/> >

Acesso em: 13 de agosto de 2019.



3 “En sentido contrario, y como se podrá comprobar, comienza a adquirir suma importancia el comportamiento estético-espacial del sujeto, como si la localización circundante transmitiese una serie de emociones o trastornos que alteran sus movimientos hacia un aspecto certamente teatral o, si se prefiere, performativo”. In: MORIENTE, David. Poéticas Arquitectónicas en el Arte Contemporáneo - 1970-2008. Madrid: Arte Cátedra. 2010, p. 26.

Dentro desse panorama espacial e sociocultural atuaram artistas como Vitor Acconci, Bruce Nauman, Dan Graham e, um pouco mais tarde, Gordon Matta-Clark. Artistas cujos interesses consistiam no comportamento do corpo sujeito às condições mediadas pelo espaço circundante. Os trabalhos desses artistas acontecem no momento da passagem da dimensão do corpo que confere significado ao espaço para o corpo que pode alterar a própria espacialidade construída. Nesse momento surge uma espécie de “inconsciente arquitetônico” que comunicaria a categoria do corpo com o espaço (MORIENTE, 2010 p. 30).

Conhecido sobretudo pelos trabalhos em locais específicos e pelos edifícios cortados, Gordon Matta-Clark tornou-se um dos artistas a trabalhar com maior intensidade o conceito de inconsciente arquitetônico. Suas obras revelam de maneira intensa, e quase psicanalítica, o “outro do espaço que habitamos” (MORIENTE, 2010, p. 31). Um espaço que comportaria em si um aspecto onírico ou virtual, e que contorna e traz vazios à consciência.

Embora a afinidade de Matta-Clark com a arquitetura pudesse ser justificada pela formação de arquiteto, ele não chegou a exercer a profissão. Iniciou a carreira de artista como auxiliar de Dennis Oppenheim na exposição *Earth Art* (1969). Na ocasião, conheceu vários artistas nova-iorquinos, entre eles Robert Smithson. A partir de então, Smithson passou a ser um mentor para Matta-Clark e sua obra *Partially buried woodshed* (1970) (Figura 4) tornou-se referência central. Constituída por uma cabana de madeira parcialmente enterrada até que a viga principal de sustentação da cobertura se rompesse, a obra é “uma nítida proposição de que a arquitetura é um sistema de ordenação que entra em falência diante da força entrópica da natureza” (WISNICK, 2012, p. 155-156). A ideia de falência da estrutura arquitetônica, denominada por Smithson de “*de-architeturization*” (FOSTER et alii, 2016, p. 584), foi mais tarde explorada por Matta-Clark não por meio da força natural, mas da ação humana. No caso do artista, por meio de cortes.

FIGURA 4: Robert Smithson. *Partially buried woodshed* (1970), Kent State University in Kent, Ohio.

Fonte: https://classconnection.s3.amazonaws.com/826/flashcards/997826/jpg/partially_buried_woodshed1364674166066.jpg

Acesso em: 14 de agosto de 2019.



O contato com os artistas da Land Art oferece a Matta-Clark princípios importantes, como o conceito de *site-specificity*. O espaço público e a arquitetura decadente das grandes metrópoles foram, daí em diante, sua matéria-prima. Conhecido sobretudo pelos trabalhos nos quais intervém em edifícios abandonados e condenados à demolição, Matta-Clark utilizou os cortes como “um dos conceitos operatórios que mais se refletem em suas obras” (CIDADE, 2010, p. 15). Dos edifícios, o artista removeu partes do piso, do teto e das paredes dos andares. Essa arquitetura vilipendiada ataca a arrogância da arquitetura que se supõe perene como construção e altamente eficiente em seu papel social. Assim, Matta-Clark critica o atual desenvolvimento urbano que esfacela a cidade e gera espaços abandonados, terrenos e edificações vazias. Por meio de cortes em construções o artista:

Revela o caráter efêmero, precário e ideológico da arquitetura como construção simbólica, atacando também o ciclo de produção e consumo da cidade: sua obsolescência programada, o descaso com os bairros suburbanos, e a compartimentação alienante dos espaços domésticos, normalmente ocultada pela uniformidade protetora das fachadas (WISNICK, 2012, p. 158).

Nos primeiros anos como artista, Matta-Clark não demonstra predileção por nenhum tipo de manifestação em particular (MORIENTE, 2010, p. 34). Executa desenhos (*Architectural addition to an ideal landscape*, 1970), *performances* (Clockshower, 1971), instalações (Garbagewall and Rosebush, 1970) e fotografias (Wall paper, 1972). Entretanto, nota-se em todas elas uma matriz arquitetônica expandida nos trabalhos denominados “anarquitectura”.⁴ Alguns desses trabalhos abarcam intervenções que rompem com os preceitos fundamentais da arquitetura convencional como a funcionalidade, a suposta permanência, a habitabilidade e a estabilidade. De outro modo, os novos espaços são experimentados a partir de um novo ponto de equilíbrio corporal, questão que trataremos a seguir, ao analisarmos as obras *Conical Intersect* (1975), *Office Baroque* (1977) e *Circus Caribbean Orange* (1978).

Da arquitetura à não-arquitetura: a eliminação das prerrogativas arquitetônicas por Gordon Matta-Clark

Alguns dos trabalhos conhecidos como “anarquitectura”⁵ variam em escala e localização. Eles apresentam desde cortes sob as portas dos cortiços abandonados no Bronx (*Bronx Floors: Thresholds*, 1973) (Figura 5), passando pelo corte vertical de uma casa suburbana de Nova Jersey (Splitting, 1974) (Figura 6), por *Days End* (1975), intervenção em um antigo armazém de um cais nova-iorquino (Figura 7) e chegando a trabalhos nos quais, além do aumento da escala, cresce a complexidade dos cortes. Foi em trabalhos como *Conical Intersect* (1975), *Office Baroque* (1977) e *Circus Caribbean Orange* (1978) que arte e arquitetura tornaram-se indissociáveis e pertencentes à categoria estrutura-axiomática (arquitetura e não-arquitetura) de modo inquestionável.

4 O termo, segundo o artista, não significava uma antiarquitetura, mas sim “tentativas de esclarecer ideias a respeito do espaço”. In: O'NEIL, Elena. Ideias-em-forma: intervenções de Gordon Matta-Clark. Colaborações. Disponível em: https://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae17_Elena_O%E2%80%9999Neill.pdf. Acesso em: 24 de dezembro de 2018.

5 “A exposição colaborativa conhecida como Anarchitecture (1974), revela algo desse contínuo combate de luta mental com o discurso arquitetônico e passa a ser uma palavra usada em muitos contextos com referência a Matta-Clark. Desde a sua morte, tornou-se intimamente associado com suas ideias mais amplas sobre arte e arquitetura”. In: ATTLEE, James. Towards Anarchitecture: Gordon Matta-Clark and Le Corbusier. Disponível em: <http://www.tate.org.uk/research/publications/tate-papers/07/towards-anarchitecture-gordon-matta-clark-and-le-corbusier>. Acesso em: abril de 2018. Anarquitectura era um grupo colaborativo formado por Laurie Anderson, Tina Girouard, Suzanne Harris, Jene Highstein, Bernard Kirschenbaum e Richard Landry, e ocasionalmente, Jeffrey Lew ou Carol Goodden. In: MORIENTE, David. Poéticas arquitetônicas en el arte contemporáneo 1970-2008. Madrid: Catedra, 2010, p. 40



FIGURA 5: Gordon Matta-Clark. Bronx Floors: Thresholds (1972), Bronx, Nova York.

Fonte: <<http://www.tate.org.uk/research/publications/tate-papers/07/towards-anarchitecture-gordon-matta-clark-and-le-corbusier>>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

FIGURA 6: Gordon Matta-Clark. Splitting (1977), Nova Jersey.

Fonte: <https://www.bmiaa.com/wpcontent/uploads/2017/04/2cb15b5d9e0bf9c43420d440eaf6942.jpg>

Acesso em: 13 de agosto de 2019.



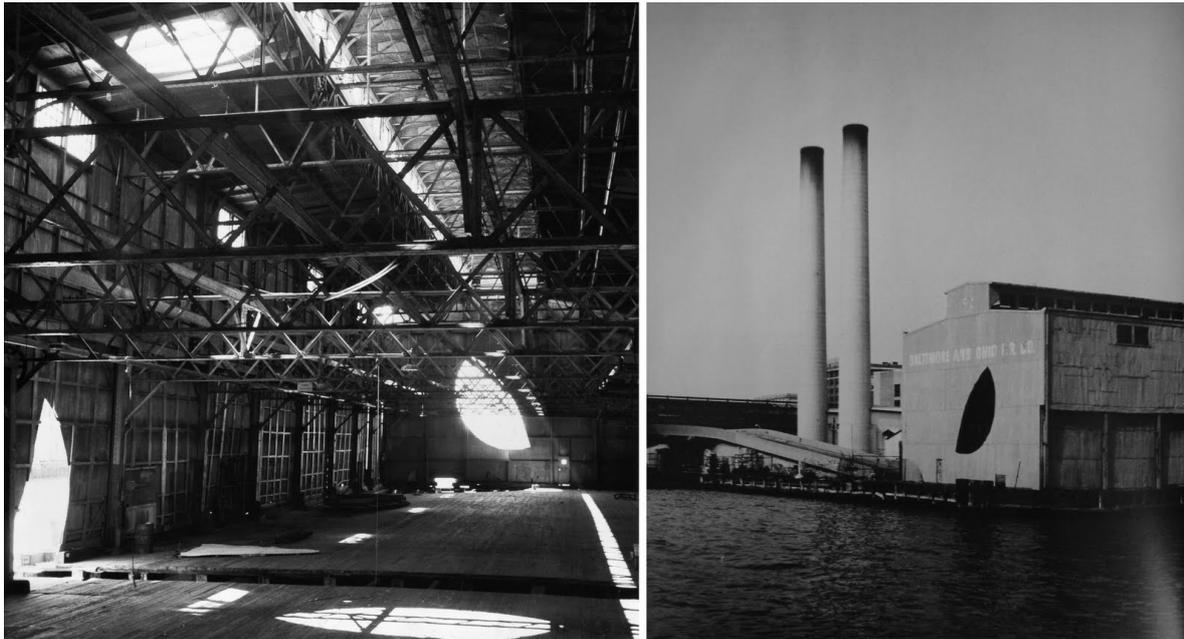


FIGURA 7: Gordon Matta-Clark. Day's End (1975), Nova York.

Fonte: <<http://sadlynogoodwillgesture.blogspot.com/2011/06/>> Acesso em: 13 de agosto de 2019.

Em *Conical Intersect* (1975), por exemplo, os cortes atravessam dois grandes edifícios adjacentes nos arredores de Paris. Nessa obra o nível de comprometimento estrutural fez com que praticamente a arquitetura deixasse de ser reconhecida como tal pela falta de estabilidade. Em *Office Baroque* (1977), a intervenção se dá em um edifício de cinco andares em Nova York. Em *Circus Caribbean Orange Circle* (1978), a complexidade de cortes nas estruturas e nas vedações de casas na cidade de Chicago levam o visitante a uma intensa vertigem, beirando a queda ao vivenciar a obra.

Contudo, se por um lado, essas três obras questionam alguns dos princípios fundamentais da arquitetura, como funcionalidade, permanência, habitabilidade e estabilidade, por outro, só puderam existir a partir da intervenção no espaço real da arquitetura e da alteração da experiência daquilo que também caracteriza a arquitetura – a espacialidade e a experimentação via corpo.

Conical Intersect (1975) e a desconstrução poética do lugar

Em *Conical Intersect* (1975), contribuição de Matta-Clark para a Bienal de Paris de 1975, o artista critica a gentrificação urbana sob a forma de uma intervenção radical que atravessa dois edifícios adjacentes do século XVII. Os edifícios, localizados nos arredores do Centro Georges Pompidou, haviam sido designados para demolição em razão da alta valorização imobiliária da região após a construção do Centro Cultural. A despeito da proximidade com as técnicas de demolição, as ações de Matta-Clark dão fôlego às edificações condenadas. As intervenções estéticas incidem incisivamente sobre sua presença no contexto urbano. Assim, trabalhar as relações estéticas significou também reorientar a funcionalidade e rever a permanência por meio da reedificação da habitabilidade perdida.

Em oposição à arquitetura monumental pós-moderna do Plateau Beaubourg, Matta-Clark cria um antimonumento. Essencialmente, o artista insere um furo em forma de tornado que, ao espiralar a 45 graus, sai pelo telhado (Figura 8). O vazio resultante oferece a visão da estrutura do edifício (Figura 9). As intervenções alteram consistentemente o que previamente haviam sido os espaços de tal arquitetura,

transformando-a em não-arquitetura. A intenção de Matta-Clark em *Conical Intersect* (1975) é “plasmar a geometria invisível no mundo físico” (MORIENTE, 2010, p. 49). Ou seja, a arquitetura é invadida por uma nova perspectiva tridimensional, por meio da introdução de formas cônicas vazias. Desse modo, Matta-Clark cria uma complexa percepção dos distintos níveis que vão sendo atravessados pelas novas linhas visuais, ou seja, pelas linhas diagonais que virtualmente perfuram os andares. Não se trata de desorientação, mas de reorientação, pois a intervenção na estrutura da arquitetura é também interferência na ordem espaço-temporal do lugar. Não é difícil assinalar alguma conformidade com os preceitos heideggerianos de habitar e construir, sobretudo se aceitarmos que “poeticamente o homem habita” (HEIDEGGER, 2012, passim), o que somente “acontece enquanto os poetas forem aqueles que tomam a medida para o arquetônico, para a harmonia construtiva do lugar” (HEIDEGGER, 2012, p. 178). Na convergência entre lugar de elaboração e de fruição da obra, das técnicas desconstrutivas e expositivas, observa-se em *Conical Intersect* (1975) certa ampliação da ideia de site-specificity, da relação da escultura com o lugar, pois Matta-Clark arquiteta poeticamente uma escultura-lugar, transformando o próprio lugar, antes habitado, em obra de arte.

FIGURA 8: Gordon Matta-Clark. *Conical Intersect* (1975), Paris.

Fonte: <<http://charlesbroskoski.com//view.php?id=gordon-matta-clark>>

Acesso em: 13 de agosto de 2019.

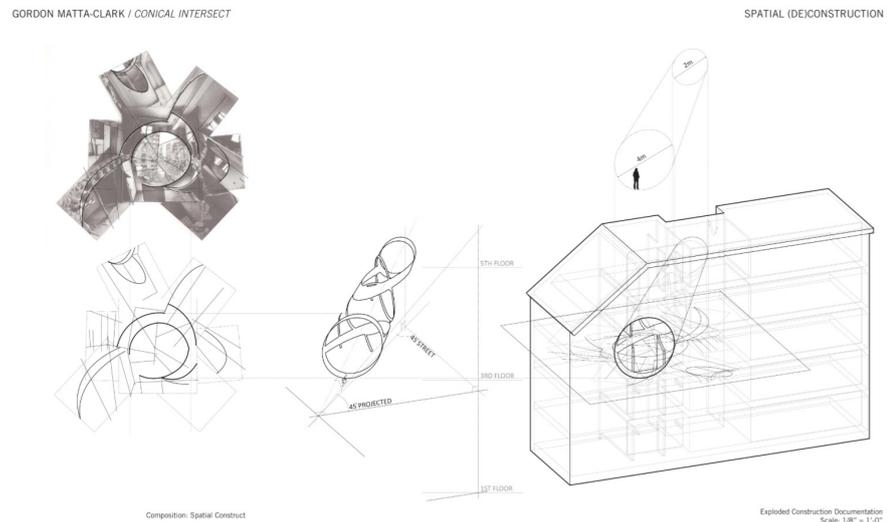
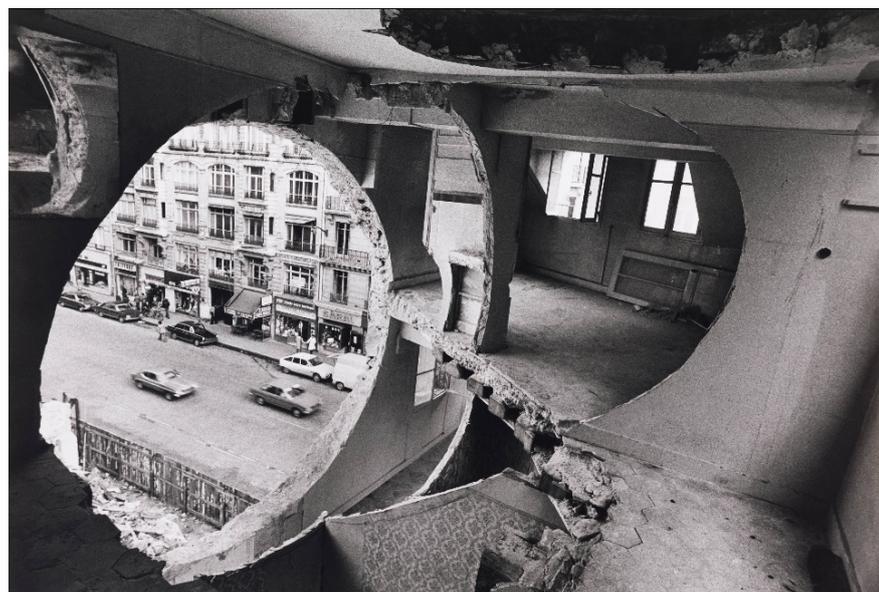


FIGURA 9: Gordon Matta-Clark. *Conical Intersect* (1975), Paris.

Fonte: <<https://www.sfmoma.org/artwork/92.426/>>

Acesso em: 13 de agosto de 2019.



Office Baroque (1977) e o extravasamento do olhar

Os cortes também estão presentes em *Office Baroque* (1977) (Figuras 10 e 11). Na obra, as aberturas atravessam cinco andares de um edifício de escritórios de uma antiga empresa da Antuérpia sediada em Nova York. A inspiração foram as sobreposição das marcas em forma de anéis deixadas pelas xícaras de chá sobrepostas em um papel (SPECTOR, 2017). Organizados em torno de dois semicírculos, os cortes vão se arqueando de piso a piso. Matta-Clark descreveu a peça como “uma caminhada através de um arabesco panorâmico” (SPECTOR, 2017). As aberturas no piso transformam os percursos planejados pela arquitetura em atividade de risco. Certa inquietação se impõe a atividades antes corriqueiras – atravessar uma sala – reorientando a relação dos corpos com a funcionalidade apriorística dos lugares. Trata-se principalmente de dramática ressignificação do princípio de habitabilidade. O olhar não fica imune a esse impacto, ao contrário, é ele que induz o corpo ao extravasamento sucessivo dos andares, cujo percurso chega a propor-se vertiginosamente como queda. É também ele, o olhar, que seduz estranhamente o corpo a habitar simultaneamente as diferentes realidades espaço-temporais das câmaras, gesto negativo que institui certa indeterminação de suas especificidades. Diferentemente da claraboia, da parede de vidro ou mesmo do piso transparente, os quais conectam os espaços sem desorientar o corpo quanto ao lugar de observação, o vazamento dos planos estruturantes da arquitetura em *Office Baroque* (1977) denota certa agressividade do ato estético. Assim como nas imagens de martírios, nas quais é justamente a destruição do corpo que nos abre toda a sua economia (MONDZAIN, 2013, p. 241), os cortes de Matta-Clark impõem-se como ruptura, ferem o corpo da construção, fazendo convergir suas partes, superfícies e entranhas, e levando a intuir a possibilidade de experiência nos ambientes como realidade física única, portanto escultórica.

FIGURA 10: Gordon Matta-Clark. *Office Baroque* (1977), Nova York.

Fonte: http://s3.amazonaws.com/mhka_ensembles_production/assets_public/000/012/548/large/Matta-Clark_Gordon_403_27_foto_Florent_Bex.jpg?1348133168

Acesso em: 13 de agosto de 2019.



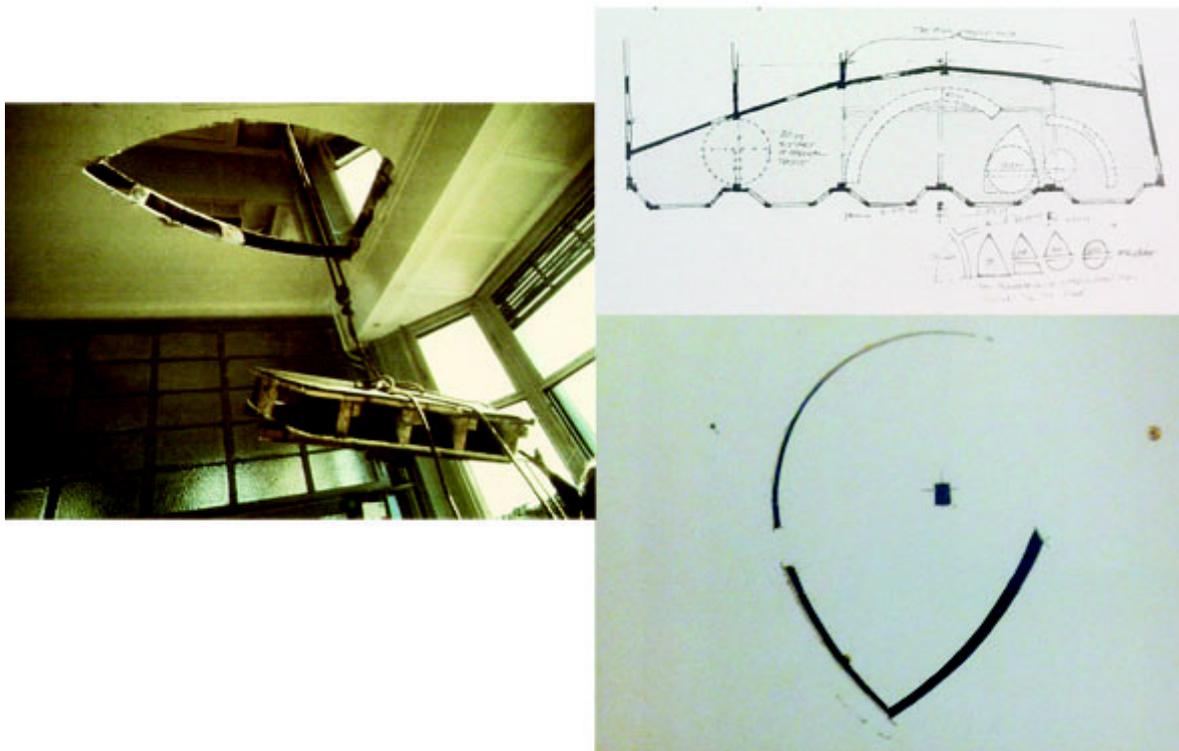


FIGURA 11: Gordon Matta-Clark. Office Baroque (1977), Nova York.

Fonte: <https://integrated4x.wordpress.com/author/karelvdh01/page/39/>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

Circus Caribbean Orange (1978) e o espaço vertiginoso

Para Yve Alain Bois (2016), é a partir de *Thresholds* (1973) que Matta-Clark encontra o meio pelo qual operará de maneira crescentemente complexa nos últimos cinco anos de vida, ou seja:

Em um edifício marcado para uma destruição iminente, que ele perfuraria aqui e ali, criando espaços negativos em sua massa concebida como matéria inerte, sem nenhuma consideração por sua estrutura construtiva e muito menos por sua distribuição funcional original (BOIS in: FOSTER et alii, 2016, p. 584).

Por meio dos cortes, Matta-Clark elimina a prerrogativa de todos os elementos arquitetônicos tradicionais como portas, pisos, janelas, vigas e vãos. Por meio deles, “as três dimensões espaciais não serão somente inscrições geométricas nos planos de projeção, mas sim a fusão das três esferas que se comportam fisicamente” (MORIENTE, 2010, p. 50) (Figura 12). É desse modo que, em *Circus Caribbean Orange* (1978), o espaço torna-se vertiginoso a ponto de não possibilitar diferenciação entre a seção vertical e o plano horizontal (Figura 13), comprometendo e reordenando simultaneamente duas referências cruciais para a arquitetura: a percepção e a habitabilidade. Os espaços criados só se fazem inteligíveis mediante o movimento dos corpos no interior. Em meio à vertigem, Matta-Clark propõe novos caminhos para a visão.

FIGURA 12: Gordon Matta-Clark. Circus Caribbean Orange (1978), Chicago.

Fonte: <https://br.pinterest.com//218143175678945221/?lp=true>

Acesso em: 13 de agosto de 2019.

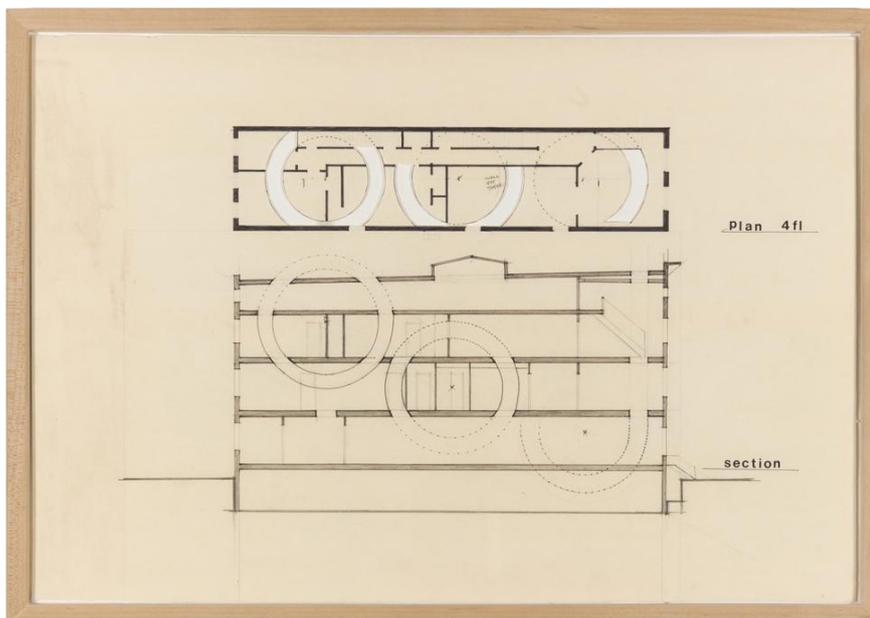


FIGURA 13: Gordon Matta-Clark. Circus Caribbean Orange (1978), Chicago.

Planta baixa e seção longitudinal.

Fonte: <https://mcachicago.org/Collection/Items/1978/Gordon-Matta-Clark-Untitled-Elevation-Plan-For-Circus-Or-1978>.

Acesso em: 13 de agosto de 2019.



Para James Attlee (2007), é justamente nos trabalhos de maior escala que surge o drama, uma expressão de hostilidade para com a arquitetura e a suposta rejeição da formação primeira como arquiteto. Contudo, é também nessas obras que o conhecimento e a destreza do artista em operar com os materiais da arquitetura como tijolos, argamassa, tábuas e o aço, assim como a sua capacidade de pensar estruturalmente o espaço, tornam-se mais presentes. Em obras como **Conical Intersect** (1975), **Office Baroque** (1977) e **Circus Caribbean Orange** (1978) os edifícios dissecados são habilmente convertidos em “uma espécie de esculturas de passeio que desafiam a gravidade e desorientam profundamente” (ATTLEE, 2007, n.p). O processo desconstrutivo de Matta-Clark tensiona a estrutura sem lhe produzir a queda e desafia o princípio de estabilidade, suscitando um equilíbrio aparentemente

instável. As intervenções invertem a lógica construtiva de boa parte das esculturas da época, como nos empilhamentos de peças metálicas geométricas com os quais o escultor Richard Serra constrói uma espécie de arquitetura precária. A meio caminho dessas propostas, da arquitetura para a escultura e vice-versa, o corpo do espectador submete-se intensamente a uma vertiginosa tensão.

Considerações finais

Em 1979, Rosalind Krauss descreve, no artigo *Escultura no campo ampliado* (1979), a saída da escultura da lógica do monumento. Para a autora, a escultura havia deixado de ser algo positivo, passando a ser definida por “aquilo que não era”, espécie de combinação de exclusões que necessitava de um sistema de valores que a configurassem positivamente. No artigo, a escultura aparece reposicionada e definida por três novas categorias: construções no site (paisagem e arquitetura), sites marcados (paisagem e não-paisagem) e estrutura axiomática (arquitetura e não-arquitetura).

Na passagem para a categoria estrutura axiomática (arquitetura e não-arquitetura), a arquitetura necessitou abrir mão de alguns dos princípios fundamentais como funcionalidade, permanência, habitabilidade e estabilidade, para tornar-se arte. Nos trabalhos de intervenção arquitetônica do artista Gordon Matta-Clark, essa condição de abandono de princípios fundamentais é evidente.

Sobre a condição do corpo no espaço, vimos que, desde o final dos anos 1950, a importância atribuída ao corpo era um tema tratado pela arte em intervenções, happenings e performances. Nesse mesmo período, com Kiesler, a reflexão sobre as relações entre o corpo e o espaço também tem início na arquitetura. Havia na época uma espécie de inconsciente arquitetônico que levou os artistas a compreenderem que o corpo poderia alterar a espacialidade construída.

Utilizando o próprio corpo, somado a instrumentos de corte e demolição, Matta-Clark alterou o espaço arquitetônico. A partir da influência dos trabalhos da Land Art, sobretudo de Smithson, que o artista percebeu a arquitetura como sistema de ordenação espacial passível de falência. Matta-Clark foi, ele próprio, agente reestruturador desse sistema, recortando a arquitetura, oferecendo ao observador novos pontos de vista e a possibilidade de outro equilíbrio corporal.

A prática artística de Matta-Clark propõe ao corpo condição distinta daquela requerida pela arquitetura. Tradicionalmente, esta busca colocar o homem dentro do espaço e equilibrá-lo com a linha do horizonte. A vertigem observada em Matta-Clark não é própria da arquitetura convencional, que considera o corpo no espaço na relação entre arte e arquitetura como algo negativo. Contudo, propõe à arquitetura outros modos de fruição do espaço que modificam as bases da própria arquitetura.

Mas não só a relação com o corpo é alterada nas obras de Matta-Clark. Seus cortes eliminam todas as prerrogativas de elementos arquitetônicos mais básicos – portas, pisos, janelas, vãos, vigas e pilares –, tornando o espaço altamente vertiginoso, confundindo os planos verticais e horizontais. O preço a ser pago pela arquitetura agora é a eliminação da habitabilidade do espaço. Nele não se poderá mais viver, mas unicamente caminhar. A estrutura, preservada no limite, é transformada em “escultura de passeio”. Para tornar-se arte, a arquitetura é inutilizada. Pode haver ainda alguma positividade nesse caso?

Sim, é possível observar certa positividade. Pois, se no ato de cortar os espaços, sente-se a morte da habitabilidade, por outro lado, alude-se a certo renascimento dos edifícios. Ativa-se outra espacialidade, como em **Conical Intersect** (1975), por meio da inserção de vazios cônicos ou da entrada da luz e do ar no espaço, ou do engendramento de articulações e profundidades, como em **Office Baroque** (1977).

Outro aspecto importante no encontro das duas disciplinas na obra de Matta-Clark é a especificidade do lugar. Sobretudo nos trabalhos de maior complexidade e escala, a relação com o lugar/site é imprescindível. Sem dúvida, considera-se a ideia da criação de lugar. As propostas reapresentam criticamente os lugares modificando nossa consciência e experiência com a arquitetura. Matta-Clark seleciona arquiteturas anônimas que, no entanto, representam todos os outros edifícios semelhantes espalhados pelo tecido urbano. Importa, portanto, o local da arquitetura para que se materialize a crítica ao sistema. Seus trabalhos tocam em temas caros: o estatuto social, as falhas do sistema urbano e as implicações econômicas subjacentes ao descaso e ao abandono de certas arquiteturas.

Um quarto princípio fundamental tratado por Matta-Clark é a noção de permanência. A prática dos artistas nega o aspecto definitivo da arquitetura, expondo-lhe a temporalidade. Suas obras nascem em edifícios destinados à demolição, o que pressupõe sua temporalidade e efemeridade desde a origem. Os trabalhos às vezes sobreviveram por meio da imagem fotográfica ou fílmica, mas a tridimensionalidade, que caracteriza o espaço arquitetônico, desaparece num curto espaço de tempo.

As obras de Matta-Clark enfrentam um paradoxo. Elas prescindem da eliminação da funcionalidade e da ideia de desmontar como ato de construção. Para o artista, as intervenções implicam uma fase necessária de intervenção na arquitetura para que esta se torne arte, ou, melhor, para que se converta em estrutura axiomática, artefato simultaneamente arquitetura e não-arquitetura. Contudo, persiste uma ambiguidade quanto a definir onde a intervenção começa e os edifícios terminam. Para Matta-Clark, os edifícios tomam-se parte da intervenção, tanto quanto a própria intervenção.

Assim, é possível considerar que, embora nos processos de Matta-Clark as prerrogativas essenciais da arquitetura tradicional sejam eliminadas, de outro modo suas intervenções enfatizam o espaço arquitetônico e põem em cheque sua própria natureza. As intervenções reconhecem as forças pré-existentes – a luz, os vazios, as possibilidades de novo equilíbrio corporal, etc. – e as trazem à consciência. Assim, há que se reconhecer uma positividade nesse encontro. As intervenções de Matta-Clark fazem com que a arquitetura exceda os limites tradicionais e se compreenda como aquilo que é e não é. Tal como fez a arte, ao aproximar-se da arquitetura na década de 1950.

Agradecimentos

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha.
Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo.
Grupo de Pesquisa Sistemas Contemporâneos de Projeto (SCP/UVV).

Referências

ATTLEE, James. **Towards Anarchitecture: Gordon Matta-Clark and Le Corbusier**. Disponível em: <<http://www.tate.org.uk/research/publications/tate-papers/07/towards-anarchitecture-gordon-matta-clark-and-le-corbusier>>. Acesso em: 1 de abril de 2018.

CIDADE, Daniela Mendes. **Os cortes de Gordon Matta-Clark: um ritual de destruição e reconstrução da arquitetura**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

COLOMBINA, Beatriz. **Doble exposición – Arquitectura a través del arte**, Akal / Arte Contemporáneo, n° 17, Madrid, 2006.

FOSTER, Hal; KRAUSS, Rosalind; BOIS, Yve-Alain; BUCHLOH, Benjamin H.D.; JOSELIT, David. **Art Since 1900: modernism, antimodernism, postmodernism**. London: Thames & Hudson, 2016.

_____. **O complexo Arte-Arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2015 [1ª edição 2011].

FRANJNDLICH, Rafael Urano. **Um debate americano: mediação, escultura e arquitetura – sobre a entrevista de Peter Eisenman a Richard Serra em 1983**. ARS (São Paulo), v. 7, p. 50-63, 2009.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

IGLESIAS, José Antonio Tallón. **Gordon Matta-Clark a través de Rem Koolhaas**. (Doutorado). Universidad Politécnica de Madrid. Espanha, 2015.

KRAUSS, Rosalind. **A escultura no campo ampliado**. Gávea I, Revista do Curso de Especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil. PUC-Rio, 1984, p. 87-93. [Originalmente publicado sob o título Sculpture in the Expanded Field. October, n° 8, (spring), 1979, p. 31-44].

MADERUELO, Javier. **El espacio raptado - interferências entre Arquitetura y Arte**. Madrid: Biblioteca Mondadori, 1990.

_____. **La idea de espacio en la arquitectura y el arte contemporáneos**. Madrid: Biblioteca Mondadori, 1990.

MONDZAIN, Marie-José. **Imagem, ícone, economia: as fontes bizantinas do imaginário contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2013.

MONTANER, Josep Maria. **As formas do século XX**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.

MORIENTE, David. **Poéticas Arquitetônicas en el Arte Contemporáneo - 1970-2008**. Madrid: Arte Cátedra. 2010.

O'NEIL, Elena. **Ideias-em-forma: intervenções de Gordon Matta-Clark**. Colaborações. Disponível em: https://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae17_Elena_O%E2%80%99Neill.pdf. Acesso em: 24 de dezembro de 2018.

RENDELL, Jane. **Art and Architecture: a place between**. London/ New York: I.B.Tauris & Co. Ltd, 2006.

SIMÕES, Diana Margarida Rocha. **Arquiteturas na criação artística moderna e contemporânea**. (Doutorado). Faculdade de Arquitetura de Lisboa, Lisboa, 2018.

SPECTOR, Nancy. Gordon Matta-Clark. **Reality Properties: Fake Estates, Little Alley Block 2497 Lot 42**. Disponível em: <https://www.guggenheim.org/artwork/5210>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

TONETTI, Ana Carolina. **Interseções entre arte e arquitetura. O caso dos pavilhões**. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VIDLER, Antoine. **Arquitetura no campo ampliado**. In: SYKES, Krysta (Org.). **O campo ampliado na Arquitetura. Antologia Teórica 1993-2009**. São Paulo: Cosac Naif, 2013, p. 242.

_____. **Warped Space: Art, Architecture, and Anxiety in Modern Culture**. London: The MIT Press, 2001.

WISNIK, Guilherme. **Dentro do nevoeiro: Diálogos cruzados entre arte e arquitetura contemporânea**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: "O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação".

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 31/07/2019

Aprovado em 26/11/2019